

---

# CÂNDIDO DE ABREU

REVISÃO DO PLANO  
DIRETOR MUNICIPAL

---

FASE 2  
Análise  
Temática  
Integrada

PRODUTO 2  
VERSÃO PRELIMINAR

2



## EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

### COORDENAÇÃO

---

#### COORDENAÇÃO GERAL

Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura.....CAU A28547-1

#### COORDENAÇÃO TÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Leticia Schmitt Cardon de Oliveira .....CAU A46913-0

#### COORDENAÇÃO TÉCNICA ADJUNTA

Arquiteto e Urbanista MSc. Walter Gustavo Linzmeyer .....CAU A33842-4

### EQUIPE TÉCNICA

---

Administradora Juliana Mitsue Sato ..... CRA/PR 14856

Advogada Marcia Valéria dos Santos Barbosa ..... OAB-PR 61291

Assistente Social Rafaela Thais Rosa..... CRESS-PR 9598

Arquiteta e Urbanista Mirna Luiza Cortopassi Lobo..... CAU A0447-2

Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura..... CAU A28547-1

Arquiteta e Urbanista Leticia Schmitt Cardon de Oliveira ..... CAU A46913-0

Arquiteto e Urbanista MSc. Walter Gustavo Linzmeyer ..... CAU A33842-4

Arquiteto e Urbanista Lucas Albuquerque Souza ..... CAU A291620-7

Contador Walter José Floriano de Moraes.....CRC/PR 025751/O-3

Engenheira Ambiental Lídia Sayoko Tanaka ..... CREA-PR 87.131/D

Engenheira Cartográfica Rosane Schulka Scariotto.....CREA-PR 28.724/D

Engenheiro Civil/Sanitarista Nilo Aihara .....CREA-PR 8.040/D

Geólogo Gilliano Antonio Ribeiro.....CREA-PR 69.098/D

Turismóloga Caroline Rizzi

### NÍVEL DE APOIO TÉCNICO

---

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo – Mirella Camara Carrilho

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo – Giulia Mazeto

Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo – Thiago Carneiro Soares Andrade



### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

(Decreto nº 16/2023)

#### REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL (GOVERNAMENTAIS)

##### Titulares:

Nome	Representação
Claudete Aparecida Blan Daros	Secretaria de Educação e Cultura
Clebson Leandro Koziel	Secretaria de Planejamento
Maykon Dione Moura	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
Daniele Pinheiro Piedade	Procuradoria Jurídica
Jones Sawczuk	Secretaria de Viação e Serviços Urbanos
Marcos Roberto Castro	Secretaria de Assistência e Promoção Social
Larissa Estevão Romanichen	Secretaria de Saúde
Paula Bomtempo Bodnar	Secretaria de Obras e Desenvolvimento - Setor de Engenharia

##### Suplentes:

Nome	Representação
Joanes Matyak	Secretaria de Obras e Desenvolvimento
Kawane Karoline Brik	Secretaria de Planejamento
Patricia Carneiro Peres	Secretaria de Meio Ambiente
Vinicius Malanowski	Secretaria de Administração
Carlos Eduardo Iene	Secretaria de Viação e Serviços Urbanos
Marcos Aurélio Schenk	Secretaria de Assistência e Promoção Social
Aridiane Rosa de Melo Alves	Secretaria de Saúde
Leonardo Murilo Schutz	Secretaria de Obras e Desenvolvimento - Setor de Engenharia

#### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL (NÃO GOVERNAMENTAIS)

##### Titulares:

Nome	Representação
Claudinei Rota	Câmara Municipal de Vereadores
Lorrayne Cristina de Farias Moser	Empresas de construção civil
Adalto Josue Skalecki	Comissão Municipal Defesa Civil
Lazara Fernandes da Silva	Associação de Moradores
Ilson José Kondzelski	Concessionária de Saneamento Básico
Carlos Pedral Sampaio Cunha	Cooperativa COAMO
José Claudio Pereira	Cooperativa Agroindustrial COOPERCANDI
Welker Veiber Cabral	Instituição Financeira SICREDI

##### Suplentes:

Nome	Representação
Elcio Ernesto Eichelbaum	Câmara Municipal de Vereadores
Marta da Luz Brunke Daré	Conselhos Municipais Existentes no Município



Charles Salvatore Kudrek Marque de Oliveira	Comissão Municipal Defesa Civil
Wellington Neves Pereira	Associação de Moradores
Wanderleya Becker Mlynarczuk	Concessionária de Saneamento Básico
Juarez Luiz Ribeiro	Associação Comercial e Industrial
Jairo Luiz Brietzke	EMATER
Ledio Alcione Panaczewicz	Instituição Financeira SICREDI

## UNIDADE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

(Decreto nº 16/2023)

<b>Nome</b>	<b>Representação</b>
Josivaldo de Arruda	Setor de Engenharia
Maria Sirley Farias	Assistente Social
Luiz Guilherme Piancastelli	Procurador Jurídico
Franz Luis Nunes	Setor Tributário
Cleunice de Fátima Koziel Champoski	Agente Técnico em Administração Pública



## SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA .....	2
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	3
UNIDADE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO .....	4
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>5</b>
<b>Lista de QUADROS.....</b>	<b>9</b>
<b>Lista de TABELAS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE MAPAS .....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>15</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL.....</b>	<b>20</b>
1.1 Relações intermunicipais .....	20
1.1.1 Região Geográfica Intermediária e Imediata.....	20
1.1.2 Associação de Municípios .....	21
1.2 Localização e acessos.....	23
<b>2 CARACTERÍSTICAS DO MEIO NATURAL .....</b>	<b>25</b>
2.1 Clima.....	25
2.2 Geologia.....	27
2.3 Geomorfologia.....	30
2.3.1 Hipsometria.....	33
2.3.2 Declividade .....	35
2.4 Solos .....	41
2.5 Recursos Hídricos .....	44
2.6 Cobertura Vegetal .....	51
2.6.1 Áreas de Preservação Permanente e Matas Nativas .....	55
<b>3 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS.....</b>	<b>58</b>
3.1 Dinâmica Demográfica.....	58
3.1.1 Crescimento Populacional e Grau de Urbanização .....	58
3.1.2 Estrutura Populacional .....	61
3.1.3 Indicadores Sociais .....	63
3.2 Atividades Econômicas por Setor.....	68

3.3	Emprego e Renda .....	71
<b>4</b>	<b>USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO .....</b>	<b>73</b>
4.1	Características Gerais de Uso e Ocupação do Solo Municipal .....	73
4.1.1	Distribuição e Densidade populacional .....	73
4.1.2	Localidades e Vilas Rurais .....	78
4.1.3	Reserva indígena .....	81
4.1.4	Uso do Solo Municipal.....	82
4.1.5	Situação Fundiária .....	93
4.1.6	Macrozoneamento Municipal.....	95
4.2	Características gerais de uso e ocupação do solo urbano .....	101
4.2.1	Perímetros Urbanos .....	101
4.2.2	Zoneamento Urbano .....	107
4.2.3	Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano .....	115
4.3	Possibilidades e Restrições para a Expansão Urbana.....	128
4.4	Potencial Turístico .....	131
4.4.1	Atrativos Turísticos.....	134
4.4.2	Infraestrutura Turística .....	142
4.4.3	Governança Local.....	143
4.4.4	Principais Entraves .....	143
<b>5</b>	<b>CAPACIDADE E ABRANGÊNCIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.....</b>	<b>144</b>
5.1	Sistema de Abastecimento de Água .....	145
5.2	Sistema de Esgoto Sanitário.....	150
5.3	Sistema de Drenagem Urbana.....	155
5.4	Sistema de Coleta e Manejo de Resíduos Sólidos .....	158
5.5	Rede Elétrica e Iluminação Pública.....	160
5.6	Pavimentação das Vias .....	165
5.7	Arborização Urbana.....	169
5.8	Comunicação e Cidadania .....	171
5.9	Serviço Funerário .....	174
<b>6</b>	<b>CAPACIDADE E ABRANGÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>176</b>
6.1	Educação .....	176
6.1.1	Equipamentos de Educação.....	176
6.1.2	Condições das Estruturas dos Equipamentos Públicos.....	184
6.1.3	Indicadores e Metas .....	186
6.2	Saúde.....	188



6.2.1	Equipamentos de Saúde e Abrangência de Atendimento.....	189
6.2.2	Recursos Humanos, Frota de Veículos e Programas.....	193
6.3	Assistência Social.....	194
6.3.1	Equipamentos.....	195
6.3.2	Conselhos e Programas.....	198
6.4	Cultura, Esporte e Lazer.....	199
6.4.1	Cultura e Lazer.....	199
6.4.2	Esporte.....	205
6.5	Segurança Pública.....	210
6.6	Equipamentos Sociais nas Localidades Rurais.....	214
<b>7</b>	<b>CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS.....</b>	<b>216</b>
7.1	Características das Moradias.....	216
7.2	Assentamentos precários e ocupações irregulares.....	218
7.2.1	ZEIS e Demais Instrumentos.....	222
7.3	Necessidades Habitacionais.....	225
7.4	Produção Habitacional e Programas em Andamento.....	225
<b>8</b>	<b>CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA</b>	<b>227</b>
8.1	Sistema Viário Municipal.....	227
8.2	Sistema Viário Urbano.....	230
8.2.1	Sede.....	231
8.2.2	Distritos.....	234
8.3	Sistema de Transporte Coletivo.....	236
8.4	Transporte Motorizado.....	236
8.5	Mobilidade não motorizada.....	237
8.6	Deslocamento de Cargas e Serviços.....	238
<b>9</b>	<b>ASPECTOS INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>240</b>
9.1	Estrutura Administrativa.....	240
9.1.1	Conselhos Municipais.....	243
9.2	Recursos humanos.....	245
<b>10</b>	<b>Legislação Urbanística.....</b>	<b>248</b>
10.1	LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	248
10.1.1	Constituição Federal.....	248
10.1.2	Estatuto da Cidade.....	248



10.1.3	Parcelamento do Solo .....	249
10.2	LEGISLAÇÃO ESTADUAL .....	249
10.2.1	Constituição do Estado do Paraná .....	249
10.2.2	Diretrizes do Planejamento Estadual .....	250
10.3	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL .....	252
<b>11</b>	<b>SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA .....</b>	<b>257</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>267</b>





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características litológicas das Unidades Geológicas identificadas em Cândido de Abreu .....	27
Quadro 2: Unidades Morfológicas presentes no município e suas características .....	30
Quadro 3: Classes de declividades, adequabilidade e restrições para o planejamento territorial. ....	35
Quadro 4: Localidades e Vilas rurais no município de Cândido de Abreu .....	78
Quadro 5: Propriedades rurais em Cândido de Abreu de acordo com suas características .....	93
Quadro 6: Legislação acerca dos perímetros urbanos de Cândido de Abreu.....	101
Quadro 7: Relação das zonas e suas destinações.....	107
Quadro 8: Loteamentos e situação de regularidade no Município .....	117
Quadro 9: Parâmetros de uso do solo urbano.....	124
Quadro 10: Loteamentos irregulares e favelas no município de Cândido de Abreu .....	219
Quadro 11: Programas de regularização fundiária em Cândido de Abreu .....	222
Quadro 12: Construção de moradias de acordo com linha de financiamento e modalidade executadas no município .....	226
Quadro 13: Classificação das vias da sede urbana e suas características geométricas .....	232
Quadro 14: Legislação subsequente à estrutura administrativa de 1997 .....	241
Quadro 15: Conselhos municipais em Cândido de Abreu.....	243
Quadro 16: Quadro de funcionários atual .....	245
Quadro 17: Legislação Estadual relacionada ao planejamento urbano.....	251
Quadro 18: Legislação Municipal.....	252
Quadro 19: Condicionantes, Deficiências e Potencialidades de Cândido de abreu.....	258

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios da Região Geográfica Imediata de Ivaiporã .....	21
Tabela 2: Relação entre declividades em Cândido de Abreu com as suas respectivas áreas. ....	36
Tabela 3: Relação entre declividades na sede urbana de Cândido de Abreu com as suas respectivas áreas.....	36
Tabela 4: Áreas de cobertura das tipologias vegetais em Cândido de Abreu.....	53
Tabela 5: População municipal total e localização rural/urbana.....	58
Tabela 6: Taxa de crescimento geométrico em Cândido de Abreu .....	59
Tabela 7: População da sede e distritos – 2000/2010 .....	59
Tabela 8: População censitária e estimativas populacionais .....	60
Tabela 9: Estimativas populacionais dos distritos - 2023-2033.....	60
Tabela 10: Total de Domicílios Particulares Permanentes - 2010.....	60
Tabela 11 Evolução do Grau de Urbanização na RGI de Ivaiporã.....	61
Tabela 12: População Censitária Segundo Faixa Etária e Sexo - 2010.....	63



Tabela 13: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes em Cândido de Abreu.....	64
Tabela 14: Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais em Cândido de Abreu .....	65
Tabela 15: Renda, Pobreza e Desigualdade em Cândido de Abreu .....	66
Tabela 16: Vulnerabilidade Social no município de Cândido de Abreu .....	67
Tabela 17: Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade em Cândido de Abreu .....	67
Tabela 18: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os setores de atividade – 2010 e 2020 .....	69
Tabela 19: População Ocupada segundo as atividades econômicas – 2010 .....	71
Tabela 20: Classe de rendimento nominal mensal – pessoas com 10 anos ou mais de idade - 2010 .....	72
Tabela 21: Dados de população por setor censitário em Cândido de Abreu .....	74
Tabela 22: Utilização das terras em Cândido de Abreu - 2006/2017 .....	82
Tabela 23: Uso do solo em Cândido de Abreu - 2021 .....	85
Tabela 24: Levantamento da produção rural em Cândido de Abreu - 2022 .....	87
Tabela 25: Levantamento da pecuária em Cândido de Abreu - 2022 .....	89
Tabela 26: Extração madeireira no município - 2019-2021.....	90
Tabela 27: Condição do produtor em relação às terras - 2006-2017 .....	95
Tabela 28: Áreas dos Distritos e Vilas Rurais no Município.....	104
Tabela 29: Relação das zonas urbanas na Sede e suas áreas .....	109
Tabela 30: Parâmetros de ocupação do solo urbano .....	127
Tabela 31: Ecoturismo em Cândido de Abreu .....	135
Tabela 33: Turismo Paisagístico em Cândido de Abreu.....	138
Tabela 34: Turismo de Saúde em Cândido de Abreu .....	139
Tabela 35: Categorias cadastradas no CADASTUR referente à Cândido de Abreu - 2022.....	142
Tabela 36: Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) nas atividades características do turismo (ACT's) em Cândido de Abreu - 2021.....	142
Tabela 37: Características do entorno dos domicílios urbanos - 2010.....	144
Tabela 38: Abastecimento de água em Cândido de Abreu - 2003-2021 .....	145
Tabela 39: Distribuição dos usos da rede de abastecimento de água – 2021 .....	146
Tabela 40: Formas de abastecimento em Cândido de Abreu – 2010.....	147
Tabela 41: Extensão da rede de abastecimento de água .....	147
Tabela 42: Esgotamento sanitário em Cândido de Abreu (2003-2021).....	150
Tabela 43: Distribuição dos usos da rede de esgotamento sanitário - 2021.....	151
Tabela 44: Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário - 2010 .....	151
Tabela 45: Extensão da rede de esgoto.....	152
Tabela 46: Extensão da Rede de Drenagem .....	155
Tabela 47: Abrangência do serviço de coleta de resíduos de 2013 a 2021 .....	158
Tabela 48: Destino dos resíduos -2010.....	159
Tabela 49: Consumo e número de consumidores de energia elétrica – 2018 .....	160



Tabela 50: Existência de Energia Elétrica - 2010 .....	161
Tabela 51: Conjuntos de Unidades Consumidoras que Atendem ao Município .....	161
Tabela 52: Extensão da pavimentação urbana .....	165
Tabela 53: Número de acessos aos serviços de telecomunicações - 2022 .....	171
Tabela 54: Relação dos estabelecimentos de ensino existentes no município .....	177
Tabela 55: Histórico do número de matrículas por modalidade de ensino e por escola dos últimos 10 anos .....	182
Tabela 56: Necessidades físicas e de equipamentos nas escolas em Cândido de Abreu .....	184
Tabela 57: IDEB – anos 2005 a 2017 .....	186
Tabela 58: Evolução das Taxas de Reprovação, Abandono e Aprovação em Cândido de Abreu .....	188
Tabela 59: Estabelecimentos de Saúde em Cândido de Abreu .....	189
Tabela 60: Equipamentos de Assistência Social em Cândido de Abreu. ....	195
Tabela 61: Equipamentos Urbanos de Cultura e Lazer em Cândido de Abreu .....	199
Tabela 62: Calendário Cultural do Município.....	203
Tabela 63: Equipamentos Urbanos esportivos em Cândido de Abreu .....	205
Tabela 64: Calendário de Eventos Esportivos do Município .....	210
Tabela 65: Posição da AISP de Telêmaco Borba no <i>Ranking</i> Comparativo de Estatísticas Criminais das AISPs – 2022 .....	211
Tabela 66: Evolução das Modalidades de Crimes em Cândido de Abreu – 2018-2022.....	211
Tabela 67: Acesso aos Equipamentos Sociais nas Localidades Rurais.....	214
Tabela 68: Material Construtivo dos Domicílios em Cândido de Abreu - 2010 .....	217
Tabela 69: Cadastros por tipo de moradia na COHAPAR - 2019.....	218
Tabela 70: Loteamentos irregulares conforme padrão e estado de conservação dos domicílios - 2020 .....	221
Tabela 71: Favelas conforme padrão e estado de conservação dos domicílios.....	221
Tabela 72: Famílias interessadas em habitação por faixa de renda - 2019.....	225
Tabela 73: Distribuição da frota de veículos no Município em 2012 e 2022 .....	236
Tabela 74: Total de funcionários na administração pública .....	247

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Acessos ao município de Cândido de Abreu .....	24
Figura 2: Direção e velocidade dos ventos em Cândido de Abreu .....	26
Figura 3: Morro da Mesa em Cândido de Abreu.....	33
Figura 4: Ocupação em áreas de declividade moderada.....	37
Figura 5: Cândido de Abreu em relação a Bacia do Rio Ivaí.....	45
Figura 6: Rio Ubazinho no Município de Cândido de Abreu .....	48
Figura 7: Paisagem em mosaicos no território de Cândido de Abreu.....	52
Figura 8: Áreas de APPs recomendadas de acordo com situação do curso d'água.....	55



Figura 9: Pirâmides Etárias – 1991/2000/2010.....	62
Figura 10: Classificação do IDHM.....	64
Figura 11: Evolução do IDHM de Cândido de Abreu em relação ao Brasil e ao estado do Paraná .....	65
Figura 12: Gráfico do crescimento do PIB per Capita de Cândido de Abreu .....	68
Figura 13: Gráfico da evolução do Valor Adicionado Bruto de Cândido de Abreu – 2010 a 2020.....	70
Figura 14: Valor do salário médio em Cândido de Abreu – 2010 a 2020 .....	73
Figura 15: Território Indígena Faxinal em Cândido de Abreu.....	82
Figura 16: Série história do uso do solo em Cândido de Abreu - 1984-2023.....	84
Figura 17: Evolução da ocupação na sede urbana (1985/2013/2023) .....	116
Figura 18: Vazios urbanos em Cândido de Abreu .....	118
Figura 19: Vistas de usos residenciais na sede.....	120
Figura 20: Vistas de usos comerciais na sede .....	121
Figura 21: Vistas de usos industriais na sede .....	122
Figura 22: Regiões Turísticas do Estado do Paraná .....	133
Figura 23: Região Turística Entre Matas, Morros e Rios .....	134
Figura 24: Mirante do Monte de Cristo.....	139
Figura 25: Barracão do aterro sanitário.....	160
Figura 26: Tipologias de Arborização Urbana em Cândido de Abreu.....	170
Figura 27: Vista da Câmara Municipal de Vereadores e sede da Prefeitura Municipal.....	171
Figura 28: Vista de torre de comunicação na sede urbana .....	172
Figura 29: Vistas de estabelecimentos de ensino em Cândido de Abreu.....	178
Figura 30: Evolução do IDEB municipal para os anos iniciais do Ensino Fundamental .....	187
Figura 31: Evolução do IDEB municipal para os anos finais do Ensino Fundamental .....	187
Figura 32: Taxa de analfabetismo.....	188
Figura 33: Recursos humanos da área da saúde.....	193
Figura 34: Pessoas cadastradas no CadÚnico.....	194
Figura 35: Vistas de equipamentos de cultura e lazer na sede urbana .....	200
Figura 36: Monumento em Homenagem ao Dr. Faivre.....	204
Figura 37: Vista de equipamentos esportivos na sede de Cândido de Abreu.....	206
Figura 38: Tipologias habitacionais em Cândido de Abreu .....	217
Figura 39: Ocupações irregulares – Prainha e Balsa Velha.....	219
Figura 40: Gabarito das vias conectoras, coletoras e vias locais (Lei Municipal Nº 728/2012) .....	231
Figura 41: Tipologias de vias na sede urbana .....	232
Figura 42: Tipologia das calçadas da sede urbana .....	238
Figura 43: Acessibilidade na sede urbana .....	238
Figura 44: Organograma do Quadro Funcional do Município .....	242

## LISTA DE MAPAS



Mapa 1: Geologia do município de Cândido de Abreu.....	29
Mapa 2: Geomorfologia do município de Cândido de Abreu.....	32
Mapa 3: Hipsometria do município de Cândido de Abreu.....	34
Mapa 4: Declividades do município de Cândido de Abreu.....	38
Mapa 5: Declividades nos distritos do município.....	39
Mapa 6: Declividades na sede urbana do município.....	40
Mapa 7: Pedologia do município de Cândido de Abreu.....	43
Mapa 8: Bacias Hidrográficas do município de Cândido de Abreu.....	47
Mapa 9: Hidrografia na Sede urbana.....	49
Mapa 10: Hidrografia nos distritos.....	50
Mapa 11: Cobertura vegetal.....	54
Mapa 12: Matas nativas e APPs no Município.....	57
Mapa 13: Densidade demográfica no Município.....	76
Mapa 14: Densidade demográfica na Sede Urbana.....	77
Mapa 15: Localidades e vilas rurais no município de Cândido de Abreu.....	80
Mapa 16: Uso do solo municipal de Cândido de Abreu.....	86
Mapa 17: Situação da Reserva Legal em Cândido de Abreu.....	92
Mapa 18: Tamanho das propriedades rurais no município.....	94
Mapa 19: Macrozoneamento da sede urbana.....	98
Mapa 20: Macrozoneamento dos distritos de Tereza Cristina, Três Bicos e Rio do Tigre.....	100
Mapa 21: Série histórica dos perímetros urbanos da sede do Município.....	103
Mapa 22: Perímetro urbano dos distritos de Cândido de Abreu.....	105
Mapa 23: Perímetro urbano das Vilas Rurais de Cândido de Abreu.....	106
Mapa 24: Zoneamento urbano da Sede.....	111
Mapa 25: Zoneamento urbano dos distritos.....	113
Mapa 26: Zoneamento urbano das Vilas Rurais.....	114
Mapa 26: Vazios urbanos e glebas na Sede Urbana.....	119
Mapa 27: Uso do solo na Sede.....	123
Mapa 28: Possibilidades de expansão urbana na sede no Município.....	130
Mapa 29: Pontos turísticos em Cândido de Abreu.....	141
Mapa 30: Abastecimento de água – Sede Urbana.....	148
Mapa 31: Abastecimento de água – Distritos.....	149
Mapa 32: Rede coletora de esgoto sanitário – Sede Urbana.....	153
Mapa 33: Rede coletora de esgoto sanitário – Distritos.....	154
Mapa 34: Drenagem – sede urbana.....	156
Mapa 35: Drenagem – distritos.....	157
Mapa 36: Iluminação – Sede urbana.....	163



Mapa 37: Iluminação – Distritos.....	164
Mapa 38: Pavimentação das vias – Sede Urbana.....	167
Mapa 39: Pavimentação das vias – Distritos.....	168
Mapa 40: Localização dos serviços públicos de Comunicação e Cidadania .....	173
Mapa 41: Localização do cemitério na sede .....	175
Mapa 42: Localização e abrangência dos equipamentos de ensino na sede urbana .....	180
Mapa 43: Localização e abrangência dos equipamentos de ensino nos distritos.....	181
Mapa 44: Localização e Abrangência dos Equipamentos de Saúde na Sede Urbana .....	191
Mapa 45: Localização e Abrangência dos Equipamentos de Saúde dos distritos .....	192
Mapa 46: Localização dos Equipamentos de Assistência Social do Município .....	197
Mapa 47: Localização dos equipamentos de cultura e lazer na sede urbana.....	201
Mapa 48: Localização dos equipamentos de cultura e lazer nos distritos .....	202
Mapa 49: Localização dos Equipamentos de esporte na sede urbana .....	208
Mapa 50: Localização dos Equipamentos de esporte nos distritos .....	209
Mapa 51: Localização dos Equipamentos de Segurança Pública.....	213
Mapa 52: Ocupação irregular em Cândido de Abreu.....	220
Mapa 53: ZEIS na Sede Urbana.....	224
Mapa 54: Sistema viário municipal de Cândido de Abreu.....	229
Mapa 55: Hierarquia viária da Sede Urbana .....	233
Mapa 56: Hierarquia viária dos distritos .....	235

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ACT	Atividades Características do Turismo
ADAPAR	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
AECR	Áreas Estratégicas para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado do Paraná
AEN	Agência Estadual de Notícias
AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
AMOCENTRO	Associação dos Municípios do Centro do Paraná
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANM	Agência Nacional de Mineração
APP	Áreas de Preservação Permanente
BCB	Banco Central Brasileiro
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDP	Metodologia Condicionantes, Deficiências e Potencialidades
CEDEC	Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
CMEI	Centros Municipais de Educação Infantil
CNES	Centro Nacional de Estudos Espaciais
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCIDADES	Conselho Estadual das Cidades
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPRM	Serviços Geológicos do Paraná
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DA	Deficiência Auditiva
DEC	Duração Equivalente de Interrupção
DI	Deficiência Intelectual
DV	Deficiência Visual
EF	Ensino Fundamental
EI	Ensino Infantil
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FEC	Frequência Equivalente de Interrupção
FEHRIS	Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social
FJP	Fundação João Pinheiro



FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IAT	Instituto Água e Terra
IBF	Instituto Brasileiro de Florestas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
IGR	Instância de Governança Regional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LED	Diodo Emissor de Luz
MINEROPAR	Minerais do Paraná
MPMA	Ministério Público do Estado do Maranhão
MPPR	Ministério Público do Estado do Paraná
NUTEAD	Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e à Distância
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PDE	Política de Desenvolvimento do Estado
PDM	Plano Diretor Municipal
PGRS	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PIA	Programa de Inseminação Artificial
PIB	Produto Interno Bruto
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PM	Polícia Militar
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PMS	Plano Municipal de Saúde
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNE	Plano Nacional de Educação
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento





PR	Paraná
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Programa Saúde nas Escolas
QEDU	Portal de dados educacionais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RETUR	Rede de Turismo Regional
RGI	Região Demográfica Imediata
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SC	Santa Catarina
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEDEST	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
SEHIS	Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura
SESP PR	Secretaria de Segurança Pública do Paraná
SFM	Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios
SIBCS	Sistema Brasileiro de Classificação de Solos
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SIM-POA	Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal
SINIMA	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
SISDC	Sistema Informatizado de Defesa Civil
SNIF	Sistema Nacional de Informações Florestais
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
SUS	Sistema Único de Saúde
TCG	Taxa de Crescimento Geométrico
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UPA	Unidades de Pronto Atendimento
USF	Unidades de Saúde da Família
VA	Valor Adicionado Total
VAB	Valor Adicionado Bruto
ZA	Zona Agrícola
ZC	Zona Comercial
ZE	Zona Especial
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEX	Zona de Expansão
ZI	Zona Industrial
ZOC	Zona Residencial de Ocupação Controlada



ZPA	Zona de Preservação Ambiental
ZR	Zona Rural
ZR1	Zona Residencial 1
ZR2	Zona Residencial 2



## APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao **Produto 02 – Análise Temática Integrada**, integrante do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) do município de Cândido de Abreu, estado do Paraná e constitui o objeto do Contrato Administrativo nº 132/2022 firmado entre a empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. e a Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu, PR, em atendimento ao Termo de Referência anexo ao Edital de Concorrência Tomada de Preços nº 05/2022. Trata-se de um documento preliminar que deve ser apreciado pela equipe técnica Municipal (Unidade Técnica de Planejamento) e Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Assim sendo, abordam-se no presente relatório, além da contextualização municipal, os seguintes aspectos: características do meio natural; condições socioeconômicas; uso e ocupação do solo municipal e urbano; capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, bem como dos equipamentos sociais; condições gerais de moradia e fundiárias; condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana; aspectos institucionais; e por fim, legislação urbanística do município.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

O primeiro capítulo busca contribuir para a compreensão do contexto do território municipal de Cândido de Abreu, seja ele condizente à sua própria área, ou à relação desta com a região na qual se encontra. O conteúdo ora abordado é básico para a leitura dos demais capítulos do presente documento, uma vez que permite um melhor entendimento das questões que se colocam na sequência ao expor características territoriais, ambientais, demográficas, sociais e econômicas de uma maneira mais ampla. Assim sendo, perfaz a função de referência para os capítulos posteriores, cujos temas adentram em questões mais específicas e setoriais do município.

### 1.1 Relações intermunicipais

As relações intermunicipais desempenham um papel fundamental no planejamento do território, pois reconhece a interdependência entre os municípios e a necessidade de abordar questões que transcendem suas fronteiras individuais. Por meio dessa relação, os municípios podem cooperar na definição de estratégias conjuntas para o desenvolvimento regional, considerando aspectos como infraestrutura, transporte, uso do solo, preservação ambiental e qualidade de vida. Ao compartilhar informações, recursos e conhecimentos, os municípios podem criar planos e projetos mais abrangentes, que promovam um crescimento ordenado e sustentável, levando em conta as demandas e potenciais de toda a região. A relação intermunicipal fortalece a coordenação e a integração das políticas públicas, resultando em um planejamento territorial mais eficiente e equilibrado.

Os próximos tópicos apresentam um panorama geral das relações intermunicipais de Cândido de Abreu, perpassando por temáticas como as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (IBGE) e Associações de Municípios do Paraná, sendo estes importantes mecanismos de integração atualmente.

#### 1.1.1 Região Geográfica Intermediária e Imediata

As Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas foram publicadas em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) substituindo, respectivamente, os recortes geográficos das Mesorregiões e Microrregiões, os quais foram utilizados por muitos anos como base para a identificação e interpretação de agrupamentos de municípios com similaridades, de maneira a auxiliar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual. Essa redefinição não se limitou a apenas alterar a nomenclatura utilizada para as regiões, mas também reagrupou os municípios em novos recortes condizentes com as semelhanças econômicas e sociais atualizadas ao contexto atual (IBGE, 2017).

Segundo o IBGE, as Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo, busca de trabalho, procura por serviços de saúde e educação e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. Já as Regiões Geográficas Intermediárias

correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Elas articulam as Regiões Geográficas Imediatas de funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados ou grandes universidades (IBGE, 2017).

Atualmente, o território paranaense se subdivide em seis Regiões Geográficas Intermediárias e o município de Cândido de Abreu integra a Região Geográfica Intermediária de Londrina, sendo pertencente a Região Geográfica Imediata de Ivaiporã, juntamente com os municípios listados a seguir na Tabela 1.

Tabela 1: Municípios da Região Geográfica Imediata de Ivaiporã

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE HABITANTES (2021)
Arapuã	2.951
Ariranha do Ivaí	2.026
Cândido de Abreu	14.606
Cruzmaltina	2.892
Faxinal	17.379
Godoy Moreira	2.850
Grandes Rios	5.379
Ivaiporã	31.886
Jardim Alegre	11.067
Lidianópolis	3.155
Lunardelli	4.695
Manoel Ribas	13.517
Rio Branco do Ivaí	4.121
Rosário do Ivaí	4.595
São João do Ivaí	9.897

Fonte: IBGE, 2017; 2021.

### 1.1.2 Associação de Municípios

As associações de municípios são organizações que reúnem diversas cidades de um mesmo estado com o objetivo de promover a cooperação e o desenvolvimento regional. Essas associações surgem da necessidade de os municípios trabalharem em conjunto para enfrentar desafios comuns, buscar soluções compartilhadas e fortalecer a representatividade política. Uma das principais razões para a criação dessas associações é a busca por maior eficiência na gestão pública. Através da cooperação mútua, é possível realizar projetos conjuntos, obter maior poder de negociação com o governo estadual e federal, e ampliar as possibilidades de captação de recursos para investimentos em áreas prioritárias, como infraestrutura, saúde, educação e meio ambiente. Além disso, as associações desempenham um papel importante na defesa dos interesses dos municípios junto aos poderes estadual e federal. Elas atuam como representantes das cidades, buscando a criação e aprimoramento de políticas públicas

que atendam às demandas locais e promovam o desenvolvimento regional de forma equilibrada. Essa representatividade fortalece a voz dos municípios em instâncias decisórias e contribui para a construção de um ambiente político mais participativo e inclusivo. Por meio da troca de experiências e do compartilhamento de boas práticas, as associações de municípios também promovem a capacitação e o fortalecimento institucional dos gestores municipais. São realizados encontros, seminários, cursos e outras atividades que visam a qualificação dos servidores públicos e a disseminação de conhecimentos técnicos e administrativos.

Cândido de Abreu é integrante da Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO), juntamente com os municípios de Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Tebas, Palmital, Pitanga (cidade polo), Roncador, Santa Maria do Oeste e Turvo. Além de outras providências, o Estatuto Social da AMOCENTRO expõe os objetivos da associação em seu artigo 4º, sendo estes relatados na sequência.

Um dos objetivos da associação é estudar a administração municipal na região e propor reformas administrativas visando a reorganização dos serviços públicos municipais. Um foco maior é dado aos serviços fazendários e ao treinamento e aperfeiçoamento dos servidores municipais. Além disso, busca-se a adoção de normas sobre a legislação tributária e outras leis básicas municipais, de forma a uniformizar essas questões nos municípios associados. A associação também oferece assessoria e cooperação às Câmaras Municipais de Vereadores dos municípios associados, com o intuito de contribuir para a melhoria da administração municipal. Incentiva medidas e estímulos fiscais e de outra natureza para a industrialização da microrregião, aproveitando os recursos naturais, matérias-primas e mão de obra disponíveis.

A elaboração de um plano administrativo é outra iniciativa da associação, baseado nos planos plurianuais dos municípios, que engloba um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais. O objetivo é institucionalizar a continuidade administrativa dos municípios participantes, superando a temporariedade dos mandatos executivos. A coordenação de sugestões de medidas administrativas para a implantação do planejamento local da microrregião também faz parte das atividades da associação. Além disso, ela defende e reivindica os interesses das administrações da microrregião em diversas áreas, como conservação dos recursos naturais, incremento da produção agropecuária e industrial, educação, saúde pública, assistência social, habitação, serviços urbanos, obras públicas, transportes, comunicações, eletrificação, saneamento e meio ambiente.

A AMOCENTRO também propõe a reivindicação e descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, estimula o intercâmbio técnico-administrativo e realiza estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades da microrregião para indicar prioridades. Por fim, a associação busca estabelecer o intercâmbio de informações e reivindicações com a Associação dos Municípios do Paraná, visando ao desenvolvimento integrado junto ao estado. Procura unir esforços com as outras associações regionais de municípios do estado, consolidando o prestígio necessário para atender as reivindicações em benefício geral (PARANÁ, 2017).

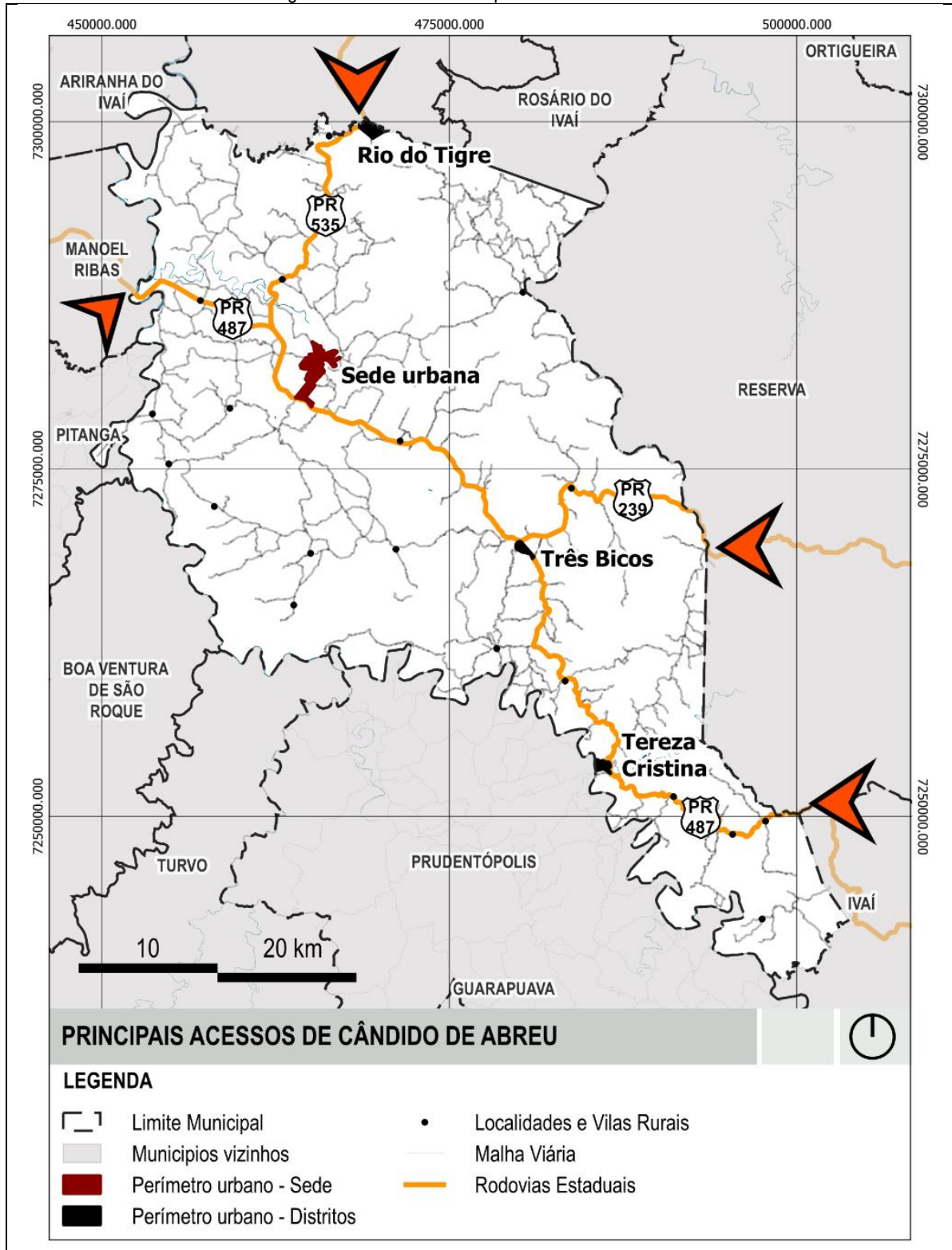
## 1.2 Localização e acessos

O município de Cândido de Abreu está situado no norte central paranaense, na região do Vale do Ivaí. Localiza-se a uma latitude 24°34'01" sul e a uma longitude 51°19'58" oeste, a uma altitude média de 540 metros acima do nível do mar. Faz limite com os municípios de Ariranha do Ivaí, Rio Branco do Ivaí e Rosário do Ivaí ao norte, Reserva ao leste, Manoel Ribas, Pitanga e Boa Ventura de São Roque a oeste e Turvo, Prudentópolis e Ivaí ao sul.

Em relação à distância dos principais centros urbanos e de escoamento da região e do Estado do Paraná, Cândido de Abreu está a aproximadamente 141 km de Campo Mourão, 169 km de Maringá, 171 km de Londrina, 154 km de Guarapuava, 390 km de Porto de Paranaguá e 288 quilômetros da capital do estado, Curitiba.

As principais vias de acesso ao município por meio terrestre são as rodovias PR-487, PR-239 e PR-535. A PR-487 adentra Cândido de Abreu ao sul pelos limites com o município de Ivaí e sai ao noroeste por Manoel Ribas, proporcionando em seu percurso o acesso aos distritos administrativos de Tereza Cristina, Três Bicos e à sede urbana. O acesso pela rodovia PR-239 se dá pelo município de Reserva ao leste do Município, a estrada se prolonga na direção oeste por aproximadamente 36 km até o distrito de Três Bicos e ao encontro da PR-487. Já o acesso pela PR-585 é realizado ao norte pelo município de Rio Branco do Ivaí, adentrando diretamente no distrito de Rio do Tigre e segue sentido sul em direção à sede urbana de Cândido de Abreu. Os principais acessos à Cândido de Abreu bem como seus municípios limítrofes são apresentados na Figura 1 a seguir.

Figura 1: Acessos ao município de Cândido de Abreu



Fonte: Elaborado por ECOTÉCNICA, 2023.



## 2 CARACTERÍSTICAS DO MEIO NATURAL

No presente item são abordados os aspectos físicos e biológicos de todo o território municipal de Cândido de Abreu.

### 2.1 Clima

Cândido de Abreu apresenta, conforme a classificação de Köppen-Geiger, o tipo climático predominantemente Cfb (Clima Temperado), com as seguintes características: verão ameno, mais úmido que o inverno. Chuvas abundantes e uniformemente distribuídas, sem estação seca, com precipitação de 1.100 a 2.000 mm. Geadas severas e frequentes, num período médio de ocorrência de 10 a 25 dias anualmente (ITCG, 2008).

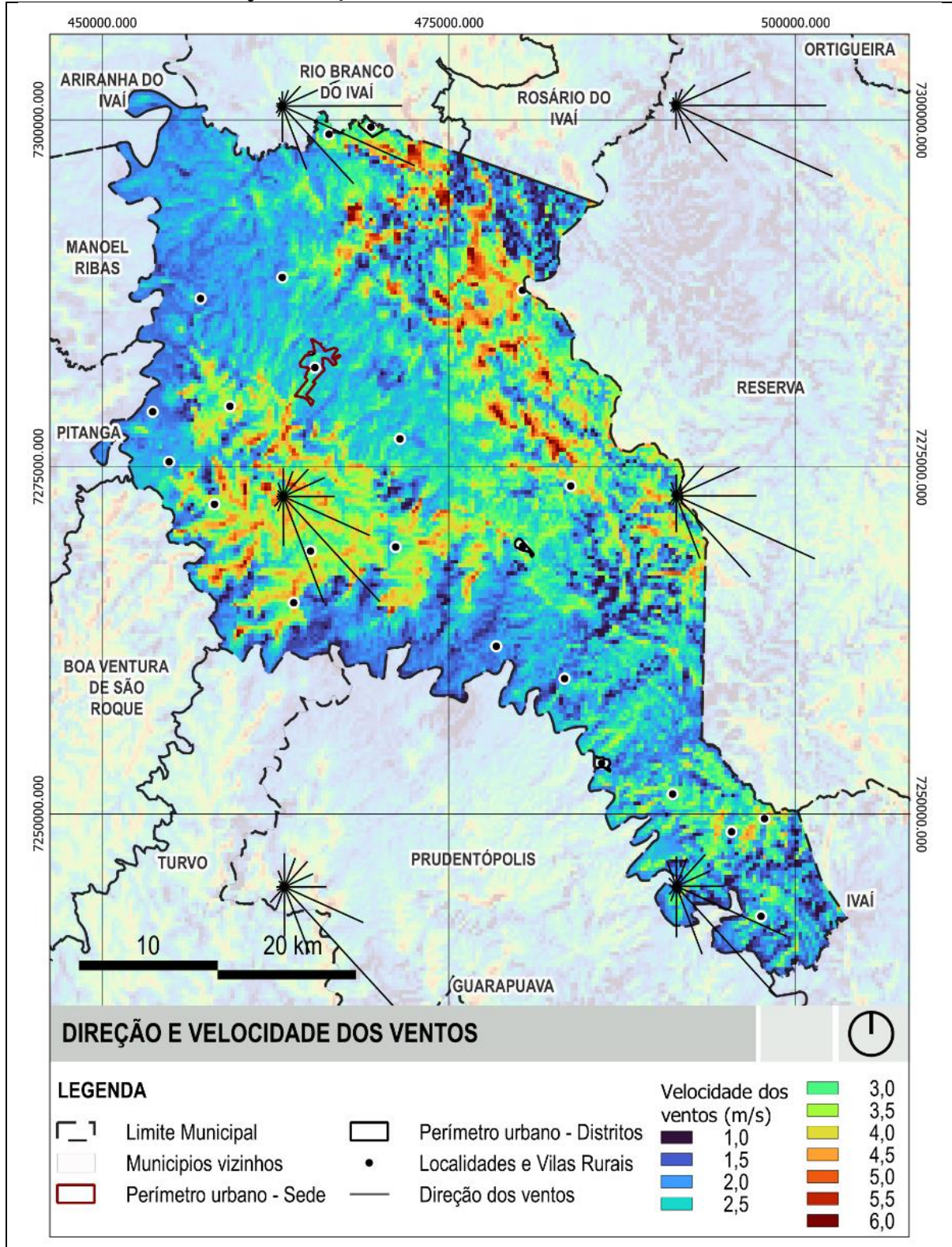
O conhecimento dos padrões de vento em um município ajuda no planejamento urbano adequado. Isso inclui a seleção de áreas para construção de edifícios, infraestrutura, parques e áreas verdes, considerando a ventilação natural, conforto térmico e qualidade do ar. Além de contribuir para os estudos de projetos de energia eólica, identificando áreas com potencial para a geração de energia. Informações sobre a velocidade e direção do vento são essenciais para determinar a viabilidade e o rendimento dos parques eólicos.

Partindo de dados disponibilizados pela *Global Wind Atlas* (2023), na Figura 2 é possível identificar a velocidade média e direção predominante dos ventos para o município de Cândido de Abreu. Na sede urbana e distritos administrativos a velocidade média dos ventos varia entre 1,5 até 3,5 m/s (equivalente a 5,4 e 12,6 km/h, respectivamente), a porção do território municipal com maiores velocidades fica à nordeste da sede urbana, nas áreas de campos abertos e serras e ao sudoeste em áreas de plantio – as velocidades nestas últimas regiões podem chegar a uma média de até 6 m/s (21 km/h). A direção predominante dos ventos no Município em geral é no sentido sudeste e noroeste.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A identificação dos ventos predominantes é feita observando a direção de onde o vento mais frequentemente chega a um determinado local. Essa informação é obtida traçando-se uma linha que representa a direção de chegada desses ventos predominantes.

Figura 2: Direção e velocidade dos ventos em Cândido de Abreu



Fonte: Elaborado com base em GLOBAL WIND ATLAS, 2023.

## 2.2 Geologia

O município de Cândia de Abreu está localizado na região central do grande arco da Bacia do Paraná, na qual ocorre uma área de transição geológica. Essa região está situada entre os conjuntos litológicos Mesozóico e Paleozóico e é caracterizada pela presença de dois grupos geológicos: São Bento e Passa Dois. No grupo São Bento, encontram-se as formações Serra Geral e Botucatu. Já no grupo Passa Dois, destaca-se a formação Rio do Rasto e Teresina. Essas formações geológicas são importantes para compreender a composição e a estrutura geológica do Município, fornecendo uma base sólida para atividades relacionadas à exploração de recursos naturais, planejamento ambiental e geotécnico. No Mapa 1 é possível identificar as formações geológicas específicas presentes no Município.

As características da litologia dessas formações, segundo Atlas Geológico do Estado do Paraná (2001), são apresentadas no Quadro 1, seguido das respectivas descrições das unidades.

Quadro 1: Características litológicas das Unidades Geológicas identificadas em Cândia de Abreu

ERA	PERÍODO	GRUPO	FORMAÇÃO	AMBIENTE PREDOMINANTE	AGRUPAMENTO LITOLÓGICO	OCORRÊNCIAS MINERAIS/JAZIDAS E MINAS
Paleozóico	Permiano Superior Permiano Superior	Passa Dois	Rio do Rasto	Fluviais, planície deltaica e de marés	Siltitos, argilitos e arenitos verdes ou vermelhos e calcarenitos	Calcário, argila vermelha
			Teresina	Planície de marés e de plataforma epinerítica	Siltitos acinzentados com lentes de calcários	-
Mesozóico	Triássico-Jurássico	São Bento	Botucatu	Desértico e de planície aluvial	Arenitos de granulação fina a grosseira, com raros conglomerados	Areia industrial para construção civil
			Serra Geral	-	Derrames e sills basálticos e "andesitos"	Cobre, ágata, ametista, pedra brita
	Jurássico-Cretáceo	Rochas intrusivas	Intrusivas básicas	-	-	-

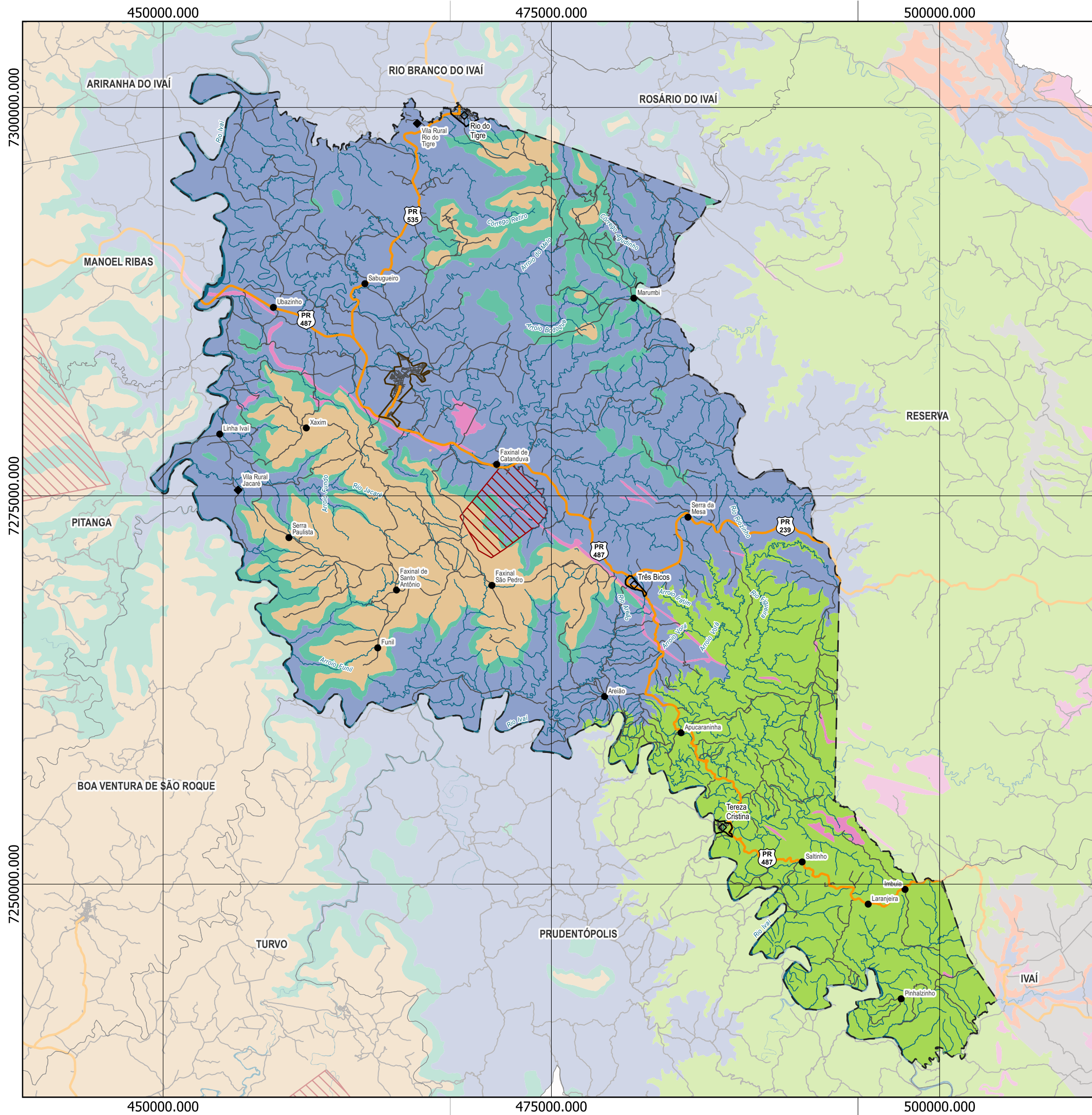
Fonte: MINEROPAR, 2001.

A **Formação Rio do Rasto** consiste em rochas sedimentares, predominantemente arenitos e siltitos, com a presença de camadas intercaladas de conglomerados e folhelhos. Essas rochas foram depositadas em um ambiente fluvial, indicando a influência de rios e sistemas fluviais na sua formação. Essa formação geológica é conhecida por abrigar fósseis importantes, como répteis primitivos, anfíbios, peixes e vegetais do período Permiano. Esses fósseis fornecem informações valiosas sobre a vida e a ecologia da época. A **Formação Teresina** é composta principalmente por rochas argilosas, arenitos e siltitos, com a presença ocasional de calcários. Essas rochas foram formadas em ambientes sedimentares continentais, como lagos, rios e planícies de inundação durante o período Permiano, também pode conter depósitos de argilas e areias utilizadas nas indústrias de cerâmica, construção civil e vidro.



Já em relação às formações do grupo São Bento – a **Formação Botucatu** é composta principalmente por arenitos, com camadas intercaladas de conglomerados, siltitos e argilitos. Essas rochas sedimentares foram depositadas em um ambiente desértico, indicando a presença de dunas e depósitos de areia e cascalho. Além disso, a Formação Botucatu tem relevância econômica, principalmente na indústria de construção civil, pois seus arenitos são utilizados como material para produção de agregados, como areia e pedra britada. A **Formação Serra Geral** é composta principalmente por derrames basálticos, ou seja, camadas de lavas vulcânicas solidificadas que se estendem por grandes áreas. Esses derrames basálticos foram resultado de atividade vulcânica intensa ocorrida durante o período Cretáceo. Essa formação geológica é conhecida por suas extensas áreas de basalto, que formam os chamados "derrames basálticos da Serra Geral". Esses derrames basálticos são características marcantes da paisagem em muitas regiões, como o Planalto Meridional do Brasil. Além de sua importância geológica, a Formação Serra Geral também possui relevância econômica, seus basaltos são utilizados na indústria da construção civil, na produção de brita, pedra britada, agregados e revestimentos para diversas aplicações (MINEROPAR, 2001).

As rochas ígneas são formadas pela cristalização do magma, podendo ser subdivididas entre rochas extrusivas ou vulcânicas e intrusivas ou plutônicas. As **rochas intrusivas**, formação que ocorre no Município, são formadas no interior da crosta terrestre, com textura média e grosseira devido ao resfriamento lento do magma e possuem cores claras, pela sua característica "básica" não possuem formação de quartzo (MINEROPAR, 2020).



## GEOLOGIA DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

**LEGENDA**

- Formação Botucatu
- Formação Rio do Rasto
- Formação Teresina
- Formação Serra Geral.
- Intrusivas básicas

**Convenções Cartográficas**

- Distritos
- Localidades Rurais
- Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

**Fonte de Dados**

Geologia - IAT, 2023  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Junho/2023

**Escala:** 1 : 250.000  
**Escala Gráfica:**

2023  
A3

## 2.3 Geomorfologia

Cândido de Abreu localiza-se sob o Segundo Planalto Paranaense, também conhecido como Planalto de Ponta Grossa ou Planalto dos Campos Gerais, o qual caracteriza-se como uma região geográfica delimitada pela escarpa Devoniana a leste, em altitudes de 1100 a 1200 metros, e pela escarpa da Esperança (Serra Geral) a oeste, onde as altitudes próximas chegam a 350 e 560 metros. Esse planalto é caracterizado por ser esculpido em estruturas monoclinais, que são camadas de rochas com inclinação suave, sub-horizontais e mergulhando para o oeste (OKA-FIORI et al., 2006).

De acordo com o Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná (MINEROPAR, 2006) o município de Cândido de Abreu encontra-se inserido nas sub-unidades morfoesculturais Planalto de Cândido de Abreu, Planalto Alto Ivaí e Planaltos Residuais das Formações Serra Geral e Teresina, como exposto no Mapa 2<sup>na</sup> sequência.

As características destes compartimentos geomorfológicos, segundo o Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná (2006) são apresentadas no Quadro 2, seguidos de uma breve descrição.

Quadro 2: Unidades Morfológicas presentes no município e suas características

Unidade Morfoestrutural			Bacia Sedimentar do Paraná			
			Segundo Planalto Paranaense			
Sub-unidade Morfoescultural			Planaltos Residuais da Formação Teresina	Planaltos Residuais da Formação Serra Geral	Planalto de Cândido de Abreu	Planalto Alto Ivaí
Formas de Relevo	(Morfologia Dominante)	Dissecção	Baixa	Alta	Baixa	Média
		Topos	Aplainados	Alongados e aplainados	Isolados	Aplainados
		Vertentes	Convexas	Convexo-côncavas	Convexas	Côncavas
		Vales	V	V aberto	Em calha de fundo chato	V aberto
Altitude	(Metros sobre o nível do mar)	Min.	560	380	420	480
		Máx.	1120	1.120	760	1120
		Gradiente	560	740	340	640
Classes de Declividade	(Área em km <sup>2</sup> )	<6%	315,3	1.125,42	336,56	657,24
		6-12%	170,51	680,22	174,85	246,14
		12-30%	163,66	1.817,19	62,32	578,08
		30-47%	29,71	460,83	2,88	173,31
		>47%	5,12	89,84	0,14	30,51
Total	(km <sup>2</sup> )		684	4.173	577	1685

Fonte: MINEROPAR, 2006.

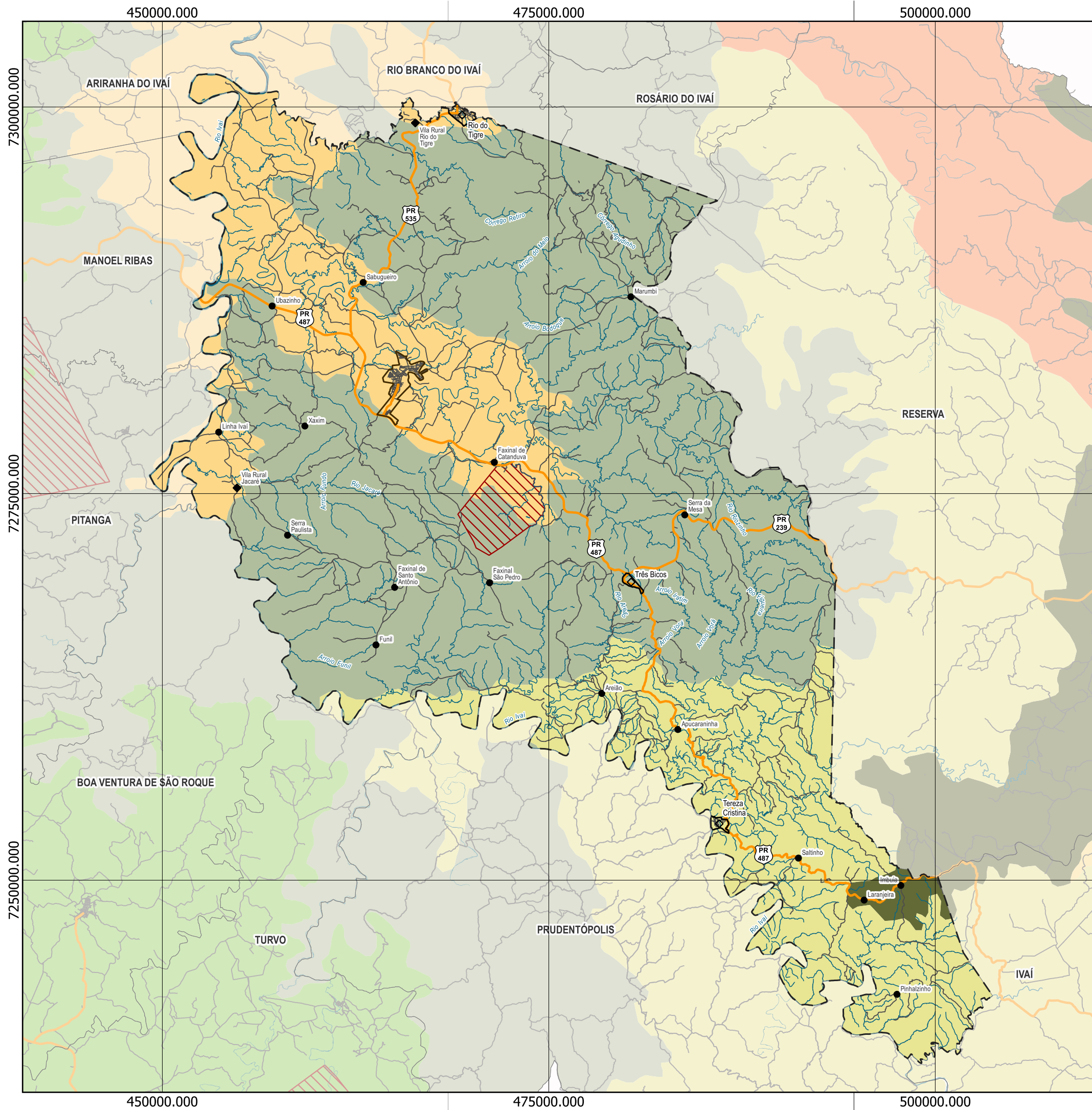
**Sub-unidade Morfoescultural Planaltos Residuais da Formação Teresina:** apresenta dissecção baixa e ocupa uma área total de 684 km<sup>2</sup>. A classe de declividade predominante é menor que 6% em uma área, de um total de 315,3 km<sup>2</sup>. Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 480 metros com altitudes variando entre 640 (mínima)

e 1.120 (máxima) m.s.n.m. As formas predominantes são topos aplainados, vertentes convexas e vales em “V”, modeladas em rochas da Formação Teresina.

**Sub-unidade Morfoescultural Planaltos Residuais da Formação Serra Geral:** apresenta dissecação alta e ocupa uma área total de 4.173 km<sup>2</sup>. A classe de declividade predominante está entre 12-30% em uma área de 1.817,19 km<sup>2</sup>. Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 600 metros com variações entre 380 (mínima) e 1.220 (máxima) m. s. n. m. As formas predominantes são topos alongados e aplainados, vertentes convexas côncavas e vales em “V” aberto, em rochas da Formação Rio do Rastro.

**Sub-unidade Morfoescultural Planalto do Alto Ivai:** apresenta dissecação média e ocupa uma área de 1.685 km<sup>2</sup>. A classe de declividade predominante está entre 6-12% em uma área de 657,24 km<sup>2</sup>. Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 500 metros com altitudes variando entre 480 (mínima) e 1.020 (máxima) m. s. n. m. As formas predominantes são topos aplainados, vertentes côncavas e vales em “V” aberto. A direção geral da morfologia é NW/SE, modelada em rochas das Formações Teresina e Serra Alta.

**Sub-unidade Morfoescultural Planalto de Cândido de Abreu:** apresenta dissecação baixa e ocupa uma área de 577 km<sup>2</sup>. A classe de declividade predominante é menor que 6% em uma área de 336,56 km<sup>2</sup>. Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 310 metros com altitudes variando entre 420 (mínima) e 760 (máxima) m. s. n. m. As formas predominantes são topos isolados, vertentes convexas e vales em calha de fundo chato, modeladas em rochas da Formação Rio do Rasto (MINEROPAR, 2006).



# GEOMORFOLOGIA DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Planalto de Cândido de Abreu
- Planalto do Alto Ivaí
- Planaltos Residuais da Formação Serra Geral
- Planaltos Residuais da Formação Teresina

## Convenções Cartográficas

- Distritos
- Localidades Rurais
- Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

Geomorfologia - IAT, 2008  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Junho/2023

**Escala:** 1 : 250.000  
**Escala Gráfica:**





## 2.3.1 Hipsometria

O município de Cândido de Abreu apresenta uma variação altimétrica significativa. As serras estão localizadas na região nordeste, na divisa com o município de Reserva, como representado no Mapa 3. Também podem ser caracterizadas como as áreas de topos de morros, as quais são conhecidas como atrativos turísticos da região, tal como o Morro da Mesa (Figura 3). Essas áreas, destacadas em tons avermelhados no mapa, são caracterizadas como interflúvios e atingem altitudes de até 1.200 metros, correspondendo à média da altitude limite do Segundo Planalto Paranaense, que varia entre 1.100 e 1.200 metros.

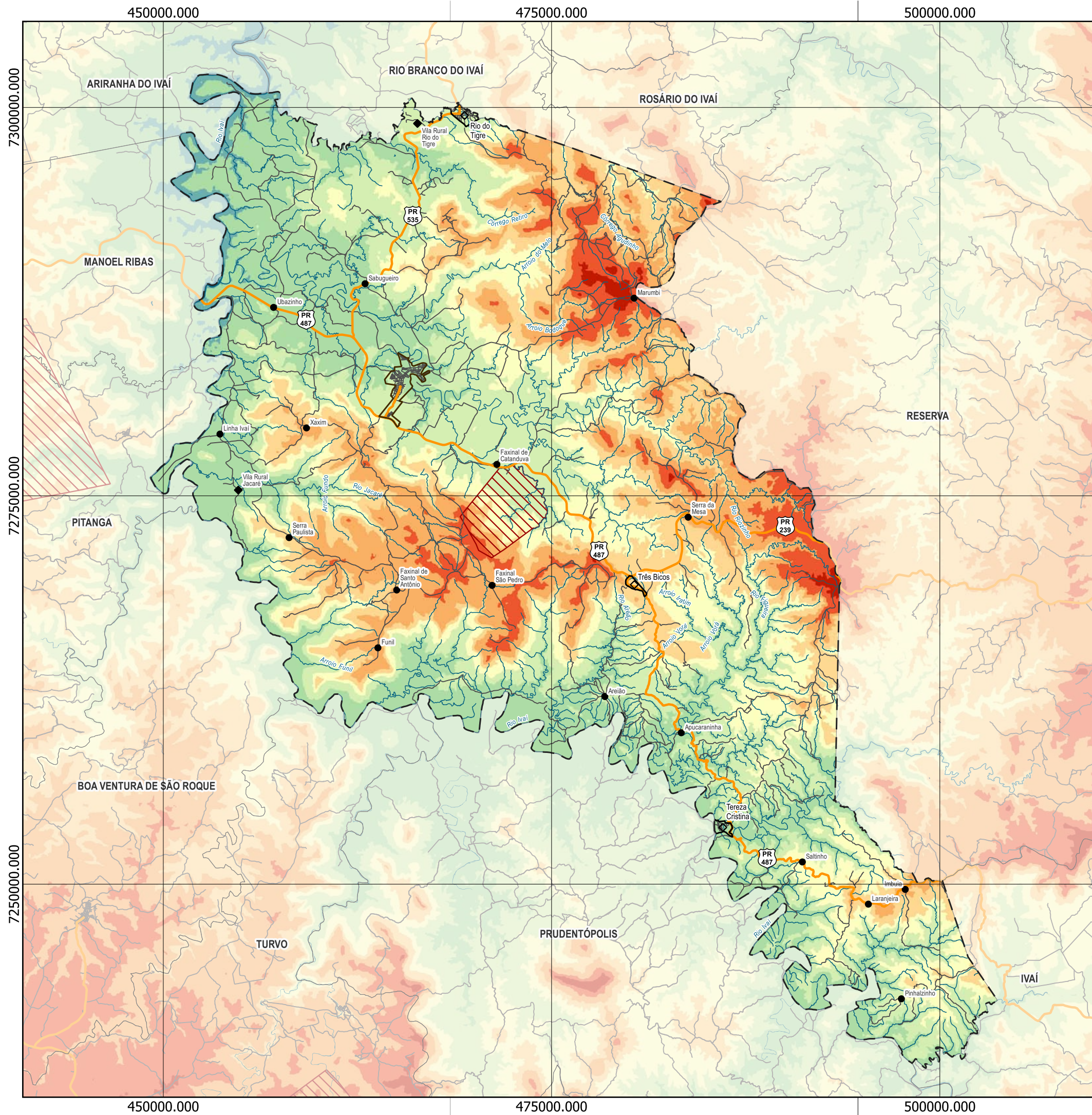
Figura 3: Morro da Mesa em Cândido de Abreu



Fonte: SANTOS, 2008.

Outra área de elevada altitude encontra-se ao sul da sede urbana, nas localidades de Faxinal de Santo Antônio e Faxinal de São Pedro, com altitudes médias variando entre 700 e 900 metros.

As áreas de menor altitude em Cândido de Abreu, representadas pelos tons amarelados e esverdeados, estão localizadas principalmente ao noroeste, na divisa com Ariranha do Ivaí e Manoel Ribas, e ao sul, na divisa com Prudentópolis. Essas áreas estão próximas aos cursos d'água que drenam o município, principalmente o rio Ivaí, e alcançam altitudes de até 200 metros.



# HIPSOMETRIA DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Altitude (m)
- <= 350
  - 350 - 450
  - 450 - 550
  - 550 - 650
  - 650 - 750
  - 750 - 850
  - 850 - 950
  - 950 - 1050
  - > 1050

## Convenções Cartográficas

- ◇ Distritos
- Localidades Rurais
- ◆ Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

Altimetria - TOPODATA, 2011  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 250.000  
**Escala Gráfica:**



### 2.3.2 Declividade

O estudo da declividade de um território deve levar em conta a estabilidade do terreno, onde áreas com inclinações acentuadas podem representar perigos, como deslizamentos de terra e instabilidade do solo. Ao identificar essas áreas, é possível implementar medidas de mitigação, como restringir a construção em locais de risco ou aplicar técnicas para estabilizar o terreno. Além disso, a declividade também tem um impacto direto no sistema de drenagem urbana. Em áreas com inclinações significativas, é crucial projetar sistemas de drenagem apropriados para prevenir inundações e o acúmulo de água em locais específicos. Isso envolve a construção de canais de escoamento, bacias de retenção e estratégias de gestão de águas pluviais. A declividade do terreno também pode afetar a mobilidade urbana, dificultando a locomoção de pedestres, ciclistas e pessoas com mobilidade reduzida em áreas íngremes. Além disso, a declividade também influencia a paisagem urbana e a estética da cidade – terrenos com diferentes níveis de inclinação podem oferecer oportunidades para a criação de espaços públicos distintos, como parques em encostas ou mirantes panorâmicos.

De acordo com dados da Minerais do Paraná (MINEROPAR) (2004) o Quadro 3 na sequência apresenta a relação entre as classes de declividades e as indicações gerais para adequabilidade e restrições no que se refere ao planejamento territorial.

Quadro 3: Classes de declividades, adequabilidade e restrições para o planejamento territorial.

DECLIVIDADE (%)	ÂNGULO	INDICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO
0 a 5%	0 - 2°51'	Áreas com muito baixa declividade ou planas. Restrições à ocupação por dificuldades no escoamento de águas superficiais e subterrâneas.
5 a 10%	2°51' – 5°42'	Áreas com baixa declividade. Dificuldades na instalação de infraestrutura subterrânea como redes de esgoto e canalizações pluviais.
10 a 20%	5°42' – 11°18'	Áreas com média declividade. Aptas à ocupação considerando-se as demais restrições, como: espessura dos solos, profundidade do nível freático, suscetibilidade a processos erosivos, adequabilidade a construções, etc.
20 a 30%	11°18' – 18°26'	Áreas com alta declividade. Restrições à ocupação sem critérios técnicos para arruamentos e implantação de infraestrutura em loteamentos.
> 30%	> 18°26'	Áreas com muito alta declividade. Inaptas à ocupação face aos inúmeros problemas apresentados.

Fonte: MINEROPAR, 2004.

Conforme dados do INPE (2011), amostrados na Tabela 2, é possível verificar as declividades presentes no município e a relação com sua porcentagem de distribuição e a respectiva área abrangida. A declividade predominante no município varia de 5 a 10% contemplando cerca de 33,61% do território municipal de Cândia de Abreu, o correspondente a 50.777,19 hectares. Apesar de adequada para a ocupação antrópica, este tipo de terreno compreende áreas com baixa declividade, podendo apresentar dificuldades na instalação de infraestrutura subterrânea como redes de esgoto e canalizações pluviais.

Tabela 2: Relação entre declividades em Cândia de Abreu com as suas respectivas áreas.

DECLIVIDADE	PORCENTAGEM	ÁREA (ha)
0 - 5%	26,04%	39.347,04
5 - 10%	33,61%	50.777,19
10 - 20%	30,44%	46.001,16
20 - 30%	7,96%	12.027,36
Acima de 30%	1,93%	2.920,89
<b>Total</b>	<b>99,98%</b>	<b>151.073,64</b>

Fonte: INPE, 2011.

De acordo com a Mineropar (2004), áreas com valores de declividade superiores a 30% estão classificadas como inaptas à ocupação face aos diversos problemas as quais estão suscetíveis, contudo, estas inclinações estão presentes em somente 1,93% do território municipal, representando 2.920,89 hectares. No Mapa 4, é possível notar que as declividades mais acentuadas (indicadas pelos tons avermelhados) estão presentes na vertente leste dos limites urbanos do município. Além disso, essas áreas de maior inclinação são encontradas nos contornos dos campos abertos, nas ondulações e morros da porção oeste e nordeste do município, bem como nas cabeceiras e nascentes de cursos de água, principalmente ao sul de Cândia de Abreu. Nos distritos administrativos do Município não são encontradas declividades acentuadas, com exceção para o distrito de Tereza Cristina, o qual possui uma área de declive entre 20 e 30% ao sudeste de seu perímetro – onde a ocupação deve ser restrita. Estas informações podem ser observadas no Mapa 5.

Já nos limites da sede urbana do Município as inclinações são variadas, representadas por porcentagens entre  $\leq 5$  a  $\geq 20\%$ , com a predominância de inclinações de 0 a 5%, como é possível observar na Tabela 2.

Tabela 3: Relação entre declividades na sede urbana de Cândia de Abreu com as suas respectivas áreas

DECLIVIDADE	PORCENTAGEM	ÁREA (ha)
0 - 5%	53,13%	1.186,17
5,01 - 10%	43,08%	961,85
10,01 - 20%	3,77%	84,30
20,01- 30%	-	-
Acima de 30%	-	-
<b>Total</b>	<b>99,98%</b>	<b>2.232,32</b>

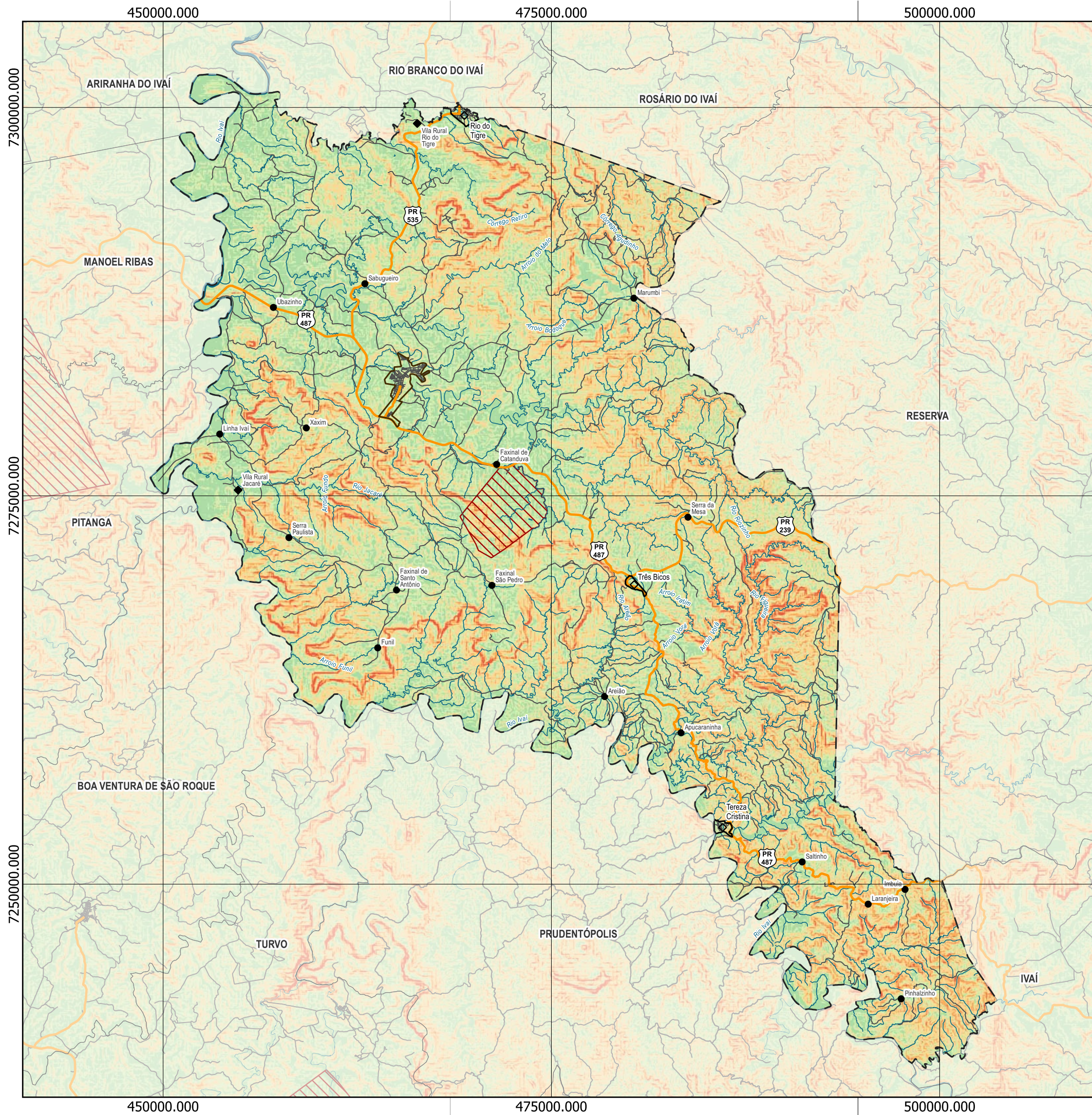
Fonte: INPE, 2011.

A inclinação máxima está localizada principalmente em áreas onde não há ocupação expressiva, no entanto, deve-se atentar àquelas ocupações lindeiras às áreas de APP, realizando ações de fiscalização e monitoramento dessas áreas. A Figura 4 apresenta um exemplo de ocupação sob área de declividade moderada e, na sequência o Mapa 6 espacializa os dados disponibilizados pelo INPE para as declividades na sede urbana do Município.

Figura 4: Ocupação em áreas de declividade moderada



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.



# DECLIVIDADE DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Declividade (%)
- 0 - 5
  - 5 - 10
  - 10 - 20
  - 20 - 30
  - >30

## Convenções Cartográficas

- ◇ Distritos
- Localidades Rurais
- ◆ Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- ▭ Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- ▭ Perímetro urbano - Distritos
- ▭ Perímetro urbano - Sede
- ▨ Território indígena - Faxinal

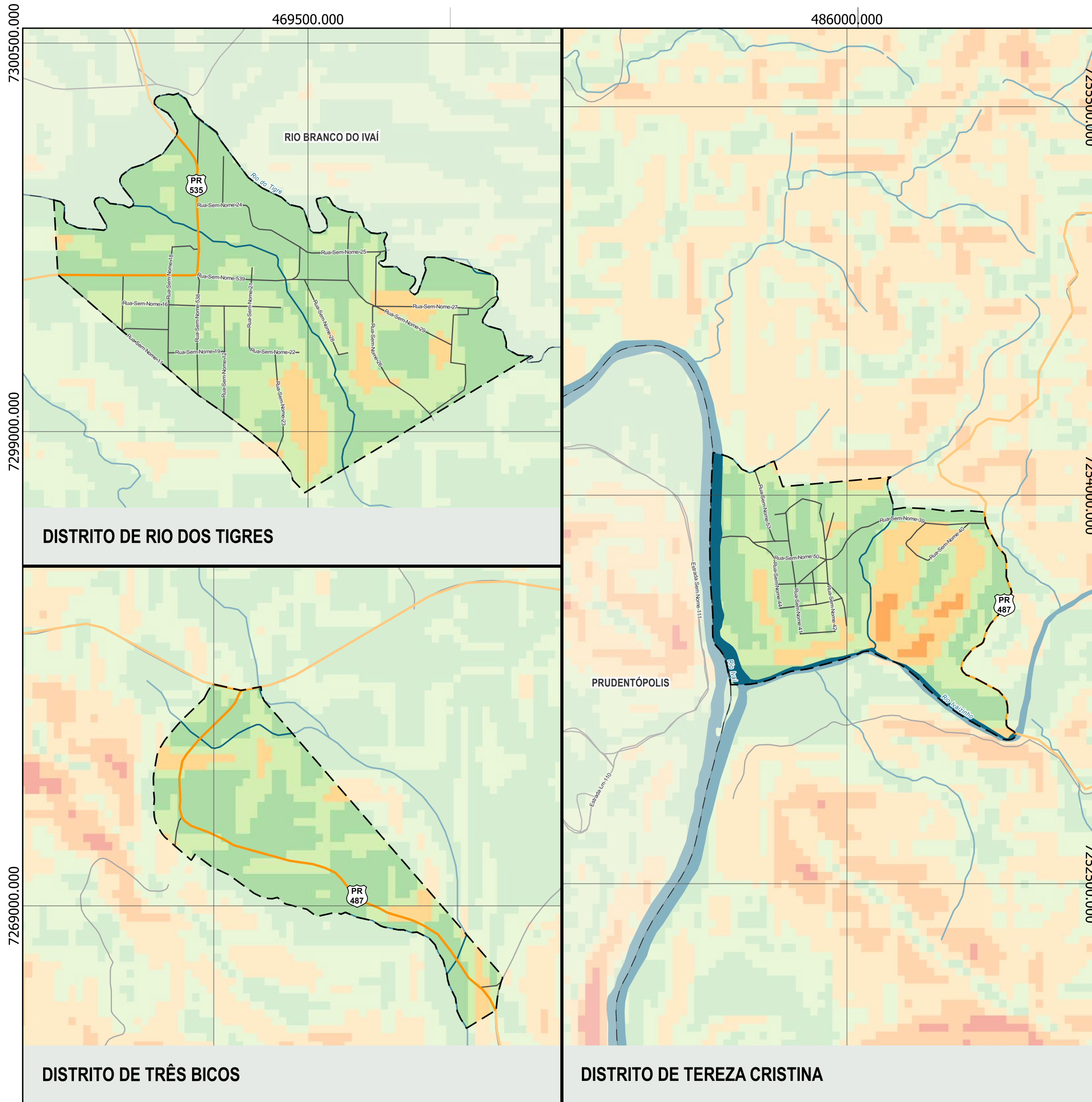
## Fonte de Dados

Altimetria - TOPODATA, 2011  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000  
 Data: Julho/2023

Escala: 1 : 250.000  
 Escala Gráfica:





### DECLIVIDADE NOS DISTRITOS DE CÂNDIDO DE ABREU

**LEGENDA**

Declividade (%)

- 0 - 5
- 5 - 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- >30

**Convenções Cartográficas**

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- - - Limite Municipal
- Massas D'água
- Municipios vizinhos
- ▭ Perímetro urbano

**Fonte de Dados**

Altimetria - TOPODATA, 2011  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**

500 1.000 m

2023  
A3

465000.000

467500.000

# DECLIVIDADE NA SEDE URBANA DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Declividade (%)
- 0 - 5
  - 5 - 10
  - 10 - 20
  - 20 - 30
  - >30

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias [PARANACIDADE]
- Hidrografia
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Altimetria - TOPODATA, 2011  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

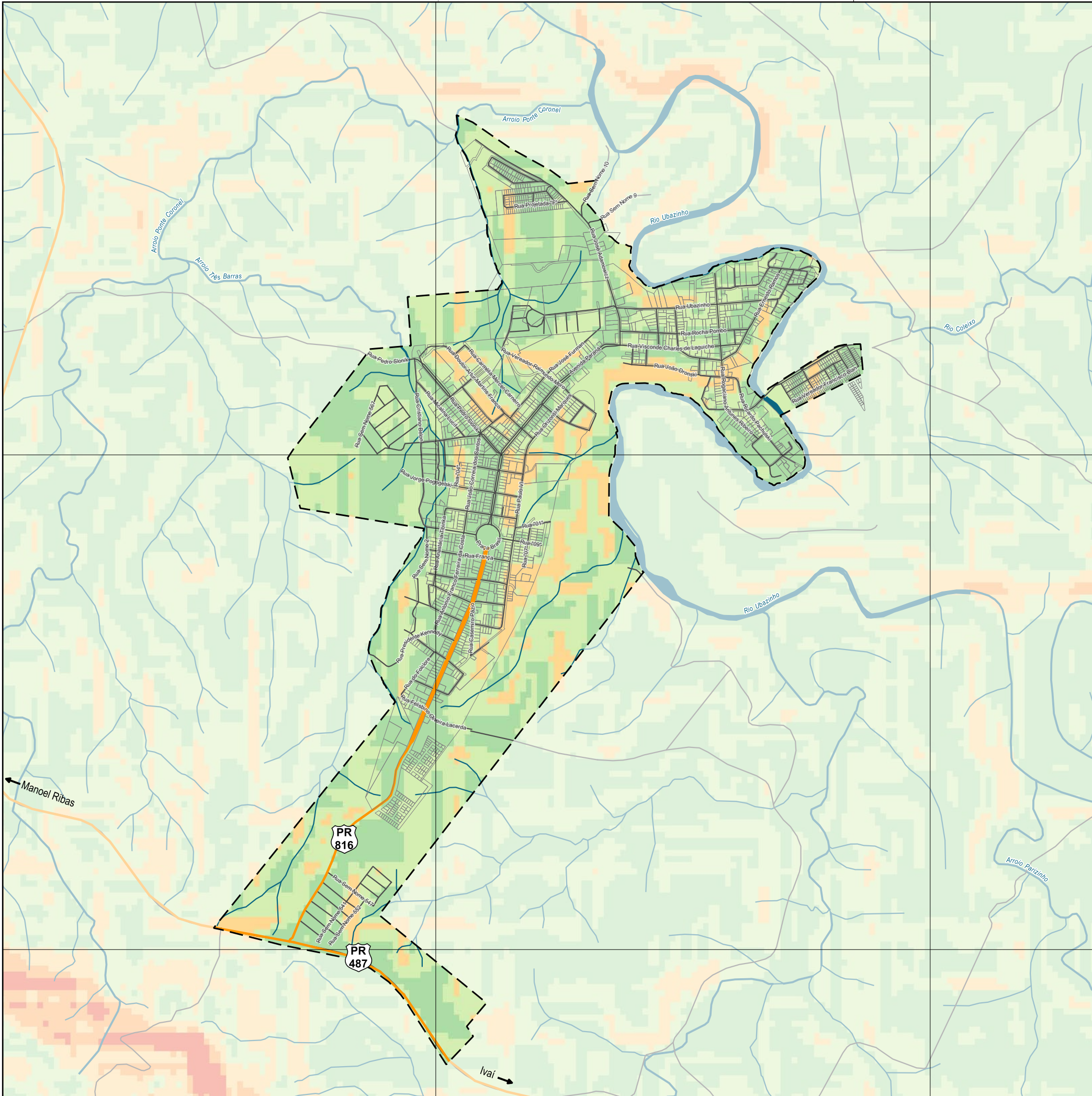


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000





## 2.4 Solos

O Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS) divide os solos em seis níveis categóricos: ordens (primeiro nível), subordens (segundo nível), grandes grupos (terceiro nível), subgrupos (quarto nível), famílias (quinto nível) e séries (sexto nível). Essa classificação leva em consideração uma série de atributos diagnósticos que podem ser identificados por meio da observação das propriedades do solo em campo, análises laboratoriais e conhecimentos de outras áreas científicas. Em 2007, a Embrapa realizou o mapeamento pedológico do estado do Paraná em uma escala de 1:250.000. Esse mapeamento abrangeu até o quinto nível categórico da classificação de solos, representando os respectivos fatores de formação do solo, como o material de origem, clima, tempo, atividade biológica e relevo. Essa caracterização detalhada dos solos é fundamental para entender sua distribuição geográfica e suas propriedades, auxiliando em estudos de manejo do solo, agricultura, planejamento ambiental e outras áreas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais. As classes mapeadas para o município de Cândido de Abreu são descritas na sequência e espacializadas no Mapa 7.

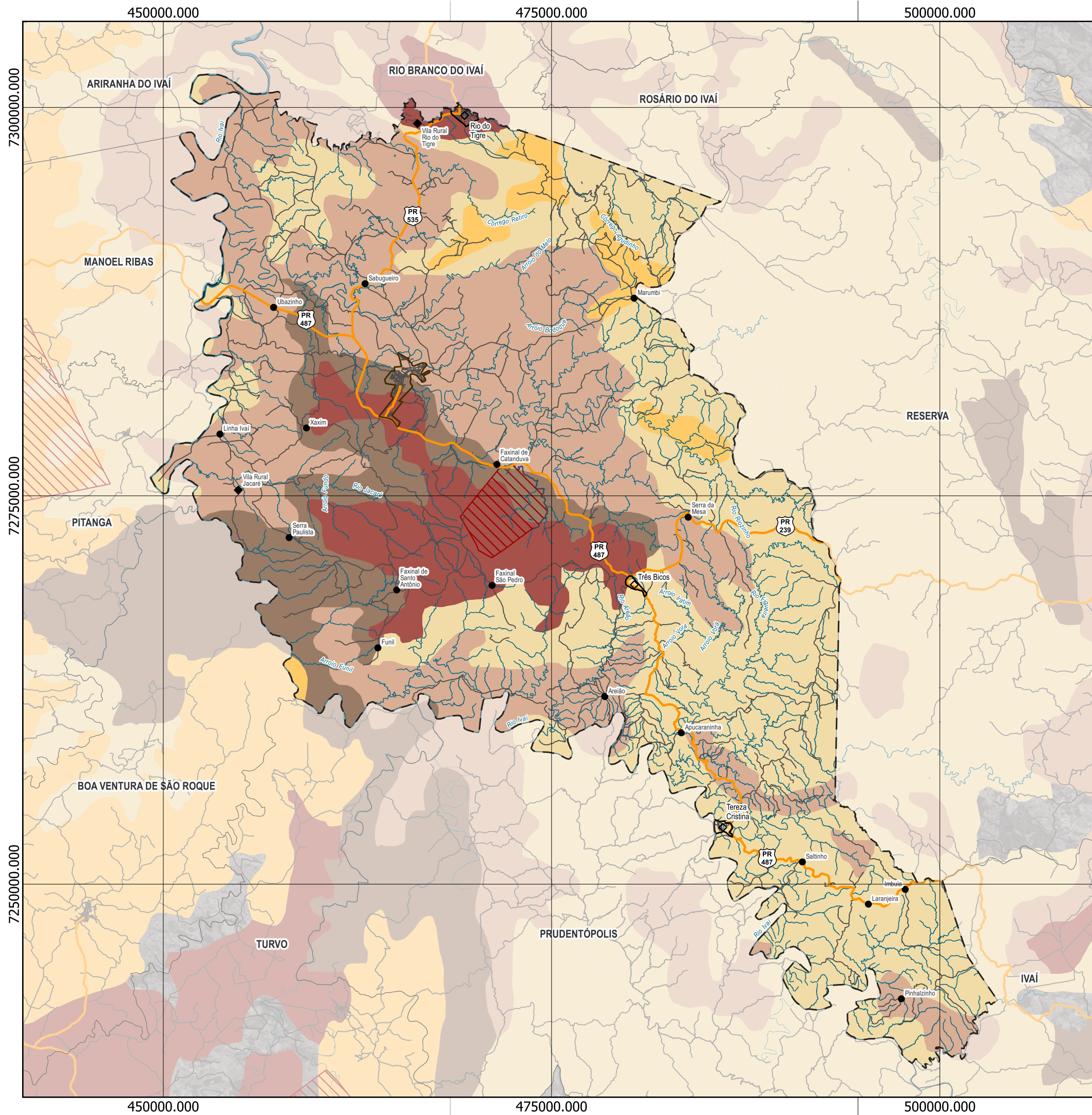
De acordo com a classificação, o território de Cândido de Abreu é composto por uma grande variedade de tipos de solos, sendo estes: Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos, Latossolos Vermelhos Distroféricos e Latossolos Vermelhos Distróficos, Neossolos Litólicos Eutróficos e Neossolos Litólicos Distróficos.

**Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos:** o solo em questão está localizado no terço final das encostas, principalmente em relevos ondulados próximos a planícies e zonas de nascentes. Isso favorece a percolação constante de água, resultando no processo de goetização, que é responsável pelas cores vermelho-amareladas do horizonte B textural. A textura predominante é areno-média, embora em algumas ocasiões tenha sido identificada como média-argilosa. Essas diferenças na textura têm um impacto importante na capacidade de infiltração entre os horizontes superficiais (A/E) e o horizonte subsequente, B textural, tornando esse tipo de solo altamente suscetível à erosão. O horizonte superficial do tipo A é fraco devido aos altos teores de areia e baixos teores de carbono, resultando em estruturas fracas e suscetíveis à desagregação e ao carreamento pela erosão. A presença de selamento superficial é uma condição indesejável para práticas de manejo sustentável. Portanto, é necessário aumentar os teores de carbono no solo para melhorar sua estabilidade estrutural. Devido ao relevo, posição na paisagem e intensos processos erosivos, o solo apresenta uma forte dessaturação por bases, tornando-o distrófico tanto na superfície quanto em subsuperfície. Portanto, se utilizado para fins agrícolas, é necessária a aplicação constante de adubos e corretivos para manter sua capacidade produtiva (CURCIO et al., 2023a).

Os Latossolos são encontrados em relevos com conformações amplas e suaves, com declividades geralmente baixas, variando de planas (0-3%) a suave onduladas (4-8%) e onduladas (9-20%). Eles ocupam diferentes posições nas encostas, desde o topo até o terço inferior da paisagem, e podem apresentar rampas com formas convexas-côncavas-convergentes, convexas-divergentes ou convexo-retilíneas. Essas características proporcionam um alto potencial de produção e rendimento para os sistemas agrícolas. Devido ao seu avançado processo de desenvolvimento pedogenético, os Latossolos têm como componente predominante a caulinita na fração argila, com a presença de óxidos. Isso confere a esses solos uma estrutura granular diferenciada quando encontrados em condições naturais (CURCIO et al., 2023b). Os **Latossolos Vermelhos Distroféricos** são derivados de rochas básicas, contém teores elevados de Fe<sub>2</sub>O<sub>3</sub> (óxido de ferro), MnO (monóxido de manganês) e TiO<sub>2</sub> (dióxido de titânio),

conhecidos anteriormente como Latossolos roxos, por sua cor característica são muito profundos, argilosos ou muito argilosos e de boas condições físicas. Já os **Latossolos Vermelhos Distróficos** são solos minerais com teores médios a altos de  $Fe_2O_3$  (óxido de ferro). Eles apresentam textura argilosa, muito argilosa ou média. Devido às suas características físicas e ao relevo plano ou suavemente ondulado, esses solos são favoráveis para a prática agrícola. No entanto, os Latossolos de textura média são mais pobres em nutrientes e podem ser facilmente degradados por compactação do solo e erosão. Portanto, é importante adotar práticas adequadas de manejo do solo para prevenir a compactação e implementar medidas de conservação do solo, a fim de evitar a perda de nutrientes e o desgaste do solo (EMBRAPA, 2021).

Os Neossolos são solos compostos por material mineral ou material orgânico pouco espesso, onde a manifestação dos atributos diagnósticos que caracterizam os processos de formação dos solos é insuficiente. Isso pode ocorrer devido à resistência do material de origem ou à influência limitante de outros fatores de formação, como clima, relevo ou tempo. Esses solos são predominantemente influenciados pelas características do material original e são classificados como solos pouco evoluídos, sem a presença de horizontes diagnósticos. Os Neossolos abrangem uma ampla variedade de ambientes climáticos, desde áreas com relevos bastante movimentados, como ondulados e montanhosos, até áreas planas influenciadas pelo lençol freático. Eles podem ser formados a partir de sedimentos aluviais ou da decomposição de rochas do pré-cambriano. Em áreas mais planas, os Neossolos, especialmente os de maior fertilidade natural (**Neossolos Eutróficos**) e maior profundidade, possuem potencial para uso agrícola. No entanto, os solos de baixa fertilidade natural (**Neossolos Distróficos**) e mais ácidos dependem mais da adubação e da calagem para corrigir a acidez do solo. Os Neossolos de textura arenosa, caracterizados pela baixa retenção de umidade, apresentam restrições para uso agrícola. Além disso, é importante restringir o uso desses solos quando próximos a cursos d'água, pois essas áreas são preservadas como matas ciliares. Em ambientes com relevos mais declivosos, os Neossolos rasos apresentam limitações significativas para uso agrícola devido à restrição à mecanização e à alta suscetibilidade aos processos erosivos. O manejo adequado dos Neossolos em áreas planas geralmente envolve a correção da acidez e dos teores prejudiciais de alumínio, de acordo com as necessidades da cultura. Para os Neossolos em encostas, além dessas medidas, é necessário adotar práticas conservacionistas devido à sua alta suscetibilidade à erosão (EMBRAPA, 2021).



# PEDOLOGIA DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- ARGISSOLOS VERMELHO-AMARELOS Distróficos
- LATOSSOLOS VERMELHOS Distróficos
- LATOSSOLOS VERMELHOS Distróficos
- NEOSSOLOS LITÓLICOS Distróficos
- NEOSSOLOS LITÓLICOS Eutróficos

## Convenções Cartográficas

- Distritos
- Localidades Rurais
- Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Área de proteção de manancial
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

Solo - EMBRAPA, 1999  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 250.000

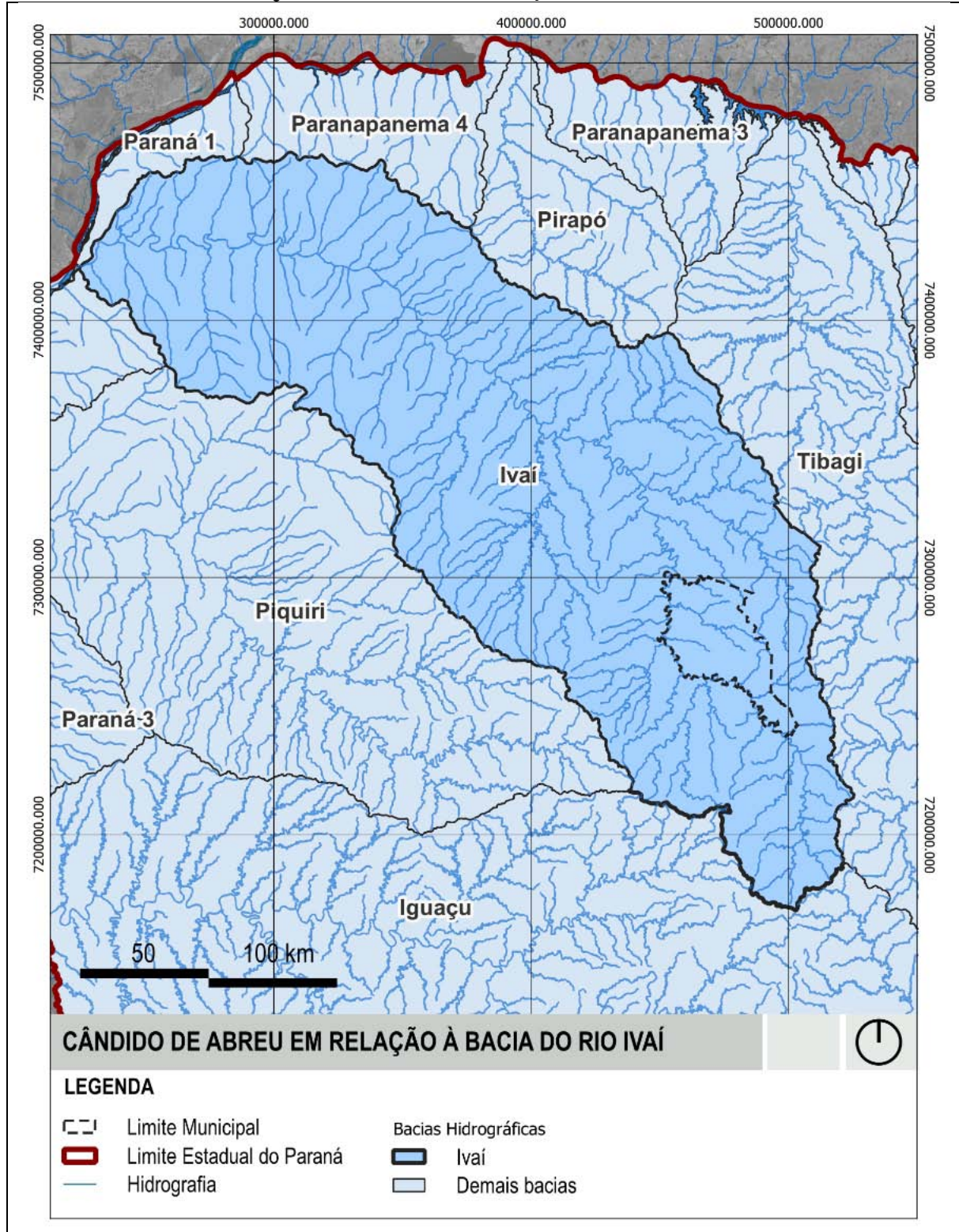
**Escala Gráfica:**



### 2.5 Recursos Hídricos

O Estado do Paraná possui 16 bacias hidrográficas: Bacia Litorânea, Ribeira, do Cinzas, do Iguaçu, do Paraná I, II e III, do Tibagi, do Ivaí, do Piquiri, do Pirapó, do Itararé e as bacias do Paranapanema I, II, III e IV. O município de Cândido de Abreu está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, que possui área total de drenagem de 36.899 km<sup>2</sup>, correspondentes a 26% do território paranaense (Figura 5). Constitui-se, dessa forma, como a segunda maior bacia hidrográfica do estado. O rio Ivaí nasce no município de Prudentópolis, através da confluência do rio dos Patos com o rio São João no segundo planalto e se estende por aproximadamente 685 km até sua confluência com o Rio Paraná. Seus principais afluentes são os rios Alonso, Paranaíba, e das Antas pela margem direita, e os rios Corumbataí, Mourão, Ligeiro e dos Índios pela margem esquerda. De acordo com a SEMA (2020), a principal atividade econômica da Bacia do Ivaí é a agropecuária, sendo as culturas mais importantes a cana de açúcar, soja, trigo e milho, havendo ainda pastagens. A área da bacia possuía 110 indústrias e as mais relevantes estão relacionadas com a agropecuária, sendo 36 fecularias, 31 laticínios, 13 destilarias, 7 curtumes, 3 usinas de açúcar, 7 de papel, 6 de óleos vegetais, entre outras (SEMA, 2020).

Figura 5: Cândido de Abreu em relação a Bacia do Rio Ivaí



Fonte: Elaborado com base em ANA, 2017.

O município de Cândido de Abreu possui uma vasta rede hídrica, sendo o próprio rio Ivaí determinador dos limites territoriais do município com Ariranha do Ivaí, Manoel Ribas, Pitanga, Boa Ventura de São Roque e Prudentópolis. Ao todo, Cândido de Abreu possui 15 sub-bacias de seus principais rios, são estes: rio do Tigre, rio



Branco, rio Ubazinho, rio Jacaré, rio Ranchinho, rio Chupador, rio da Vergonha, rio Alonzo ou rio do Peixe, rio Barra do Doutor, rio Areão, Arroio dos Andrades, Arroio Grande, Arroio da Cachoeira, rio dos Índios, rio Barreirinho, além da área de contribuição do rio Ivaí. A presença desses rios proporciona uma disponibilidade de recursos hídricos essenciais para a agricultura, pecuária e atividades industriais da região. Além disso, eles também oferecem oportunidades para atividades recreativas, como pesca e turismo natural.

Não obstante, é importante ressaltar as áreas de mananciais que fornecem água para abastecimento público no município. O abastecimento de Cândido de Abreu se dá pelo rio Coleixo, afluente do rio Ubazinho - rio que contorna o perímetro urbano na porção nordeste da sede do Município. Garantir a proteção dessa área e a qualidade da água para as gerações futuras é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população. Isso ocorre porque o crescimento populacional está diretamente relacionado ao aumento da demanda por água, o que coloca pressão sobre esses recursos hídricos. A qualidade da água é influenciada por diversos fatores, como a degradação de áreas de preservação permanente, ocupações irregulares, descarte inadequado de efluentes domésticos e industriais, entre outros. Portanto, é essencial que a área de manancial do rio Coleixo receba atenção e medidas específicas de tratamento. Isso envolve o controle do uso e ocupação do solo e dos recursos hídricos, e requer a participação de todas as esferas sociais. O Mapa 8 na sequência apresenta as sub-bacias do município e a rede hidrográfica, destacando a área de manancial do rio Coleixo.

450000.000

475000.000

500000.000

7300000.000

7275000.000

7250000.000

450000.000

475000.000

500000.000

# BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Arroio dos Andrades
- Arroio Grande
- Rio Alonzo ou Rio do Peixe
- Rio Areão
- Rio Barra do Doutor
- Rio Barreirinho
- Rio Branco
- Rio Chupador
- Rio da Vergonha
- Rio do Tigre
- Rio dos Índios
- Rio Ivaí
- Rio Jacaré
- Rio Ranchinho
- Rio Ubazinho

## Convenções Cartográficas

- Distritos
- Localidades Rurais
- Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Área de proteção de manancial
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

Bacias Hidrográficas - Modificado AGUASPARANA, 2019  
 Limite de Manancial - ECOTÉCNICA, 2012  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 250.000  
**Escala Gráfica:**



A caracterização dos rios localizados em áreas urbanas pode auxiliar na elaboração do diagnóstico de questões como poluição das águas, assoreamento, degradação das margens, desmatamento das matas ciliares e alterações no fluxo de água. Esses problemas podem afetar negativamente a qualidade da água, a biodiversidade, a segurança das áreas adjacentes e o bem-estar da população. Além disso, o diagnóstico dos rios urbanos permite a avaliação do impacto das atividades humanas sobre esses corpos d'água, como a disposição inadequada de resíduos sólidos, o lançamento de esgotos sem tratamento e o uso indiscriminado de produtos químicos. Com base nessas informações, podem ser desenvolvidas estratégias de gestão e ações corretivas para mitigar os impactos negativos e promover a revitalização dos rios. A partir do diagnóstico da situação dos rios localizados na sede urbana e nos distritos, podem ser desenvolvidos planos de manejo e recuperação, programas de educação ambiental, campanhas de conscientização e projetos de infraestrutura adequados.

O Mapa 9 expõe a hidrografia presente na sede urbana, sendo possível observar os cursos d'água Arroio Ponte Coronel, Rio Ubazinho (Figura 6) e o Arroio Três Barras como delimitadores físicos do perímetro urbano em algumas regiões da sede. Além de delimitadores do perímetro urbano, os cursos d'água também delimitam o sentido que a mancha urbana se espalha, devendo ser tomadas estratégias de contenção da ocupação a fim de evitar o avanço sobre as áreas de preservação ambiental, ou a impermeabilização do solo, diminuindo o risco de inundações e enchentes. Isso também vale para os distritos do Município, embora possuam menor densidade habitacional e maior distanciamento dos cursos d'água. No distrito de Rio do Tigre, o rio homônimo delimita o perímetro urbano (e o limite municipal de Cândido de Abreu) ao norte, sendo que um afluente deste secciona o distrito de oeste à leste. O distrito de Tereza Cristina é delimitado à oeste pelo rio Ivaí e ao sul por seu afluente – rio Ivaizinho, além de também ser seccionado por um curso d'água, do sul ao norte de seu perímetro. Já no distrito de Três Bicos um curso d'água afluente do rio Areão perpassa por algumas regiões, mas distante da mancha urbanizada. O Mapa 10 espacializa a hidrografia nos distritos urbanos de Cândido de Abreu.

Figura 6: Rio Ubazinho no Município de Cândido de Abreu



Fonte: Elaborado com base em Google Street View, 2018.



465000.000

467500.000

# HIDROGRAFIA NA SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Hidrografia
- Área Bacia do Rio Ubazinho

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Área de Proteção de Manancial
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Densidade Demográfica - IBGE, 2010  
 Limite de Manancial - ECOTÉCNICA, 2023  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000

**Escala Gráfica:**

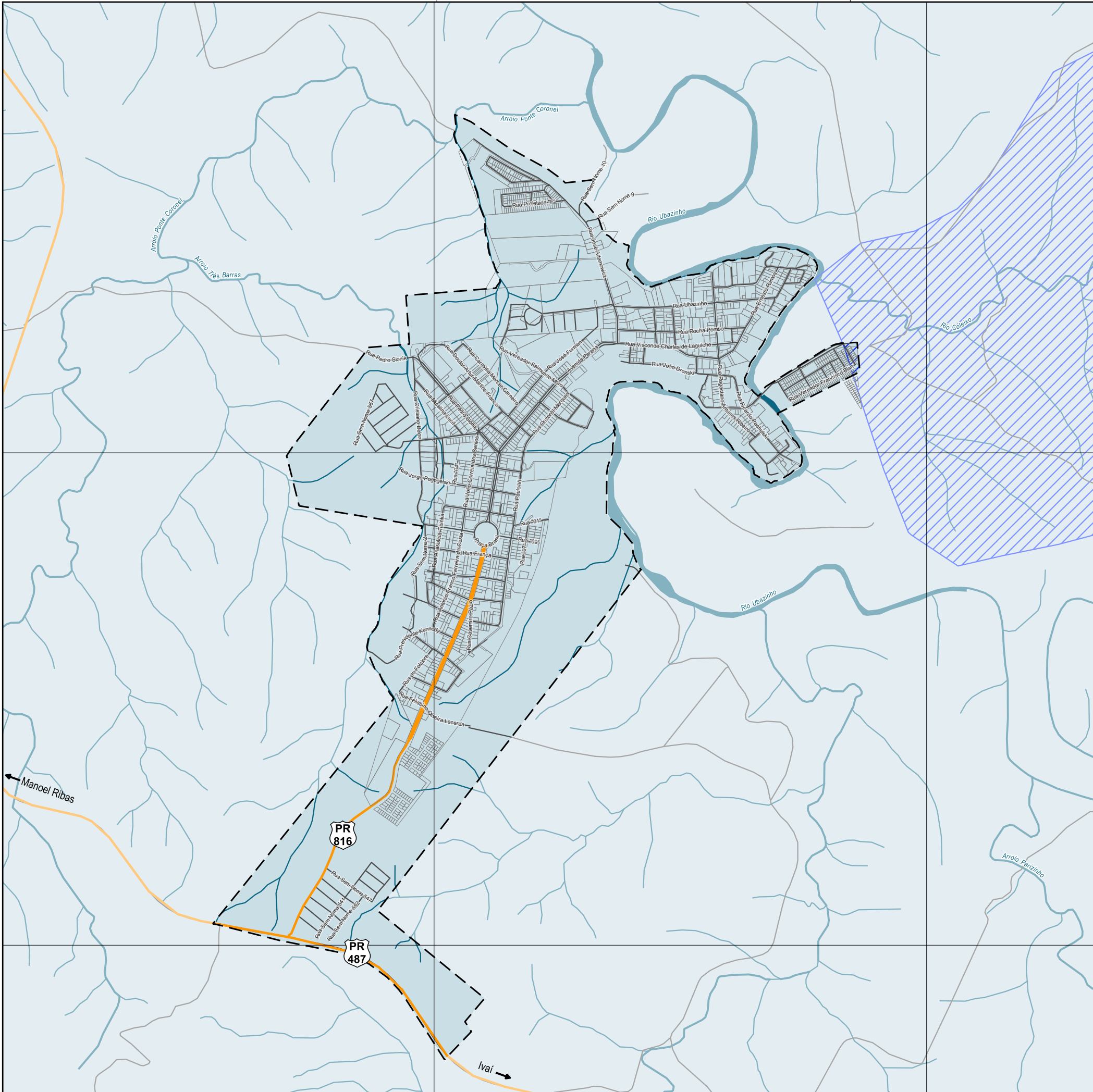


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000



# HIDROGRAFIA NOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Hidrografia
- Bacias Hidrográficas
  - Arroio dos Andrades
  - Rio Areão
  - Rio Barra do Doutor
  - Rio do Tigre
  - Rio Ivai

## Convenções Cartográficas

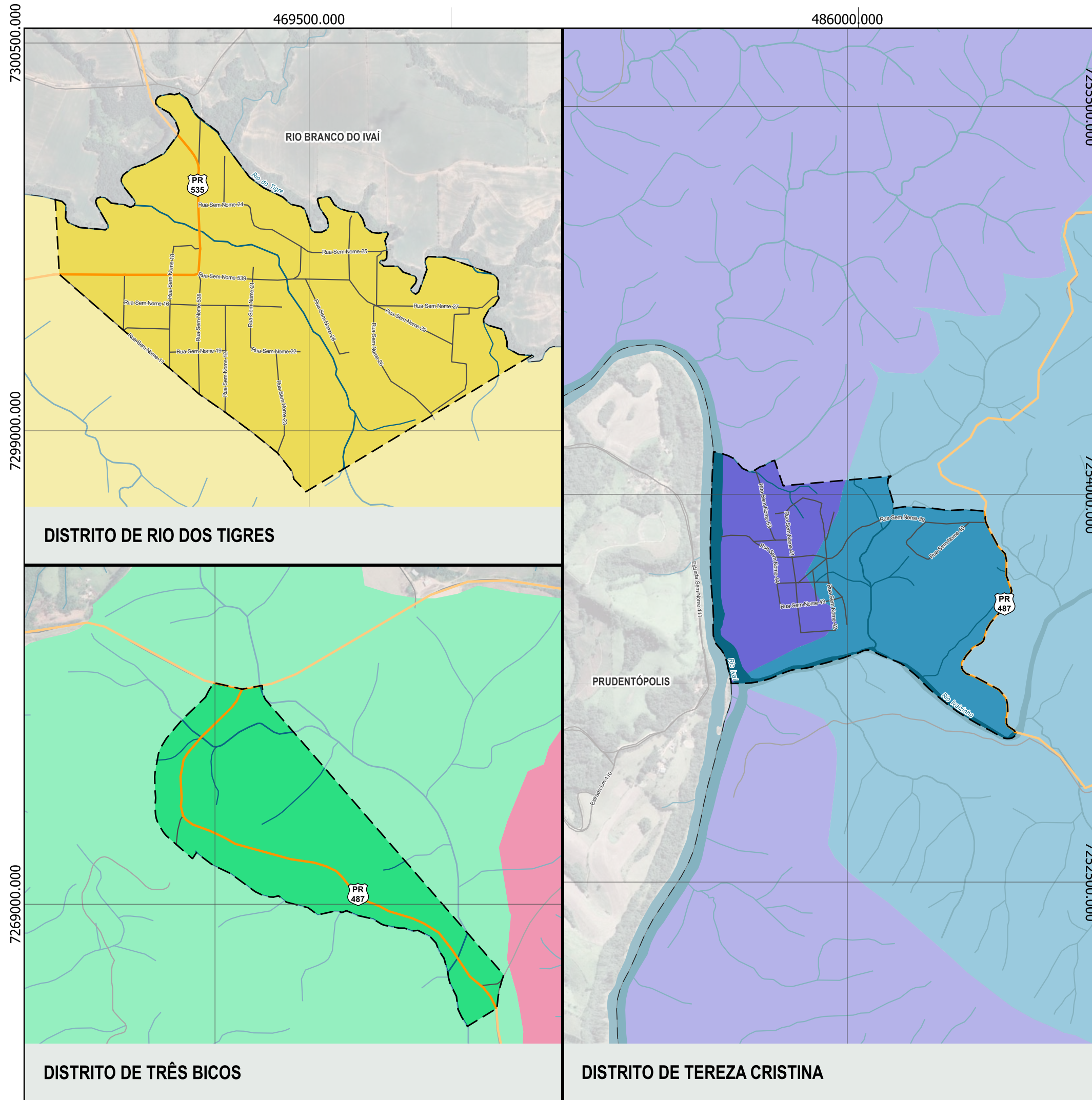
- Malha Viária
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

## Fonte de Dados

Bacias Hidrográficas - ÁGUASPARANÁ, 2019  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000  
 Data: Julho/2023

Escala: 1 : 15.000  
 Escala Gráfica:



DISTRITO DE RIO DOS TIGRES

DISTRITO DE TRÊS BICOS

DISTRITO DE TEREZA CRISTINA

PRUDENTÓPOLIS

RIO BRANCO DO IVAÍ

480000.000

486000.000

7300500.000

7299000.000

7269000.000

469500.000

486000.000

7300500.000

7254000.000

7252500.000

## 2.6 Cobertura Vegetal

A vegetação desempenha um papel vital na biodiversidade, fornecendo habitat, estabilidade climática e do solo. A presença de florestas é crucial para serviços ambientais, ecossistêmicos e para o sustento humano. A Mata Atlântica, bioma característico da região, é composta por um mosaico de diferentes formações florestais e ecossistemas associados, apresentando variações em termos de estrutura e composição de espécies, de acordo com as características de cada ambiente (IBF, 2020). Essa diversidade ambiental contribui para a existência de uma grande variedade de fisionomias, resultando em uma evolução de espécies muito rica e um alto grau de endemismo. A Mata Atlântica é reconhecida pela sua biodiversidade significativa, vasta extensão territorial e importância global. No entanto, também está entre os cinco principais *Hotspots* (áreas de grande relevância para a conservação) do mundo, devido ao ritmo acelerado de degradação e exploração que tem enfrentado (SANTOS, 2010).

No Paraná, a cobertura florestal diminuiu drasticamente de 83% para apenas 13% devido à exploração dos recursos naturais. No Vale do Ivaí, ocorreu um declínio ambiental acentuado desde a década de 40, com substituição das florestas por monoculturas agrícolas, resultando em apenas 1% de vegetação nativa restante, ou seja, 633,16 hectares em toda a região do vale (SOS MATA ATLÂNTICA, 2019). Esse histórico de degradação ambiental resultou na fragmentação e isolamento dos remanescentes florestais, alterando o uso do solo e aumentando a pressão humana sobre os recursos escassos. Além disso, houve deslocamento da fauna em busca de recursos, resultando em competição intra e interespecífica em áreas de vegetação reduzida e perda de biodiversidade.

A paisagem da região apresenta um cenário composto por mosaicos, nos quais pode-se encontrar remanescentes de vegetação de diversos tamanhos e níveis de conectividade, inseridos em meio a áreas urbanas e rurais modificadas pelo impacto humano, como é possível observar na Figura 7. É importante ressaltar que os maiores fragmentos florestais são encontrados nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), que são áreas legalmente designadas para a conservação da vegetação e dos recursos naturais. Esses fragmentos florestais permitem a conexão entre diferentes áreas ecológicas, formando corredores que garantem a sobrevivência das espécies e mantêm os processos ecológicos, reduzindo os efeitos negativos da fragmentação do habitat.

Figura 7: Paisagem em mosaicos no território de Cândido de Abreu



Legenda: A) paisagem do ambiente rural; B) paisagem do ambiente urbano  
Fonte: MAPIO, 2007; Google Earth Satellite, 2023.

O Mapa 11 foi elaborado com base nos dados obtidos por meio dos procedimentos metodológicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, para a análise e descrição da vegetação presente no território brasileiro. Esses procedimentos envolveram um processo complexo de identificação da cobertura vegetal e outras características predominantes do território. Quando a cobertura vegetal já não é mais predominante em determinadas áreas, o mapeamento indica a presença de "formações agrossilvipastoris". Essa categorização representa regiões onde a cobertura vegetal foi amplamente substituída pelos processos de agricultura, pecuária e pastagem. Essas atividades humanas têm influência significativa na paisagem, alterando a composição e estrutura original da vegetação. Além das áreas de formação agrossilvipastoris e áreas de influência urbana (sede urbana do município), são apontadas duas tipologias de vegetação, sendo estas Florestamento/Reflorestamento e Floresta Ombrófila Mista Montana (Floresta de Araucária), descritas na sequência:

**Áreas de Florestamento/Reflorestamento:** de acordo com o IBGE, é possível separar perfeitamente as áreas reflorestadas das florestas naturais e secundárias com auxílio de imagens de satélites, mas é quase impossível afirmar qual é a espécie utilizada no reflorestamento, mesmo em se tratando de grupos bem diferentes, como, por exemplo: Eucalyptus e Pinus, ou mesmo Coniferales em geral. O florestamento refere-se ao plantio de árvores em áreas que não possuíam cobertura florestal significativa anteriormente. Essas áreas podem ser terras agrícolas abandonadas, áreas urbanas, pastagens degradadas ou outras áreas semelhantes, o florestamento é uma forma de criar novas florestas e aumentar a área total de cobertura florestal em uma região. Já o reflorestamento envolve a restauração de áreas florestais que foram degradadas ou desmatadas. Isso pode incluir a replantação de árvores em áreas onde a vegetação original foi removida, seja por atividades humanas, como a exploração madeireira ou a conversão de terras para agricultura, ou por eventos naturais, como incêndios florestais. O reflorestamento tem como objetivo recuperar a estrutura e a composição da floresta original e restabelecer as funções ecológicas do ecossistema.

**Floresta Ombrófila Mista Montana (Floresta de Araucária):** esta formação, preservada atualmente em poucas localidades, como o Parque Nacional do Iguaçu (PR), ocupava quase inteiramente o planalto acima de 500 m de altitude, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Porém, na década de 1950, nas grandes

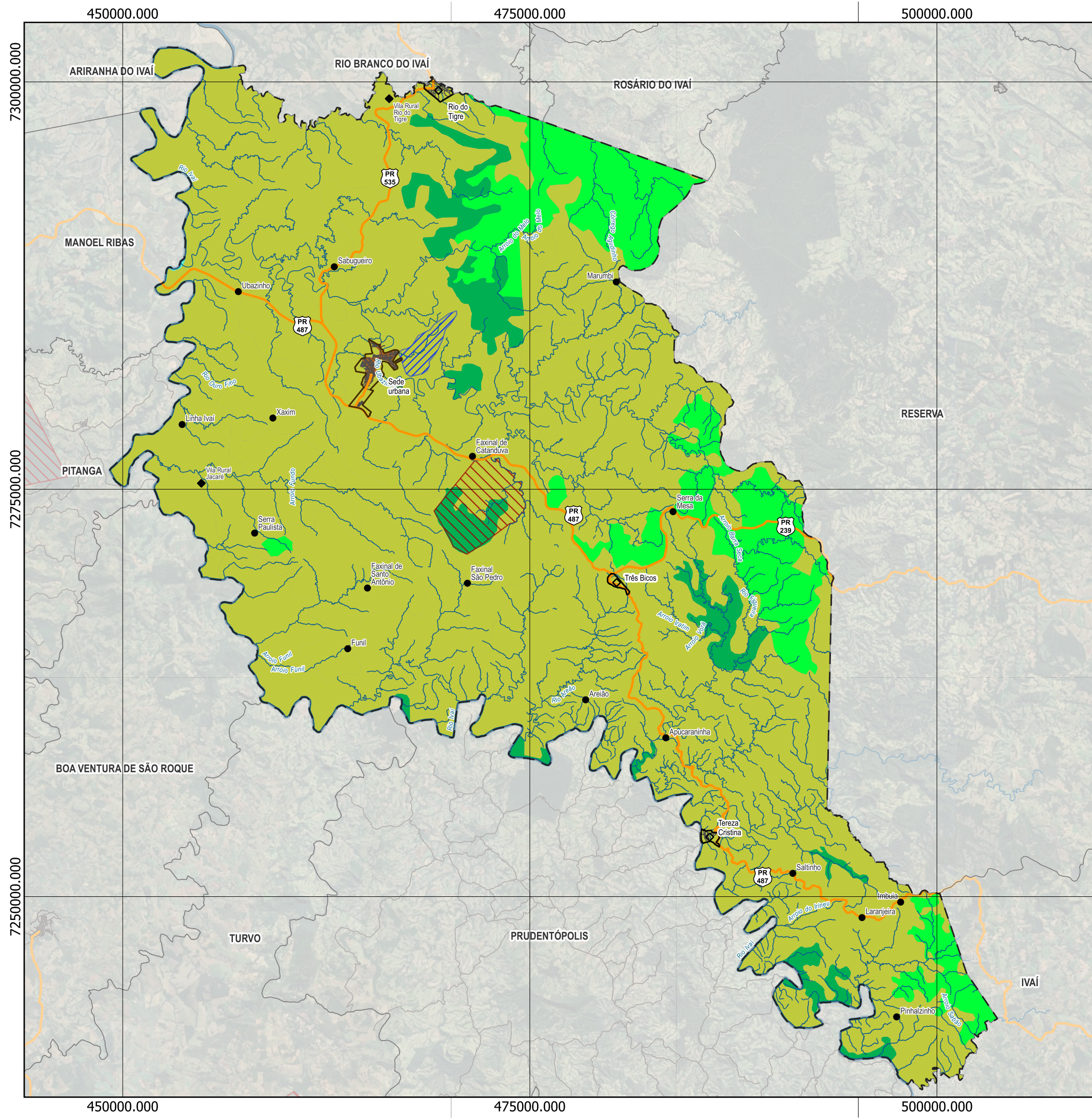
extensões de terrenos situados entre as cidades de Lages (SC) e Rio Negro (PR), podia-se observar a *Araucaria angustifolia* ocupando e emergindo da submata de *Ocotea pulchella* (canela-do-brejo) e *Ilex paraguariensis* (erva-mate), acompanhada de *Cryptocarya aschersoniana* (pau-canela) e *Nectandra megapotamica* (canela). Ao norte do Estado de Santa Catarina e ao sul do Estado do Paraná, o pinheiro-brasileiro ou pinheiro-do-paraná estava associado à imbuia, formando agrupamentos bem característicos; atualmente grandes agrupamentos gregários foram substituídos pela monocultura de soja e trigo, intercaladas. Na década de 1920, consideráveis disjunções de araucária existentes no vale do Rio Itajaí-Açu, associadas a *Ocotea catharinensis* (canela-preta), foram quase inteiramente devastadas, restando pequenos remanescentes sem expressão paisagística e econômica. Esta espécie, que ocupava cerca de 70% do Planalto Meridional, restringe-se, atualmente, a poucos indivíduos isolados nos pontos inacessíveis ou de permeio a grandes culturas de soja e trigo (IBGE, 2012).

É relevante destacar a presença dessas tipologias vegetais na área de manancial do rio Coleixo. É possível encontrar algumas áreas com maciços vegetais da floresta de araucárias, principalmente no território indígena inserido nessa região. Por outro lado, é importante ressaltar que a maior parte da área de manancial é dominada por formações agrossilvipastoris. Diante desse cenário, são necessárias ações que busquem uma conservação mais efetiva na área de manancial de abastecimento público, a fim de evitar maiores perdas de florestas que desempenham um papel crucial no meio biótico. A Tabela 4 apresenta as áreas de cobertura das tipologias vegetais presentes no município de Cândido de Abreu.

Tabela 4: Áreas de cobertura das tipologias vegetais em Cândido de Abreu

TIPOLOGIA VEGETAL	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Formações Agrossilvipastoris	127.606	84,06%
Florestamento / Reflorestamento	16.585	10,92%
Floresta Ombrófila Mista Montana (Floresta de Araucárias)	7.394	4,87%
Influência Urbana	207,23	0,13%
<b>Total</b>	<b>151.792,23</b>	<b>99,98%</b>

Fonte: IBGE, 2021.



# TIPOLOGIAS VEGETAIS EM CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Tipologias vegetais
- Formações Agrossilvipastoris
  - Floresta Ombrófila Mista Montana (Floresta de Araucárias)
  - Florestamento / Reflorestamento
- Outras tipologias
- Influência Urbana

## Convenções Cartográficas

- Distritos
- Localidades Rurais
- Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Área de proteção de manancial
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

Tipologias vegetais - IBGE, 2021.  
 Limite de Manancial - CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W

**Data:** Referencial Planimétrico SIRGAS 2000 Junho/2023

**Escala:** 1 : 250.000

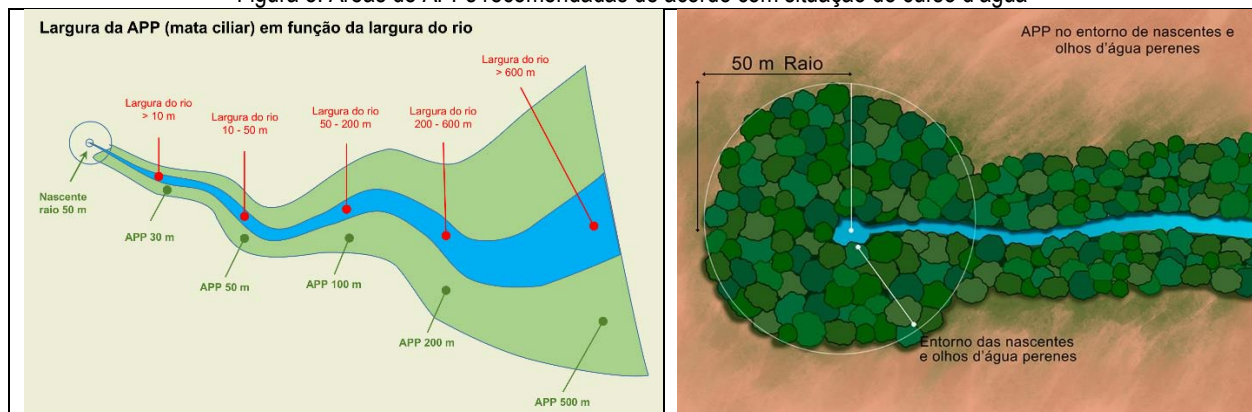
**Escala Gráfica:**



## 2.6.1 Áreas de Preservação Permanente e Matas Nativas

As Áreas de Preservação Permanente (APP) são áreas protegidas pela Lei Federal nº 12.651/2012, conhecida como o "Novo Código Florestal Brasileiro". Essas áreas, cobertas ou não por vegetação nativa, têm como objetivo preservar recursos hídricos, paisagens, estabilidade geológica, biodiversidade, fluxo genético de fauna e flora, proteger o solo e garantir o bem-estar das populações humanas (SNIF, 2019). De acordo com o Art. 4º da referida lei, são consideradas áreas de preservação permanente as florestas e outras formas de vegetação natural situadas em faixas marginais de cursos d'água, áreas ao redor de lagos e lagoas naturais, áreas próximas a reservatórios de água artificiais, nascentes, encostas íngremes, restingas, manguezais, bordas de tabuleiros ou chapadas, topos de morros, montes, montanhas e serras, áreas em altitude superior a 1.800 metros e veredas. (BRASIL, 2012). Neste documento, serão abordadas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) associadas aos corpos hídricos, como rios, córregos e nascentes, considerando as particularidades do município. A Figura 8 ilustra a largura mínima de vegetação a ser preservada nas margens dos cursos d'água, levando em conta suas dimensões. A adoção de diferentes larguras para as APPs depende da largura do corpo d'água, garantindo que a vegetação ciliar seja adequada para a proteção das margens e a manutenção da qualidade da água

Figura 8: Áreas de APPs recomendadas de acordo com situação do curso d'água



Fonte: ECOBRASIL, 2023.

A intervenção ou supressão de vegetação nativa em APP só é permitida em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental previstos na Lei. Quando ocorre a supressão da vegetação em APP, o proprietário, possuidor ou ocupante é obrigado a promover a recomposição da vegetação, exceto nos casos de usos autorizados pela Lei. Nas APPs, somente são autorizadas atividades agrossilvipastoris, ecoturismo e turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. A faixa a ser recomposta nessas situações depende do tamanho da propriedade, e os métodos de recomposição são definidos na referida legislação. No entanto, a Lei Federal nº 14.285, sancionada em 29 de dezembro de 2021, trouxe alterações às Áreas de Preservação Permanente (APPs) presentes no Código Florestal, visando resolver os conflitos entre proprietários de imóveis às margens de cursos d'água e os órgãos ambientais. Anteriormente, os critérios para definir a faixa de proteção nas APPs eram estabelecidos pelo Código Florestal. A nova lei permite que as legislações municipais ou distritais determinem as dimensões das faixas marginais nas áreas urbanas consolidadas em APPs.

Dessa forma, embora o Código Florestal estabeleça faixas marginais de 30 a 500 metros, as leis municipais agora podem definir larguras diferentes, desde que respeitem alguns requisitos, como a não ocupação de áreas de risco de desastres, diretrizes de planos de recursos hídricos, planos de bacias, planos de drenagem ou planos de saneamento básico, se existirem. Além disso, devem ser considerados casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, conforme definido pelo Código Florestal (BRASIL, 2021a). É necessário também consultar o conselho de meio ambiente responsável e realizar um diagnóstico socioambiental próprio.

De acordo com a administração municipal, as margens de rios e nascentes, em sua maioria, estão protegidas. No entanto, ainda há resistência por parte dos pequenos produtores em cumprir totalmente a legislação, pois alegam que isso resultaria na perda de uma parte significativa de suas propriedades e na redução do espaço disponível para a produção. Para lidar com essa questão, o cadastramento do CAR (Cadastro Ambiental Rural) foi implementado, permitindo que os produtores iniciem o processo de regularização das propriedades que apresentam irregularidades (CÂNDIDO DE ABREU, 2023aa).

Em relação às matas nativas, também conhecidas como florestas nativas, são ecossistemas de vegetação exuberante e diversificada que se desenvolvem naturalmente em determinadas regiões, sem intervenção humana direta. Essas preciosidades naturais são formadas por uma variedade única de árvores, plantas, animais e microrganismos, estabelecendo um equilíbrio delicado e essencial para a sustentação da vida. Compostas por uma profusão de espécies vegetais, as matas nativas oferecem abrigo, alimento e condições ideais para a reprodução de inúmeras formas de vida, desde as menores criaturas até raras espécies de fauna e flora. Suas copas entrelaçadas proporcionam um microclima propício para a manutenção da umidade do solo, regulação do clima regional e conservação dos recursos hídricos.

De acordo com o mapeamento realizado pelo IAT (2020), as matas nativas em Cândia de Abreu perfazem um total de 561,66 km<sup>2</sup> (56.166 hectares). Estas florestas podem ser caracterizadas pelas seguintes tipologias: Floresta Estacional Semi-Decidual; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Ombrófila Densa, Aluviais, Submontana, Montana e Altomontana.

No Mapa 12 é apresentada as áreas de mata nativa e das APPs no município. As APPs foram delimitadas com base em um distanciamento de 30 metros em relação aos principais cursos d'água do município, que são caracterizados por rios com larguras inferiores a 10 metros. No caso do rio Ivaí, que apresenta larguras variando de 50 a 200 metros ao longo de seu curso, foi estabelecido um distanciamento de 100 metros. Não obstante, foi realizada uma análise das áreas de APPs em sobreposição com as matas nativas, com o objetivo de compreender a situação de preservação das APPs associadas aos cursos d'água no município. Deste modo, as APPs abrangem uma extensão total de 17.000 hectares, o que corresponde a 11,23% de todo o território municipal. Dessa área, cerca de 7.362 hectares estão cobertos pela vegetação nativa, representando aproximadamente 43,30% das APPs. Já os demais 56,70% das APPs compõem as porções que não estão cobertas por matas nativas, indicando áreas potencialmente degradadas ou desprotegidas.



## MATA NATIVA E APPs EM CÂNDIDO DE ABREU

### LEGENDA

- Área de mata nativa
- APPs sem vegetação nativa
- APPs com vegetação nativa

### Convenções Cartográficas

- ◇ Distritos
- Localidades Rurais
- ◆ Vilas Rurais
- Malha Viária
- Rodovias Estaduais
- ▨ Área de proteção de manancial
- ▭ Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- ▭ Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- ▭ Perímetro urbano - Distritos
- ▭ Perímetro urbano - Sede
- ▭ Território indígena - Faxinal

### Fonte de Dados

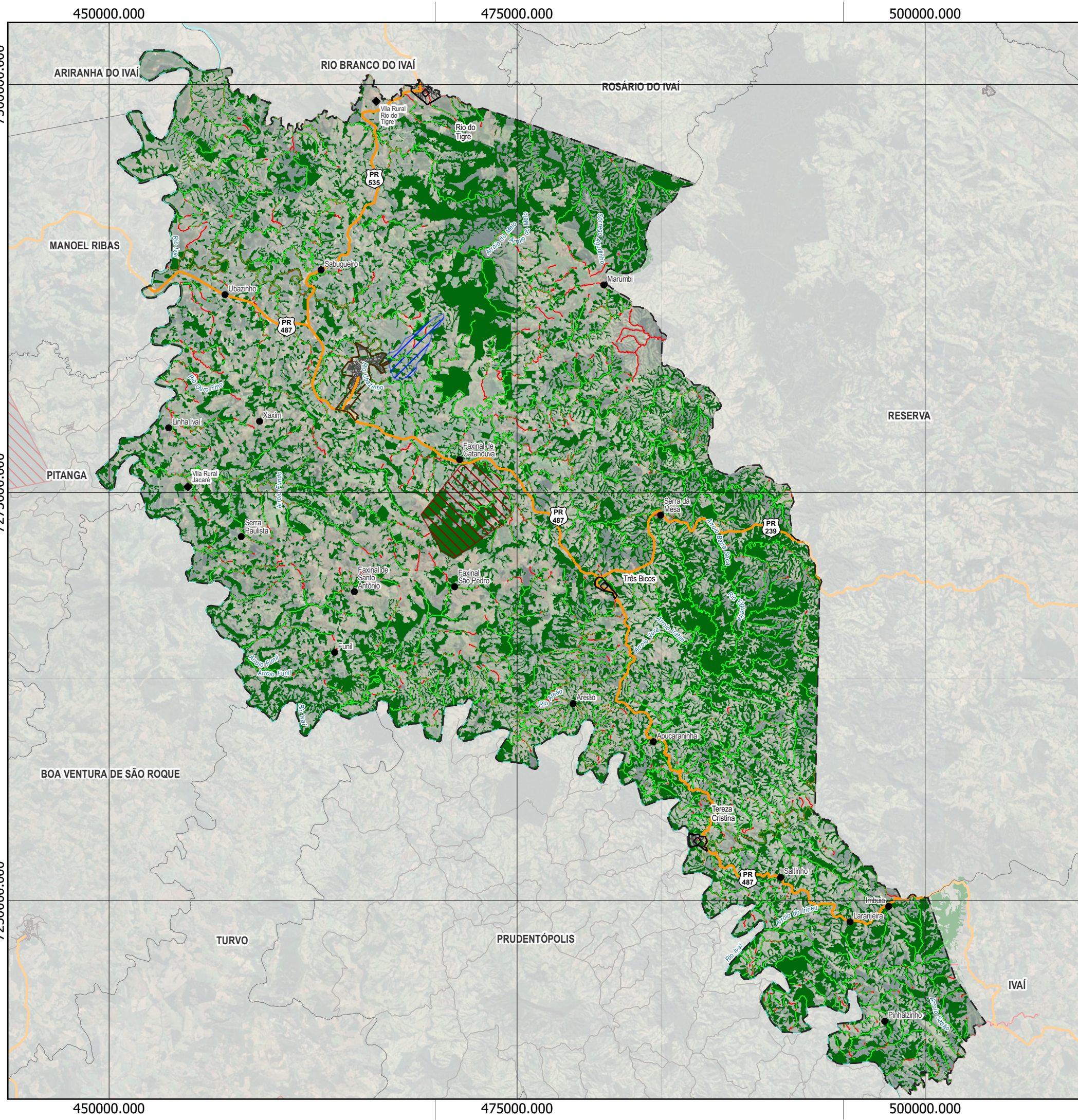
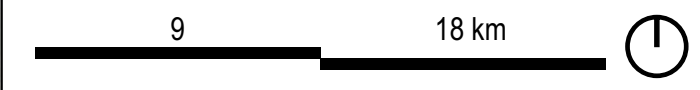
Área de Preservação Permanente - ECOTÉCNICA, 2023.  
 Mata Nativa - IAT, 2021.  
 Limite de Manancial - CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 250.000

**Escala Gráfica:**



## 3 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Neste item são analisadas as condições socioeconômicas municipais no que se refere aos índices de desenvolvimento da população, a base econômica municipal e o emprego e renda dos habitantes de Cândido de Abreu.

### 3.1 Dinâmica Demográfica

O presente tópico analisa a dinâmica populacional ao longo das últimas décadas no município de Cândido de Abreu, indicando a evolução do contingente de habitantes no passado para permitir projetar o seu crescimento futuro. A dinâmica demográfica possui um papel fundamental na determinação do crescimento econômico de uma localidade, tanto para efeitos estatísticos quanto para o entendimento das estruturas e distribuição das diversas populações de um município.

Nesse sentido, são abordados: o crescimento populacional ao longo das últimas décadas, além da estimativa populacional para os próximos anos e a maneira como essa população se distribui pelo território municipal.

#### 3.1.1 Crescimento Populacional e Grau de Urbanização

Segundo dados do IBGE, a população recenseada em Cândido de Abreu em 2022 foi de 14.606 pessoas (IBGE, 2022a), demonstrando retração de 8,5% em relação ao Censo em 2010, quando havia o total de 16.655 habitantes, que em termos absolutos, apresentaria o total de 1.411 habitantes a menos do que no ano de 2010. A tendência de queda ocorre desde a década de 2000. A tabela a seguir contém os dados da evolução e a comparação urbana/rural dos habitantes. Com base no percentual de variação populacional no período de 2010 a 2022, foram estimadas as populações urbana e rural residentes.

Tabela 5: População municipal total e localização rural/urbana.

ANO	URBANA		RURAL		TOTAL	
	POPULAÇÃO	EVOLUÇÃO	POPULAÇÃO	EVOLUÇÃO	POPULAÇÃO	EVOLUÇÃO
1991	3.958	-	17.649	-	21.607	-
2000	4.684	18,3%	14.111	-20,0%	18.795	-13,0%
2010	4.752	1,5%	11.903	-15,6%	16.655	-11,4%
2022	4.349	-8,5%	10.895	-8,5%	15.244	-8,5%

Fonte: Atlas Brasil, 2013. IBGE, 2022a.

Como é possível ver na Tabela 5, a população do município foi majoritariamente rural até o Censo 2010. Observa-se que no período entre os anos de 1991 e 2000 houve um expressivo aumento populacional de 18,3% dos habitantes urbanos. Na década seguinte, a população urbana teve acréscimo de 1,5%. Já a população rural apresentou queda de 20% entre os anos de 1991 e 2000 e queda de 15,6% entre os anos de 2000 e 2010. E, em 2022, a população do município apresentou queda de 8,5%.

A Taxa de Crescimento Geométrico (TCG) populacional do município apresenta decréscimos sugerindo saldo migratório negativo, conforme pode-se observar na Tabela 6.

Tabela 6: Taxa de crescimento geométrico em Cândido de Abreu

TERRITORIALIDADE	1980	1991	2000	2010
<b>Urbana (%)</b>	8,95	4,86	1,91	0,14
<b>Rural (%)</b>	1,77	0,81	-2,48	-1,69
<b>Total (%)</b>	2,43	1,43	-1,55	-1,2

Fonte: IPARDES, 2023a.

Com relação a distribuição de população nos distritos, o maior contingente populacional está na sede, que representou 70,04% dos habitantes municipais no ano de 2010. Conforme pode ser observado na Tabela 7, entre os anos de 2000 e 2010 houve decréscimos no número de habitantes da população rural e acréscimos na população urbana da sede e do distrito de Três Bicos de respectivamente, 3,23% e 2,63%. Com relação à população de Rio do Tigre, como não é considerado um distrito administrativo segundo o IBGE, não foi possível realizar o comparativo de evolução populacional no mesmo.

Tabela 7: População da sede e distritos – 2000/2010

DISTRITO	2000			2010		
	TOTAL (HAB)	URBANA (HAB)	RURAL (HAB)	TOTAL (HAB)	URBANA (HAB)	RURAL (HAB)
<b>Cândido de Abreu (sede)</b>	12.512	4.058	8.454	11.666	4.189	7.477
<b>Tereza Cristina</b>	2.254	550	1.704	1.737	485	1.252
<b>Três Bicos</b>	4.029	76	3.953	3.252	78	3.174
<b>Rio do Tigre</b>	*	*	*	*	*	*
<b>TOTAL</b>	18.795	4.684	14.111	16.655	4.752	11.903

Fonte: IBGE, 2000, 2010. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Diante da inexistência de projeções atualizadas dos órgãos oficiais para o horizonte do Plano Diretor Municipal, não se pode afirmar se a taxa de variação demográfica de -8,5% que ocorreu entre 2010 e 2022 irá permanecer até 2033. Admitindo que essa taxa seja mantida, utilizou-se o critério de estimativa pela taxa de crescimento negativa anual de -0,71%, resultando em 4.012 habitantes urbanos, 10.049 habitantes rurais e 14.060 habitantes municipais para 2033 (Tabela 8).

Tabela 8: População censitária e estimativas populacionais

DISTRITO	2010			2022			2033		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
	(HAB)	(HAB)	(HAB)	(HAB)	(HAB)	(HAB)	(HAB)	(HAB)	(HAB)
<b>Cândido de Abreu (sede)</b>	11.666	4.189	7.477	10.678	3.834	6.844	9.848	3.536	6.312
<b>Tereza Cristina</b>	1.737	485	1.252	1.590	444	1.146	1.466	409	1.057
<b>Três Bicos</b>	3.252	78	3.174	2.976	71	2.905	2.745	66	2.679
<b>Rio do Tigre</b>	*	*	*	*	*	*	*	*	*
<b>TOTAL</b>	16.655	4.752	11.903	15.244	4.349	10.895	14.060	4.012	10.049

Fonte: IBGE, 2010, 2022. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Destaca-se que existe estimativa populacional realizada pela prefeitura municipal para as áreas urbanas de Tereza Cristina, Três Bicos e Rio do Tigre no ano de 2023, conforme a Tabela 9 a seguir. Em Rio do Tigre foi necessário utilizar a estimativa municipal da população residente para projetar a população de 2033. Utilizando a mesma taxa de -0,71% anual prevista pelo IBGE e a partir da população prevista pelo município, estima-se que haja 350 munícipes em Rio do Tigre no ano de 2033.

Tabela 9: Estimativas populacionais dos distritos - 2023-2033

NOME	POPULAÇÃO URBANA 2023 (HAB)	ESTIMATIVA 2033
<b>Tereza Cristina</b>	507	468
<b>Três Bicos</b>	533	492
<b>Rio do Tigre</b>	380	350

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2023aa. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Como o número de habitantes urbanos em Tereza Cristina, Três Bicos e Rio do Tigre é maior na estimativa utilizando a previsão feita com base nos números do município, a presente análise será alinhada com a projeção baseada nos números municipais. Já para a área urbana da sede será adotada a população projetada com base nos números previstos pelo IBGE.

Em relação à quantidade de domicílios, conforme o Censo 2010 havia no município naquele ano o total de 4.882 domicílios particulares permanentes, destes 1.511 eram urbanos. Houve maior concentração de domicílios na área rural, sendo que nas áreas urbanas a maior concentração foi na sede, seguido de Tereza Cristina e Três Bicos, como exposto na Tabela 10. Atualmente, conforme informações do Censo 2022, Cândido de Abreu possui o total de 5.588 domicílios particulares permanentes e uma média de 2,73 moradores por domicílio, apresentando o acréscimo em 14,46% comparado ao total do ano de 2010 (IBGE, 2022a).

Tabela 10: Total de Domicílios Particulares Permanentes - 2010

DISTRITO E MUNICÍPIO	TOTAL	URBANA	RURAL
<b>Sede</b>	3.469	1.351	2.118
<b>Tereza Cristina</b>	486	138	348

DISTRITO E MUNICÍPIO	TOTAL	URBANA	RURAL
Três Bicos	927	22	905
Rio do Tigre	*	*	*
<b>TOTAL</b>	<b>4.882</b>	<b>1.511</b>	<b>3.371</b>

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Comparando com os municípios da Região Geográfica Imediata (RGI) de Ivaiporã, Cândido de Abreu apresenta um valor relativamente baixo para a região em relação ao seu grau de urbanização, colocando-se na penúltima posição nesse quesito entre os 15 municípios elencados na Tabela 11.

Tabela 11 Evolução do Grau de Urbanização na RGI de Ivaiporã

LOCALIDADE	1980	1991	2000	2010
Ivaiporã	40,73	61,29	80,23	86,24
Faxinal	35,04	55,75	80,45	78,09
São João do Ivaí	26,9	58,93	70,99	77
Lunardelli	-	38,14	47,71	69,65
Jardim Alegre	27,08	41,96	52,18	58,19
Grandes Rios	14,45	35,64	48,3	53,74
Manoel Ribas	15,24	38,07	50,05	51,67
Lidianópolis	-	-	38,49	51,5
Rosário do Ivaí	-	24,14	34,46	48,69
Cruzmaltina	-	-	34,14	47,53
Godoy Moreira	-	23,84	38,27	46,36
Arapuã	-	-	28,98	37,46
Ariranha do Ivaí	-	-	24,18	36,85
<b>Cândido de Abreu</b>	<b>12,7</b>	<b>18,32</b>	<b>24,92</b>	<b>28,53</b>
Rio Branco do Ivaí	-	-	24,61	23,58

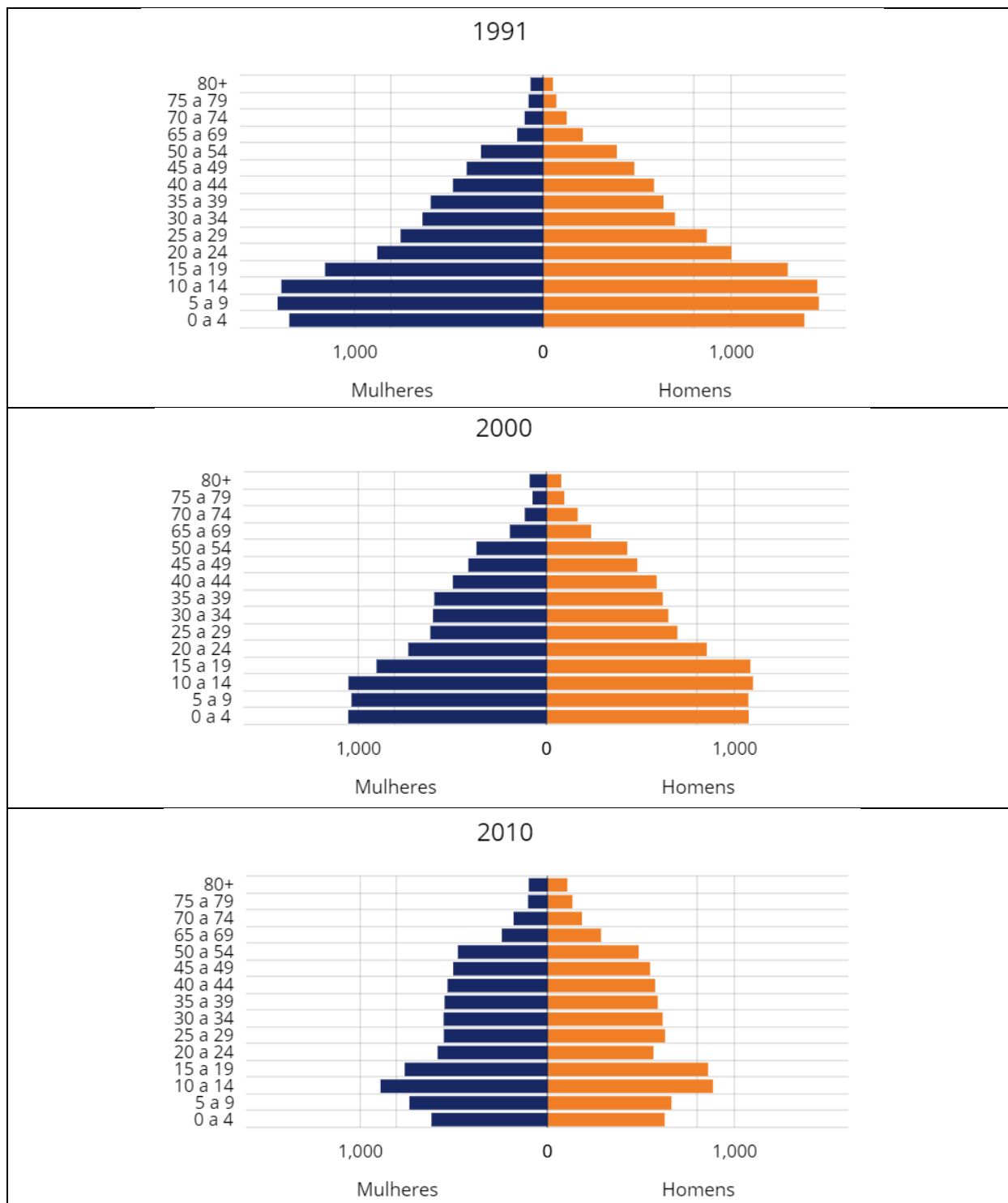
Fonte: IPARDES, 2023a.

### 3.1.2 Estrutura Populacional

A estrutura populacional do município pode ser analisada a partir da pirâmide etária que aponta a distribuição por sexo, segundo grupos de idades. Este diagrama comumente aplicado tem seguido uma tendência de evolução, que pode ser verificada para o Brasil e o estado do Paraná, relacionada ao desenvolvimento socioeconômico da população, onde se vê graficamente a redução da base e o alargamento do topo.

Esse movimento pode ser verificado na evolução da pirâmide etária de Cândido de Abreu (Figura 9) ao longo dos 20 anos que se passaram entre os censos de 1991 e 2010. Observa-se significativa diminuição da base entre as faixas de 0 a 14 anos, representando a redução da taxa de natalidade, ao mesmo tempo que se vê o aumento do número de pessoas na faixa acima de 60 anos, representando a redução da taxa de mortalidade. Essa estrutura aponta para o envelhecimento da população que pode ser verificado através da taxa de envelhecimento, que é a razão entre a população com mais de 65 anos e a população total. Nas duas últimas décadas, Cândido de Abreu apresentou crescimento da taxa de envelhecimento, registrando 5,32%, em 2000, e 8,03%, em 2010.

Figura 9: Pirâmides Etárias – 1991/2000/2010



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Censos Demográficos 1991, 2000, 2010.

Os dados detalhados da estrutura populacional de Cândido de Abreu no ano de 2010 estão apresentados na Tabela 12, a seguir. Nesta, é possível verificar que a maior parte da população cândido-abrãoense ainda era jovem, sendo, cerca de 50,3% da população com idades entre 0 e 29 anos. Dentre estes, a faixa etária com maior população era aquela entre 10 e 14 anos, que somou 882 pessoas (10,7% do total). Os idosos com idade acima de 65 anos eram a menor parcela, somando, aproximadamente, 8% da população.

Com relação à distribuição por sexo nas faixas etárias para o município, verifica-se que a divisão entre homens e mulheres se mantinha bastante equilibrada, sendo 48,7% mulheres e 51,3% homens.

Tabela 12: População Censitária Segundo Faixa Etária e Sexo - 2010

FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINA	FEMININA	TOTAL	% do Total
<b>Com até 14</b>	<b>2.166</b>	<b>2.256</b>	<b>4.422</b>	<b>26,6%</b>
- Menores de 1 ano	106	114	220	1,3%
- De 1 a 4	518	508	1.026	6,2%
- De 5 a 9	660	740	1.400	8,4%
- De 10 a 14	882	894	1.776	10,7%
<b>De 15 a 64</b>	<b>5.676</b>	<b>5.219</b>	<b>10.895</b>	<b>65,4%</b>
- De 15 a 19	856	765	1.621	9,7%
- De 20 a 24	564	589	1.153	6,9%
- De 25 a 29	626	556	1.182	7,1%
- De 30 a 34	613	557	1.170	7,0%
- De 35 a 39	587	552	1.139	6,8%
- De 40 a 44	573	536	1.109	6,7%
- De 45 a 49	546	506	1.052	6,3%
- De 50 a 54	485	481	966	5,8%
- De 55 a 59	457	360	817	4,9%
- De 60 a 64	369	317	686	4,1%
<b>De 65 anos e mais</b>	<b>701</b>	<b>637</b>	<b>1.338</b>	<b>8,0%</b>
- De 65 a 69	284	246	530	3,2%
- De 70 a 74	182	183	365	2,2%
- De 75 a 79	131	106	237	1,4%
- De 80 anos e mais	104	102	206	1,2%
<b>TOTAL</b>	<b>8.543</b>	<b>8.112</b>	<b>16.655</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IPARDES, 2023a; IBGE, 2010.

### 3.1.3 Indicadores Sociais

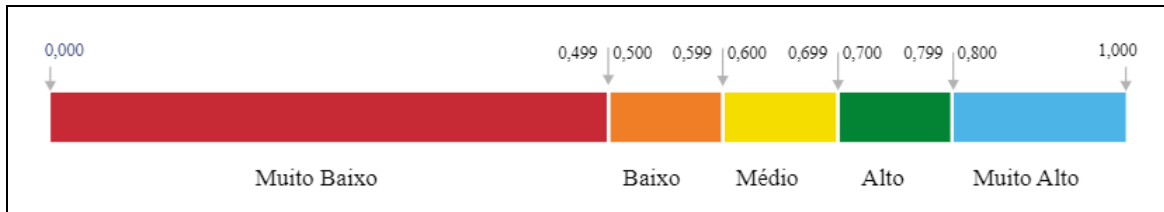
Os indicadores sociais são números que medem e expressam a qualidade de vida da população de um determinado local em alguns aspectos como renda, educação, trabalho e moradia. Neste tópico, serão elucidados dados gerais acerca destes itens para o município de Cândido de Abreu.

Um dos principais índices utilizados é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de mensurar diversos aspectos que incidem sobre a qualidade da vida humana. Em 2013, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP) adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010.

O índice utiliza três indicadores para a sua composição: educação (alfabetização e taxa de matrícula); longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (Produto Interno Bruto - PIB per capita). Os números que medem

o Índice variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). A figura a seguir exemplifica a classificação do índice, sendo que de zero à 0,499 o desenvolvimento humano é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599 é considerado de baixo desenvolvimento humano; de 0,600 a 0,699 médio, entre 0,700 e 0,799 alto e com IDH maior que 0,800 o desenvolvimento humano é considerado muito alto (ATLAS BRASIL, 2013).

Figura 10: Classificação do IDHM



Fonte: Atlas Brasil, 2013.

A tabela a seguir demonstra os dados pormenorizados a respeito do IDHM do município de Cândido de Abreu. Os dados demonstram que o Município teve melhora nos índices em todos os componentes, sendo que o IDHM passou de muito baixo (0,287) em 1991 para médio (0,629) em 2010, ou seja, um aumento de 0,342 pontos. O índice de educação passou de 0,26 em 2000 para 0,494 em 2010, que apesar da melhora, permaneceu na categoria “muito baixo”, já o índice de longevidade se manteve alto em 2000 e 2010, com índices de 0,702 e 0,783, respectivamente. No mesmo período índice de renda passou de 0,533 (baixo) para 0,643 (médio).

Tabela 13: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes em Cândido de Abreu

INDICADORES	1991	2000	2010
<b>IDHM</b>	0,287	0,46	0,629
<b>IDHM Educação</b>	-	0,26	0,494
<b>% de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo</b>	-	15,07	28,03
<b>% de 4 a 5 anos na escola</b>	-	5,64	28,42
<b>% de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo</b>	-	59,73	92,84
<b>% de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo</b>	-	37,45	66,1
<b>% de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo</b>	-	15,66	33,89
<b>IDHM Longevidade</b>	-	0,702	0,783
<b>Esperança de vida ao nascer</b>	-	67,11	71,96
<b>IDHM Renda</b>	-	0,533	0,643
<b>Renda per capita</b>	-	220,44	438,62
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>BAIXO</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>ALTO</b>

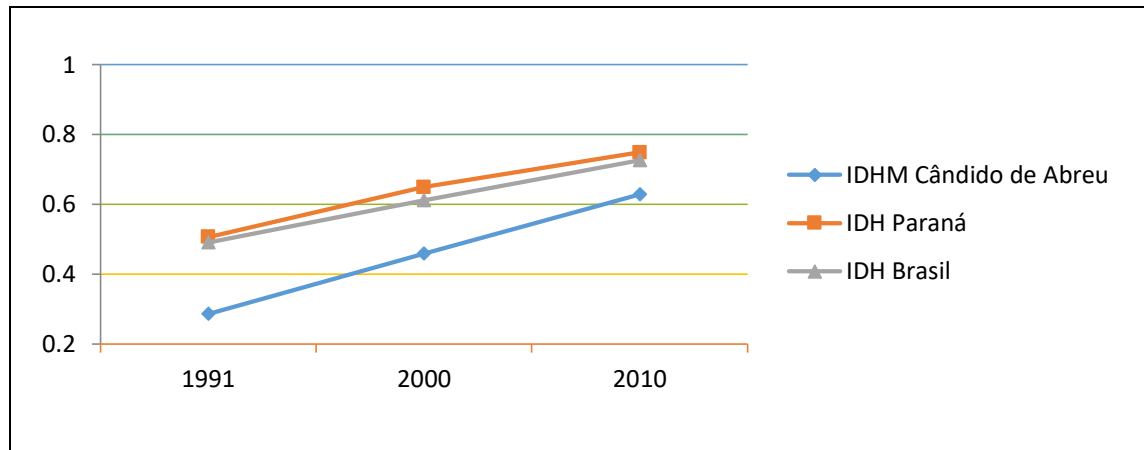
Fonte: Elaborado com base em Atlas Brasil, 2013.

Em comparação com o índice do estado do Paraná (0,749) e do Brasil (0,727) em 2010, o município de Cândido de Abreu se encontrou pouco abaixo desses valores no mesmo ano (ATLAS BRASIL, 2013). A figura a seguir demonstra o gráfico da evolução do IDHM do município de Cândido de Abreu numa comparação com as médias paranaense e brasileira. A partir dos dados do Censo Demográfico, o gráfico e a tabela mostram que o IDHM do



município - Cândido de Abreu - era 0,460, em 2000, e passou para 0,629, em 2010. Em termos relativos, a evolução do índice foi de 36,74% no município (ATLAS BRASIL, 2013).

Figura 11: Evolução do IDHM de Cândido de Abreu em relação ao Brasil e ao estado do Paraná



Fonte: Elaborado com base em Atlas Brasil, 2013.

As tabelas a seguir trazem dados sobre renda, pobreza e ocupação no município de Cândido de Abreu. Os dados de ocupação da população, apresentados na Tabela 14, demonstram um crescimento de pessoas economicamente ativas (61,42% para 67,99%) e redução de desempregados (9,49% para 2,57%) entre 2000 e 2010. Também é possível identificar uma melhora no grau de formalização dos ocupados que passou de 24,45% para 37,37% no mesmo período. O nível educacional dos ocupados também teve um aumento na porcentagem de ocupados com ensino fundamental completo (18,48 para 33,92%) e ensino médio completo (10,37% para 22,54%).

Tabela 14: Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais em Cândido de Abreu

SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO	2000	2010
<b>Taxa de Atividade (1)</b>	61,42	67,99
<b>Taxa de Desocupação (desemprego)</b>	9,49	2,57
<b>Grau de Formalização dos Ocupados (2)</b>	24,45	37,37
<b>% dos ocupados com ensino fundamental completo</b>	18,48	33,92
<b>% dos ocupados com ensino médio completo</b>	10,37	22,54
<b>% dos ocupados com rendimento de até 1 salário-mínimo</b>	72,87	58,74
<b>% dos ocupados com rendimento de até 2 salários-mínimos</b>	88,71	87,27

Fonte: Elaborado com base em Atlas Brasil, 2013.

Notas: (1) Porcentagem de população economicamente ativa. (2) Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária.

Dados mais recentes do IBGE apontam que em 2020, 1.551 pessoas estavam ocupadas, cerca de 10,5% da população, sendo que no ano de 2010 havia o total de 1.321 pessoas ocupadas, cerca de 7,93% da população do Censo de 2010.

Já quanto ao rendimento da população e pobreza, nota-se melhora, conforme pode ser visto na Tabela 15 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Entre 2000 e 2010 a renda média domiciliar per capita passou de R\$ 220,93 para R\$ 438,10, ano em que o salário-mínimo era de R\$ 510,00. Entre os anos de 1991 e 2000, mais da metade da população estava vulnerável à pobreza, já no ano de 2010 o total de 51,11% dos habitantes foram considerados vulneráveis. Nesse mesmo ano, 27,42% eram considerados pobres e 10,96% extremamente pobres. O índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda de determinado local, se manteve constante no período de 2000 a 2010. Note-se que os decréscimos nos índices de pobreza indicam redução na desigualdade, mas a disparidade ainda é bastante expressiva nas últimas décadas.

Tabela 15: Renda, Pobreza e Desigualdade em Cândia de Abreu

	1991	2000	2010
<b>Renda média domiciliar per capita (R\$) (1)</b>	103,33	220,93	438,1
<b>% de vulneráveis à pobreza</b>	88,70	75,71	51,11
<b>% de pobres</b>	74,96	53,74	27,42
<b>% de extremamente pobres</b>	72,27	29,61	10,96
<b>Índice de Gini</b>	0,54	0,57	0,57

Notas: (1) Soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores. O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada torna-se a referência para toda a série, sendo o valor de referência o salário mínimo de 2010 que é de R\$ 510,00.

Fonte: Elaborado com base em Atlas Brasil, 2013; IPARDES, 2023b.

Em relação à vulnerabilidade social em Cândia de Abreu, dados do Atlas Brasil (2013) apresentados na Tabela 16 apontam melhora em diversos aspectos. Entre 2000 a 2010, intervalo de tempo em que os dados estão disponíveis, a taxa de crianças fora da escola passou de mais de 97,49% para 85%, enquanto a porcentagem de jovens de 15 a 24 anos de idade vulneráveis à pobreza que não estudam nem trabalham diminuiu de 26,48% para 13,42%. A porcentagem de crianças com até 14 anos de idade que são extremamente pobres também apresentou uma queda expressiva, passando de 41,18% para 18,29%.

Nota-se que no íterim de 2000 a 2010, apesar da diminuição de 16,28% no percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, este índice ainda foi de 59,81%, ou seja, mais da metade da população maior de idade ao fim do período. O índice de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos variou de 6,56% em 2000 para 3,47% em 2010. Já o percentual de habitantes vulneráveis à pobreza que gastam mais de uma hora até o trabalho foi de apenas 1,01% em 2010, sugerindo que quase a totalidade deste extrato da população ocupada residiu próximo ao trabalho ou possuiu boa condição de acesso ao mesmo.

Tabela 16: Vulnerabilidade Social no município de Cândia de Abreu

INDICADORES	2000	2010
<b>CRIANÇAS E JOVENS</b>		
% de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola	97,49	85
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	26,48	13,42
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	41,18	18,29
<b>ADULTOS</b>		
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	76,09	59,81
% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade	12,75	14,75
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	6,56	3,47
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho	-	1,01

Fonte: Elaborado com base em Atlas Brasil, 2013.

Os indicadores de longevidade e mortalidade apresentaram avanços no período de 1991 a 2020, como demonstrado na Tabela 17. A expectativa de vida aumentou em quase 4,85 anos entre 2000 e 2010, passando para 71,96 anos, enquanto a média para o Paraná e Brasil, no mesmo ano, eram de 75,3 e 73,9 anos, respectivamente. Em relação aos dados de fecundidade e natalidade, a taxa de natalidade teve redução, no ano de 2020 foi de 13,03, muito menor do que no ano de 2000, quando foi de 22,98, estando ainda acima das médias paranaense (10,8) e brasileira (12,4). Essas evoluções na estrutura populacional do município explicam as tendências de estreitamento da base das pirâmides etárias ao longo das últimas décadas.

Já a taxa de gravidez na adolescência apresentou o índice de 5,63% em 2010, enquanto a taxa de fecundidade total era de 2 filhos por mulher, apresentando redução se comparada ao ano de 1991. A taxa de mortalidade infantil, outro importante indicador social, apresentou redução significativa entre os anos de 2010 e 2020, passando de cerca de 22 mortes entre mil nascidos vivos para próximo de 11, enquanto a mortalidade materna se manteve zerada em todos os períodos analisados (IPARDES, 2023a).

Tabela 17: Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade em Cândia de Abreu

INDICADORES	1991	2000	2010	2020
Esperança de vida ao nascer (em anos)	-	67,11	71,96	-
Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)	-	22,98	13,75	13,03
Proporção de Mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos (%)	9,37	5,51	5,63	-
Taxa de Fecundidade - Total (filhos/mulher)	3,32	2,93	2,36	-

INDICADORES	1991	2000	2010	2020
<b>Taxa de Mortalidade Infantil (Menores de 1 ano) (mil nascidos vivos)</b>	-	9,26	21,83	10,36
<b>Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos)</b>	-	11,57	21,83	10,36
<b>Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos)</b>	-	-	-	-

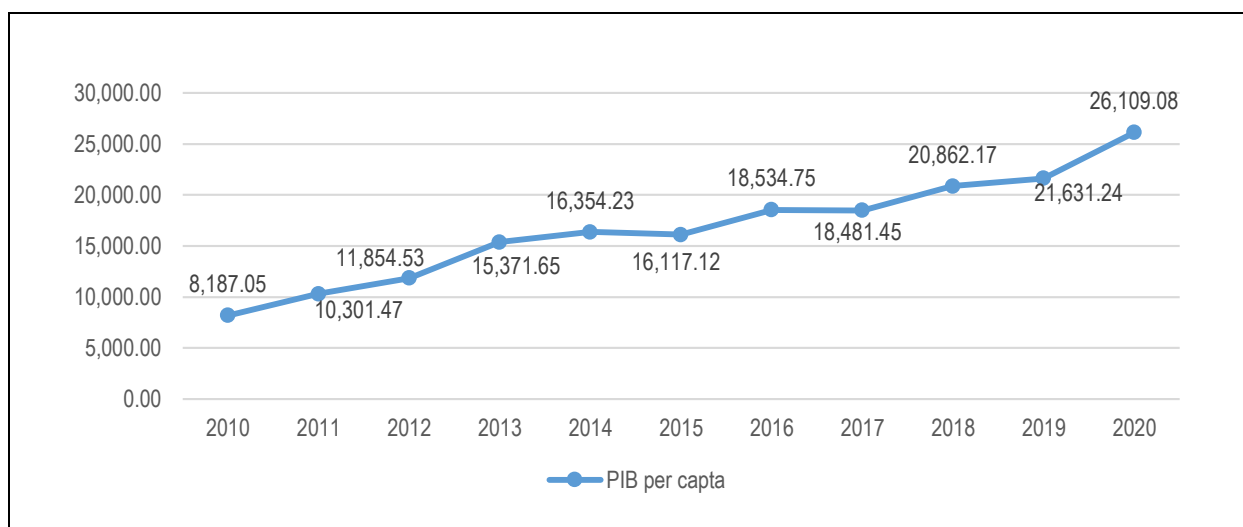
Fonte: Elaborado com base em IPARDES, 2023a.

### 3.2 Atividades Econômicas por Setor

O principal indicador econômico de um município é o Produto Interno Bruto (PIB), que também é avaliado pela população (*per capita*) e a preços correntes. O cálculo desse indicador é baseado na distribuição do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas do município: agropecuária; indústria; serviços, além de administração, saúde, educação públicas, seguridade social e impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, não considerando a inflação, calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que no ano de 2010 fechou em 5,91% e em 2017 em 2,95% (BCB, 2020).

O PIB per capita do município de Cândia de Abreu em 2020 era de R\$ 26.109,08, enquanto o PIB per capita em 2010 era de R\$ 8.187,05, demonstrando um crescimento da economia, principalmente entre os anos de 2012 e 2013, no qual o valor passou de R\$ 11.854,53 para quase R\$15.371,65, e entre 2019 e 2020, quando saltou da casa dos 21 mil para 26 mil reais, conforme ilustra o gráfico na Figura 12 a seguir.

Figura 12: Gráfico do crescimento do PIB per Capita de Cândia de Abreu



Fonte: IBGE, 2023a.

O PIB da Agropecuária quase quadruplicou em 10 anos, passando de R\$ 47.445.270,00 em 2010 para R\$ 168.377.970,00 em 2020, sendo o setor mais representativo em termos absolutos na composição a preços correntes

no município. O setor terciário é o segundo segmento mais expressivo na economia municipal, este que triplicou no interim de 2010 a 2020, passando de R\$ 37.115.900,00 (2010) a R\$ 109.611.420,00 (2020).

Já o setor secundário, das indústrias, é o menos representativo do município em termos absolutos e foi o que menos cresceu entre os anos de 2010 e 2020, representando aumento de 46% neste período. O mesmo sofreu retrações nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2020 (Figura 13).

Os serviços (exceto administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) passaram de R\$ 37.115.900,00 em 2010 para R\$ 109.611.420,00 em 2020. Já a área de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social passou de R\$ 6.940.730,00 em 2010 para R\$ 22.901.060,00 em 2020, conforme disposto na Tabela 18.

Tabela 18: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes segundo os setores de atividade – 2010 e 2020

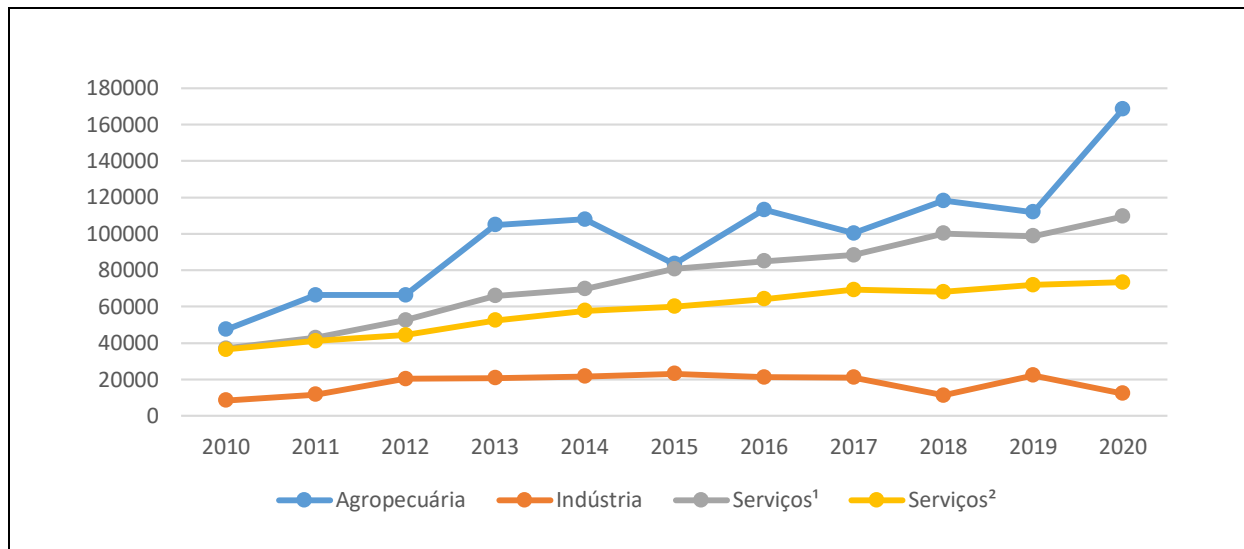
VARIÁVEL	2010	2020
<b>Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Correntes</b>	136.412,69	386.649,31
<b>PIB - Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos - Total</b>	129.471,96	363.748,25
<b>PIB - VAB a Preços Básicos na Agropecuária</b>	47.445,27	168.377,97
<b>PIB - VAB a Preços Básicos na Indústria</b>	8.485,72	12.369,88
<b>PIB - VAB a Preços Básicos no Comércio e Serviços</b>	37.115,90	109.611,42
<b>PIB - VAB a Preços Básicos na Administração Pública</b>	36.425,08	73.388,98
<b>PIB – Imposto (R\$ 1.000,00)</b>	6.940,73	22.901,06

Fonte: IPARDES, 2023a.

NOTA: Valor em unidade de R\$ 1.000,00; Dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação. Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos.

Através do Valor Adicionado Total (VA) declarado pelos estabelecimentos é possível analisar a produção no Município. Na Figura 13 verifica-se o gráfico do crescimento do valor adicionado bruto em Cândia de Abreu. Nota-se destaque para a agropecuária, que teve crescimento acentuado entre os anos de 2012 e 2013, e um salto entre 2019 e 2020, seguido do setor de serviços que passou de cerca de 37 milhões para mais de 109 milhões no mesmo período entre 2010 e 2020.

Figura 13: Gráfico da evolução do Valor Adicionado Bruto de Cândido de Abreu – 2010 a 2020



Fonte: IPARDES, 2023a.

1. Serviços - Exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social
2. Serviços – Apenas Administração, Defesa, Educação E Saúde Públicas e Seguridade Social

Conforme o PDM elaborado em 2006, Cândido de Abreu apresentou excessiva dependência da economia local em relação ao setor primário e a necessidade de maiores investimentos no setor industrial (CÂNDIDO DE ABREU, 2006). Apesar disso, a estruturação do setor primário no município apresenta diversificação na estrutura produtiva além de contar com a produção da agricultura familiar, incluindo os pequenos produtores na economia local.

Conforme o Censo Agropecuário, no ano de 2017 as atividades do setor primário com maior destinação de área foram as lavouras de cultura temporária (35.831 ha), pecuária e criação de outros animais (68.374 ha) e produção florestal de florestas plantadas (9.672 ha) (IPARDES, 2023a). Os produtos com maior valor de produção no ano de 2021 foram, respectivamente, soja, trigo e milho, seguidos de tomate, mandioca e feijão (IPARDES, 2023a). Ainda, de acordo com os dados disponibilizados pela SEAB (2022) acerca da produção rural em Cândido de Abreu, as produções que mais contribuem para o PIB do Município são: aveia preta, feijão, mandioca (consumo humano e consumo animal), maracujá, milho, soja, tomate e trigo.

A soja e o milho também são os mais expressivos na produção da região Norte Central do Paraná, destacando-se que no aspecto regional, a fruticultura tem-se apresentado (ainda que incipiente) como uma alternativa à diversificação produtiva (IPARDES, 2004), possibilidade que também existe no município de Cândido de Abreu. Conforme a prefeitura municipal (2023), as produções predominantes, além dos grãos, leite e corte, são as de hortaliças e frutíferas (com ênfase em maracujá e morango).

Quanto às práticas relacionadas à silvicultura, conforme a prefeitura municipal (2023), os dados mais recentes contabilizaram 2.248.500 árvores plantadas (Pinus e Eucalipto).

Com relação à produção pecuária e aves, no ano de 2021 o maior efetivo foi o de galináceos (250.000) seguido do rebanho de bovinos (91.120) e rebanho de vacas ordenhadas (6.700), sendo que o produto de origem animal com maior rentabilidade foi o leite (IPARDES, 2023a).

Conforme a municipalidade, as culturas e atividades podem ser ampliadas no quesito produtividade, pois hoje já não há mais território para ampliar devido ao seu relevo montanhoso, APPs, proteção de minas, córregos e nascentes a qual deve ser preservada. Destaca-se que, devido ao aumento tecnológico, observa-se um grande avanço nas práticas conservacionistas de ambas as atividades, como plantio direto na agricultura e pastejo rotacionado na pecuária e as quais contribuem para o aumento da produtividade e na sustentabilidade ambiental (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

Note-se que até o atual momento, o setor secundário ainda representa uma parcela incipiente do PIB municipal, sendo que uma das deficiências elencadas na leitura comunitária foi a falta de um polo industrial. A principais empresas do município vinculadas ao setor secundário são as olarias locais (concentradas na PR-487) e a Coamo (no trecho urbano da PR- 487, na sede).

Já o setor terciário apresentou crescimento, revelando o aumento nos níveis de consumo da população, destacando a potencialidade como “comércio local e cultural”. O município ainda conta com a potencial atividade turística, devido a seu contexto histórico e paisagístico, entretanto, ainda há deficiências no acesso aos possíveis pontos relacionados ao ecoturismo.

### 3.3 Emprego e Renda

O setor primário (agricultura) e o setor terciário (comércio e serviços) são os principais geradores de emprego no montante de população ocupada, atingindo 65,15% e 23,6%, respectivamente, de seu total, contra 7,79% do setor secundário (indústrias), como pode ser observado na Tabela 19 (IPARDES, 2023a).

Tabela 19: População Ocupada segundo as atividades econômicas – 2010

SETOR	ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	Nº DE PESSOAS OCUPADAS	% DO TOTAL
<b>PRIMÁRIO</b>	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5.467	<b>65,15%</b>
<b>SECUNDÁRIO</b>	Indústrias de transformação	355	<b>7,79%</b>
	Construção	275	
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	12	
	Eletricidade e gás	6	
	Indústrias extrativas	6	
<b>TERCIÁRIO</b>	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	575	<b>23,6%</b>
	Administração pública, defesa e seguridade social	418	
	Serviços domésticos	266	
	Educação	202	
	Alojamento e alimentação	127	
	Saúde humana e serviços sociais	82	
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	80	
	Transporte, armazenagem e correio	67	
	Outras atividades de serviços	54	
	Informação e comunicação	51	
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	35	
	Atividades administrativas e serviços complementares	24	

SETOR	ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	Nº DE PESSOAS OCUPADAS	% DO TOTAL
-	Atividades mal especificadas	290	3,5%
<b>TOTAL</b>		<b>8.391</b>	<b>-</b>

Fonte: IPARDES, 2023a.

Com relação ao rendimento nominal mensal do Censo 2010, verifica-se que 29,79% não apresentaram qualquer renda e há o predomínio do rendimento mensal entre meio e 1 salário-mínimo (25,29%), seguido do rendimento entre 1 e 2 salários-mínimos (16,66%). Os menores índices de pessoas por nível de rendimento, que não chegam a 1% cada, correspondem às quatro faixas de rendimento mensal acima de 10 salários-mínimos. A Tabela 20 apresenta os intervalos de rendimentos nominais mensais disponíveis pelo Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Tabela 20: Classe de rendimento nominal mensal – pessoas com 10 anos ou mais de idade - 2010

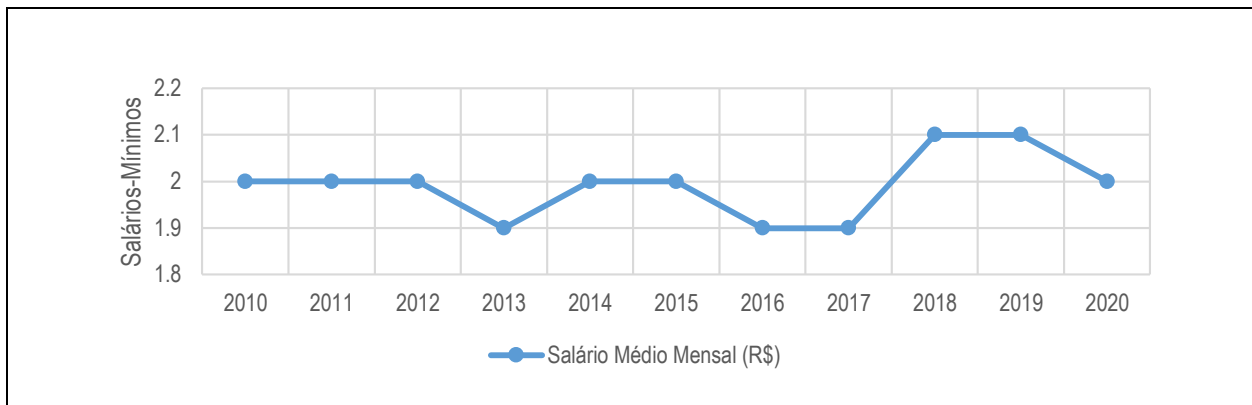
CLASSE DE RENDIMENTO	NÚMERO DE PESSOAS
<b>Até 1/4 de salário-mínimo</b>	1.399
<b>Mais de 1/4 a 1/2 salário-mínimo</b>	1.475
<b>Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo</b>	3.555
<b>Mais de 1 a 2 salários-mínimos</b>	2.341
<b>Mais de 2 a 3 salários-mínimos</b>	487
<b>Mais de 3 a 5 salários-mínimos</b>	349
<b>Mais de 5 a 10 salários-mínimos</b>	192
<b>Mais de 10 a 15 salários-mínimos</b>	8
<b>Mais de 15 a 20 salários-mínimos</b>	40
<b>Mais de 20 a 30 salários-mínimos</b>	13
<b>Mais de 30 salários-mínimos</b>	10
<b>Sem rendimento</b>	4.187
<b>Total</b>	<b>14.055</b>

Fonte: IBGE, 2010.

No que diz respeito ao salário médio mensal dos trabalhadores formais em Cândia de Abreu, o valor atingido em 2020 foi de 2 salários-mínimos, que correspondia, naquele ano, a R\$ 2.090,00. No gráfico da Figura 14, verifica-se a série histórica de salário médio mensal entre os anos de 2010 a 2020, indicando uma oscilação constante nesse patamar, que variou entre 1,9 (2012) e 2,1 salários mínimos na década.



Figura 14: Valor do salário médio em Cândido de Abreu – 2010 a 2020



Fonte: IBGE, 2023a. Elaborado por ECOTÉCNICA, 2023.

## 4 USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO

O presente capítulo tem como objetivo analisar o uso e a ocupação atual do solo do município de Cândido de Abreu. Serão analisadas tanto a área rural quanto as áreas urbanas nos itens a seguir.

### 4.1 Características Gerais de Uso e Ocupação do Solo Municipal

Nesse item serão apresentadas as principais características, usos e atividades da área rural de Cândido de Abreu, abordando as localidades rurais, características das propriedades rurais, uso do solo, atividades agrícolas e produção, além de características gerais da paisagem rural.

#### 4.1.1 Distribuição e Densidade populacional

Através dos setores censitários de uma região é possível obter a distribuição da população em uma área específica, assim, em Cândido de Abreu constam 42 setores censitários - sendo 26 localizados na área urbana da sede, 7 no distrito de Tereza Cristina, e 10 em Três Bicos (IBGE, 2010)<sup>2</sup>. As informações provenientes do Censo do IBGE para o ano de 2022, revelam que a densidade populacional em Cândido de Abreu é relativamente baixa, sendo uma média municipal de 10,09 habitantes por hectare. Através do exposto no Mapa 13 é possível observar que as partes com menor densidade habitacional do território encontram-se na zona rural do município, enquanto as áreas mais densas estão concentradas majoritariamente nas áreas urbanas da sede municipal e dos distritos administrativos. A área que possui maior concentração de habitantes por hectare está localizada nas irradiações da sede urbana, principalmente nos setores interceptados pela PR-487.

Na sede urbana de Cândido de Abreu as áreas de maior densidade habitacional são caracterizadas pelas áreas central e nordeste do perímetro urbano, onde concentram-se os loteamentos mais antigos (CÂNDIDO DE ABREU, 2006), com números de 11 a 29 habitantes por hectare (IBGE, 2010). A densidade no centro da sede urbana

<sup>2</sup> É importante ressaltar que, de acordo com a legislação, Rio do Tigre é categorizado como núcleo urbano, não sendo classificado como distrito administrativo urbano pelo IBGE.

também pode estar atrelada à proximidade da concentração de estabelecimentos de comércio e serviços, dispostos principalmente nas avenidas mais relevantes do município: Avenida Paraná, Avenida Cândido de Abreu, Avenida Visconde Charles de Laguiche e Bispo Dom Antônio Mazarotto. Estas vias são o epicentro do comércio local, abrigando uma variedade de estabelecimentos, desde bancos e clínicas de saúde até lanchonetes e prédios da administração pública.

O Mapa 14 na sequência apresenta a densidade habitacional por setores censitários para a sede urbana de Cândido de Abreu, e, de forma complementar, os dados da população por setor censitário para a sede urbana, distritos administrativos e zona rural estão dispostos na sequência, conforme consta na Tabela 21.

Tabela 21: Dados de população por setor censitário em Cândido de Abreu

CÓDIGO DO SETOR	SITUAÇÃO DO SETOR	NÚMERO DE HABITANTES	DENSIDADE POPULACIONAL (hab/km <sup>2</sup> )
<b>MUNICIPAL E SEDE URBANA</b>			
410440205000001	Área urbanizada de cidade ou vila	835	1.862,59
410440205000002		885	2.092,19
410440205000003		576	1.109,82
410440205000004		1001	2.986,94
410440205000005	Área urbana isolada	96	4.266,25
410440205000006	Zona rural, exclusive aglomerado rural	598	25,75
410440205000007		451	9,98
410440205000008		371	5,86
410440205000009		280	3,85
410440205000010		633	36,80
410440205000011		187	18,28
410440205000012		549	12,03
410440205000013		465	11,45
410440205000014		569	21,55
410440205000015		188	1,72
410440205000016		307	11,31
410440205000017		455	8,91
410440205000018		245	3,98
410440205000019		266	5,33
410440205000020		329	4,91
410440205000021	552	227,09	
410440205000023	268	7,63	

CÓDIGO DO SETOR	SITUAÇÃO DO SETOR	NÚMERO DE HABITANTES	DENSIDADE POPULACIONAL (hab/km <sup>2</sup> )
410440205000024		217	9,99
410440205000025		59	12,22
410440205000026	Área urbanizada de cidade ou vila	784	2.077,37
410440205000027	Zona rural, exclusive aglomerado rural	426	17,68
<b>TEREZA CRISTINA</b>			
410440210000001	Área urbanizada de cidade ou vila	485	511,93
410440210000002		198	4,61
410440210000003		125	3,03
410440210000004	Zona rural, exclusive aglomerado rural	176	5,65
410440210000005		258	7,22
410440210000006		112	1,77
410440210000007		382	6,20
<b>TRÊS BICOS</b>			
410440215000001	Área urbanizada de cidade ou vila	78	1,03
410440215000002		442	0,048
410440215000003		357	0,169
410440215000004		395	0,041
410440215000005	Zona rural, exclusive aglomerado rural	202	0,051
410440215000006		433	0,072
410440215000007		396	0,110
410440215000008		313	0,061
410440215000010		481	0,220

Fonte: IBGE, 2010.

450000.000

475000.000

500000.000

7300000.000

7275000.000

7250000.000

# DENSIDADE DEMOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- População por km<sup>2</sup>
- 1,7 - 4,2
  - 4,2 - 5,5
  - 5,5 - 7,2
  - 7,2 - 10,9
  - 10,9 - 12,7
  - 12,7 - 19,4
  - 19,4 - 36,8
  - 36,8 - 977
  - 977 - 4266,7

## Convenções Cartográficas

- Localidades Rurais
- ◆ Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- ▭ Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- ▭ Massas D'água [IAT\_2020]
- ▭ Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- ▭ Perímetro urbano - Distritos
- ▭ Perímetro urbano - Sede
- ▭ Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

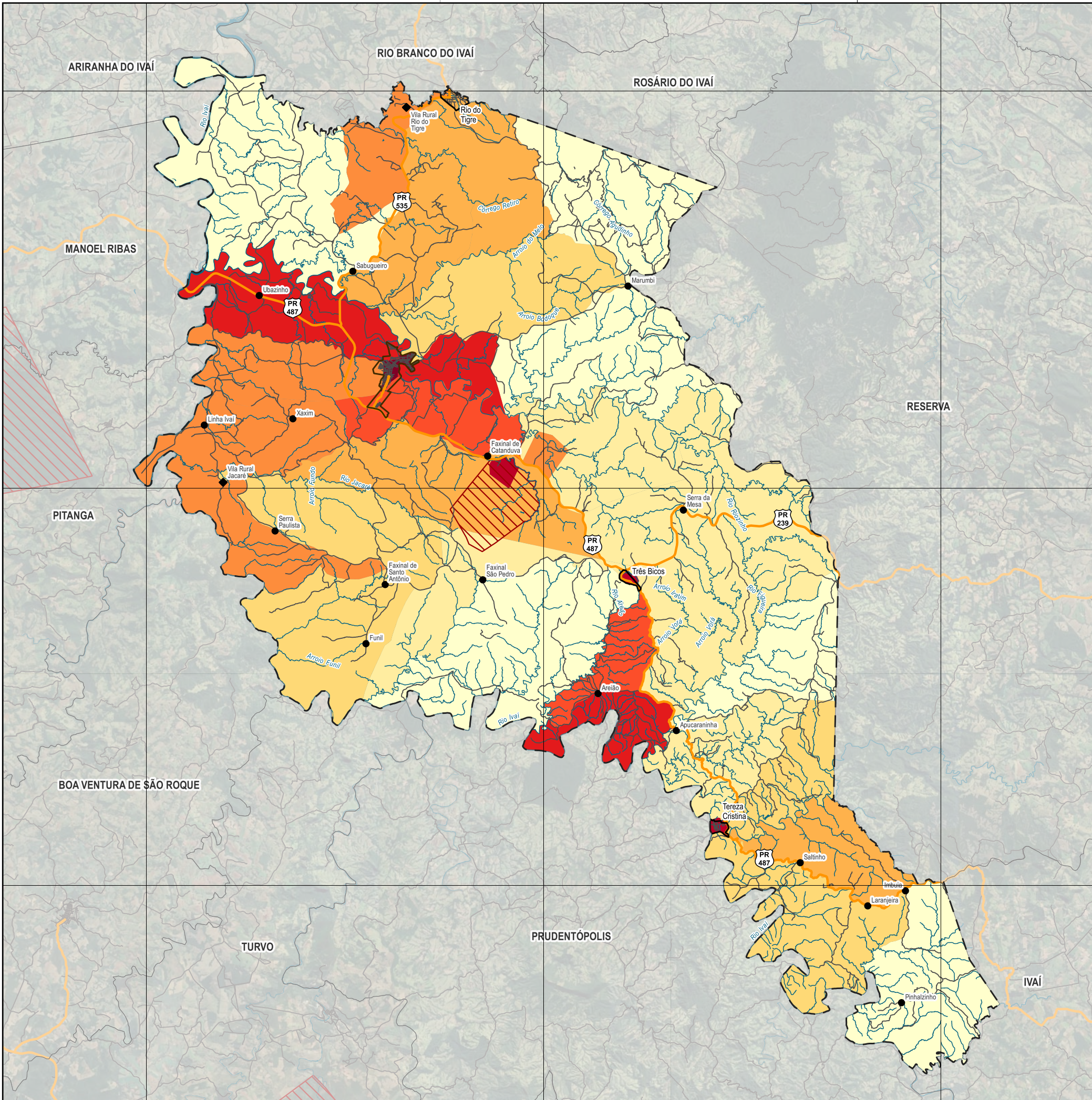
Densidade Demográfica - IBGE, 2010  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

Data: Julho/2023

Escala: 1 : 250.000

Escala Gráfica:



465000.000

467500.000

# DENSIDADE DEMOGRÁFICA NA SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

População por km<sup>2</sup>

- 11,5 - 17,9
- 17,9 - 24,9
- 24,9 - 36,8
- 36,8 - 89
- 89 - 644,8
- 644,8 - 1611,7
- 1611,7 - 2079
- 2079 - 2589,4
- 2589,4 - 4266,7

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Densidade Demográfica - IBGE, 2010  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**



2023  
A3

7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000

## 4.1.2 Localidades e Vilas Rurais

As localidades e as vilas rurais são designadas como bairros rurais ou comunidades, sendo reconhecidas pelos residentes locais devido a fatores culturais ou geográficos específicos. Essas áreas abrigam famílias de forma concentrada ou dispersa. O município possui 36 localidades rurais, as quais podem ser identificadas no quadro a seguir, juntamente com a respectiva distância da sede urbana, número aproximado de habitantes e infraestrutura / estrutura existente nas localidades (escolas, postos de saúde, igrejas, espaços de lazer, pavimentação, coleta de resíduos, entre outros). Cabe ressaltar algumas características a partir da análise das estruturas existentes nas localidades, tais como todas estas possuem um centro comunitário, linhas de ônibus e igrejas e, de 36 localidades, 13 possuem uma Escola Municipal e 4 destas possuem Posto de Saúde (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

Quadro 4: Localidades e Vilas rurais no município de Cândido de Abreu

Nome da Localidade	Distância da sede	População estimada	Escola municipal	Posto de saúde	Centro comunitário	Linha de ônibus	Coleta de resíduo	Igreja	Equipamentos esportivos	Turismo
AREÃOZINHO	36 km	217			X	X	X	X		
AREIÃO	33 km	254	X	X	X	X	X	X	X	
ASSENTAMENTO VALE DA CONQUISTA	30 km	118			X	X		X		
ASSENTAMENTO 19 DE JUNHO	8 km	217			X	X		X		
BAIRRO DOS ROMANEK	20 km	53			X	X		X	X	
BARRA DA VERGONHA	68 km	101			X	X		X		
BARRA GRANDE	18 km	311			X	X		X		
BICO PRETO	65 km	101			X	X		X		
BOA VISTA	21 km	161			X	X	X	X		
CAPINZAL	18 km	105	X		X	X	X	X		X
CRICIUMAL	48 km	219	X		X	X	X	X		
FAXINAL	10 km	280			X	X	X	X		
FAXINAL DE CATANDUVAS	12 km	276	X (Municipal e Estadual)	X	X	X	X	X		
FAXINAL SANTO ANTONIO	20 km	98	X	X	X	X	X	X		
FUNIL	26 km	136			X	X		X	X	
GLEBA G	22 km	100			X	X		X		
ILHA DAS FLORES	32 km	100			X	X		X		

Nome da Localidade	Distância da sede	População estimada	Escola municipal	Posto de saúde	Centro comunitário	Linha de ônibus	Coleta de resíduo	Igreja	Equipamentos esportivos	Turismo
IMBUIA	64 km	181			X	X		X		
JACARÉ	26 km	130	X		X	X		X		
LAGEADO	5 km	240			X	X	X	X		
LINHA IVAI	20 km	291	X	X	X	X	X	X	X	
LINHA SÃO PEDRO	25 km	90			X	X		X	X	
MARUMBI	24 km	218			X	X		X		X
MARUMBI	15 km	401	X		X	X		X		
PALMITAL I	5 km	386			X	X	X	X		
PALMITAL II	12 km	127			X	X		X		
PALMITAL III	16 km	256			X	X		X		
PINHAL	8 km	389	X		X	X	X	X	X	
RIO BAILE	2 km	390	X		X	X	X	X	X	X
RIO DO LEÃO	23 km	60			X	X		X		
SABUGUEIRO	11 km	173			X	X		X		
SALTINHO	67 km	248	X		X	X		X	X	
SERRA DA MESA	27 km	122			X	X		X	X	
SERRA PAULISTA	27 km	198	X		X	X		X		
UBAZINHO	7 km	130	X		X	X		X		
XAXIM	15 km	296			X	X	X	X		

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2023a.

No entanto, somente 18 localidades puderam ser localizadas no território municipal de Cândia de Abreu, de acordo com os dados repassados à consultoria. Estas localidades estão espacializadas no mapa a seguir.

450000.000

475000.000

500000.000

7300000.000

7275000.000

7250000.000

# LOCALIDADES E VILAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- ◆ Distritos
- Localidades Rurais
- ◆ Vila Rural

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

Localidades - CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020; COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 250.000  
**Escala Gráfica:**



ARIRANHA DO IVAÍ

RIO BRANCO DO IVAÍ

ROSÁRIO DO IVAÍ

MANOEL RIBAS

Sabugueiro

Marumbi

PITANGA

Serra Paulista

Faxinal de Catanduva

RESERVA

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

Faxinal de Santo Antônio

Faxinal São Pedro

Três Bicos

TURVO

Funil

Arelhão

Apucarantina

PRUDENTÓPOLIS

Tereza Cristina

Salinho

Laranjeira

Imbuia

Pinhalzinho

IVAÍ

450000.000

475000.000

500000.000



### 4.1.3 Reserva indígena

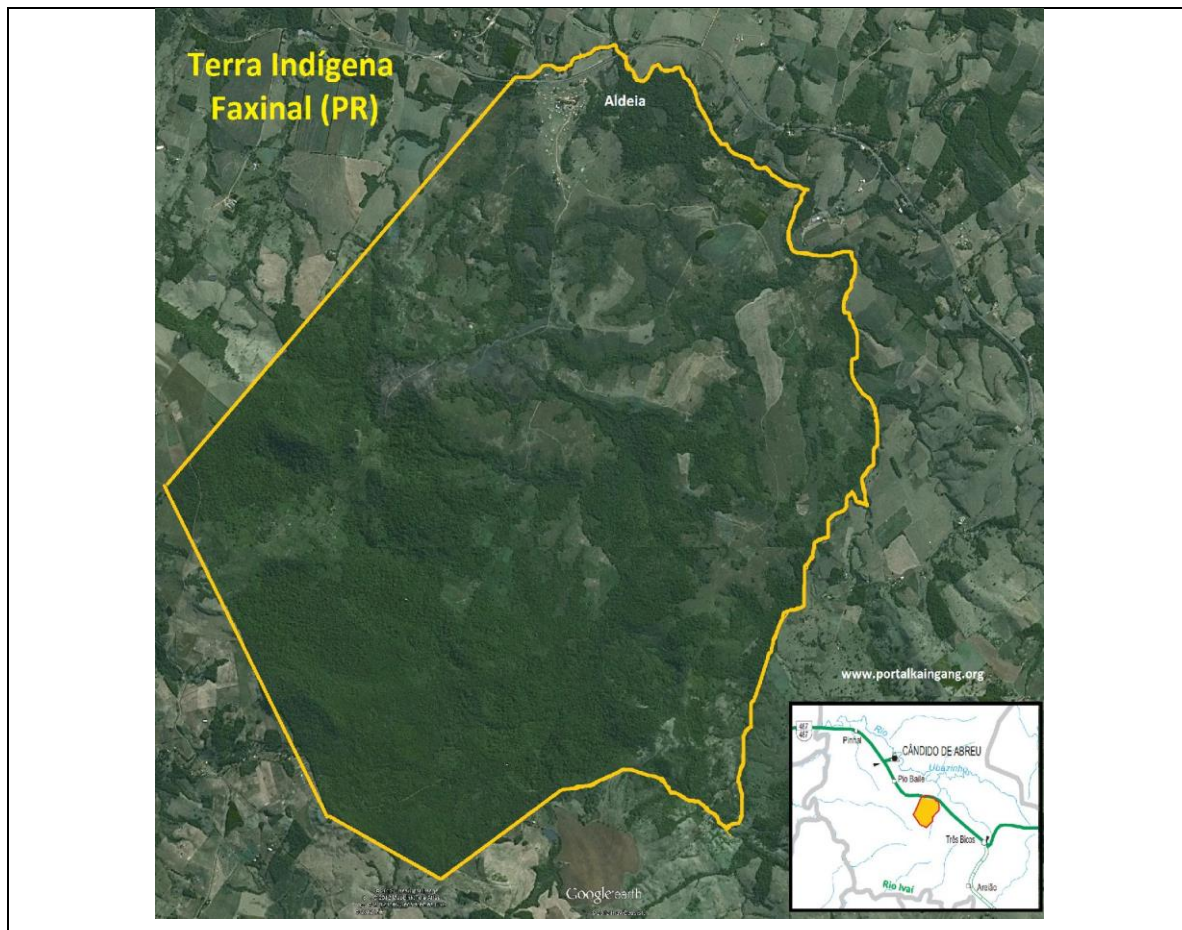
A Terra Indígena Faxinal está localizada próxima à rodovia PR-487 que liga o município de Cândido de Abreu a Ponta Grossa - PR, sendo ocupada pelos índios Kaingang, conforme aponta a Figura 15. Possui uma população de 683 habitantes, distribuídas em uma área de 2.043 hectares, situada na Mata Atlântica, sem presença de povos isolados. O estado de reconhecimento oficial da terra se encontra homologado pelo Decreto nº 252/1991 (TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, 2023).

Atualmente, o local conta com a presença do Colégio Estadual Indígena Professor Sérgio Krigrivaja Lucas como instituição de ensino, possuindo ensino nas modalidades do ensino infantil (pré-escola) até o ensino médio, e ainda o ensino especial. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelos Kaingang se destacam: lavoura, gado e artesanato em taquara (chapéus, peneiras, cestas, balaios). Este último sendo comercializado em todo o estado do Paraná, por não possuir um local apropriado para a venda (RETUR, 2006). A reserva indígena ainda conta com a presença de uma cachoeira com 50m de altura e está aberta à visitação, desde que haja a permissão dos indígenas.

A história da Terra Indígena Faxinal está estreitamente ligada à Terra Indígena Ivaí, resultado de negociações políticas entre o governo e os índios Kaingang desde o final do século XIX. Os Kaingang buscaram a demarcação de seus territórios ao governo republicano para agricultura e lavoura. Em 1901, uma área foi concedida aos Kaingang liderados pelos caciques Paulino de Arak-Xó e Pedro dos Santos. Posteriormente, em 1913, houve uma troca de terras, onde os Kaingang aumentaram consideravelmente seus territórios (MOTA E NOVAK, 2011). No entanto, as terras concedidas não foram demarcadas, resultando em conflitos violentos com proprietários de terras na Guerra de Pitanga em 1923. O governo redesenhou as terras em 1924, reduzindo a área definida em 1913. Ao longo do século XX, houve novas reduções devido à expansão e ocupação das terras da sociedade envolvente (MOTA E NOVAK, 2011).

Em 1949, um acordo entre a União e o governo do Paraná reduziu significativamente os territórios indígenas, incluindo a Terra Indígena Faxinal, que ficou com pouco mais de 2 mil hectares. Apesar das perdas territoriais, os Kaingang do Ivaí e Faxinal conseguiram assegurar parte de seus territórios tradicionais, onde habitam atualmente. A história dessas terras indígenas está intrinsecamente ligada à política governamental, às negociações com os grupos indígenas e à expansão da sociedade envolvente no Paraná (MOTA E NOVAK, 2011).

Figura 15: Território Indígena Faxinal em Cândido de Abreu



Fonte: PORTAL KAINGANG, 2023

#### 4.1.4 Uso do Solo Municipal

A utilização do solo em Cândido de Abreu passou por alterações significativas no perfil de uso das terras. De acordo com o Censo Agropecuário feito pelo IBGE (2006/2017), houve uma redução nas áreas destinadas a lavouras permanentes e pastagens naturais, matas ou florestas naturais, enquanto ocorreu um aumento nas áreas de lavouras temporárias e florestas plantadas, como indicado Tabela 22 (IBGE, 2006, 2017). As imagens de satélite mostram claramente essa mudança no uso do solo no município, com um aumento visível nas áreas de maciços vegetais, no caso das florestas plantadas, caracterizadas principalmente como áreas de reflorestamento.

Tabela 22: Utilização das terras em Cândido de Abreu - 2006/2017

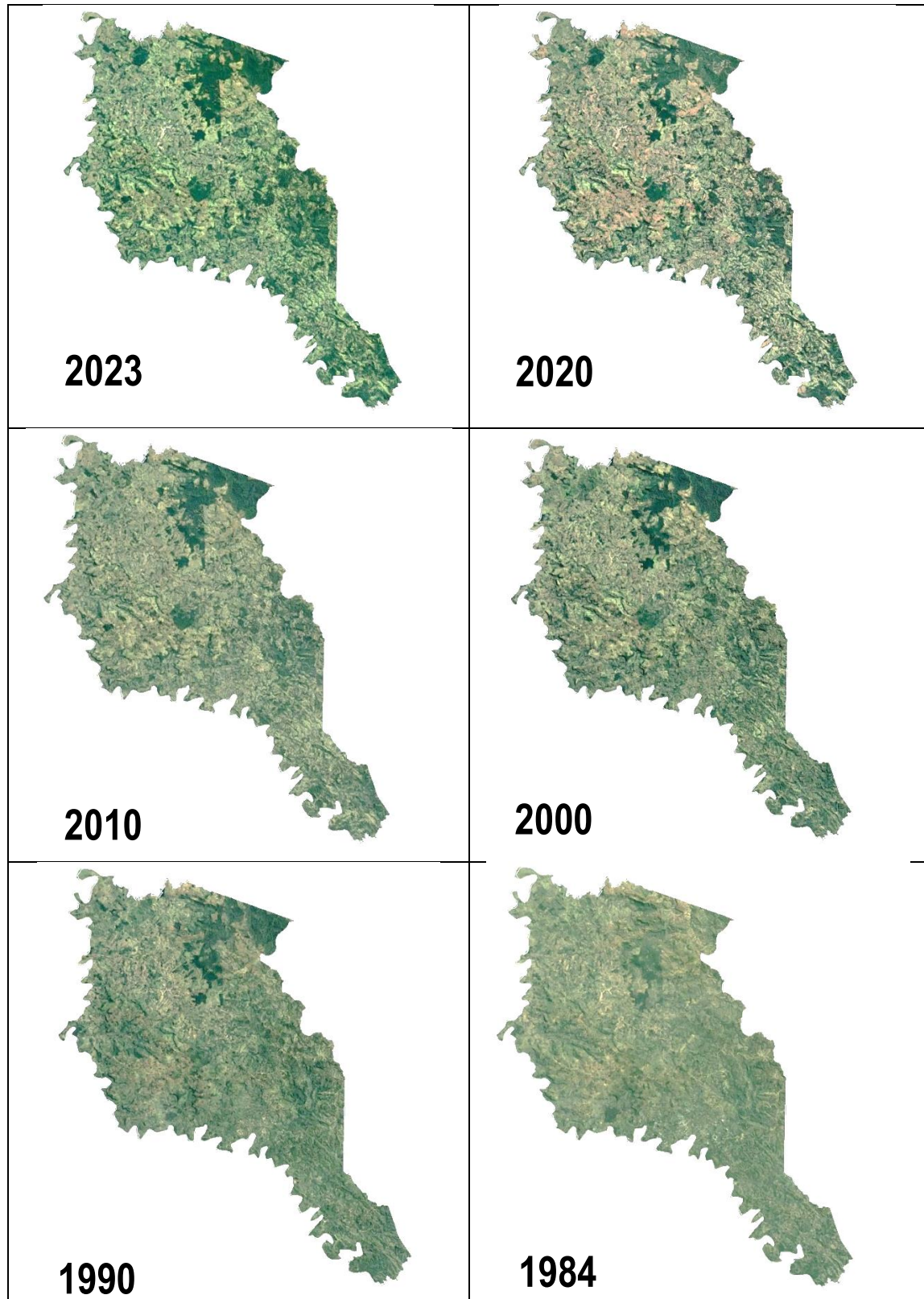
USO DO SOLO	ÁREA (ha)	
	2006	2017
Lavouras Permanentes	1.768	479
Lavouras Temporárias	17.539	23.508
Área para cultivo de flores	-	54
Pastagens Naturais Plantadas em boas condições	58.516	47.684



USO DO SOLO	ÁREA (ha)	
	2006	2017
Pastagens Naturais Plantadas em más condições	4.784	2.323
Matas ou florestas Naturais	2.699	796
Matas ou florestas Naturais destinadas a preservação permanente ou reserva legal	33.438	24.825
Florestas plantadas	1.836	6.830

Fonte: IBGE, 2006; 2017.

Figura 16: Série história do uso do solo em Cândido de Abreu - 1984-2023



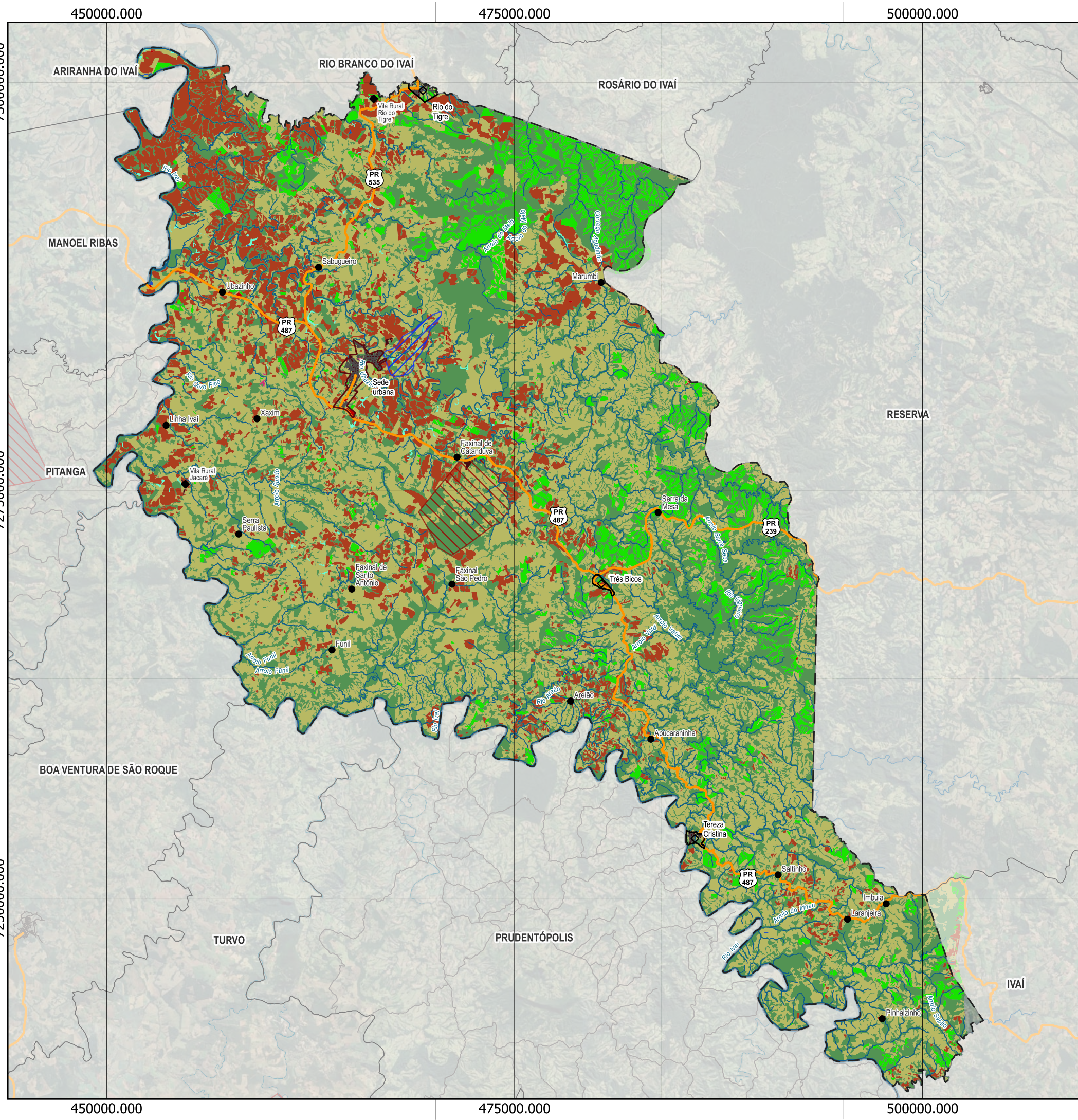
Fonte: Google Satellite, 2023, 2020, 2010, 2000, 1990, 1984.

Com base no mapeamento do uso do solo realizado pelo IAT em 2021, constatou-se que em Cândido de Abreu as áreas utilizadas para pastagem/campo e florestas nativas abrangeram aproximadamente 78,61% de seu território, como é possível observar no Mapa 16. Sendo que, as áreas de pastagem/campo são as mais frequentemente utilizadas no Município, representadas por 41,42% do território. Ademais, a presença de uma quantidade significativa de florestas nativas é um aspecto positivo, indicando que o município está comprometido com a conservação dessas áreas. Além disso, a agricultura anual (cíclica) é outra utilização predominante, abrangendo cerca de 13,23% do território. Esses dados revelam que o território de Cândido de Abreu é predominantemente voltado para práticas agrossilvipastoris, ou seja, integração entre agricultura, silvicultura e pecuária. Apesar disso, é importante destacar que o município mantém um grande número em área de florestas nativas, resultando em um equilíbrio entre a preservação ambiental e a exploração sustentável dos recursos naturais. Estes dados evidenciam o compromisso e incentivo da administração municipal em conciliar o desenvolvimento agrícola com a preservação ambiental, buscando uma gestão sustentável do território e dos recursos naturais.

Tabela 23: Uso do solo em Cândido de Abreu - 2021

USO DO SOLO	ÁREA (ha)	% DO TERRITÓRIO MUNICIPAL
Pastagem/campo	62.548,40	41,42%
Floresta nativa	56.167,20	37,19%
Agricultura anual	19.984,60	13,23%
Plantios florestais	10.410	6,89%
Corpos d'água	973,42	0,64%
Área urbanizada	289,19	0,19%
Várzea	256,98	0,17%
Área construída	168,21	0,11%
Agricultura perene	3,59	0,02%
Solo exposto / mineração	18,11	0,01%

Fonte: IAT, 2021.



# USO DO SOLO EM CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Uso do solo
- Agricultura Anual
  - Agricultura Perene
  - Área Construída
  - Área Urbanizada
  - Floresta Nativa
  - Pastagem/Campo
  - Plantios Florestais
  - Solo Exposto/Mineração
  - Corpos d'Água
  - Várzea

## Convenções Cartográficas

- ◇ Distritos
- Localidades Rurais
- ◆ Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- ▭ Área de proteção de manancial
- ▭ Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- ▭ Massas D'água [IAT\_2020]
- ▭ Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- ▭ Perímetro urbano - Sede
- ▭ Perímetro urbano - Distritos
- ▭ Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

Tipologias vegetais - IBGE, 2021.  
 Limite de Manancial - CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Junho/2023

**Escala:** 1 : 250.000

**Escala Gráfica:**



### 4.1.4.1 Agricultura e Pecuária

Cândido de Abreu possui uma extensão rural com predominância de diferentes produções agrícolas. De acordo com a administração municipal, os principais cultivos são grãos, leite e carne, hortaliças e frutas, com destaque especial para o maracujá e o morango. De acordo com os dados disponibilizados pela SEAB (2022) acerca da produção rural em Cândido de Abreu, as produções que mais contribuem para o PIB do Município são: aveia preta, feijão, mandioca (consumo humano e consumo animal), maracujá, milho, soja, tomate e trigo (SEAB, 2022), como é possível consultar na Tabela 24 na sequência.

Tabela 24: Levantamento da produção rural em Cândido de Abreu - 2022

TIPO DE PRODUÇÃO	PRODUÇÃO (ton)	VBP (R\$)	TIPO DE PRODUÇÃO	PRODUÇÃO (ton)	VBP (R\$)
Abacate	42	130.053,00	Jiló	10	30.700,00
Abacaxi	75	50.000,00	Laranja	250	230.197,50
Abóbora	170	302.600,00	Lichia	8	94.160,00
Abobrinha Verde	93	156.240,00	Limão	35	56.700,00
Acerola	12	32.760,00	Maca	7	13.790,00
Alface	160	457.600,00	Mamão	12	49.800,00
Alho	2,70	38.934,00	Mandioca Consumo Humano	1.300	2.002.000,00
Almeirão	20	103.400,00	Mandioca Indústria/Consumo Animal	4.000	3.318.680,00
Amendoim	3	8.840,40	Maracujá	560	2.604.000,00
Arroz De Sequeiro	45	69.097,50	Melancia	480	643.200,00
Aveia Branca	125	864.371,25	Melão	32	112.000,00
Aveia Preta	3.960	6.613.200,00	Milho (1ª Safra)	3.568	4.894.118,56
Banana	95	144.400,00	Milho (2ª Safra)	22.540	27.356.121,80
Batata Doce	120	187.200,00	Milho Verde (Espiga)	238.000 (UNIDADES)	221.340,00
Berinjela	95	116.850,00	Moranga	32	39.360,00
Beterraba	60	104.817,60	Morango (Moranguinho)	18	201.960,00
Brócolis	65	265.850,00	Nectarina	16	56.000,00
Cana De Açúcar	765	90.759,60	Pepino	125	234.452,50
Capineiras (Forragem Verde Para Alimentação Animal)	4.300	799.456,00	Pera	10	21.200,00
Caqui	10	33.040,00	Pêssego	26	91.000,00
Cara	17	34.680,00	Pimentão	245	689.393,25
Carambola	8	72.960,00	Pinhão Kg	2.000	10.040,00
Caxi	20	43.400,00	Própolis Kg	22,00	4.496,14

TIPO DE PRODUÇÃO	PRODUÇÃO (ton)	VBP (R\$)	TIPO DE PRODUÇÃO	PRODUÇÃO (ton)	VBP (R\$)
<b>Cebola</b>	31	50.096,00	<b>Quiabo</b>	25	137.000,00
<b>Cebolinha (Cheiro Verde)</b>	10	67.900,00	<b>Rabanete</b>	3	10.500,00
<b>Genoura</b>	30	66.561,00	<b>Repolho</b>	380	305.219,80
<b>Cera De Abelha Kg</b>	450	19.147,50	<b>Rúcula</b>	10	63.400,00
<b>Chuchu</b>	42	58.170,00	<b>Salsa (Salsinha)</b>	8	66.320,00
<b>Couve</b>	45	128.250,00	<b>Semente De Soja</b>	516	154.144,68
<b>Couve Chinesa</b>	40	54.800,00	<b>Semente De Trigo</b>	752	153.475,68
<b>Couve-Flor</b>	45	294.975,00	<b>Silagem De Milho E/Ou Sorgo</b>	70.000	35.432.600,00
<b>Erva-Mate (Em Folha)</b>	28	44.594,76	<b>Soja (1ª Safra)</b>	61.908	175.798.290,36
<b>Escarola/Chicória</b>	68	191.080,00	<b>Tangerina Montenegrina</b>	25	51.250,00
<b>Espinafre</b>	32	175.360,00	<b>Tangerina Poncã</b>	130	127.813,40
<b>Feijão (1ª SAFRA)</b>	2.200	10.066.826,00	<b>Tomate (1ª safra)</b>	2.925	12.160.365,75
<b>Feijão (2ª SAFRA)</b>	1.237	5.406.229,13	<b>Tomate (2ª safra)</b>	2.280	8.426.082,00
<b>Feijão-Vagem</b>	15	41.400,00	<b>Tomate Cereja</b>	1	00 5.040,00
<b>Feno Outros</b>	470	536.881,00	<b>Trigo</b>	27.140	42.903.726,20
<b>Goiaba</b>	30	102.000,00	<b>Triguilho</b>	360	314.578,80
<b>Inhame</b>	14	36.120,00	<b>Triticale</b>	520	789.791,60
<b>Jaboticaba</b>	8	27.040,00	<b>Uva De Mesa</b>	26	162.500,00
			<b>Uva Vinífera</b>	6	27.000,00
<b>TOTAL VBP (R\$)</b>			<b>347.453.707,76</b>		

Fonte: SEAB; DEAL, 2022.

Nota: VBP: valor bruto da produção

Em relação ao uso de agrotóxicos, há uma conscientização crescente na população e a maioria dos pequenos produtores opta pela agricultura orgânica. Atualmente, existem sete produtores com certificação orgânica, distribuídos em diferentes localidades: Linha São Pedro (2 produtores), Ubazinho 2 (2 produtores), Funil (1 produtor), Gleba G (1 produtor) e Palmital 3 (1 produtor). Esses produtores recebem incentivos, orientação para produção, certificação e comercialização, além de participarem de feiras, realizam vendas diretas e comercializam seus produtos pela cooperativa Coopercandi, que atende os mercados institucionais. No entanto, os produtores com maiores áreas de cultivo ainda utilizam agrotóxicos em suas propriedades. Embora exista uma logística reversa para a devolução das embalagens, que devem ser retornadas ao local de compra, a lavagem realizada pelos produtores nem sempre segue os critérios adequados. No que diz respeito a práticas mais conservacionistas, observa-se um avanço significativo devido ao aumento da tecnologia. Tanto na agricultura quanto na pecuária, práticas como o plantio direto e o pastejo rotacionado têm sido adotadas, visando aumentar a produtividade e promover a sustentabilidade ambiental (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).



Também é relevante mencionar a ocorrência de áreas de erosão, principalmente em regiões onde o plantio convencional é realizado, especialmente durante períodos chuvosos. Além disso, o relevo acidentado da região contribui para esse problema.

A pecuária desempenha um papel significativo no Produto Interno Bruto (PIB) do município, contribuindo por meio da comercialização de bovinos, suínos, ovinos e outras espécies. Dentre as diferentes produções, destaca-se a produção de leite, que gerou quase 50 milhões de reais somente no ano de 2022 (SEAB, 2022). Além disso, outras categorias de animais também se destacam, como garrotes, frango de corte, bezerros, bovinos, novilhas, ovinos e suínos, conforme pode ser observado na Tabela 9 a seguir.

Tabela 25: Levantamento da pecuária em Cândido de Abreu - 2022

Tipo de Produção	Abate/Comercialização	Valor Bruto da Produção (R\$)
<b>Bezerras</b>	4.200 Cabeças	8.672.034,00
<b>Bezerros</b>	7.530 Cabeças	18.566.645,70
<b>Bovinos (Boi Gordo)</b>	3.160,00 Kg	16.615.896,83
<b>Bubalinos (Para Corte)</b>	120 Kg	585.000,00
<b>Caprinos (Para Corte)</b>	220 Kg	91.753,20
<b>Frango de Corte (Aves De Corte)</b>	963.373 Kg	19.975.539,16
<b>Galinha Caipira (Aves Caipiras Peso Vivo)</b>	28.300 Kg	689.897,40
<b>Garrotes</b>	6.380 Cabeças	21.020.951,60
<b>Leite</b>	18.962,81 Mil Litros	49.303.306,00
<b>Novilhas</b>	2.650,00 Cabeças	7.779.711,00
<b>Ovinos (Para Corte)</b>	3.100,00 Kg	1.569.096,00
<b>Ovos De Galinha (Para Consumo)</b>	103.000 Dúzias	466.590,00
<b>Suínos &lt; 2 Meses (Leitão P/ Terminação)</b>	400 Unidades	93.328,00
<b>Suínos - Leitões Para Corte</b>	920 Kg	251.160,00
<b>Suínos (Para Corte)</b>	3.200 Kg	1.553.280,00
<b>Touros</b>	55 Cabeças	412.355,35
<b>Total Valor Bruto da Produção</b>		<b>147.646.544,24</b>

Fonte: SEAB; DEAL, 2022.

#### 4.1.4.2 Programas, Parcerias e Cooperativas

Em Cândido de Abreu há diversas atividades de integração e parcerias com empresas e órgãos governamentais. Entre eles, destacam-se o IDR (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná), a SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento) e a ADAPAR (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná). No âmbito dos programas municipais, Cândido de Abreu tem investido em diversas iniciativas. Destacam-se a produção de mudas nativas para reflorestamento de áreas degradadas e conservação de nascentes e áreas de APP (Área de

Preservação Permanente), a produção de mudas de maracujá para incentivar a fruticultura, o projeto de distribuição de calcário para corrigir a acidez do solo e a proteção de minas de água. Além disso, o município conta com programas ativos como o PIA (Programa de Inseminação Artificial) e o SIM-POA. A correção do solo é realizada em conjunto com o projeto de distribuição de calcário, que inclui coletas de amostras do solo para análise. Também é realizada a vacinação contra a brucelose. Essas iniciativas visam promover o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental e o incentivo à produção agrícola de forma responsável no município de Cândido de Abreu.

Ainda, Cândido de Abreu possui uma Cooperativa, a Cooperativa Agroindustrial Coopercandi e 10 Associações: Associação dos Produtores Rurais de Cândido de Abreu, Associação dos Sericultores de Cândido de Abreu, Associação dos Criadores de Gado de Leite, Associação de Proteção aos Animais, Associação da Casa Familiar Rural, Associação do Alto Rio Baile, Associação dos Defensores da Natureza, Associação dos Indígenas, Associação dos Moradores de Abastecimento de Água e Associação do Saltinho (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

#### 4.1.4.3 Silvicultura

Com base nos dados de extrativismo e silvicultura disponibilizados pelo IBGE nos últimos três anos, observou-se uma queda significativa na produção de eucalipto e pinus, com reduções de 47% e 48%, respectivamente, em comparação com o ano anterior. Por outro lado, a produção de madeira em tora registrou um aumento de 20% de 2020 para 2021. Essas informações evidenciam as variações na atividade de silvicultura e destacam as tendências recentes na produção de diferentes tipos de madeira.

Tabela 26: Extração madeireira no município - 2019-2021

TIPO	2019	2020	2021
<b>Eucalipto</b>	13.000 ha	11.500 ha	6.000 ha
<b>Pinus</b>	8.000 ha	7.700 ha	4.000 ha
<b>Lenha</b>	25.000 m <sup>3</sup>	27.000 m <sup>3</sup>	26.000 m <sup>3</sup>
<b>Madeira em tora</b>	486.200 m <sup>3</sup>	477.300 m <sup>3</sup>	575.000 m <sup>3</sup>

Fonte: IBGE, 2019; 2020; 2021.

#### 4.1.4.4 Reserva Legal - Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico público obrigatório em todo o país para todas as propriedades rurais. Seu objetivo é integrar as informações ambientais das áreas de preservação permanente (APP), áreas de uso restrito, reserva legal, remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa. Com os dados fornecidos pelos proprietários, o governo consegue controlar, monitorar, planejar medidas ambientais e econômicas, além de combater o desmatamento. O CAR foi estabelecido pela Lei Federal nº 12.651/2012, dentro do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5



de maio de 2014. A lei estipula que a inscrição no CAR deve ser feita preferencialmente nos órgãos ambientais municipais ou estaduais (Art. 29, § 1º) e é obrigatória para todas as propriedades rurais, com prazo de um ano a partir de sua implementação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período (Art. 29, § 3º) (SINCAR).

De acordo com os levantamentos realizados nos bancos de dados do Sistema do CAR até julho de 2023, 161 propriedades já realizaram o Cadastro Ambiental Rural. Em relação à área total do município, 22,54% são indicados como reserva legal, contando com as reservas legais averbadas e propostas. A maior parte das reservas legais averbadas em Cândido de Abreu estão localizadas em APPs ou em áreas de remanescentes florestais, conforme ilustra o mapa a seguir (SINCAR, 2023).

450000.000

475000.000

500000.000

7300000.000

7275000.000

7250000.000

450000.000

475000.000

500000.000

# SITUAÇÃO DA RESERVA LEGAL EM CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Reserva Legal**
- Reserva Legal vinculada à Compensação de outro Imóvel
  - Reserva Legal Proposta
  - Reserva Legal Averbada
  - Reserva Legal Aprovada e Não Averbada

## Convenções Cartográficas

- Distritos
- Localidades Rurais
- Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
- Massas D'água [IAT\_2020]
- Municípios vizinhos [modificado IBGE\_2022]
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

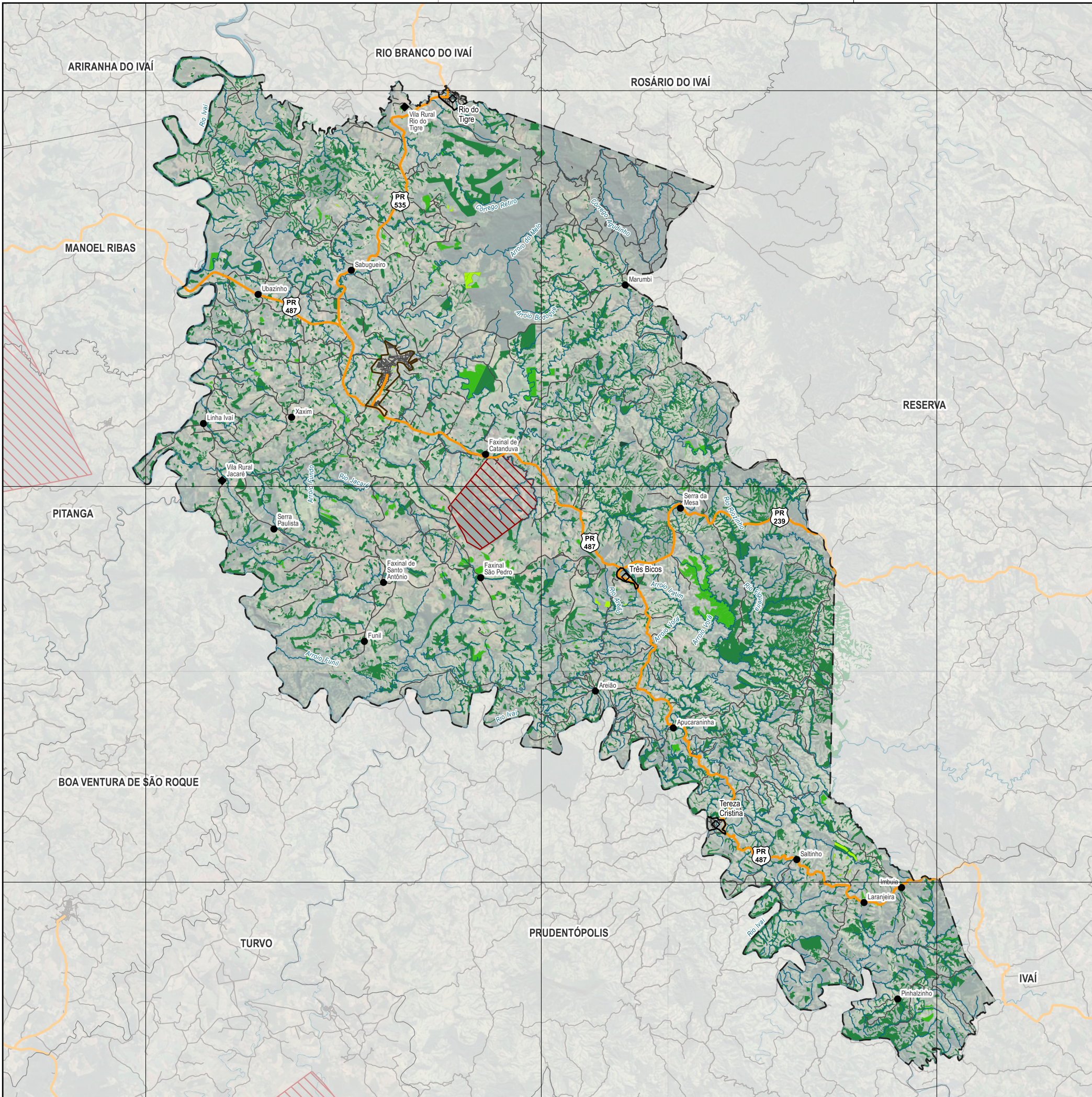
## Fonte de Dados

Reserva Legal - SICAR, 2021  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 250.000  
**Escala Gráfica:**



### 4.1.5 Situação Fundiária

De acordo com a administração municipal, em 2023 mais da metade das propriedades rurais caracterizam-se como pequenas propriedades. De acordo com a Lei federal nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), as pequenas propriedades constituem-se de imóveis com área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais (20 a 80 hectares)<sup>3</sup> (BRASIL, 2023). As médias propriedades (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais – 80 a 300 hectares), representam 20% das propriedades rurais de Cândido de Abreu, seguido das grandes propriedades (área superior a 15 módulos fiscais – acima de 300 hectares) e minifúndios (imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal – 20 hectares), representando 10% das propriedades igualmente (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a). O Mapa 18 apresenta as propriedades rurais em Cândido de Abreu, classificadas pelo tipo do imóvel (minifúndios, pequenos, médios ou grandes).

De forma complementar, o Quadro 5 na sequência caracteriza os imóveis rurais no Município, expondo a infraestrutura presente nestas propriedades. De acordo com os dados repassados pela administração municipal, cada tipo de propriedade rural possui uma disposição de infraestrutura diferente da outra. Desde a estrutura simplificada do minifúndio (casa, mina ou poço de água, curral / depósito) até as estruturas mais complexas das grandes propriedades (casa principal, casa de funcionário, poço artesiano, mangueira ou instalações para criação de animais, depósitos, represa para peixes, galpões e silos).

Quadro 5: Propriedades rurais em Cândido de Abreu de acordo com suas características

TIPO E TAMANHO DA PROPRIEDADE		%	ESTRUTURAS PRESENTES
<b>Minifúndios</b>	Inferior a 1 módulo fiscal Inferior a 20 ha	10	Casa principal, mina ou poço de água, curral no caso dos pecuaristas e depósito no caso dos agricultores
<b>Pequenos</b>	Entre 1 a 4 módulos fiscais Entre 20 a 80 ha	60	Casa principal, mina ou poço de água, mangueira e depósito, represa para peixes
<b>Médios</b>	Entre 4 a 15 módulos fiscais Entre 80 a 300 ha	20	Casa principal, casa de funcionários, poço artesiano, mangueira ou instalação para criação de animais, depósito de insumos, represa para peixes, galpões para máquinas, silo
<b>Grandes</b>	Área superior a 15 módulos fiscais Superior a 300ha	10	Casa principal, casa de funcionários, poço artesiano, mangueira ou instalação para criação de animais, depósito de insumos, represa para peixes, galpões para máquinas, silo.

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2023a.

<sup>3</sup> A área do módulo fiscal dos municípios é definida pelo INCRA, no caso de Cândido de Abreu 1 módulo fiscal corresponde a 20 hectares.

450000.000

475000.000

500000.000

7300000.000

7275000.000

7250000.000

450000.000

475000.000

500000.000

# TAMANHO DAS PROPRIEDADES RURAIS EM CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Imóveis Rurais em Hectares (ha)
- 0 - 18 (Minifúndio)
  - 18 - 72 (Pequeno)
  - 72 - 270 (Médio)
  - > 270 (Grande)

## Convenções Cartográficas

- Distritos
- Localidades Rurais
- Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano - Distritos
- Perímetro urbano - Sede
- Território indígena - Faxinal

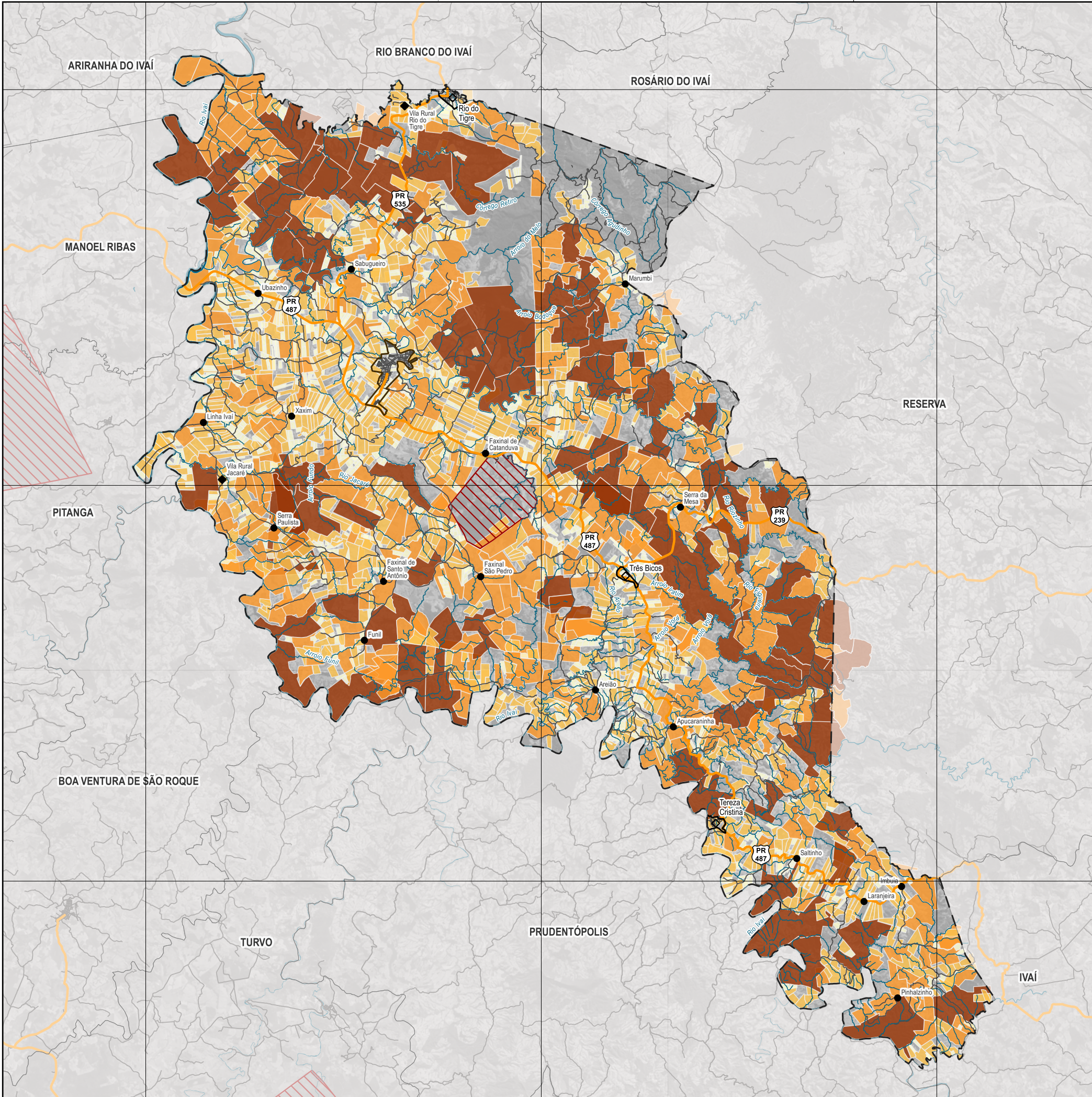
## Fonte de Dados

Imóveis Rurais - SICAR, 2021  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 250.000  
**Escala Gráfica:**



A transparência na condição legal do produtor rural é fundamental para uma agricultura responsável e consciente. Ao conhecer o status legal do produtor, pode-se garantir o cumprimento das leis trabalhistas e ambientais, evitando práticas ilegais e prejudiciais ao meio ambiente. A divulgação dessas informações promove a transparência na cadeia produtiva e ajuda a prevenir problemas como desmatamento ilegal e ocupação irregular de terras. Além disso, a apresentação dos dados legais facilita a construção de parcerias comerciais confiáveis, garantindo a conformidade com as exigências legais. Dito isso, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta as condições legais dos produtores rurais, por número de estabelecimentos. Segundo o IBGE (2006, 2017), têm-se que a grande maioria dos produtores rurais de Cândia de Abreu são proprietários ou coproprietários de terras tituladas coletivamente, representando aproximadamente 79% do total dos estabelecimentos.

Tabela 27: Condição do produtor em relação às terras - 2006-2017

INDICADORES	ESTABELECEMENTOS (2006)	ESTABELECEMENTOS (2017)
Proprietário(a) inclusive os(as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente	2.609	1.956
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	88	42
Arrendatário (a)	307	168
Parceiro (a)	184	131
Comodatário(a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável - taus) <sup>4</sup>	-	148
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	542	4
Produtor sem área	79	3
<b>TOTAL</b>	<b>3.809</b>	<b>2.462</b>

Fonte: IBGE, 2006, 2017.

#### 4.1.6 Macrozoneamento Municipal

Como um instrumento de planejamento territorial, o macrozoneamento tem como objetivo orientar o planejamento das políticas públicas, em especial aquelas relacionadas à gestão do território, levando em consideração as diferentes realidades das regiões do município. O seu propósito é alcançar o equilíbrio ambiental do município e enfatizar a necessidade de readequação das macrozonas, levando em conta a viabilidade e o interesse na urbanização no curto, médio e longo prazos.

<sup>4</sup> O Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS, pode ser outorgado a comunidades tradicionais que ocupem ou utilizem as seguintes áreas de União: i. áreas de várzeas e mangues enquanto leito de corpos de água federais; ii. Mar territorial; iii. Áreas de praia marítima ou fluvial federais; iv. Ilhas situadas em faixa de fronteira; v. acrescidos de marinha e marginais de rios federais; vi. Terrenos de marinha e marginais presumidos (BRASIL, 2010).

No Plano Diretor Municipal de Cândia de Abreu, instaurado em 2012 (Lei Municipal nº 725/2012), seu capítulo VI trata do Macrozoneamento. O artigo 16 da referida lei aponta que o Macrozoneamento do Município tem como objetivo:

“fixar as regras de ordenamento territorial, definir estratégias para o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano e rural e estabelecer diretrizes para aplicação de instrumentos urbanísticos, delimitando áreas de incentivo, qualificação e restrição à ocupação do território municipal (CÂNDIDO DE ABREU, 2012a).

É relevante ressaltar que Cândia de Abreu possui dois tipos de macrozoneamento: o macrozoneamento municipal e o macrozoneamento das áreas urbanas, sendo este último referente aos distritos de Tereza Cristina, Três Bicos e Rio do Tigre, e as vilas rurais Jacaré, Lajeado e Rio do Tigre (CÂNDIDO DE ABREU, 2012a).

O macrozoneamento municipal está dividido em 4 macrozonas, com as seguintes descrições e objetivos:

**I - Macrozona Rural:** correspondente à extensão do território municipal cujos lotes são de ocupação rural, tendo como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de incentivar as atividades silviagropastoris, turísticas e minerárias, de modo sustentável;

**II - Macrozona Rural de Controle Ambiental:** correspondente à extensão do território municipal pertencente aos mananciais de abastecimento, tendo como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de incentivar o uso controlado e sustentável das atividades silviagropastoris, turísticas e minerárias, bem como a recuperação e preservação dos remanescentes vegetais;

**III - Macrozona Urbana,** correspondente às áreas do território municipal cujas características de ocupação e densidade populacional remetem ao uso urbano, tendo como objetivo orientar a ocupação e o uso do solo nas áreas urbanas, e

**IV - Macrozona de Preservação Ambiental:** correspondente às áreas de preservação permanente ou inaptas à ocupação humana, tendo como objetivo a preservação e a recuperação dos recursos hídricos, dos solos, da fauna e da flora (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

Já para as 4 macrozonas urbanas, são apontadas as seguintes descrições e objetivos:

**I - Macrozona de Consolidação Urbana:** correspondente à área atualmente urbanizada, dotada de infraestrutura completa ou satisfatória, na qual se recomenda o adensamento demográfico em conformidade com os parâmetros máximos indicados para cada zona;

**II - Macrozona de Qualificação Urbana:** correspondente a áreas do perímetro urbano atual situadas próximas a áreas dotadas de infraestrutura, mas que ainda não foram parceladas ou totalmente ocupadas, representando subutilização e que, por isso, devem ser objeto da aplicação de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade que induzam compulsoriamente ao seu parcelamento, à sua ocupação ou ao seu adensamento;

**III - Macrozona de Expansão Urbana:** destinada a receber o acréscimo demográfico, quando a área atualmente urbanizada não puder mais absorver população com qualidade e a custos acessíveis, e cuja proposição cumpre o papel de assegurar que o crescimento da cidade ocorra em direção a áreas aptas à urbanização e de servir como redutor de pressões especulativas sobre o mercado imobiliário;



**IV - Macrozona de Preservação Ambiental Urbana:** correspondente às áreas de preservação permanente, conforme definidas nas supracitadas leis federais n°. 4.771/65, n°. 6.766/79 e n°. 7.803/89.

Na sequência os Mapa 19 e Mapa 20 apresentam o Macrozoneamento para a sede urbana e distritos administrativos, denominadas de macrozonas urbanas<sup>5</sup>.

Na sede urbana a macrozona de maior extensão territorial é a de Consolidação Urbana, tal como dispõe sua definição, são áreas já urbanizadas e infraestruturadas. Esta macrozona propõe induzir o adensamento demográfico a partir da utilização dos parâmetros máximos em cada zona (zoneamento urbano).

A Macrozona de Preservação Ambiental Urbana refere-se às áreas de APP, relacionadas aos cursos d'água presentes no perímetro urbano da sede, tais como o rio Ubazinho e afluentes, Arroio Três Barras, e afluentes do Arroio Ponte Coronel.

As áreas abrangidas pela Macrozona de Qualificação Urbana são compostas por áreas infraestruturadas, porém, não parceladas ou totalmente ocupadas, caracterizando-se como áreas subutilizadas. Conforme a legislação do Plano Diretor, deve ser aplicado instrumentos do Estatuto da Cidade a fim de induzir o parcelamento do solo e, por conseguinte, a ocupação e adensamento destas áreas.

Já a Macrozona de Expansão, é caracterizada pelas áreas não ocupadas ou infraestruturadas limdeiras aos limites do perímetro urbano e são regiões destinadas à ocupação urbana. De acordo com o Plano Diretor do Município (2006), estas áreas devem orientar o crescimento populacional em áreas aptas à ocupação e reduzir pressões especulativas advindas do mercado imobiliário. A macrozona predomina a porção noroeste, sudoeste e sul do perímetro urbano.

---

<sup>5</sup> Os dados vetoriais acerca do macrozoneamento municipal e das vilas rurais não foram disponibilizados à consultoria.

465000.000

467500.000

# MACROZONEAMENTO URBANO DA SEDE DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Macrozona de Consolidação
- Macrozona de Expansão
- Macrozona de Preservação
- Macrozona de Qualificação

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Lei de Zoneamento - CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

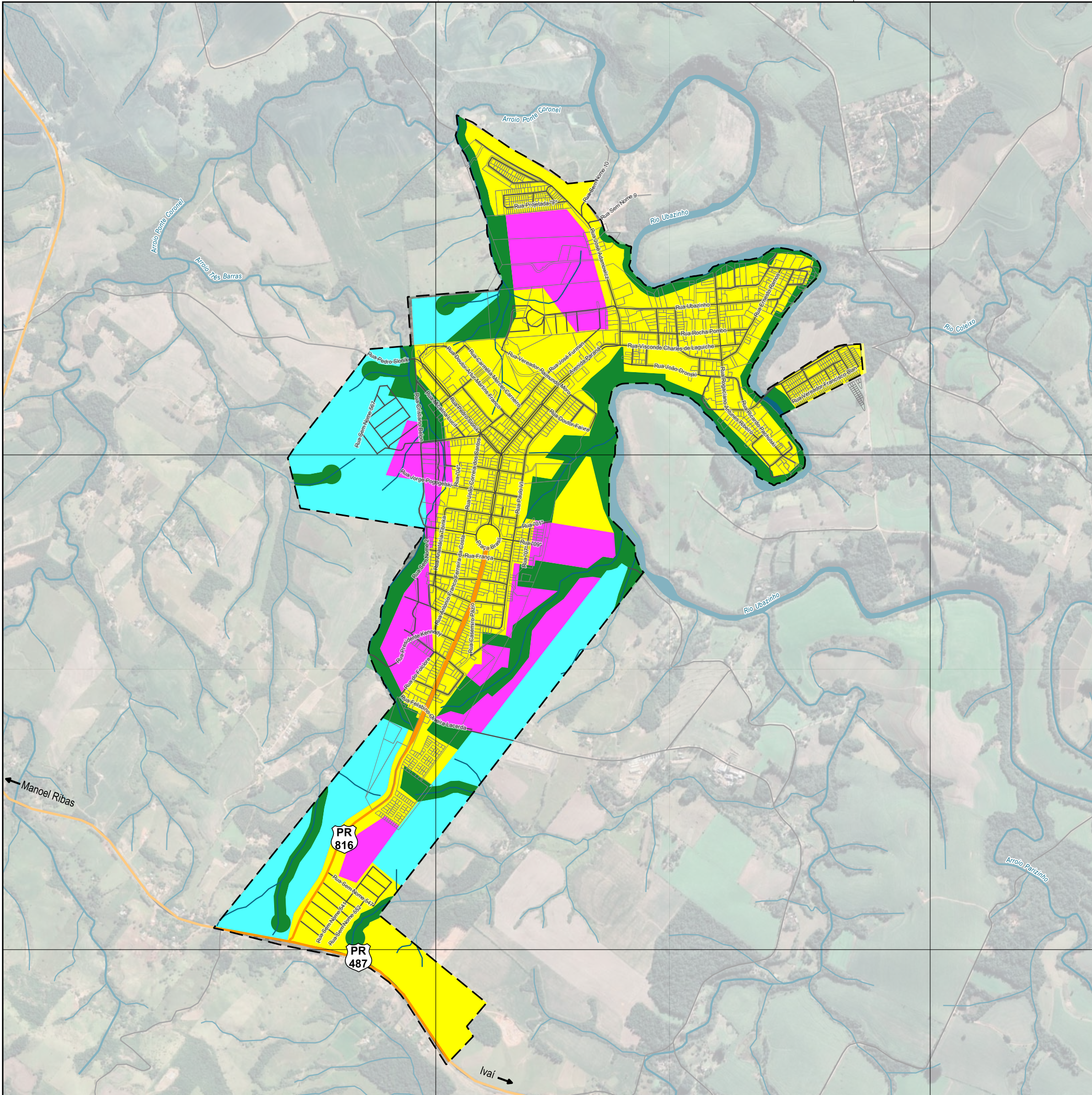


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000





Referente ao macrozoneamento das demais áreas urbanas de Cândido de Abreu, estão presentes as Macrozonas de Consolidação, Expansão Urbana e Preservação Ambiental Urbana, com exceção do distrito de Três Bicos que é abrangido somente pela Macrozona de Consolidação e Preservação Ambiental Urbana (Mapa 20). Os distritos do município possuem baixo adensamento populacional, e por consequência o macrozoneamento indica áreas para a consolidação de áreas urbanizadas e áreas propícias à expansão da ocupação. Não menos importante, a Macrozona de Preservação Ambiental Urbana indica, assim como na sede urbana, as áreas de APP dos cursos d'água presentes nos respectivos perímetros urbanos.

# MACROZONEAMENTO DOS DISTRITOS EM CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Macrozoneamento
- Macrozona de Consolidação
  - Macrozona de Expansão
  - Macrozona de Preservação Ambiental Urbana

## Convenções Cartográficas

- Malha viária
- Diretrizes viárias
- Perímetro urbano distritos
- Linha de transmissão
- Curvas mestras
- Hidrografia

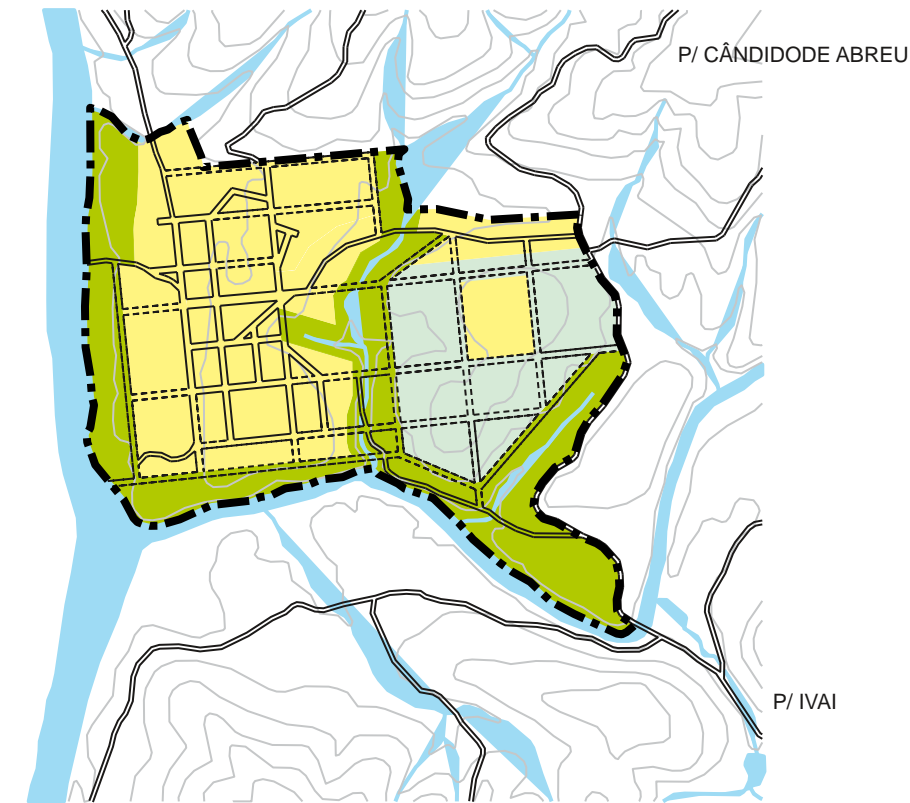
## Fonte de Dados

Macrozoneamento; Diretrizes Viárias; Perímetros urbanos; Linha de Transmissão; Rios e Córregos; Curva Mestra - CÂNDIDO DE ABREU, 2006.

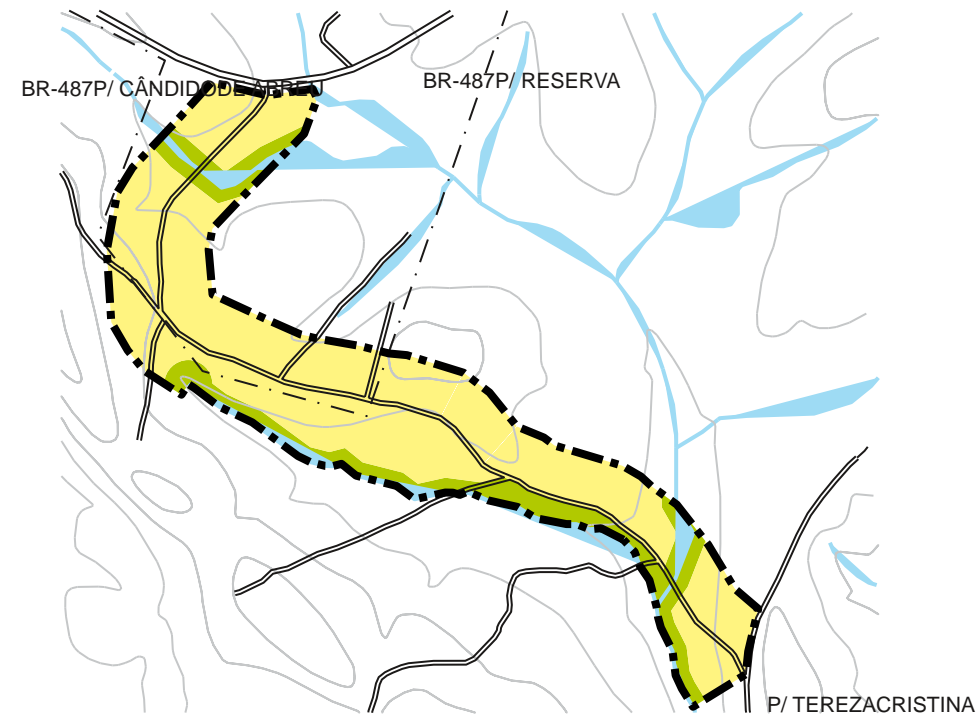
Data: Julho/2023

Escala: Sem escala

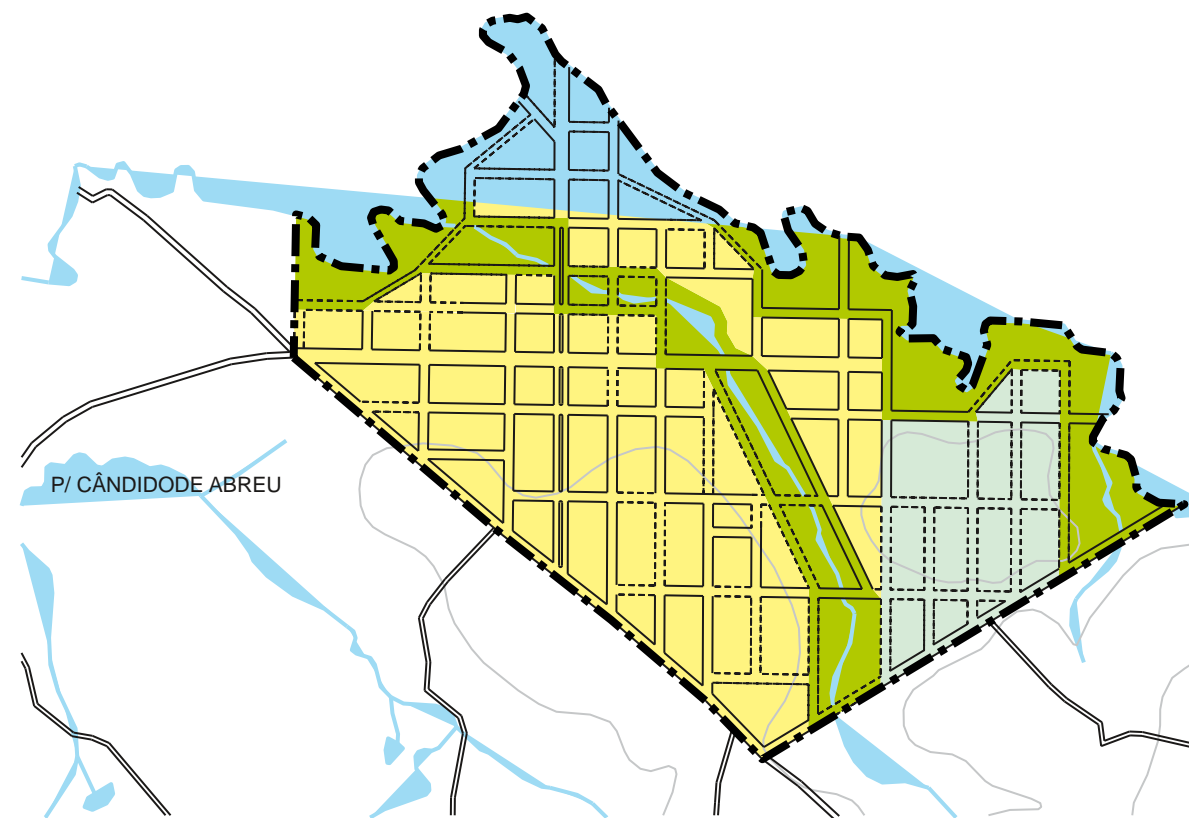
Escala Gráfica: 



TEREZA CRISTINA



TRÊS BICOS



RIO DO TIGRE

## 4.2 Características gerais de uso e ocupação do solo urbano

A análise do cenário atual de uso e ocupação do solo urbano em Cândido de Abreu é fundamental para compreender as dinâmicas que ocorrem nas diferentes áreas urbanizadas do município. Essa compreensão possibilitará o desenvolvimento de diretrizes que equacionem e otimizem o crescimento da ocupação urbana em harmonia com as infraestruturas já existentes e viáveis para implantação futura.

O panorama geral abrange diversos aspectos, como a análise da evolução do perímetro urbano e da implantação de loteamentos, a observação da efetiva ocupação do solo nas áreas urbanas parceladas, que fornece um indicativo da dinâmica de ocupação, e a identificação dos usos do solo urbano e concentração de atividades econômicas, auxiliando no diagnóstico de áreas urbanas com atividades similares.

### 4.2.1 Perímetros Urbanos

#### 4.2.1.1 Sede Urbana

Ao longo de sua história, Cândido de Abreu passou por significativas mudanças urbanas que tiveram impacto direto em seu desenvolvimento e expansão territorial. Duas leis fundamentais desempenharam um papel central nesse contexto: a Lei nº 545, de 24 de novembro de 2006, instaurada a partir do Plano Diretor vigente, e a Lei nº 726, de 28 de junho de 2012, descritas no Quadro 6.

Cândido de Abreu, originalmente um distrito, obteve sua emancipação municipal em 26 de novembro de 1954, quando ocorreu o desmembramento do município de Reserva. Após esse marco, em 1955, foram instalados os distritos de Cândido de Abreu, Tereza Cristina e Três Bicos, como registrado pelo IBGE. Subsequentemente, em uma divisão territorial datada de 1960, esses mesmos distritos foram mantidos (IBGE, 2023b). A consultoria não obteve acesso às leis mais antigas relacionadas aos perímetros urbanos de Cândido de Abreu, mas é notável que as leis de delimitação dos perímetros urbanos em 2006 e 2012 representam pontos cruciais no planejamento e ordenamento do solo urbano do município. Essas leis buscaram estabelecer limites para o crescimento da área urbana, permitindo o desenvolvimento ordenado de infraestruturas, serviços públicos e novos empreendimentos.

Quadro 6: Legislação acerca dos perímetros urbanos de Cândido de Abreu

LEI	SÚMULA	OBSERVAÇÕES
<b>Lei nº 545 de 24 de novembro de 2006</b>	Dispõe sobre os Perímetros das Zonas Urbanas do Município de Cândido de Abreu e dá outras providências.	Cidade de Cândido de Abreu, a sede do Distrito de Tereza Cristina, a sede do Distrito de Três Bicos, o núcleo urbano de Rio do Tigre e as áreas de urbanização específica correspondentes às Vilas Rurais Jacaré, Lajeado e Rio do Tigre, enquanto a Zona Agrícola compreende o restante do território municipal.
<b>Lei nº 726, de 28 de junho de 2012</b>	Dispõe sobre os perímetros das Zonas Urbanas do Município de Cândido de Abreu e dá outras providências	As Zonas Urbanas no Município compreendem a Cidade de Cândido de Abreu, a sede do Distrito de Tereza Cristina, a sede do Distrito de Três Bicos, o núcleo urbano de Rio do Tigre e as áreas de urbanização específica correspondentes às Vilas Rurais Jacaré, Lajeado e Rio do Tigre, enquanto a Zona Rural compreende o restante do território municipal.

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2006, 2012.



O município possui o registro de duas leis municipais que tratam da definição de perímetro urbano. A principal diferença entre a redação destes dois instrumentos jurídicos está relacionada à nomenclatura utilizada para a zona rural: em 2006, a lei designava a área como "Zona Agrícola", enquanto em 2012, a nomenclatura foi alterada para "Zona Rural". A lei dos perímetros urbanos de Cândido de Abreu engloba todas as áreas consideradas urbanas no município, abrangendo a sede urbana, mencionada como "Cidade de Cândido de Abreu", o Distrito de Tereza Cristina e de Três Bicos, o núcleo urbano de Rio do Tigre e as áreas de urbanização específicas das Vilas Rurais Jacaré, Lajeado e Rio do Tigre. A lei atual também inclui um memorial descritivo dos pontos que delimitam o perímetro urbano, elaborado em escala 1:50.000 e utilizando o sistema de projeção UTM referenciado ao datum SAD-69 (CÂNDIDO DE ABREU, 2012b).



No Mapa 21 é possível observar a sobreposição do perímetro urbano antigo, estabelecido pela lei de 2006, com os limites de 2012, perímetro urbano vigente. Observa-se uma mudança significativa na porção sudeste do perímetro, resultando em uma expansão de 76,21 hectares na direção leste da região, além de uma pequena expansão ao noroeste, evidenciando uma maior linearidade no perímetro urbano. É importante mencionar que a área do perímetro urbano atual, estabelecida pela lei de 2012, é de 488,63 hectares ou 4,886 km<sup>2</sup> (correspondendo a 0,32% do território municipal), representou um aumento de 19,66% em relação ao perímetro urbano de 2006, que abrangia 408,30 hectares ou 4,083 km<sup>2</sup>.

465000.000







467500.000

# SÉRIE HISTÓRICA PERÍMETROS URBANOS DA SEDE DO MUNICÍPIO

## LEGENDA

-  Perímetro Urbano Vigente - Plano Diretor 2012 (Lei Nº 726/2012)
-  Perímetro Urbano da Sede (Lei Nº 545/2006)

## Convenções Cartográficas

-  Lotes cadastrais
-  Quadras
-  Malha Viária
-  Rodovias
-  Hidrografia
-  Massas D'água

## Fonte de Dados

Perímetros urbanos da sede - CÂNDIDO DE ABREU, 2006, 2012.  
 Lotes Cadastrais e Quadras - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**



7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000

De forma a evitar problemas legais e técnicos, é importante que a criação ou alteração de perímetros urbanos seja feita com base em um processo abrangente de planejamento urbano. Isso deve incluir estudos técnicos prévios para avaliar o impacto da implantação de novos loteamentos, bem como a participação da comunidade na gestão urbana e nas mudanças das leis municipais, conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade. O Estatuto determina que os municípios que desejam ampliar seus perímetros urbanos devem elaborar um projeto específico contendo diversos elementos essenciais. Esses elementos incluem a demarcação do novo perímetro urbano, a delimitação de áreas com restrições à urbanização devido a riscos de desastres naturais, a definição de diretrizes para infraestrutura, sistema viário, equipamentos públicos, áreas de interesse social, proteção ambiental e patrimônio cultural, além de mecanismos para distribuir os custos e benefícios decorrentes da expansão urbana. Esse projeto específico deve ser instituído por lei municipal e estar em conformidade com o plano diretor municipal, e se o plano diretor atender às exigências estabelecidas, o município fica dispensado de elaborar um projeto específico adicional.

#### 4.2.1.2 Distritos e Vilas rurais

Todos os distritos e vilas rurais do município são classificados como áreas urbanas e, portanto, possuem um perímetro urbano delimitado, conforme mencionado anteriormente, através da Lei Municipal nº 726/2012 (CÂNDIDO DE ABREU, 2012b).

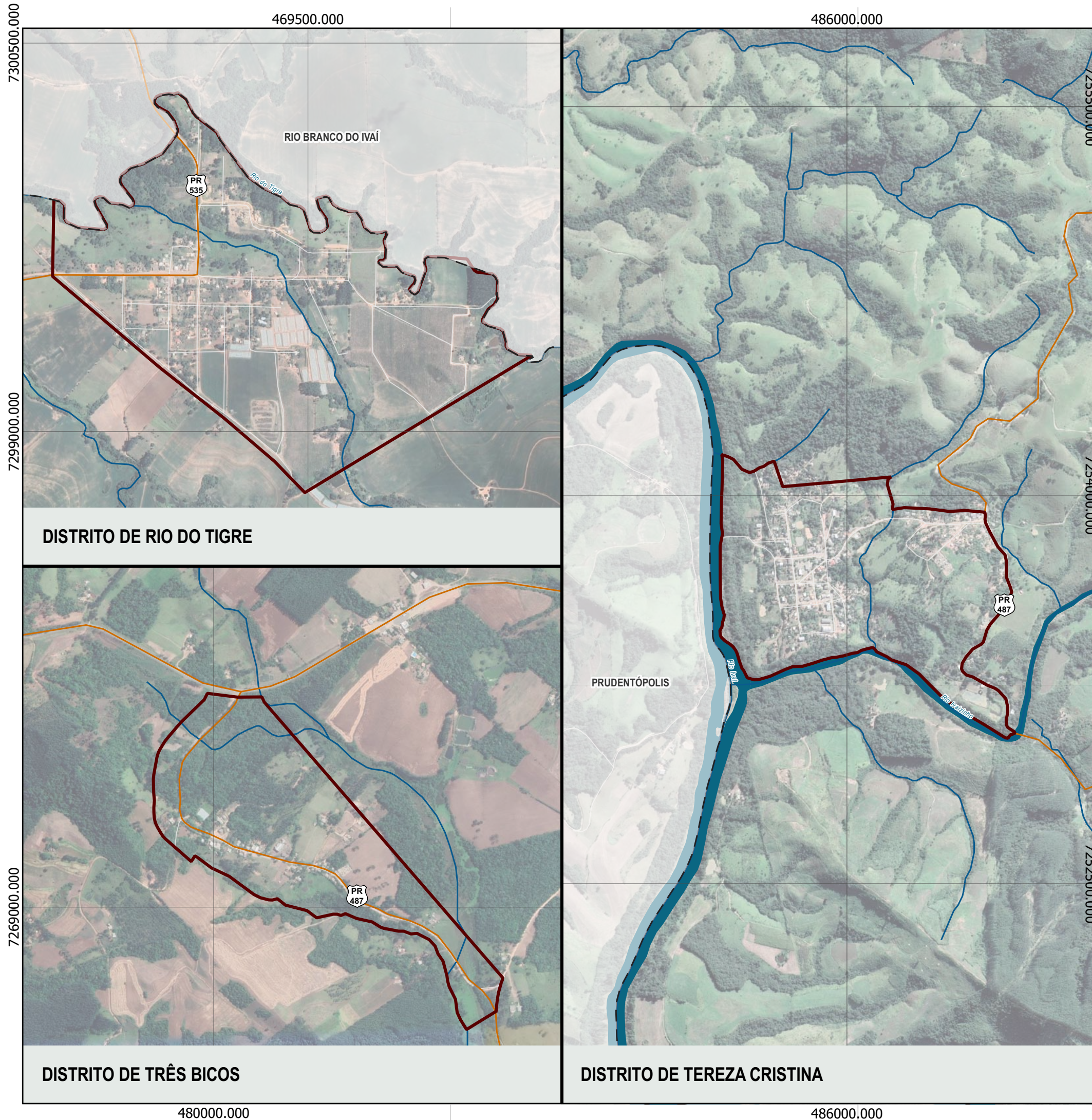
A existência de diversas áreas urbanas distribuídas em um município pode causar dificuldades para a administração municipal, como sobrecarga na infraestrutura, dificuldades de planejamento, custos de manutenção elevados, conflitos de interesse e desafios na gestão de recursos. É essencial que sejam adotadas medidas eficazes de planejamento e gestão para garantir um desenvolvimento urbano equilibrado para todas as localidades. Na Tabela 28 a seguir, são apresentadas as áreas correspondentes a cada distrito e vila rural e a relação de tamanho com o território municipal. De acordo com estes dados, têm-se que o distrito de Rio do Tigre é o maior destes em área, representando 0,08% do município de Cândido de Abreu. Em seguida, nos Mapa 22 e Mapa 23, é possível visualizar o desenho do perímetro urbano para as localidades dos Distritos de Tereza Cristina e Três Bicos, e o núcleo urbano de Rio do Tigre, regulamentados pela Lei Municipal nº 726/2012.

Tabela 28: Áreas dos Distritos e Vilas Rurais no Município

INDICADORES	ÁREA (hectares)	% NO TERRITÓRIO MUNICIPAL
<b>Distrito de Tereza Cristina</b>	75,48	0,05
<b>Distrito de Três Bicos</b>	40,24	0,02
<b>Distrito (núcleo urbano) de Rio do Tigre</b>	132,94	0,08
<b>Vila Rural Jacaré</b>	61,58	0,04
<b>Vila Rural Lajeado</b>	26,53	0,017
<b>Vila Rural Rio do Tigre</b>	24,20	0,016

Fonte: IBGE, 2006, 2017.





# PERÍMETRO URBANO DOS DISTRITOS DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Perímetro Urbano - Distritos (Lei Municipal Nº 726/2012)

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos

## Fonte de Dados

Perímetros urbanos Distritos - PARANACIDADE, 2020.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Junho/2023

**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**



**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**

**DISTRITO DE TRÊS BICOS**

**PRUDENTÓPOLIS**

**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

# PERÍMETRO URBANO DAS VILAS RURAIS DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

--- Perímetro urbano

## Convenções Cartográficas

- == Malha viária
- - - Linha de transmissão
- Curvas mestras
- Hidrografia

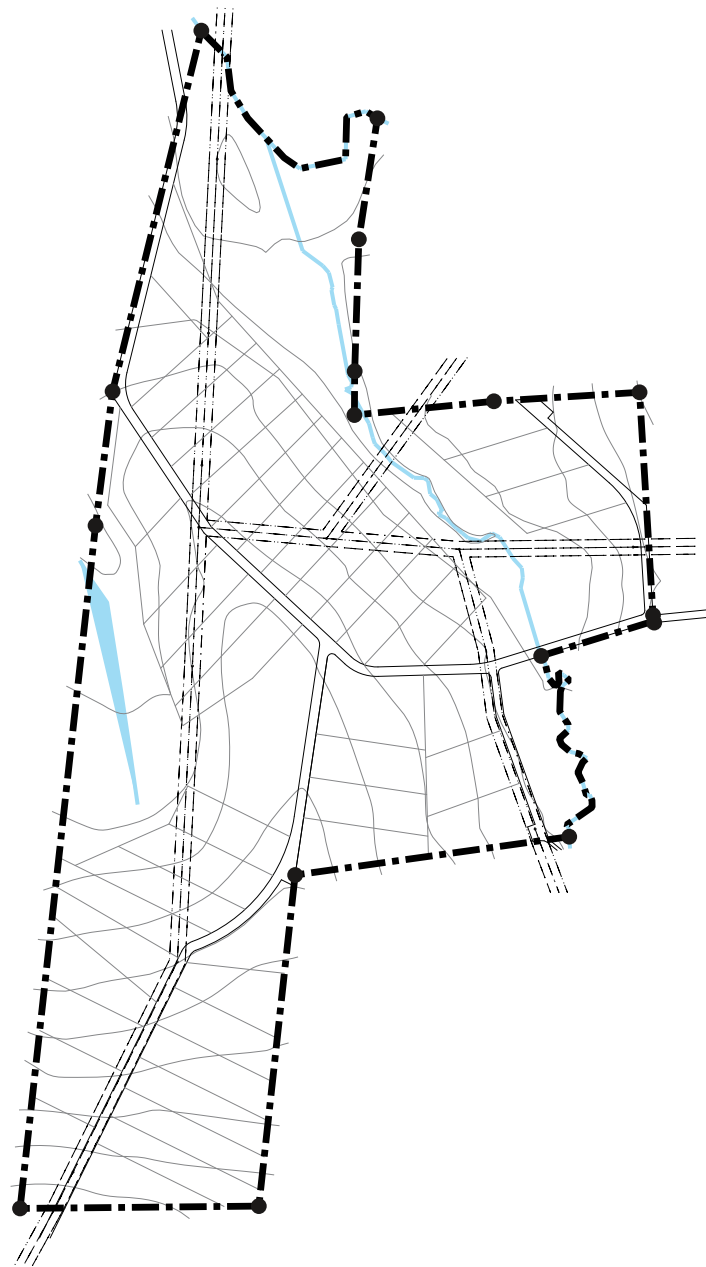
## Fonte de Dados

Perímetros urbanos; Diretrizes Viárias e Malha viária; Linha de transmissão; Hidrografia; Curvas Mestras - CÂNDIDO DE ABREU, 2006.

Data: Julho/2023

Escala: Sem escala

Escala Gráfica:



VILA RURAL JACARE



VILA RURAL LAJEADO



VILA RURAL RIO DO TIGRE

## 4.2.2 Zoneamento Urbano

O zoneamento é uma divisão estruturada do território, considerando diversos fatores como aspectos ambientais (bacias hidrográficas, vegetação, ventos predominantes, etc.), geomorfológicos (tipo de solo, inclinação do terreno, etc.) e socioespaciais (ocupação, densidade populacional, atividades desenvolvidas, infraestrutura, etc.). Essa organização, promovida pelo homem, busca facilitar e priorizar investimentos, tanto públicos quanto privados, além de identificar e desenvolver as potencialidades e vocações de diferentes regiões do território.

No contexto de planejamento urbano, os perímetros urbanos são divididos em zonas urbanas, agrupadas de acordo com semelhanças e características específicas relacionadas ao uso pretendido para cada área. O Plano Diretor de Cândido de Abreu, datado de 2012, estabeleceu, por meio da Lei Municipal nº 727/2012, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo do município, um total de nove categorias de zonas, que resultam em 11 zonas distintas. Cada zona possui regulamentações específicas sobre o uso e ocupação do solo, visando promover o desenvolvimento ordenado e sustentável do município, e estão divididas em:

- I. Zona Comercial, subdividida em Zona Comercial 1 (ZC-1) e Zona Comercial 2 (ZC-2);
- II. Zona Industrial (ZI);
- III. Zona Especial (ZE);
- IV. Zona Residencial, subdividida em Zona Residencial 1 (ZR-1), Zona Residencial 2 (ZR-2);
- V. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- VI. Zona Residencial de Ocupação Controlada (ZROC);
- VII. Zona de Expansão (ZEX);
- VIII. Zona de Preservação Ambiental (ZPA); e
- IX. Zona Agrícola (ZA).

(CÂNDIDO DE ABREU, 2012a, Art 7º).

Vale ressaltar que a Zona Agrícola incide sobre o território rural do Município.

O zoneamento e os parâmetros de uso e ocupação do solo estabelecidos no produto final da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) em 2012, foram regulamentados pela Lei Municipal nº 727/2012, especificamente no Capítulo II - Do Zoneamento (Art. 5º ao Art. 12). Assim, as diversas zonas e suas respectivas finalidades estão apresentadas no Quadro 7 a seguir.

Quadro 7: Relação das zonas e suas destinações

ZONAS		DESTINAÇÃO
Zona Comercial - ZC	Zona Comercial Um (ZC-1)	Predominam os usos de comércio e serviços centrais e vicinais, além do uso residencial, com padrão de ocupação unifamiliar, bifamiliar ou multifamiliar de alta densidade
	Zona Comercial Dois (ZC-2)	Predominam os usos de comércio e serviços setoriais e vicinais, além do uso residencial, com padrão de ocupação unifamiliar, bifamiliar ou multifamiliar de média densidade

ZONAS		DESTINAÇÃO
<b>Zona Industrial (ZI)</b>		Destinada ao uso industrial, compreendendo atividades industriais não nocivas nem perigosas, compatíveis com zonas urbanas de uso diversificado
<b>Zona Especial (ZE)</b>		Destinada à manutenção de padrões urbanísticos específicos em áreas onde haja a presença de atividades, usos ou funções urbanas de caráter excepcional, não enquadráveis nas zonas definidas neste Artigo
<b>Zona Residencial (ZR)</b>	<b>Zona Residencial Um (ZR1)</b>	Predomina o uso residencial, com padrão de ocupação unifamiliar de baixa densidade, sendo permissível a atividade individual de autônomos e profissionais liberais no próprio domicílio, concomitante à moradia
	<b>Zona Residencial Dois (ZR2)</b>	Predominam os usos de comércio e serviços centrais e vicinais, além do uso residencial, com padrão de ocupação unifamiliar, bifamiliar ou multifamiliar de média densidade
<b>Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)</b>		Predomina o uso residencial, com padrão de ocupação unifamiliar, bifamiliar ou multifamiliar de média densidade, constituída por projetos de desfavelamento, assentamento ou reassentamento de populações carentes e conjuntos habitacionais populares implantados pelo Município ou por agências governamentais de habitação popular
<b>Zona Residencial de Ocupação Controlada (ZOC)</b>		Predomina o uso residencial, com padrão de ocupação unifamiliar de baixa densidade, sendo permissível a atividade individual de autônomos e profissionais liberais no próprio domicílio, concomitante à moradia, desde que observadas as condições geotécnicas e geomorfológicas do terreno
<b>Zona de Expansão (ZEX)</b>		Destinada à expansão futura, preferencialmente destinada ao uso habitacional
<b>Zona de Preservação Ambiental (ZPA)</b>		Destinada a contribuir para a manutenção do equilíbrio ecológico e paisagístico, admitidas apenas edificações que se destinem estritamente ao apoio às funções de parques e reservas florestais
<b>Zona Agrícola (ZA)</b>		Correspondente à área rural do Município, destinada predominantemente às atividades extrativas e silviagropastoris

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2012a.

Durante os últimos 12 anos, período decorrido do último zoneamento até a presente revisão do Plano Diretor Municipal em Cândia de Abreu, houveram duas alterações na legislação que trata do tema, através da Lei nº 890/2014, a qual estabelece que certas quadras dos loteamentos Núcleo Colonial de Cândia de Abreu e Jardim Bela Vista passam a integrar a Zona Residencial 2<sup>6</sup> (CÂNDIDO DE ABREU, 2014a), e a Lei nº 839/2014, de forma a ajustar questões de ocupações do solo (sendo analisado em maior profundidade em item próprio - neste documento - 4.2.3 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano).

<sup>6</sup> Ressalta-se que não se teve acesso às informações cartográficas (mapeamento) desta alteração no zoneamento.

### 4.2.2.1 Sede

O zoneamento urbano da Sede de Cândia de Abreu é composto por 10 zonas distintas, cujas áreas estão detalhadas na Tabela 12 e visualmente representadas no Mapa 16 a seguir. As zonas são áreas que foram delimitadas para atender às necessidades específicas de cada região, com vistas à promover um desenvolvimento urbano harmonioso e sustentável.

Tabela 29: Relação das zonas urbanas na Sede e suas áreas

ZONAS		ÁREAS	
		Hectares	%
Zona Comercial (ZC)	Zona Comercial Um (ZC-1)	35,74	7,44
	Zona Comercial Dois (ZC-2)	27,27	5,68
Zona Industrial (ZI)		19,18	3,99
Zona Especial (ZE)		13,95	2,90
Zona Residencial (ZR)	Zona Residencial Um - ZR1	114,79	23,91
	Zona Residencial Dois - ZR2	17,07	3,55
Zona Especial de Interesse Social - ZEIS		7,15	1,48
Zona Residencial de Ocupação Controlada - ZROC		59,00	12,29
Zona de Expansão - ZEX		89,73	18,69
Zona de Preservação Ambiental - ZPA		96,18	20,03
<b>TOTAL</b>		<b>480,06</b>	<b>99,96</b>

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2012a.

A Zona Residencial 1 é predominante, caracterizada pelo uso residencial de baixa densidade. Está concentrada na região leste/nordeste próxima ao rio Ubazinho, ao norte e sul abrangendo novos loteamentos e nas proximidades do centro urbano. Já a Zona Residencial 2 é menos presente no território, limitando-se à uma área contígua da Zona Comercial 1 no sentido leste da sede. Diferencia-se da Zona Residencial 1 por permitir uso misto residencial e de serviços, com densidade média.

A segunda maior zona da sede urbana é a Zona de Preservação Ambiental (ZPA), a qual possui um enfoque ambiental. Permite apenas edificações para apoio a parques e reservas florestais, constituindo-se principalmente de Áreas de Preservação Permanente (APPs) dos cursos d'água. A Zona de Ocupação Controlada (ZOC) relaciona-se estreitamente com a ZPA, predominando um padrão residencial de baixa densidade entre as áreas de ZPA e outras zonas, funcionando como uma zona de transição.

A Zona de Expansão (ZEX), terceira maior zona da sede urbana, ocupa áreas de glebas nos extremos do perímetro urbano da sede, onde já se observam marcações de novos loteamentos, de acordo com imagens de satélite. Essas regiões localizam-se ao sul e oeste da sede. As Zonas Comerciais 1 e 2 (ZC-1 e ZC-2) destinam-se a usos comerciais e de serviços, diferenciando-se pela densidade habitacional, sendo a ZC-1 de alta densidade e a ZC-2 de média densidade. As áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no leste da sede referem-se à Prainha e Balsa Velha, destinadas à regularização urbana, como será explorado em maior detalhe no CAPÍTULO 6.



Por fim, a Zona Industrial possui uma área no extremo sul da sede urbana, estando presente a COAMO Alimentos.

465000.000








467500.000

# ZONEAMENTO URBANO DA SEDE DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

- Zona Comercial 1 (ZC1)
- Zona Comercial 2 (ZC2)
- Zona de Expansão (ZEX)
- Zona de Ocupação Controlada (ZOC)
- Zona de Preservação Ambiental (ZPA)
- Zona Especial (ZE)
- Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)
- Zona Industrial (ZI)
- Zona Residencial 1 (ZR1)
- Zona Residencial 2 (ZR2)

## Convenções Cartográficas

-  Malha Viária
-  Rodovias [PARANACIDADE]
-  Hidrografia
-  Limite Municipal [modificado IBGE\_2022]
-  Lotes Cadastrais
-  Massas D'água [IAT\_2020]
-  Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Lei de Zoneamento - CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**



7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000

### 4.2.2.2 Distritos de Tereza Cristina, Três Bicos e Rio do Tigre e Vilas Rurais

Os distritos de Cândia de Abreu possuem um zoneamento semelhante ao definido para a sede, com as mesmas definições para as zonas, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 727/2012 (CÂNDIDO DE ABREU, 2012a). No entanto, existem algumas diferenças específicas para cada distrito, a fim de atender às particularidades e necessidades locais. Abaixo estão listadas as zonas de cada distrito e o Mapa 25 disposto na sequência espacializa a localização das mesmas.

**Tereza Cristina:** Zona Residencial Um (ZR-1); Zona Residencial Dois (ZR-2); Zona de Preservação Ambiental (ZPA); Zona de Expansão (ZEX); e Zona Especial (ZE);

**Rio do Tigre:** Zona Residencial Um (ZR-1); Zona Residencial Dois (ZR-2); Zona de Preservação Ambiental (ZPA); e Zona Especial (ZE).

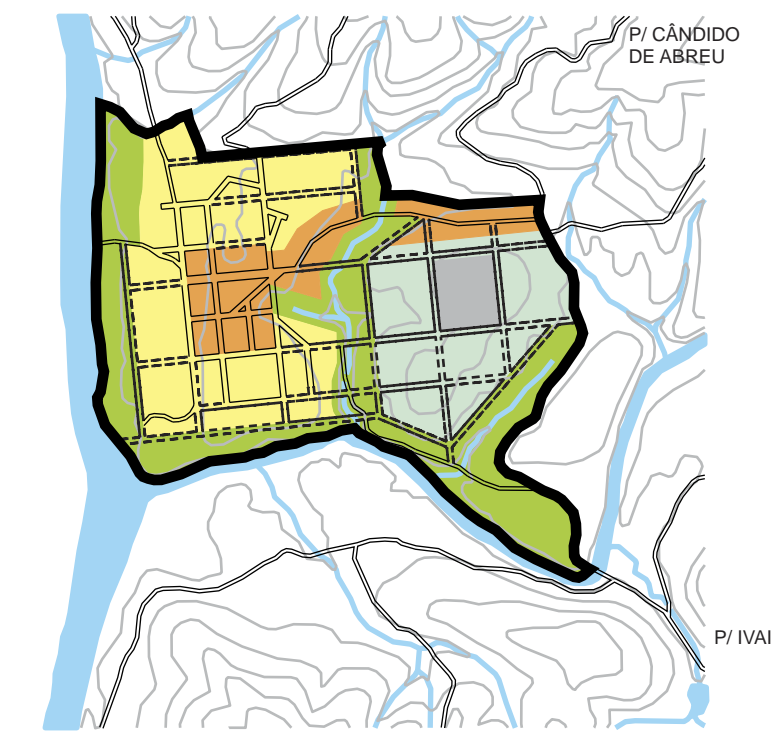
**Três Bicos:** Zona Residencial Um (ZR-1); Zona Residencial Dois (ZR-2); Zona de Preservação Ambiental (ZPA); e Zona de Expansão (ZEX);

Em razão das informações de mapeamento referentes zoneamento estarem baseadas na Lei Municipal nº 551/2006, o perímetro do distrito de Três Bicos encontra-se desatualizado, permanecendo seus limites conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 545/2006 (Lei dos perímetros urbanos datada de 2006), sem considerar as atualizações trazidas pela Lei Municipal nº 727/2012.

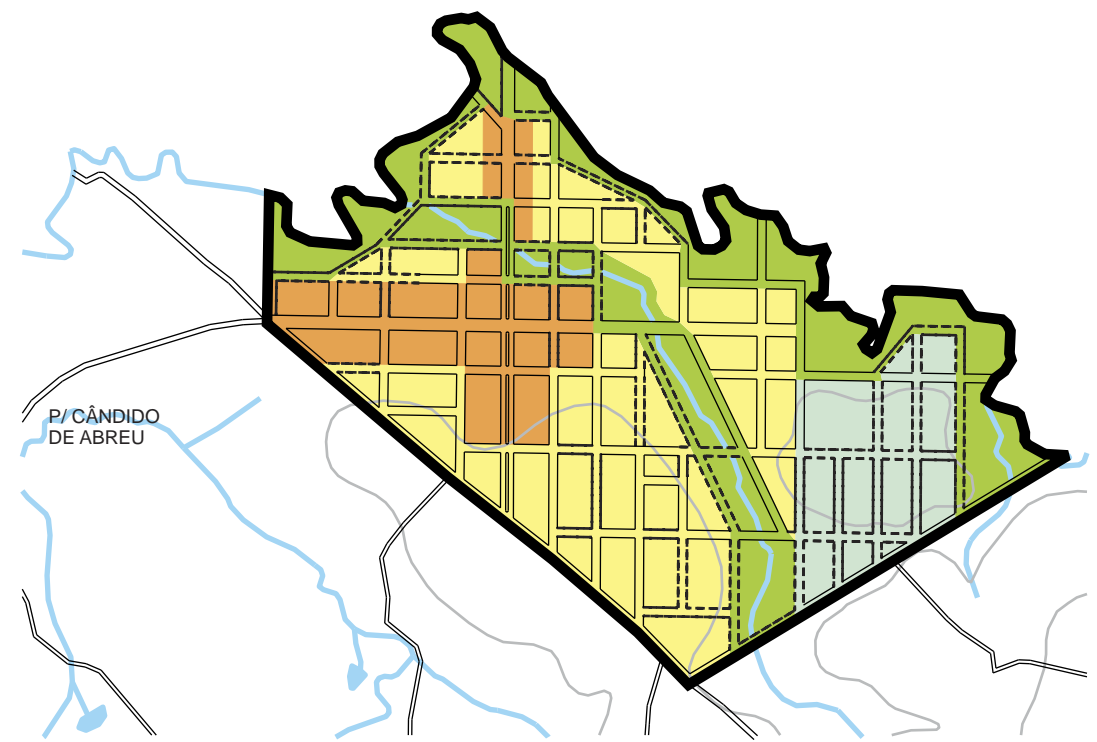
As Vilas Rurais também possuem o seu zoneamento regulamentado pela Lei Municipal nº 727/2012, sendo delimitadas as seguintes zonas: Zona de Preservação Ambiental (ZPA) e Zona Residencial 1 (ZR-1), conforme ilustra o Mapa 26.



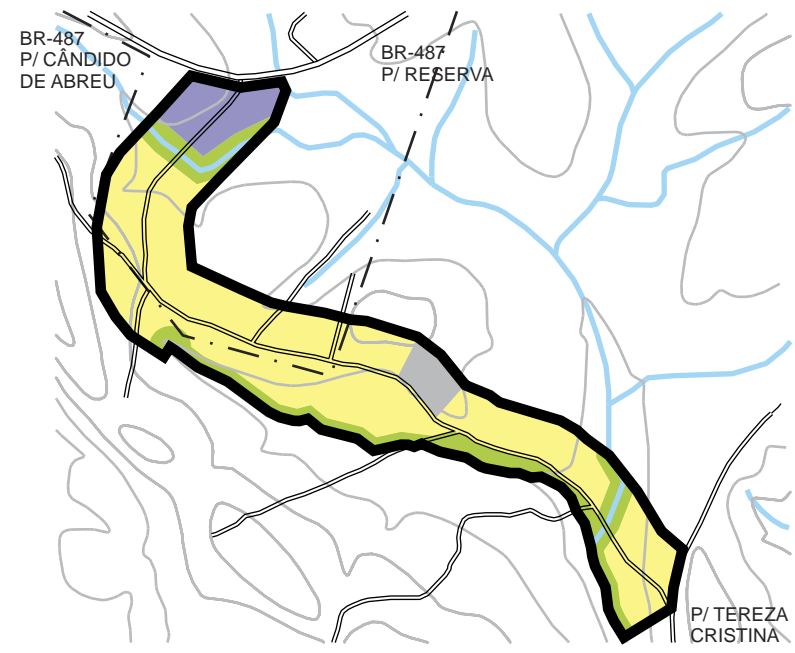
**ZONEAMENTO DOS DISTRITOS EM CÂNDIDO DE ABREU**



**TEREZA CRISTINA**



**RIO DO TIGRE**



**TRÊS BICOS**

**LEGENDA**

- Zoneamento
- ZR-1 - Zona Residencial 1
  - ZR-2 - Zona Residencial 2
  - ZC-2 - Zona Comercial 2
  - ZE - Zona Especial
  - ZEX - Zona de Expansão
  - ZPA - Zona de Preservação Ambiental

**Convenções Cartográficas**

- Diretrizes viárias
- Malha viária
- Perímetro urbano distritos
- Linha de transmissão
- Curvas mestras
- Hidrografia

**Fonte de Dados**

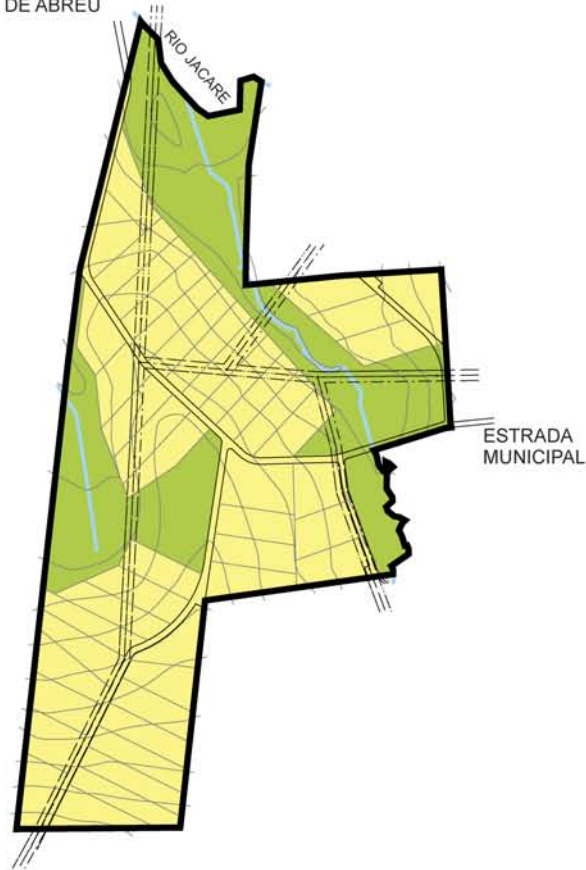
Zoneamento; Perímetros urbanos; Linha de Transmissão; Rios e Córregos; Curva Mestra - CÂNDIDO DE ABREU, 2006.

**Data:** Julho/2023

**Escala:** Sem escala



P/ CÂNDIDO  
DE ABREU



VILA RURAL JACARÉ

P/ LAJEADO



VILA RURAL LAJEADO



VILA RURAL RIO DO TIGRE

**LEGENDA**

Zoneamento

■ ZR-1 - Zona Residencial 1

■ ZPA - Zona de Preservação Ambiental

**Convenções Cartográficas**

- Malha viária
- Perímetro urbano distritos
- Linha de transmissão
- Curvas mestras
- Hidrografia

**Fonte de Dados**

Zoneamento; Perímetros urbanos; Linha de Transmissão; Rios e Córregos; Curva Mestra - CÂNDIDO DE ABREU, 2006.

Data: Julho/2023

Escala: Sem escala

Escala Gráfica: 0 100 250 500m



### 4.2.3 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano

#### 4.2.3.1 Parcelamento e Evolução da Ocupação do Solo Urbano da Sede

No presente item é discutida a implantação de loteamentos urbanos ao longo dos anos no Município de Cândia de Abreu. Essa análise visa identificar diferentes momentos na expansão da ocupação urbana e da área urbana oficial destinada para essa finalidade no município, apontando os movimentos e vetores de ocupação do solo municipal e urbano.

Apesar dos desafios enfrentados em sua evolução, Cândia de Abreu obteve a condição de distrito do Município de Reserva em 1931 e alcançou sua emancipação em 1954, por meio do Decreto Estadual n°. 253, de 26/11/1954 (IBGE, 2023b). O núcleo urbano inicial se formou às margens do Rio Ubazinho, em 1915, com a fundação do "Núcleo Colonial Cândia de Abreu". A ocupação urbana permaneceu limitada por muitos anos nesta região. Em uma segunda etapa, a expansão da ocupação seguiu em direção ao sul, em direção à rodovia PR-487, resultando nos loteamentos Jardim Wenceslau Sawczuk e Jardim Bela Vista. A parte original da cidade surgiu em terrenos acidentados, onde a ocupação espontânea gerou quadras e lotes irregulares. Já na área de ocupação mais recente, dos loteamentos mencionados anteriormente, a configuração da malha viária é mais regular. Além da extensão linear e contínua formada pelas áreas mencionadas anteriormente, existem outras áreas de ocupação, como o Conjunto Habitacional Nicolau Lucif e o Loteamento Monte Verde, localizados a noroeste da sede, somando 120 lotes. Ao leste da sede urbana, atravessando a ponte do Rio Ubazinho, encontra-se o Conjunto Habitacional Costa Azul, com 40 lotes, ao lado do qual o município adquiriu terras para habitações populares. Embora o Rio Ubazinho tenha influência decisiva na delimitação da área urbana, na parte mais baixa e antiga da cidade, essa interferência é menos acentuada, não havendo problemas graves de enchentes ou alagamentos (CÂNDIDO DE ABREU, 2012c).

De acordo com a administração municipal, os loteamentos existentes na sede urbana são os seguintes: Loteamento Wenceslau Sawczuk; Núcleo Colonial Urbano; Loteamento Desplanches; Bairro Jardim Oliveiras (Sapolândia); Bairro Bela Vista; Loteamento Tarcísio; Bariloche – I; Bariloche – II; Monte Verde; Conjunto Habitacional (Popular); Conjunto Habitacional - Costa Azul; Loteamento Silva; Loteamento Paraíso das Serras, totalizando 13 processos de parcelamento do solo, originando 1.550 lotes urbanos. (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

A consultoria não obteve a localização geolocalizada desses loteamentos e respectivo ano de implementação. Assim, para representar a evolução da ocupação no território de Cândia de Abreu foram realizadas análises utilizando imagens de satélite que abrangem o período entre 1985 até o ano atual (2023), dispostas no tópico seguinte.

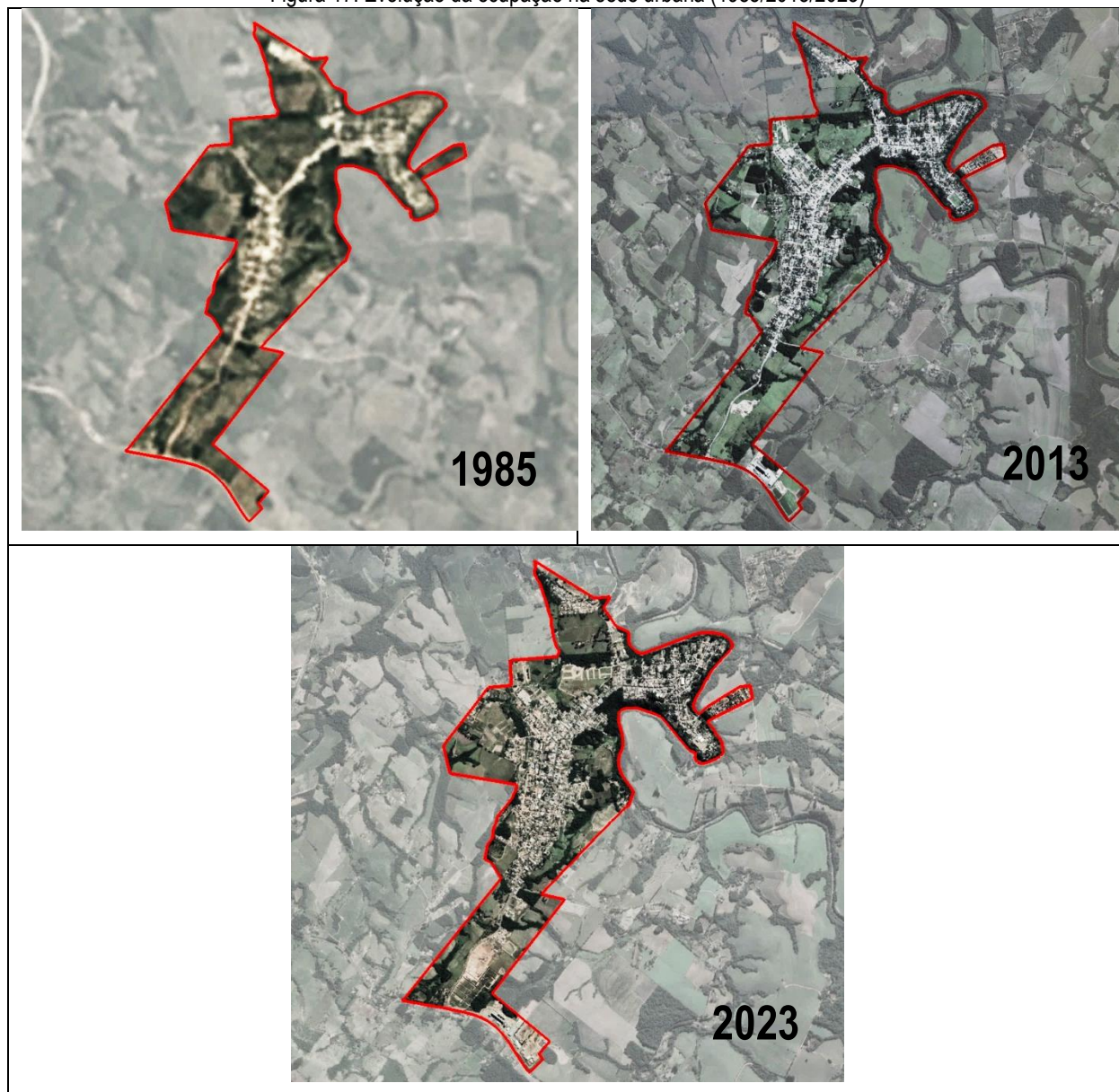
#### 4.2.3.2 Evolução de ocupação na sede urbana

As análises realizadas a partir de imagens de satélite, entre os anos de 1985 até 2023, permitiram acompanhar e compreender as mudanças no desenvolvimento urbano ao longo do tempo, oferecendo uma visão histórica e atualizada da ocupação do município.

Desde 1985, é notável que a região leste de Cândia de Abreu, contígua ao rio Ubazinho, apresenta uma ocupação mais densa, assim como a área central, onde a sede da prefeitura do município foi instalada. Em 2013,

observa-se que o limite do Rio Ubazinho foi atravessado, abrindo espaço para o loteamento de interesse social Costa Azul na extremidade leste do perímetro urbano. Como mencionado anteriormente, também se percebe o adensamento populacional na área noroeste, nos loteamentos Conjunto Habitacional Nicolau Lucif e Loteamento Monte Verde. De 2013 até o presente, as principais mudanças no território estão relacionadas à demarcação de novos loteamentos, ainda não ocupados, principalmente ao sul e ao norte da sede urbana. Essas alterações refletem o contínuo crescimento e expansão do município, com a busca por novas áreas infraestruturas para atender à demanda habitacional e às necessidades da população, embora os dados do Censo de 2022 apontem uma diminuição de aproximadamente 8,5% da população de Cândido de Abreu (IBGE, 2022a).

Figura 17: Evolução da ocupação na sede urbana (1985/2013/2023)



Fonte: Google Earth Satellite, 1985, 2013, 2023.

Conforme informações fornecidas pela prefeitura, o Cadastro Técnico Imobiliário do município registra um total de 2.608 imóveis, que podem estar cadastrados de forma individual ou agrupada. Deste montante, 1.793 são unidades

prediais com construção registrada, enquanto 815 são unidades territoriais, ou seja, lotes ou glebas, que ainda não possuem construções cadastradas (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

### 4.2.3.3 Parcelamentos e Ocupações irregulares

O levantamento e análise sobre parcelamentos irregulares no município é de suma importância devido aos diversos impactos que podem afetar a comunidade e o meio ambiente. As ocupações irregulares podem acarretar problemas como a carência de infraestrutura adequada no local, dificuldades no acesso a serviços públicos, riscos ambientais e sociais, além de conflitos jurídicos e insegurança para os moradores. Abordar essa questão visa reforçar sobre os riscos associados a essa prática, encorajando a regularização fundiária e urbanística, e a implementação de medidas que garantam um desenvolvimento urbano mais sustentável e seguro para todos.

A administração municipal disponibilizou informações sobre os parcelamentos e suas situações de regularidade, conforme pode ser observado no Quadro 8 a seguir. É relevante destacar que o distrito urbano de Tereza Cristina se encontra em situação irregular, com um total de 360 lotes nesta condição. Ademais, dos 14 loteamentos existentes, oito encontram-se em situação irregular (57,1%), cinco estão regularizados e dois estão em fase de implementação.

Quadro 8: Loteamentos e situação de regularidade no Município

NOME	STATUS	NÚMERO DE LOTES
<b>Distrito Urbano de Tereza Cristina</b>	Irregular	360
<b>Loteamento Wenceslau Sawczuk</b>	Irregular	200
<b>Núcleo Colonial Urbano</b>	Irregular	200
<b>Loteamento Desplanches</b>	Irregular	35
<b>Bairro Jardim Oliveiras (Sapolândia)</b>	Irregular	80
<b>Bairro Bela Vista</b>	Irregular	650
<b>Loteamento Tarcísio</b>	Irregular	25
<b>Bariloche -I</b>	Regular	-
<b>Bariloche -II</b>	Regular	-
<b>Monte Verde</b>	Regular	-
<b>Conjunto Habitacional (Popular)</b>	Regular	-
<b>Conjunto Habitacional -Costa Azul</b>	Regular	-
<b>Loteamento Silva</b>	Em execução	-
<b>Loteamento Paraíso das Serras</b>	Em execução	-

Nota: (-) Sem informação.

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2023a.

### 4.2.3.4 Vazios Urbanos

Os vazios urbanos podem ser definidos como lotes desocupados ou ocupados de maneira precária, localizados na malha urbana do Município, contemplados pela infraestrutura básica (energia elétrica, água, esgotamento sanitário, arruamento) e equipamentos públicos existentes. Os vazios urbanos em Cândido de Abreu podem ser observados pelas figuras dispostas a seguir.

Figura 18: Vazios urbanos em Cândido de Abreu



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.




De acordo com o levantamento realizado pela consultoria em bases cadastrais do município, existem na sede urbana do Município aproximadamente 82 lotes vazios e 89,78 hectares de áreas caracterizadas como glebas (terras não parceladas) na sede urbana. Estas últimas estão localizadas, predominantemente, nas regiões periféricas do perímetro urbano, nas regiões norte, oeste, sul e sudeste, conforme exposto no Mapa 47 a seguir.

465000.000






467500.000

### VAZIOS URBANOS E GLEBAS NA SEDE URBANA

#### LEGENDA

-  Vazios urbanos
-  Lotes acima de 10.000 m<sup>2</sup>
-  Glebas

#### Convenções Cartográficas

-  Perímetro Urbano - Sede
-  Lotes cadastrais
-  Malha Viária
-  Rodovias
-  Hidrografia

#### Fonte de Dados

Vazios urbanos, glebas - ECOTÉCNICA, 2023.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000  
**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

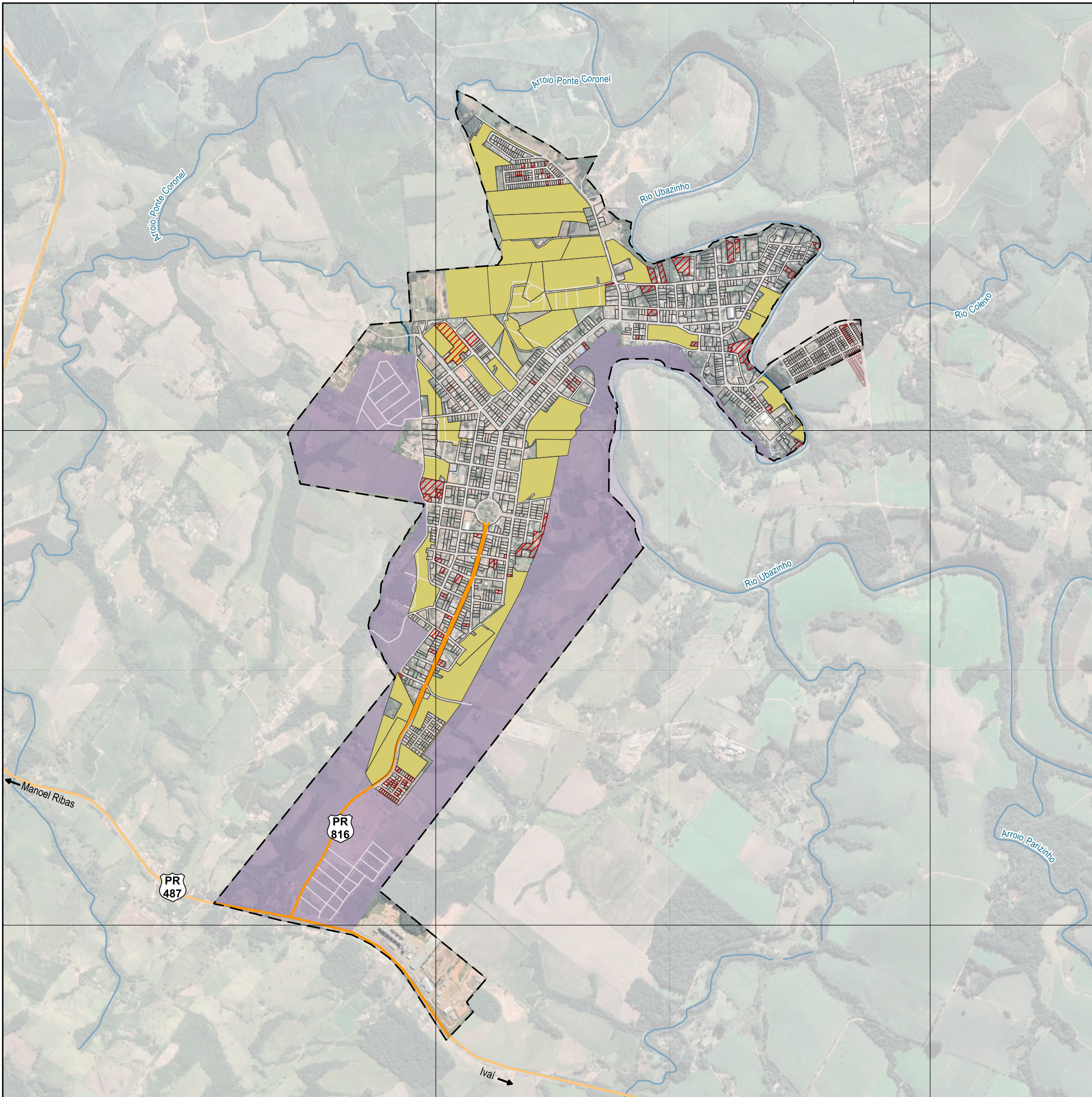


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000



#### 4.2.3.5 Tipologias de Uso e Ocupação do Solo Urbano da sede

Ao longo do tempo, o município de Cândido de Abreu estabeleceu um plano específico para o uso e ocupação do solo, resultando em um ordenamento equilibrado do território. As tipologias de usos das áreas foram organizadas de acordo com as características naturais do território, e da implantação de sistema viário e equipamentos públicos. Na sede municipal, é predominante a presença de edificações térreas e unifamiliares em quase toda a extensão da malha urbana, com poucas edificações com mais de dois pavimentos, como é possível observar na Figura 19 a seguir.

Figura 19: Vistas de usos residenciais na sede



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.



Edifícios com caráter misto (residência unifamiliar e comércio/serviços) de maior gabarito são mais frequentes ao longo das principais vias urbanas e na Zona Comercial Um (ZC-1), que concentra um maior número de atividades comerciais e de serviços (Figura 20), além de abrigar equipamentos comunitários, como igrejas e praças.

Figura 20: Vistas de usos comerciais na sede



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

Em relação ao uso industrial, destaca-se a sede da COAMO, que ocupa instalações às margens da rodovia PR-487, junto ao trevo de acesso a Cândia de Abreu, próxima a área na qual a Administração Municipal pretende instalar o futuro parque industrial (CÂNDIDO DE ABREU, 2013a). A Figura 21 apresenta os usos industriais na sede:

Figura 21: Vistas de usos industriais na sede



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

Na sede urbana, os usos do solo estão predominantemente divididos em categorias como residencial, comercial, serviços, industrial, áreas de lazer e institucionais, além de áreas verdes e vazios urbanos, conforme demonstrado e categorizado por predominância de uso no Mapa 28 apresentado a seguir.

465000.000

467500.000

# ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO USO DO SOLO

## LEGENDA

- Uso do solo
- Residencial
  - Áreas verdes
  - Comércio e Serviços
  - Industrial
  - Lazer
  - Institucional
  - Vazios urbanos

## Convenções Cartográficas

- Perímetro Urbano - Sede
- Lotes
  - Malha Viária
  - Rodovias
  - Hidrografia
  - Massas D'água

## Fonte de Dados

Uso do solo urbano - ECOTÉCNICA, 2023.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Junho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

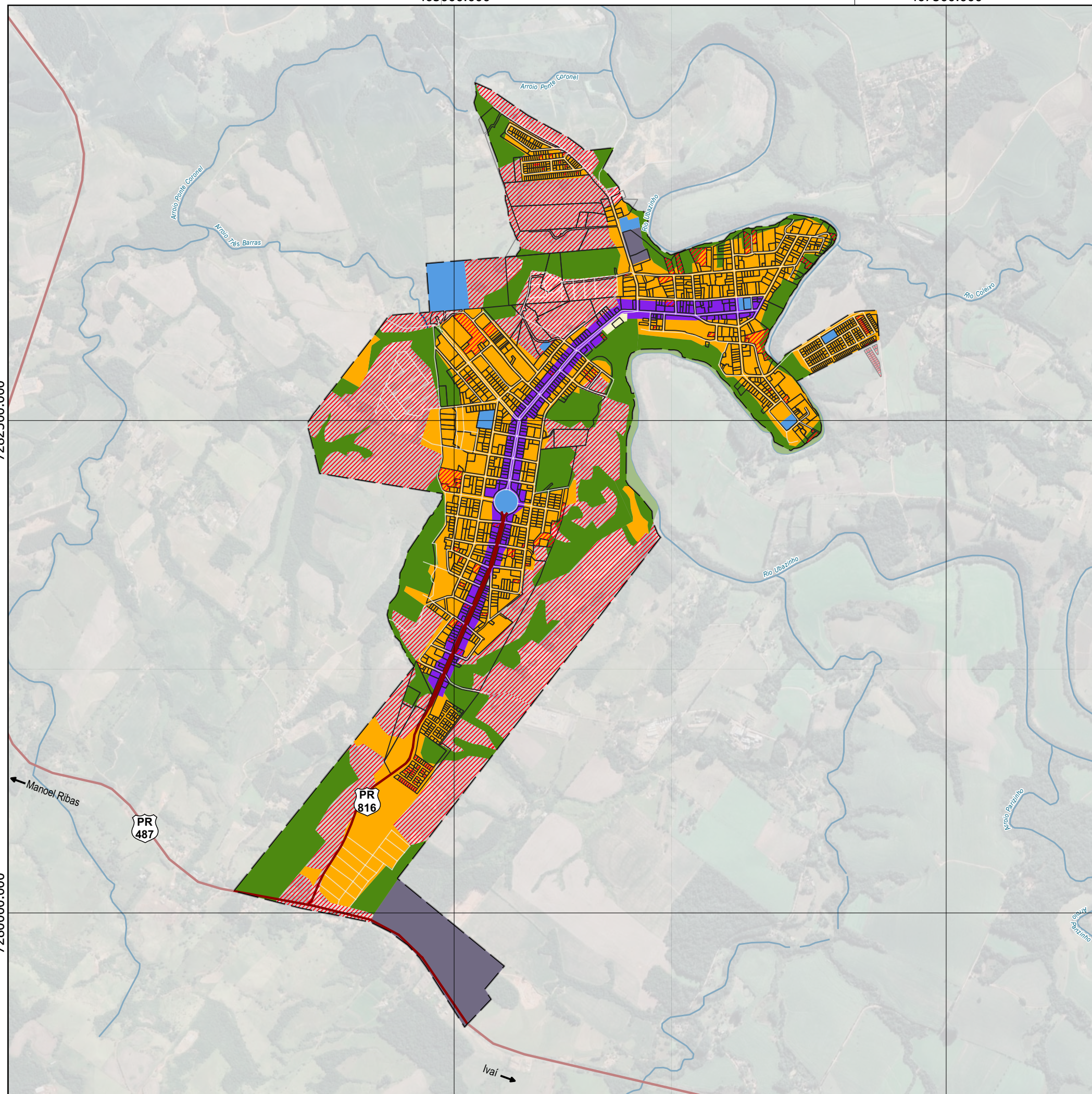


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000



### 4.2.3.6 Parâmetros de Uso do Solo Urbano

Os usos do solo urbana são classificados em: permitidos, permissíveis, tolerados e proibidos no Município, sendo estabelecidos pela Lei Municipal nº 727/2012, que trata do uso e ocupação do solo. De acordo com a lei vigente, os usos permitidos são aqueles adequados à zona, os permissíveis possuem certo grau de adequação à zona (a critério do Município), os usos tolerados são aqueles admitidos em zonas onde os usos permitidos lhes são prejudiciais, a critério do órgão competente do Município, e aqueles que são proibidos são os usos inadequados à zona (CÂNDIDO DE ABREU, 2012a).

No Quadro 9 a seguir, é possível verificar a variedade de tipologia de atividades para cada zona dentro do território de Cândia de Abreu, incluindo todas as localidades consideradas urbanas (sede urbana, Distritos de Tereza Cristina, Três Bicos, núcleo urbano de Rio do Tigre e vilas rurais).

Quadro 9: Parâmetros de uso do solo urbano

ZONA	USOS PERMITIDOS	USOS PERMISSÍVEIS	USOS TOLERADOS	USOS PROIBIDOS
<b>Zona Comercial Um (ZC-1)</b>	Comércio e serviços centrais; Comércio e Serviços vicinais; Ocupação multifamiliar de alta densidade	Pequenas indústrias não incômodas, nocivas ou perigosas relacionadas com o comércio a varejo; Postos de combustíveis e serviços; Postos de revenda de gás; Garagens e estacionamentos comerciais	Ocupação unifamiliar ou bifamiliar	Todos os demais
<b>Zona Comercial Dois (ZC-2)</b>	Comércio e serviços setoriais; Comércio e serviços vicinais; Ocupação bifamiliar, unifamiliar ou multifamiliar de média densidade	Pequenas indústrias não incômodas, nocivas ou perigosas relacionadas com o comércio a varejo; Postos de combustíveis e serviços; Postos de revenda de gás;	-	
<b>Zona Industrial (ZI)</b>	Indústrias não incômodas, nocivas ou perigosas	Postos de combustíveis e serviços; Postos de revenda de gás; Atividade comercial de venda de produtos da indústria	-	
<b>Zona Especial (ZE)</b>	-	-	-	
<b>Zona Residencial Um (ZR1)</b>	Ocupação unifamiliar de baixa densidade	Atividade individual de profissionais liberais e autônomos concomitante à residência	Pequenas indústrias familiares não incômodas, nocivas ou perigosas com áreas max. De 60 m <sup>2</sup> concomitantes à residência	

ZONA	USOS PERMITIDOS	USOS PERMISSÍVEIS	USOS TOLERADOS	USOS PROIBIDOS
<b>Zona Residencial Dois (ZR2)</b>	Comércio e serviços vicinais; Ocupação unifamiliar, bifamiliar ou multifamiliar de média densidade, Atividade produtiva de serviço central	Atividade individual de profissionais liberais e autônomos concomitante à residência; Escolas, pré escolas, creches	Pequenas indústrias familiares não incômodas, nocivas ou perigosas com áreas max. de 60 m <sup>2</sup> concomitantes à residência	
<b>Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)</b>	Ocupação unifamiliar, bifamiliar ou multifamiliar de média densidade; Conjuntos habitacionais populares	Atividade individual de profissionais liberais e autônomos concomitante à residência; Escolas, pré escolas, creches Comércio e serviços vicinais	Pequenas indústrias familiares não incômodas, nocivas ou perigosas com áreas max. de 60 m <sup>2</sup> concomitantes à residência	
<b>Zona Residencial de Ocupação Controlada (ZOC)</b>	Ocupação unifamiliar de baixa densidade	Atividade individual de profissionais liberais e autônomos concomitante à residências	-	
<b>Zona de Expansão (ZEX)</b>	-	-	-	
<b>Zona de Preservação Ambiental (ZPA)</b>	-	-	-	
<b>Zona Agrícola (ZA)</b>	Atividades extrativas, silviagropastoris e hortifruticultura	Indústrias incômodas, nocivas ou perigosas; Postos de combustíveis e serviços; Armazenagem de gás; Aterros sanitários e vazadouros de lixo; Matadouros, frigoríficos e curtumes; Hotéis fazenda, hotéis de repouso, motéis e drive-in; Universidades, colégios agrícolas e assemelhados; Clubes de campo, associações, estâncias e correlatos Parques Tecnológicos, temáticos e afins	-	Todos os demais

(1) No caso específico da Vila Rural, na Zona Residencial Um – ZR1, serão permitidas apenas a ocupação unifamiliar e as atividades silviagropastoris e hortifrutigranjeiras. Será tolerada, a critério do Conselho de Desenvolvimento Municipal, a instalação de comércio e serviços vicinais e pequenas indústrias familiares, desde que não incômodas, nem nocivas ou perigosas, com área máxima de 60,00m<sup>2</sup>. Todos os demais usos serão proibidos.

(2) Importante ressaltar que a Lei municipal nº 839, de 31 de janeiro de 2014, promove alterações no texto da tabela descritiva referente à ZR-2 da Lei nº 727/2012, que trata do uso e ocupação do solo no município. Com a entrada em vigor dessa lei, a tabela apresentada acima passa a ser atualizada com a redação proposta. Essas mudanças têm o objetivo de adequar e aprimorar as normas relacionadas às atividades permitidas na ZR-2.

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2012a, 2014.

### 4.2.3.7 Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano

Os parâmetros de ocupação do solo urbano, estão regulamentados pela Lei Municipal nº 727/2012, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo municipal, e suas alterações posteriores. Na tabela a seguir encontra-se os parâmetros de ocupação do solo relativos a cada zona, definidos na Lei Municipal nº 725/2012, com alteração pontual dada pela legislação municipal nº 839/2014.

Mais uma vez é importante destacar que durante os últimos 12 anos, período decorrido do último zoneamento até a presente revisão do Plano Diretor Municipal em Cândia de Abreu, houve uma alteração em 2014, dada pela Lei municipal nº 839, de 31 de janeiro de 2014, na qual promove alterações no texto da tabela descritiva e acrescenta a seguinte observação na tabela de parâmetros: (3) No caso específico da ZR2 (Zona Residencial Dois), o recuo mínimo previsto de 3,00m (três metros) para o alinhamento predial poderá ser dispensado quando tratar-se de construções com finalidades comerciais, de prestação de serviços ou residências a partir de três pavimentos, a fim de coincidir com o alinhamento.

A tabela a seguir apresenta os parâmetros regulamentados em 2006 e os mais recentes em 2012 (vigentes), a fim de abordar o tema de forma mais abrangente. Uma das mudanças mais significativas nos parâmetros foi a redução na dimensão mínima do lote, afetando as zonas ZC-1, ZC-2, ZR-1, ZR-2 e ZOC, que passaram a ter lotes com medidas de 10 metros de frente por 25 metros de fundo. Além disso, houve um aumento do coeficiente máximo de aproveitamento, com exceção das ZEIS, que sofreram redução, e a ZC-1, que se manteve o mesmo. Outra mudança significativa nos parâmetros na sede urbana é a diminuição do alinhamento predial (recuo) das edificações. Essas alterações refletem a busca por uma ocupação mais eficiente no âmbito urbano do município.

A alteração de parâmetros urbanos pode trazer benefícios e desafios, como a densificação desordenada, pressão sobre a infraestrutura, perda de áreas verdes, impactos ambientais e conflitos de interesse. É crucial que se realizem mudanças de forma planejada, considerando os impactos sociais, econômicos e ambientais, além do envolvimento da comunidade, para garantir um desenvolvimento sustentável do município.

Tabela 30: Parâmetros de ocupação do solo urbano

ZONA	Dimensão Mínima dos Lotes Testada(m)/Área (m2)		Altura Máx. Edif	Coef. Máx. Aprov.	Taxa Máxima de Ocupação do Lote (%)	Taxa Mínima de Permeab. do Solo (%)	Alinha m. Predial (m)	Afastamento Mínimo (m)					
	Meio de quadra	Esquina						Divisa Lateral (m)		Divisa de Fundo (m)			
								Até 2 Pav.	03 a 09 a 08 15 pav. pav	Até 2 Pav.	Denais.		
ZC1	15/600 10/250	18/720 13/325	15 pav.	6,8 7,5	Subsolo	90	-	Disp. 4,00 3,00	S/ abertura = disp C/ abertura= 1,50	2,50	3,00 3,50	S/ abertura = disp C/ abertura= 1,50	5,00
					Térreo e 2º pavimento	90							
					Torre	50							
ZC2	15/600 10/250	18/720 13/325	Térreo +1 8 pav.	4,8 4,0	Subsolo	90	-	Disp. 3,00 4,00 3,00	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	2,50	-	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	5,00
					Térreo e 2º Pav.	50							
					Torre	50							
ZI	20/10000 15/750	30/1500 20/1000	Térreo +1 2 pav.	1,6 1,0	Subsolo	90	-	5,00 3,00	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	-	-	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	-
					Demais	70 50							
ZR (1)	12/360 10/250	16/480 13/325	Térreo +1 2 Pav.	1,0	Subsolo	50 90	-	4,00 3,00	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	-	-	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	-
					Térreo e 2º Pav.	50							
	12/360 10/250	16/480 13/325	Térreo +2 4 pav.	1,4 2,0	Subsolo	70 90	-	4,00 3,00 (3)	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	2,50	-	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	5,00
					Térreo e 2º pav.	70 50							
ZEIS	A definir mediante decreto 5/125	- 8/200	Térreo +2 2 pav.	2,8 1,5	Subsolo	70 90	-	4,00 3,00	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	2,50 -	-	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	5,00 -
					Térreo e demais pav.	70 75							
ZOC	10/250	13/325	2 pav.	1,0	Térreo e 2º pav.	50 (2)	-	3,00	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	-	-	S/ abertura= disp C/ abertura=1,50	-
<b>ÁREA RURAL</b>													
ZA (2)	Módulo do INCRA		Térreo +1 2 pav.	0,05	Térreo e 2º pav	5	-	15,00	5,00	-	-	5,00	-

- (1) No caso específico da Vila Rural, na Zona Residencial Um – ZR1 os lotes devem obedecer à dimensão mínima de 5.000m<sup>2</sup>, com coeficiente máximo de aproveitamento de 0,02 e taxa de ocupação de 2%, sendo permitida apenas uma residência unifamiliar por lote.
- (2) A taxa de ocupação nos lotes pertencentes à Zona de Ocupação Controlada (ZOC) – poderá ser menor do que 50% em função de restrições geotécnicas e geomorfológicas constatadas no local, a critério do Município.
- (3) No caso específico da ZR-2 (Zona Residencial 2), o recuo mínimo previsto de 3,00m para o alinhamento predial poderá ser dispensado quando tratar-se de construções com finalidades comerciais, de prestação de serviços ou residências a partir de três pavimentos, a fim de coincidir com o alinhamento.

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2006, 2012; 2014

### 4.3 Possibilidades e Restrições para a Expansão Urbana

O objetivo deste capítulo é realizar uma síntese da capacidade de suporte para a expansão urbana em Cândido de Abreu. Para isso, foi fundamentada a análise em considerações e apontamentos prévios sobre alguns dos fatores diagnósticos, como características socioeconômicas, infraestrutura e equipamentos públicos municipais, além da identificação das dinâmicas atuais de parcelamento e ocupação das áreas urbanas do município.

Nesse sentido, a avaliação prioriza a adequação de áreas não urbanizadas para a expansão da cidade, tanto internamente quanto externamente aos perímetros urbanos, focando na Sede Urbana. Também, levou-se em conta as respectivas capacidades de suporte ambiental, bem como a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, considerando as dinâmicas demográficas, imobiliárias e as principais atividades produtivas.

A presente análise inclui uma projeção de longo prazo, considerando possíveis cenários futuros para o Município, o que permitirá tomadas de decisões mais embasadas e responsáveis. Busca-se assim, oferecer diretrizes claras para o planejamento urbano, garantindo que a expansão seja realizada de forma planejada, ordenada e sustentável.

A análise realizada classificou as áreas com possibilidade de expansão urbana em três categorias: aptas, aptas com restrições e inaptas, cada uma com suas características específicas para a expansão urbana na sede do município.

As áreas aptas são aquelas com menos obstáculos à ocupação urbana, possibilitando a expansão de forma ordenada e segura, mantendo a preservação e conservação dos recursos naturais. Incluem vazios urbanos e áreas em processo de implementação de loteamentos, indicando um vetor favorável à ocupação em locais propícios.

As áreas aptas com restrições englobam áreas verdes e maciços vegetais, que têm potencial para ocupação, mas requerem uma análise cuidadosa das restrições e viabilidade para parcelamento do solo, e posteriormente sua ocupação adequada. Tal como as áreas de proteção de mananciais, as quais podem ser ocupadas, porém, tomando alguns cuidados, conforme exemplo do Decreto nº 10.499/2022, que regulamenta o ordenamento territorial das áreas de mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba (PARANÁ, 2022a). Além disso, considera-se a declividade do terreno, destacada no Mapa 29 pela hachura laranja, indicando áreas de baixa inclinação ou planas. Embora sejam favoráveis, é preciso se atentar para questões de instalação de infraestruturas sanitárias, quanto ao escoamento de águas superficiais e subterrâneas, bem como a instalação de infraestrutura subterrânea.

Por fim, as áreas inaptas não são apropriadas para a expansão urbana devido a fatores ambientais, como a presença de Áreas de Preservação Permanente (APP). Essas áreas são essenciais para o equilíbrio ambiental, conservação da biodiversidade e garantia da qualidade dos recursos naturais. Devem ser protegidas, pois desempenham papéis cruciais na proteção dos recursos hídricos, prevenção de desastres naturais, regulação climática, melhoria da qualidade do ar e promoção de atividades recreativas e turísticas.

Deste modo, identifica-se como áreas potenciais para a expansão da ocupação dentro do perímetro urbano, as regiões dispostas ao sul (margens direita e esquerda da rodovia PR-816 que adentra na sede), embora há carência de equipamentos sociais, que necessitaria de sua instalação, e as regiões sudeste, noroeste e norte da sede urbana.





Em relação à expansão extra-urbana, ou seja, além do perímetro urbano vigente, as áreas com maiores possibilidades de expansão são aquelas contíguas a expansão intra-urbana, mais especificamente em direção sudeste e oeste/nordeste do perímetro urbano. A maior parte dessas regiões possui extensas áreas adequadas para ocupação. Geralmente, há menos presença de maciços vegetais que abriguem espécies protegidas, tendo apenas as APPs, que segmentam o território, e as declividades encontradas são adequadas, embora possam requerer algumas restrições a serem observadas.

Vale destacar ainda, a possibilidade futura de captação de água para abastecimento público da sede no Rio Ubazinho, a montante da sede urbana, ou seja, em sua porção ao norte, classificando esta área como restritiva para a expansão do quadro urbano, a ser confirmado quando do conhecimento exato do ponto de captação.

465000.000

467500.000

7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000

# POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO URBANA NA SEDE DO MUNICÍPIO

## LEGENDA

- Vetores de possível expansão extra-urbana
- Vetores de possível expansão intra-urbana
- Ocupação dispersa

### Áreas aptas

- Vazios urbanos

### Áreas aptas com restrições

- Áreas verdes
- Área de Proteção de Manancial de Abastecimento - Rio Coleixo
- Áreas com declividade de 0 à 10%

### Áreas inaptas

- APP 30m - Cursos d'água

### Equipamentos públicos

- Equipamentos de educação
- Equipamentos de saúde

### Convenções Cartográficas

- Perímetro Urbano - Sede
- Lotes
- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Massas D'água

### Fonte de Dados

Vazios urbanos; Áreas verdes; Ocupação dispersa; APPs; Área de Proteção de Manancial - ECOTÉCNICA, 2023.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000

**Escala Gráfica:**



### 4.4 Potencial Turístico

Este item tem como objetivo apresentar e analisar os elementos da oferta turística encontrados no município de Cândia de Abreu.

De acordo com o Paraná Turismo (2011), a oferta turística consiste no conjunto de atrativos, serviços e equipamentos, bem como toda a infraestrutura de apoio ao turismo em um determinado destino, onde as pessoas vivenciam experiências de viagem (PARANÁ TURISMO, 2011). Segundo o mesmo órgão, os atrativos turísticos são elementos da natureza, cultura e sociedade, como lugares, eventos, objetos, pessoas e ações, que motivam os indivíduos a deixarem suas residências para conhecê-los ou vivenciá-los. Esses atrativos podem ser classificados em naturais, culturais, eventos programados e realizações técnicas, científicas e contemporâneas, conforme descrito a seguir:

- **Atrativos naturais:** são elementos naturais que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair visitantes (como montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, flora e fauna);
- **Atrativos culturais:** são elementos culturais que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair visitantes. São os bens e valores culturais, tanto materiais quanto imateriais, produzidos pelo ser humano e apropriados pelo turismo, desde a pré-história até os dias atuais (como artesanato, gastronomia, manifestações populares, entre outros).
- **Eventos programados** são eventos nos quais pessoas se reúnem para discutir assuntos de interesse comum, negociar ou exportar produtos e serviços. Podem ser de ordem comercial, profissional, técnica, cultural, científica, política, religiosa, turística, entre outros, com datas e locais previamente estabelecidos. Esses eventos exigem a utilização de serviços e equipamentos turísticos, como feiras, congressos, seminários, entre outros.
- **Realizações técnicas, científicas e contemporâneas** são obras, instalações, organizações e atividades de pesquisa de qualquer época que, devido às suas características, despertam o interesse dos turistas e fomentam a utilização de serviços e equipamentos turísticos.

Além dessa definição, sabe-se que os atrativos turísticos podem ser consolidados, ou seja, aqueles que já estão estruturados, comercialmente formatados e recebem visita regular. Também existem os atrativos potenciais, que ainda não recebem visita regular devido à falta de infraestrutura ou acesso para compra, mas que têm a perspectiva de se tornarem atrativos consolidados caso tenham ocorrido os elementos necessários para torná-los produtos efetivos para os turistas.

Em 2006, foi realizado pela Rede de Turismo Regional (RETUR), um inventário turístico completo do município de Cândia de Abreu. A partir do enquadramento das tipologias turísticas encontradas neste documento, os segmentos turísticos identificados ou possíveis de serem desenvolvidos são:

- **Turismo Paisagístico**, referente ao deslocamento por núcleos receptores cujo principal produto turístico é a paisagem, os aspectos cênicos da natureza, compreendendo-se todos aqueles locais em que características geográficas, ecológicas e mesológicas, combinadas, constituem o principal fator de atração.

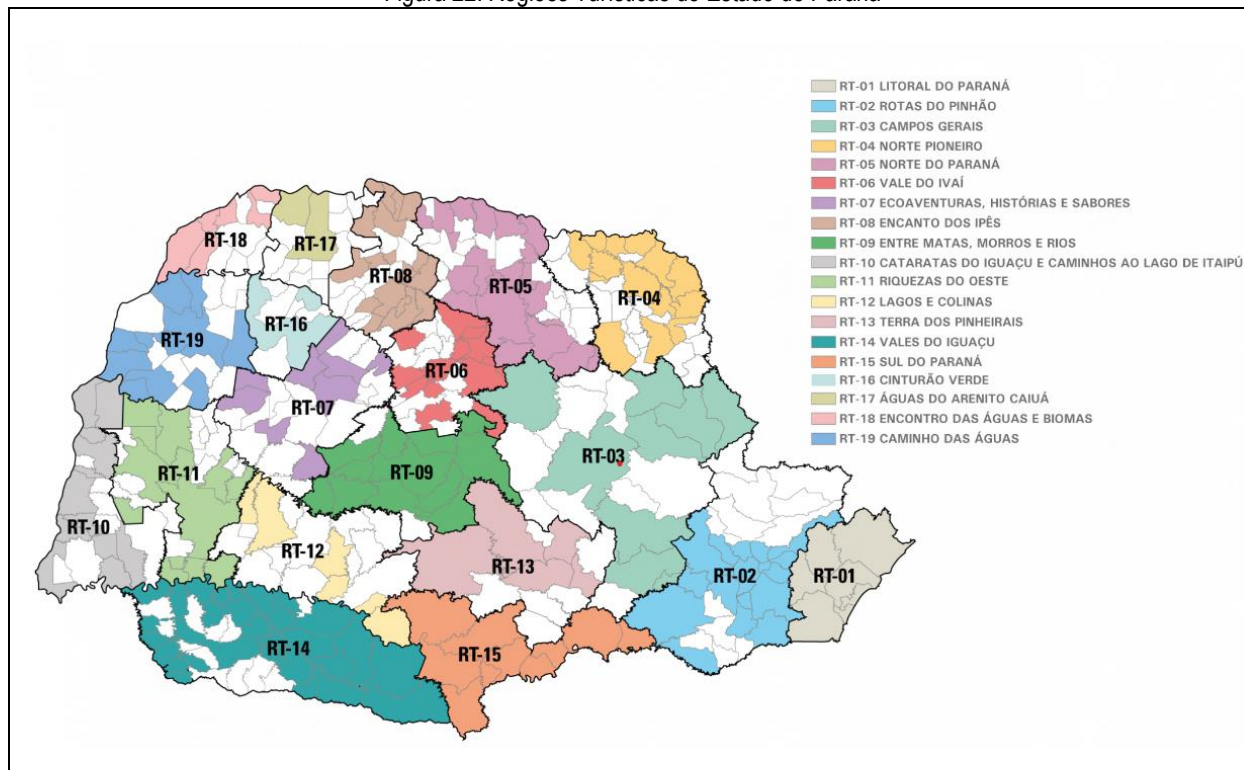
- **Ecoturismo** é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações;
- **Turismo Cultural** compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura;
- **Turismo de Aventura** compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo;
- **Turismo Desportivo** (como Jogos da Natureza), se caracteriza pelo deslocamento de pessoas aficionados das distintas modalidades de esportes;
- **Turismo de Recreação e Entretenimento**, se refere ao deslocamento de grande número de pessoas em roteiros não programados num raio nunca superior a 100 km de suas residências, portanto, na conurbação de centros urbanos, em busca de lazer em atividades recreativas e de lazer;
- **Turismo Rural**, denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição dos cenários e instalações rurícolas, neste sentido, alguns autos valores e valem-se da expressão turismo no meio rural para incluir também o Agroturismo ( denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação nas atividades agropastoris, diferencia-se do Turismo Rural pela produção agropastoril em escala econômica que representa a maior fonte de renda da propriedade e, o turismo como receita complementar. As atividades agropastoris constituem o principal diferencial turístico);
- **Turismo de Saúde**: deslocamento de pessoas com fins terapêuticos específicos e/ou alternativos voltados à estética, harmonização psicossomática, fisioterapia, reequilíbrio de funções nervosas, musculares e de movimentos desenvolvidos em spas e fitness centers;
- **Turismo Étnico-Histórico-Cultural**, refere-se ao fluxo de turistas que se deslocam centrados na motivação de suas origens étnicas locais e regionais, e também no legado histórico cultural de sua ascendência comum. Incluem-se também aqueles que se deslocam com objetivos antropológicos para conhecer in loco as características étnico-culturais daqueles povos que constituem o interesse de sua observação;
- **Turismo de Pesca/Fluvial**: refere-se ao deslocamento de pessoas a viagens com o objetivo de pratica a pesca esportiva, esportes aquáticos, passeios de barcos, entre outros;
- **Turismo Industrial**: refere-se ao fluxo de turistas que se deslocam motivados pelo conhecimento de processos industriais existentes e as novas tecnologias;
- **Turismo Pedagógico**: refere-se a viagens realizadas por instituições de ensino com o objetivo maior de aprendizado ou de geração de conhecimento, constituindo-se numa ferramenta didática que pode ser utilizado pelos educadores na busca do conhecimento.

No ano de 2013 foi instituído o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) pela Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013 (BRASIL, 2013) com o objetivo de promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada. Desta forma, no ano de 2023 o Paraná possui 210 municípios no novo Mapa do Turismo Brasileiro, que devem atender às exigências nacionais e estaduais que envolvem a existência de um órgão responsável pela pasta, a comprovação de dotação para o turismo na lei orçamentária vigente, apresentação do Termo de Compromisso aderindo ao Programa de Regionalização e à Região Turística definida e a vinculação à Instância de Governança Regional (IGR) (PARANÁ, 2022b).

O Paraná possui, atualmente, 19 regiões turísticas, conforme exposto na Figura 22/Figura 23, a seguir. O município de Cândido de Abreu insere-se na Região Turística 09, denominada Entre Vales, Morros e Rios (Figura 23), localizada no centro do estado. A região é composta por outros 10 municípios: Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Roncador, Santa Maria do Oeste e Turvo.

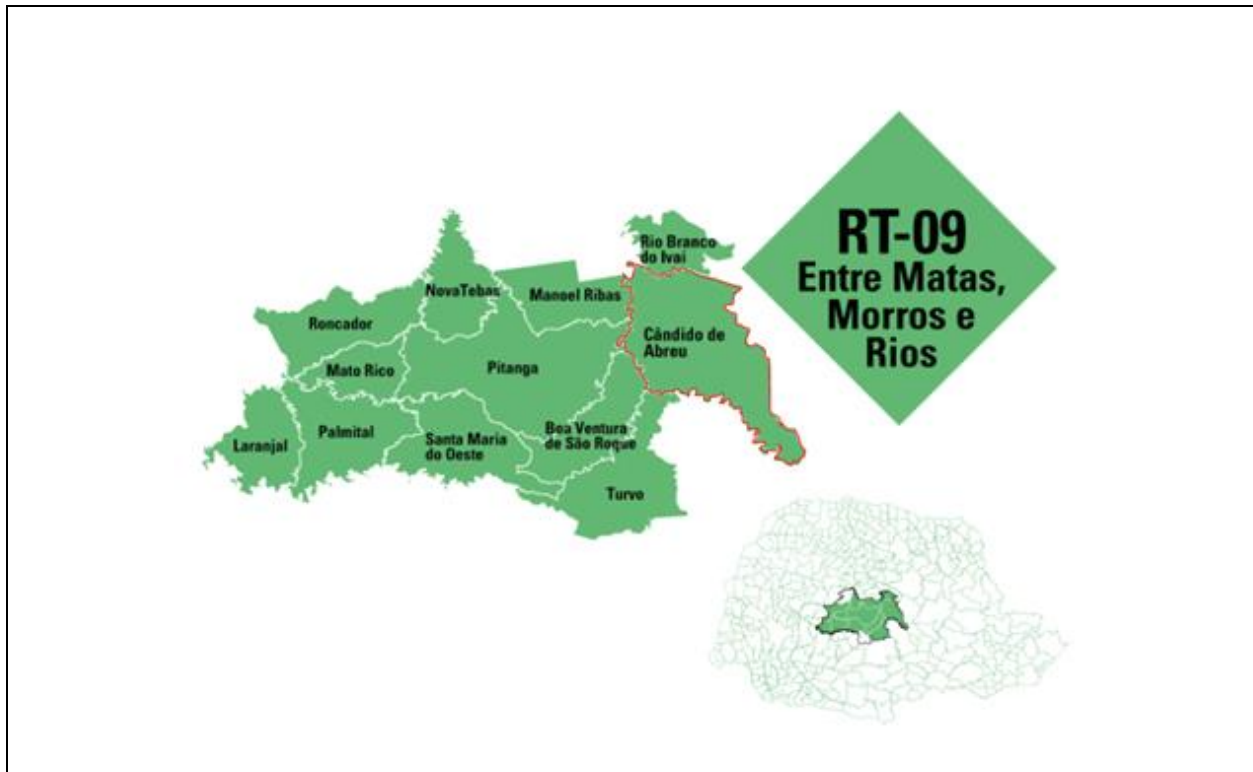
A Instância de Governança Regional (IGR) relacionada à região turística na qual se encontra Cândido de Abreu é a Associação de Desenvolvimento Turístico Entre Matas, Morros e Rios do Centro do Paraná, reconhecida pela Resolução Conjunta SEDEST/PARANÁ TURISMO nº 001/2020 (PARANÁ, 2020c).

Figura 22: Regiões Turísticas do Estado do Paraná



Fonte: SEBRAE-PR, 2023

Figura 23: Região Turística Entre Matas, Morros e Rios



Fonte: Adaptado de SEBRAE-PR, 2023.

As principais atividades turísticas da região do Entre Vales, Morros e Rios consistem no Ecoturismo, Turismo de Negócios e Eventos e Turismo Cultural (VIAJE PARANÁ, 2023). De acordo com o SEBRAE-PR (2023), “A Região é marcada por estradas e caminhos históricos [...] onde também se pode vivenciar experiências em áreas indígenas e naturais. Vestígios do lendário Caminho do Peabiru, que ligava o Oceano Atlântico à Cordilheira dos Andes ainda se faz presente no entorno de Pitanga e Palmital...”

#### 4.4.1 Atrativos Turísticos

Atualmente, o potencial turístico do município de Cândido de Abreu está voltado a atrativos ligados à natureza, aventura e religião, em sua grande maioria ainda classificados como atrativos potenciais, nos segmentos de Ecoturismo, Turismo Paisagístico, Turismo Rural, Turismo de Saúde, Turismo Religioso e Turismo de Pesca/Fluvial. O Inventário Turístico (RETUR, 2006) lista todos os atrativos consolidados e potenciais do município, sendo que nas tabelas a seguir estão mencionados os de maior destaque.

Também conhecida popularmente como “Paraíso das Serras”, Cândido de Abreu possui uma localização privilegiada, pois abriga uma grande quantidade de serras, montes, pedras e cachoeiras, ideais para a prática de esportes radicais e contemplação da natureza, com destaque para o Morro do Paraíso, onde há uma rampa para voos livres (CÂNDIDO DE ABREU, 2023). Além disso, a presença do Rio Ivaí, que margeia o município em 188 km de sua extensão, também se configura como um fator em potencial de atratividade para turistas. As fontes de águas sulfurosas com propriedades medicinais, presentes na área rural do município, atraem indivíduos de diversas








localidades, que buscam ali a cura de doenças e já possui um forte apelo turístico na região, apesar da falta de infraestrutura do local.

Tabela 31: Ecoturismo em Cândido de Abreu




ECOTURISMO	DESCRIÇÃO	IMAGEM
<p><b>Morro do Paraíso</b></p>	<p>Rampa natural para prática de voo livre, parapente e asa delta.</p>	
<p><b>Pedra da Torre Branca</b></p>	<p>Pedra com aproximadamente 30 metros de altura. Local onde as pessoas escalam até o topo para apreciar a vista. É utilizado por praticantes amadores de esportes radicais.</p>	
<p><b>Fazenda Entre Rios</b></p>	<p>Possui um paredão de pedra na qual é praticado rapel por esportistas amadores.</p>	
<p><b>Cachoeira Santo Antônio</b></p>	<p>Cachoeira com 40 m (acesso muito difícil) e outra com 20 metros de altura. Inexploradas turisticamente.</p>	



<p><b>Cachoeira dos Lacerda – Fazenda São Pedro</b></p>	<p>Cachoeira com 25 metros e prática de rapel por amadores.</p>	
<p><b>Rio Ivai</b></p>	<p>Local na qual a comunidade utiliza para pesca e lazer. Dispõe de 188 km dentro do município de Cândido de Abreu.</p>	
<p><b>Fazenda Entre Rios</b></p>	<p>A propriedade possui uma ampla casa sede, pomar, quedas da água e cachoeira. Passam pelo local os Rios Baile, Ubazinho, Parizinho e Arcama. Tem acesso também popularmente denominado Barra (várias quedas d'água) que fica em propriedade vizinha. Possui ainda um paredão de pedra.</p>	
<p><b>Trilha da Velhinha</b></p>	<p>A trilha possui vários obstáculos no seu percurso e tem aproximadamente 22 km.</p>	
<p><b>Torre</b></p>	<p>Possui aproximadamente 850 m de altura, na qual é muito utilizada para prática de Rapel, voo livre. Local possui formações rochosas diversificadas, bromélias e árvores exóticas.</p>	


Fonte: RETUR, 2006.

Tabela 32: Turismo Paisagístico em Cândido de Abreu.

TURISMO PAISAGÍSTICO	DESCRIÇÃO	IMAGEM
<p><b>Penhasco Marumbi</b></p>	<p>Local próprio para visitação de pessoas que queiram observar e apreciar a paisagem existente, visto que para prática de esportes radicais é impróprio devido sua composição ser arenosa.</p>	
<p><b>Estreito Marumbi</b></p>	<p>Local de beleza exuberante, na qual em todos os lados que o entorna pode-se apreciar uma paisagem diferente. Ideal para apreciação da paisagem, observação da fauna e flora entre outras atividades.</p>	
<p><b>Formações Rochosas - Sítio São José</b></p>	<p>Formações rochosas diversas.</p>	

Fonte: RETUR, 2006.

Tabela 33: Turismo de Saúde em Cândido de Abreu.

TURISMO DE SAÚDE	DESCRIÇÃO	IMAGEM
<p><b>Água Sulfurosa</b></p>	<p>O local tornou-se conhecido por pessoas de toda a região, atraindo indivíduos de várias localidades, entretanto não dispõe de infraestrutura apropriada para recepção da demanda existente. Poder-se-ia se pensar em comercialização das águas e uma Pousada para acomodação da demanda já existente, que dispõe de um forte apelo turístico.</p>	

Fonte: RETUR, 2006.

Outro atrativo de destaque é o turismo religioso no município, que conta com diversas festas e comemorações ao longo do ano, além do Mirante do Morro de Cristo (Figura 24), destino de peregrinação da comunidade católica e local ideal para orações e meditações.

Figura 24: Mirante do Monte de Cristo



Fonte: IENE, 2021.

O distrito de Tereza Cristina, reconhecido nacionalmente como o berço do cooperativismo no Brasil, também se destaca como um atrativo para o Turismo Étnico-Histórico-Cultural, além do Turismo Religioso, de grande apelo na região.

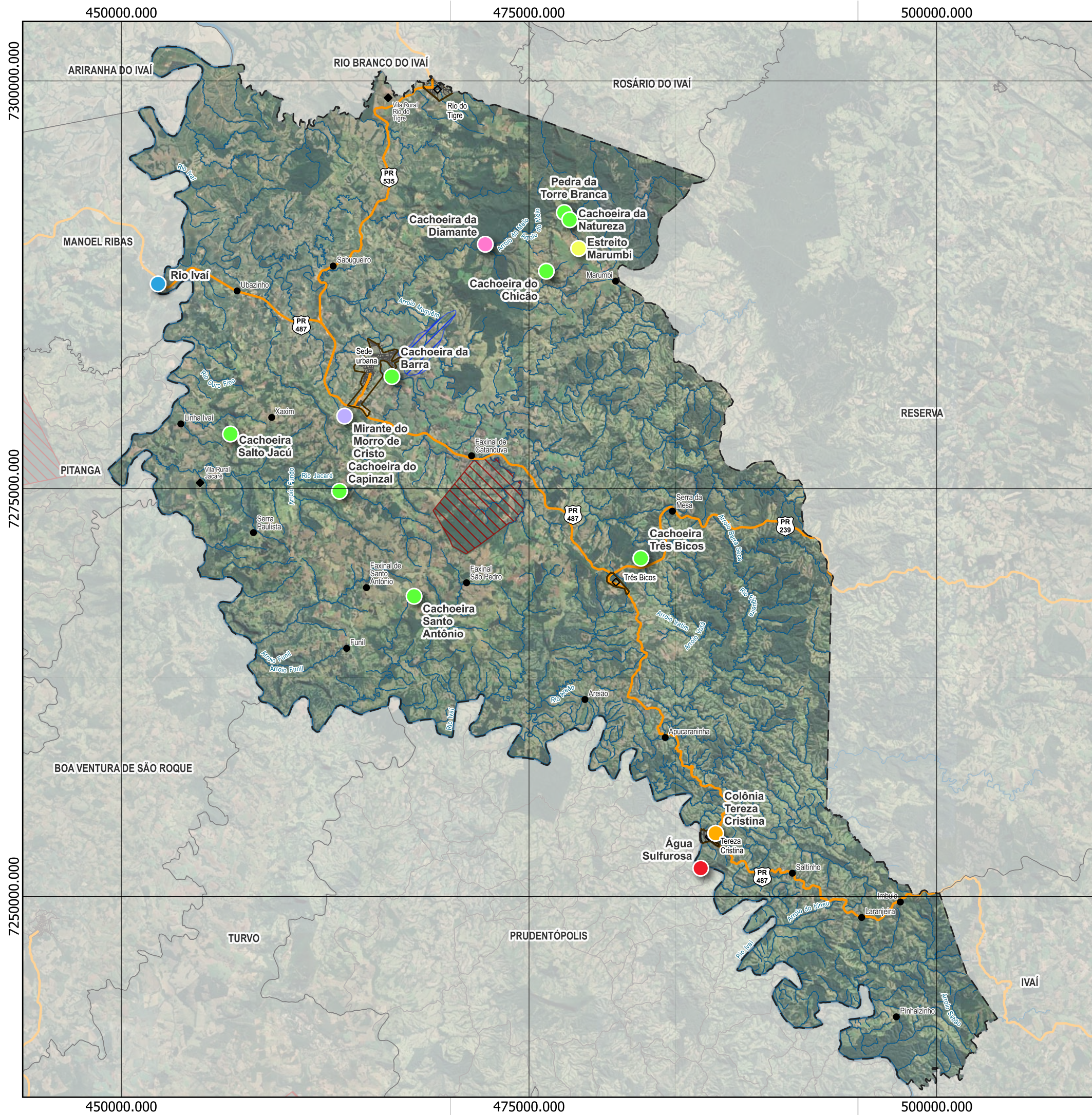
Além disso, a presença da Terra indígena Faxinal, localizada nos arredores do município e ocupada pelos índios Kaingang, pode se mostrar outro fator de extrema importância turística a ser explorado, desde que a população indígena esteja de acordo, tanto para o turismo ecológico, pela presença de uma cachoeira com 50 metros de altura na região, quanto para o turismo étnico-histórico-cultural, relacionado à difusão da história, cultura e artesanato em taquara dos povos nativos que ali habitam.



O Caminho de Peabiru (rota ancestral que conectava o Oceano Atlântico ao Pacífico, atravessando as regiões de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Bolívia e Peru) representou a mais relevante via transcontinental da pré-colonização na América do Sul. Conforme mencionado por Reinhard Maack, pesquisador da UFPR, em 1959, tratava-se de uma "estrada" indígena com um tronco central e ramos secundários, formando uma extensa rede. Estendia-se por aproximadamente 3 mil quilômetros, iniciando (ou terminando) em dois pontos no Brasil: o litoral de Santa Catarina e o litoral de São Paulo. Ao adentrar o estado do Paraná, atravessava as localidades de Doutor Ulisses, Cerro Azul, Castro, Tibagi, Reserva, Cândido de Abreu, Pitanga, Palmital, Guaraniaçu, Corbélia, Nova Aurora, Tupãssi, Assis Chateaubriand, Palotina e Guaíra (PARANÁ, 2022c).

Através do programa Pedala Paraná, o governo do Paraná juntamente com os municípios vem instalando e equipando ciclorrotas em todo o Estado, a fim de fomentar o uso da bicicleta, prática de atividades físicas e turismo, principalmente nas regiões que contemplam a antiga rota dos Caminhos do Peabiru (onde Cândido de Abreu está inclusa), aproveitando do potencial histórico e natural local.

O Mapa 30 na sequência apresenta a localização dos pontos turísticos citados anteriormente, classificados por tipo de turismo – Ecológico, Paisagístico, Ecológico - de Pesca e Fluvial, Cultural, Recreação e Entretenimento Rural, Religioso e de Saúde.



## PONTOS TURÍSTICOS EM CÂNDIDO DE ABREU

### LEGENDA

- Pontos turísticos
- Turismo Ecológico
  - Turismo Paisagístico
  - Turismo Ecológico, de Pesca e Fluvial
  - Turismo Cultural
  - Turismo de Recreação e Entretenimento e Rural
  - Turismo Religioso
  - Turismo de Saúde

### Convenções Cartográficas

- ◇ Distritos
- Localidades Rurais
- ◆ Vila Rural
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- ▭ Área de proteção de manancial
- ▭ Limite Municipal
- Massas D'água
- ▭ Municípios vizinhos
- ▭ Perímetro urbano - Distritos
- ▭ Perímetro urbano - Sede
- ▭ Território indígena - Faxinal

### Fonte de Dados

Turismo; Manancial de Abastecimento - ECOTÉCNICA, 2023.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Junho/2023

**Escala:** 1 : 250.000

**Escala Gráfica:**



## 4.4.2 Infraestrutura Turística

O cadastramento dos prestadores de serviços turísticos no Sistema CADASTUR é obrigatório, sustentado pelo arcabouço legal das seguintes leis: Lei Federal nº 11.771/2008 (BRASIL, 2008), Decreto Federal nº 7.381/2010 (BRASIL, 2010), Portaria nº 105/2018 (BRASIL, 2018) e Portaria Nº 138/2021 (BRASIL, 2021b) instituídas pelo Ministério do Turismo. Assim sendo, a Tabela 34, a seguir, demonstra as categorias cadastradas no CADASTUR referente ao município de Cândia de Abreu, conforme dados extraídos do IPARDES para o ano de 2022. Há apenas um meio de hospedagem cadastrado.

Tabela 34: Categorias cadastradas no CADASTUR referente à Cândia de Abreu - 2022

TIPO DE CADASTRO	NÚMERO
<b>Acampamento Turístico</b>	-
<b>Agências de Turismo</b>	-
<b>Guia de Turismo</b>	-
<b>Meio de Hospedagem</b>	1
<b>Organizadora de Eventos</b>	-
<b>Parque Temático</b>	-
<b>Transportadora Turística</b>	-

Fonte: IPARDES, com base em PRTUR, 2022.

Já a Tabela 35, expõe dados sobre o número de estabelecimentos e o total de empregos gerados nas Atividades Características do Turismo (ACT's) em Cândia de Abreu. O número total de empregos gerados procede de dados coletados através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabela 35: Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) nas atividades características do turismo (ACT's) em Cândia de Abreu - 2021

TIPO DE CADASTRO	ESTABELECEMENTOS	EMPREGOS
<b>Alojamento</b>	3	2
<b>Alimentação</b>	14	22
<b>Transporte Terrestre</b>	-	-
<b>Transporte Aéreo</b>	-	-
<b>Transporte Aquaviário</b>	-	-
<b>Agências de Viagem</b>	-	-
<b>Aluguel de Transportes</b>	-	-
<b>Cultura e Lazer</b>	-	-
<b>TOTAL</b>	17	24

Fonte: IPARDES, com base em ME/Trabalho, 2022.

### 4.4.3 Governança Local

O órgão responsável pelo turismo em Cândido de Abreu é a Secretaria Municipal de Esportes e Turismo, encarregado em fomentar, promover, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades turísticas do município junto às entidades públicas, privadas e à comunidade em geral. Procura adequar e readequar os polos turísticos, a fim de buscar a proteção do patrimônio histórico, cultural, natural e social através de ações que causem menor impacto e valorizem o bem público e privado (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

### 4.4.4 Principais Entraves

Como evidenciado no Inventário Turístico de Cândido de Abreu (RETUR, 2006), apesar de possuir diversas potencialidades e atrativos turísticos, principalmente naturais, a falta de infraestrutura ainda é o maior empecilho para que Cândido de Abreu seja, de fato, um grande polo turístico da região. Apesar de já atrair visitantes e praticantes de esportes radicais regularmente durante todo o ano, a ausência de locais de hospedagem, descanso e alimentação, além de organização turística com guias e roteiros, não fomenta o aumento do fluxo de pessoas que poderiam estar visitando o município e usufruindo dos seus diversos percursos e belezas naturais.

Em contraponto, o governo local reconhece o potencial turístico que o município possui e constantemente busca maneiras de alavancá-lo. Além da tentativa recente, através de um projeto de lei, da oficialização do título de “Paraíso das Serras do Paraná” e inclusão de Cândido de Abreu no Roteiro Oficial do Turismo do Estado do Paraná, a municipalidade promove cursos, como o de Turismo Rural (por meio da Secretaria de Agropecuária em parceria com a SENAR), além de expedições que trazem pessoas de municípios vizinhos para explorar e apreciar as belezas naturais do município.

## 5 CAPACIDADE E ABRANGÊNCIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Os aspectos de abrangência de infraestrutura pública ora abordados consideram os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem pluvial, rede elétrica e iluminação pública, coleta de resíduos sólidos, tipologia de cobertura das vias, serviços de comunicação e serviço funerário, conforme elencados nos subitens a seguir.

Para a compreensão do panorama municipal sobre as infraestruturas nas áreas urbanas foi elaborada a TABELA 36 que apresenta os dados da pesquisa das características do entorno dos domicílios do Censo 2010. No período analisado havia o total de 1.531 domicílios particulares permanentes em situação urbana em Cândia de Abreu, sobre os quais foram calculados os percentuais de atendimento.

Tabela 36: Características do entorno dos domicílios urbanos - 2010

CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO	DOMICÍLIOS ONDE EXISTE INFRAESTRUTURA	
	TOTAL	%
<b>Arborização</b>	1.426	93,1%
<b>Pavimentação</b>	1.385	90,5%
<b>Iluminação pública</b>	1.376	89,9%
<b>Meio-fio/guia</b>	591	38,6%
<b>Lixo acumulado nos logradouros</b>	426	27,8%
<b>Bueiro/boca de lobo</b>	400	26,1%
<b>Calçada</b>	369	24,1%
<b>Esgoto a céu aberto</b>	316	20,6%
<b>Identificação do logradouro</b>	230	15,0%
<b>Rampa para cadeirante</b>	1	0,1%

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Em 2010 as três infraestruturas com melhor desempenho foram: arborização (93,1%), pavimentação (90,5%) e iluminação pública (89,9%). Nota-se que em 2010 havia carências nas infraestruturas de drenagem, quando apenas 26,1% dos domicílios recenseados possuíam bueiro ou boca de lobo nos logradouros em que estavam situados. Com relação à limpeza urbana e esgotamento sanitário, nota-se que havia 27,8% de domicílios com lixo acumulado nos logradouros e 20,6% de domicílios com esgoto a céu aberto. As infraestruturas correlatas à acessibilidade foram as que apresentaram o pior desempenho, sendo que em 2010 apenas 0,1% dos domicílios urbanos estiveram em logradouros com presença de rampas de cadeirante, 15% possuíam identificação do logradouro, 24,1% possuíam calçadas e 38,6% possuíam meio fio ou guia.

Vale salientar que as áreas urbanas se modificaram ao longo da última década, especialmente com a inclusão no perímetro urbano de Rio do Tigre (após o Censo 2010), desse modo, o atendimento às infraestruturas citadas eventualmente se modificou. Entretanto, a partir dos dados apresentados é possível elucidar sobre as principais demandas existentes nas infraestruturas urbanas e analisar sua evolução ao longo da última década.



### 5.1 Sistema de Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água de Cândia de Abreu é efetuado pela SANEPAR e a Sede e Tereza Cristina, enquanto nas demais localidades do Município a água é coletada através de poços artesianos ou abastecimento superficial (CÂNDIDO DE ABREU, 2013a).

A captação do sistema na sede urbana é feita superficialmente no Rio Coleixo, afluente da margem direita do Rio Ubazinho, próximo à sede municipal, estando a ETA localizada junto deste ponto. A vazão do Rio Coleixo é pequena em relação à demanda, levando a concessionária a coletar, em épocas de estiagem, água do Rio Ubazinho em ponto situado a jusante da sede, onde o mesmo se encontra comprometido pela poluição. Para dirimir esta carência, a SANEPAR está efetuando estudos para captar água no próprio Rio Ubazinho, porém, a montante do quadro urbano (CÂNDIDO DE ABREU, 2013a). Conforme o IAT (2023), há um ponto de captação no rio Ivaizinho que atende o distrito de Tereza Cristina.

Conforme dados do Atlas das Águas (ANA, 2021), existe um projeto que consiste em ampliação da produção através de nova captação no Rio Coleixo com elevatória de água bruta, elevatórias de água tratada e melhorias na ETA existente e adutoras. O prazo previsto para conclusão das obras é de 2023 e o investimento calculado foi de R\$ 4,64 milhões, com execução a ser efetuada pela SANEPAR.

A Tabela 37 a seguir faz um comparativo da situação de abastecimento e consumo no período entre os anos de 2003 e 2021, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Tabela 37: Abastecimento de água em Cândia de Abreu - 2003-2021

Ano de Referência	População total do município (IBGE)	População urbana do município (IBGE)	População total c/ abastecimento de água	População urbana c/ abastecimento de água	Economias ativas de água	Extensão da rede de água (km)	Volume de água consumido (m <sup>3</sup> )
2021	14.606	4.167	7.034	4.167	2.620	45,98	308,36
2020	14.809	4.225	6.851	4.225	2.552	45,17	288,68
2019	15.018	4.285	6.612	4.285	2.463	45,14	269,37
2018	15.233	4.346	6.560	4.346	2.435	44,14	262,7
2017	16.059	4.582	6.499	4.582	2.408	41,3	265,25
2016	16.198	4.622	6.343	4.622	2.360	43,61	260,46
2015	16.339	4.662	6.233	4.662	2.320	43,61	258,23
2014	16.484	4.703	6.147	4.703	2.286	38,27	258,12
2013	16.633	4.746	5.970	4.746	2.207	38,27	245,86
2012	16.332	4.660	5.783	4.660	2.135	36,75	239,88
2011	16.491	4.705	5.437	4.705	2.010	36,75	224,49
2010	16.655	4.752	5.348	4.752	1.953	36,49	219,11
2009	18.100	4.719	4.934	4.934	1.704	36,49	201,66
2008	18.179	4.739	4.974	4.974	1.640	30	186,08
2007	17.775	4.634	4.807	4.807	1.583	29,97	182,24
2006	16.717	4.166	4.965	4.965	1.511	30	177
2005	17.033	4.245	5.086	5.086	1.448	24	181,61

Ano de Referência	População total do município (IBGE)	População urbana do município (IBGE)	População total c/ abastecimento de água	População urbana c/ abastecimento de água	Economias ativas de água	Extensão da rede de água (km)	Volume de água consumido (m <sup>3</sup> )
2004	17.352	4.324	5.093	5.093	1.394	24	172,19
2003	17.929	4.468	4.844	4.844	1.315	26	169

Fonte: SNIS, 2023.

Ao analisar a tabela anterior, é possível verificar que houve um grande avanço no sistema de abastecimento de água no período exposto. A população total atendida por rede de abastecimento de água teve um aumento de 41,21% em 18 anos. Posto que o contingente populacional total do município reduziu no período, é possível dizer que se trata de um aumento significativo. Essa ampliação no atendimento foi possibilitada pelo acréscimo na rede em 76,84%. O número de economias atendidas praticamente dobrou enquanto, como consequência do aumento da oferta, o consumo total subiu 82,46%. Nota-se que 100% da população urbana esteve atendida no período analisado e o atendimento da população fora das áreas urbanas também aumentou.

Quanto às categorias de uso do serviço, os dados publicados pelo IPARDES (2021) informam que, em quantidade de economias, há predominância do uso residencial, seguido pelo uso comercial, poder público, e utilidade pública, já nas indústrias foi registrada somente uma economia ativa, conforme a Tabela 38 a seguir.

Tabela 38: Distribuição dos usos da rede de abastecimento de água – 2021

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
<b>Residenciais</b>	2.299	2.148
<b>Comerciais</b>	235	212
<b>Industriais</b>	1	1
<b>Utilidade pública</b>	29	29
<b>Poder público</b>	56	55
<b>TOTAL</b>	2.620	2.445

Fonte: IPARDES, 2023a.

No ano de 2010, praticamente todos os domicílios urbanos se encontravam ligados à rede geral de abastecimento, já na área rural foi comum a utilização de poços. Cabe ressaltar que na mesma época o distrito de Rio do Tigre ainda não era considerado urbano pelo IBGE, desse modo, os dados urbanos são referentes somente à sede, e aos distritos de Tereza Cristina e Três Bicos, como apresentado na Tabela 39.

Tabela 39: Formas de abastecimento em Cândido de Abreu – 2010

FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Nº DE DOMICÍLIOS		
	TOTAL	URBANO	RURAL
<b>Rede geral</b>	2.479	1.507	972
<b>Poços</b>	2.544	21	2.523
<b>Carro-pipa</b>	1	-	1
<b>Água da chuva armazenada em cisterna</b>	2	-	2
<b>Rio, açude, lago ou igarapé</b>	11	-	11
<b>Outra</b>	9	3	6
<b>Total</b>	5.046	1.531	3.515

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

O Mapa 31 e o Mapa 32 ilustram as áreas urbanas do município em que há rede de abastecimento de água por fonte de abastecimento e a Tabela 40 demonstra a extensão das vias urbanas com redes de abastecimento. Nota-se que a sede e o distrito de Tereza Cristina apresentam o melhor atendimento, sendo que em Tereza Cristina há somente 0,3km de vias urbanas onde não há abastecimento, já na sede urbana existem 1,3km de vias sem abastecimento e 7km de vias sem informação sobre o tipo de abastecimento. A situação é diferente em Três Bicos e Rio do Tigre, onde não há nenhuma rede de abastecimento em suas vias urbanas.

TABELA 40: Extensão da rede de abastecimento de água

TIPO DE ABASTECIMENTO	SEDE (km)	RIO DO TIGRE (km)	TEREZA CRISTINA (km)	TRÊS BICOS (km)	TOTAL	
					Extensão (km)	%
<b>Com Rede de Abastecimento</b>	34,7	-	4,2	-	38,9	65,5
<b>Sem Informação</b>	7,0	2,5	-	-	9,5	16,0
<b>Sem Rede de Abastecimento</b>	1,3	7,0	0,3	2,4	11,0	18,5
<b>Total Geral</b>	<b>43,0</b>	<b>9,5</b>	<b>4,5</b>	<b>2,4</b>	<b>59,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Paranacidade, 2022. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

465000.000

467500.000

# REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE URBANA

## LEGENDA

- Rede de Abastecimento de Água
- Com Rede de Abastecimento de Água
  - Sem Rede de Abastecimento de Água
  - Sem Informação
  - ◆ Ponto de Captação de Água (Rio Coleixo)

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Rede de Abastecimento de Água - PARANACIDADE, s.d.  
 Ponto de Captação - IAT, 2022.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

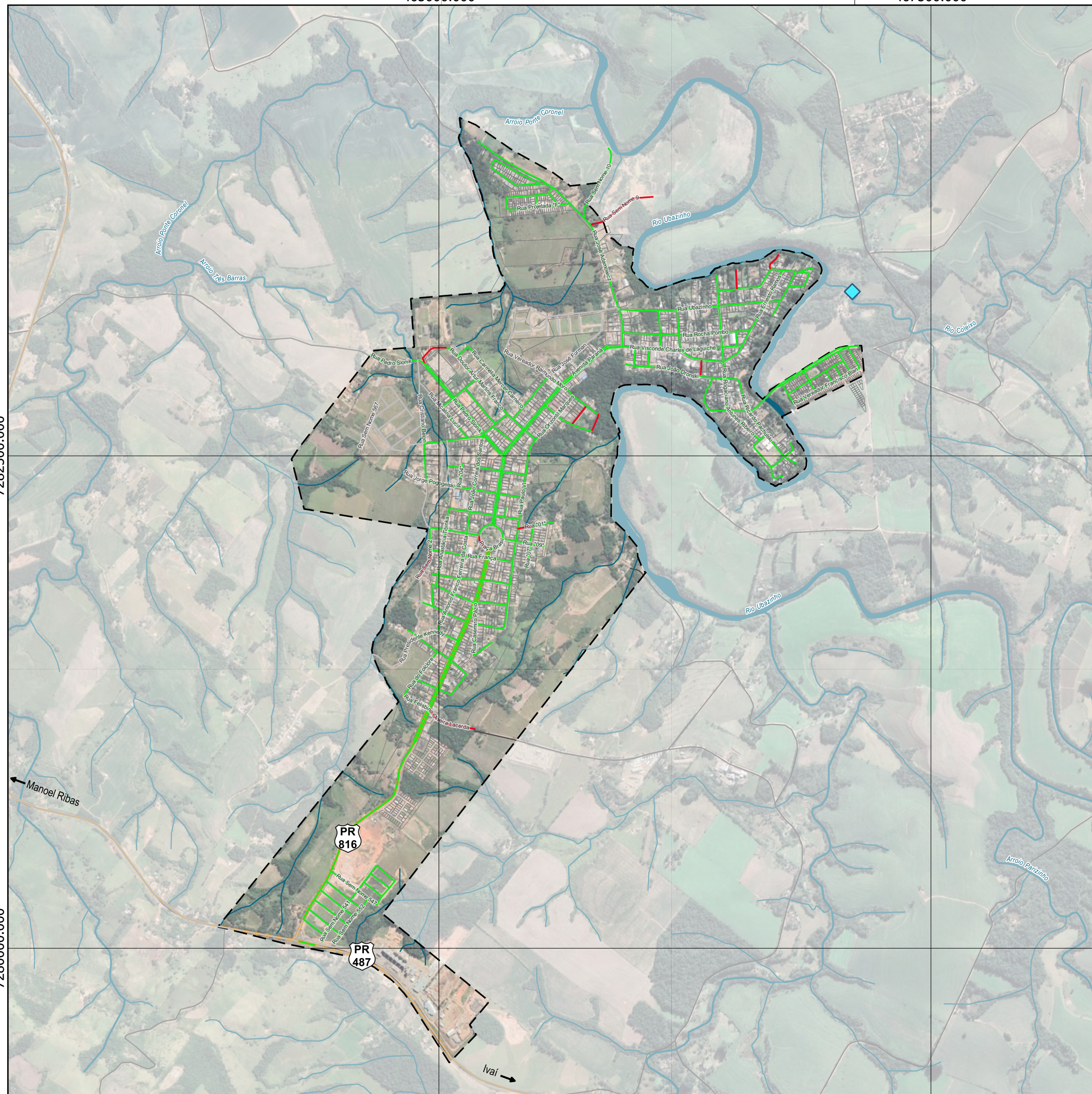


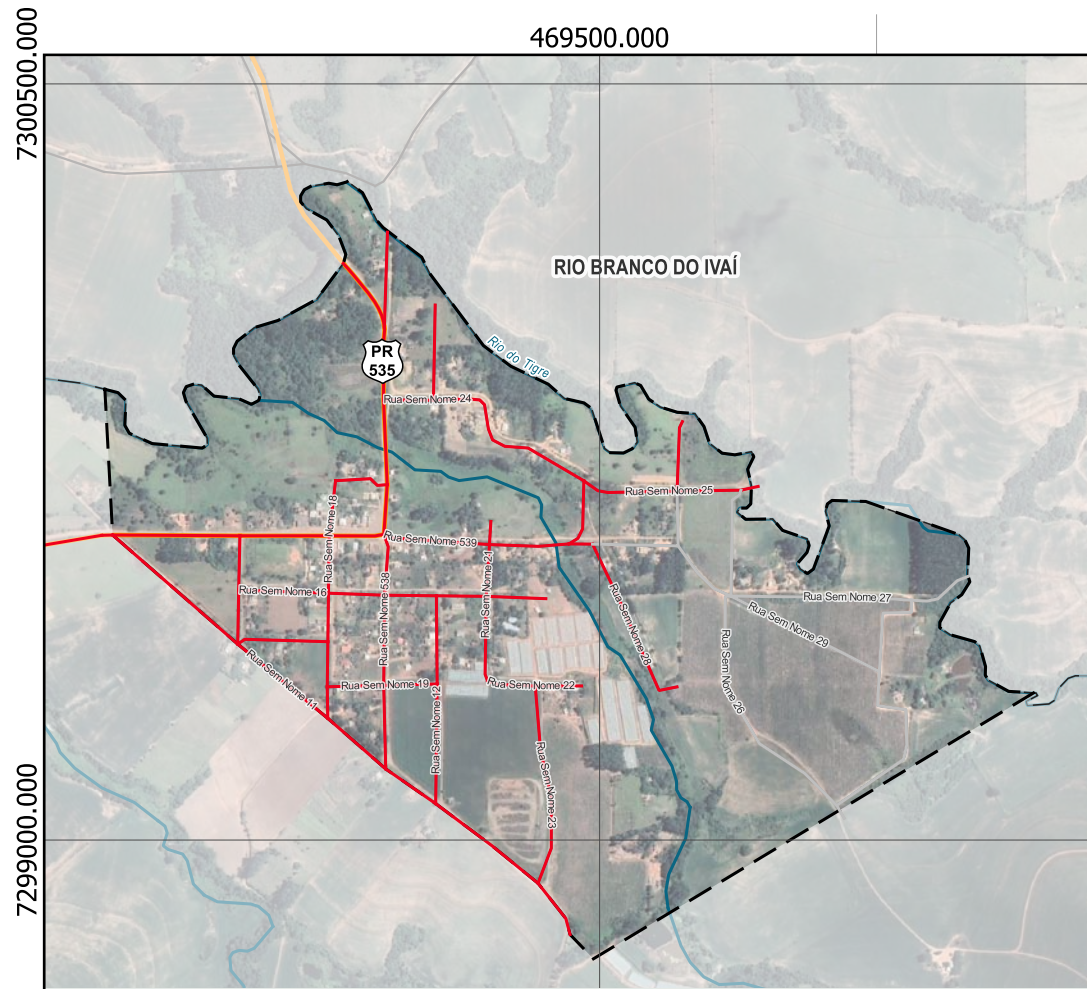
7282500.000

7280000.000

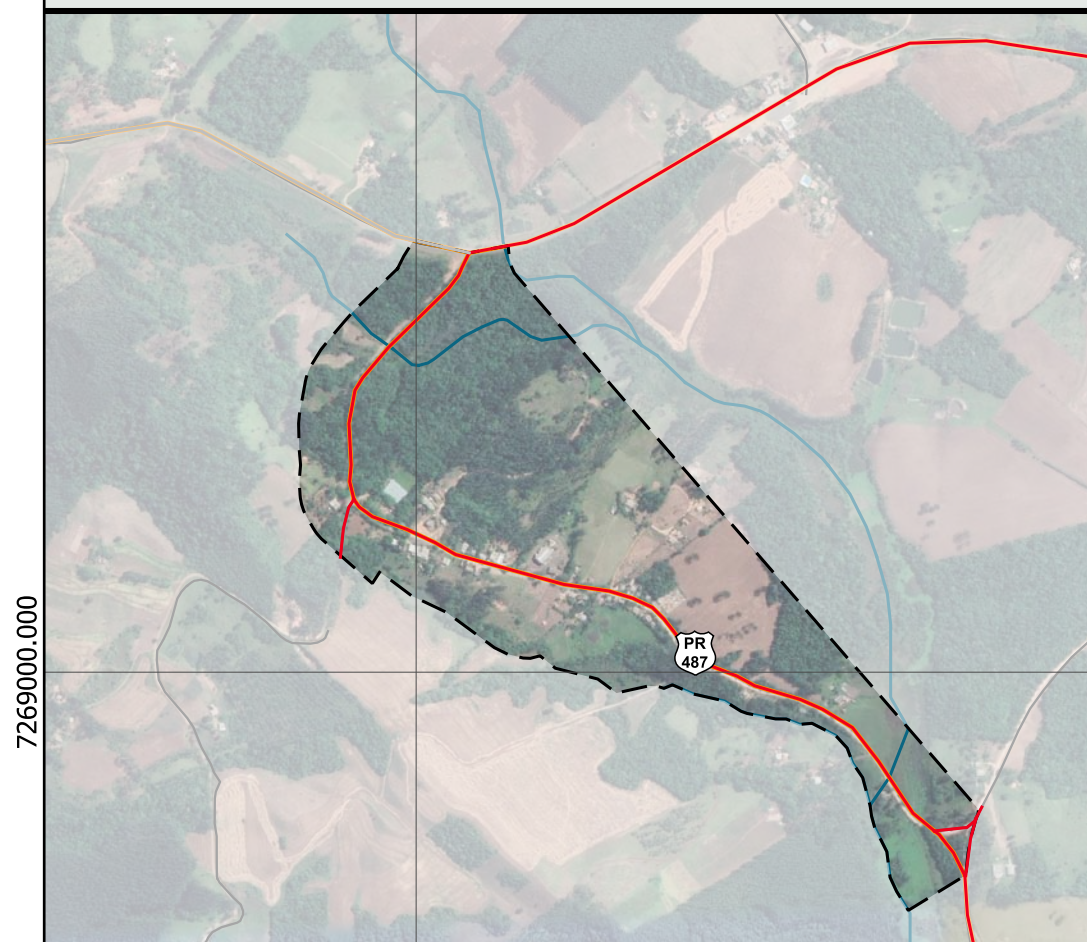
465000.000

467500.000

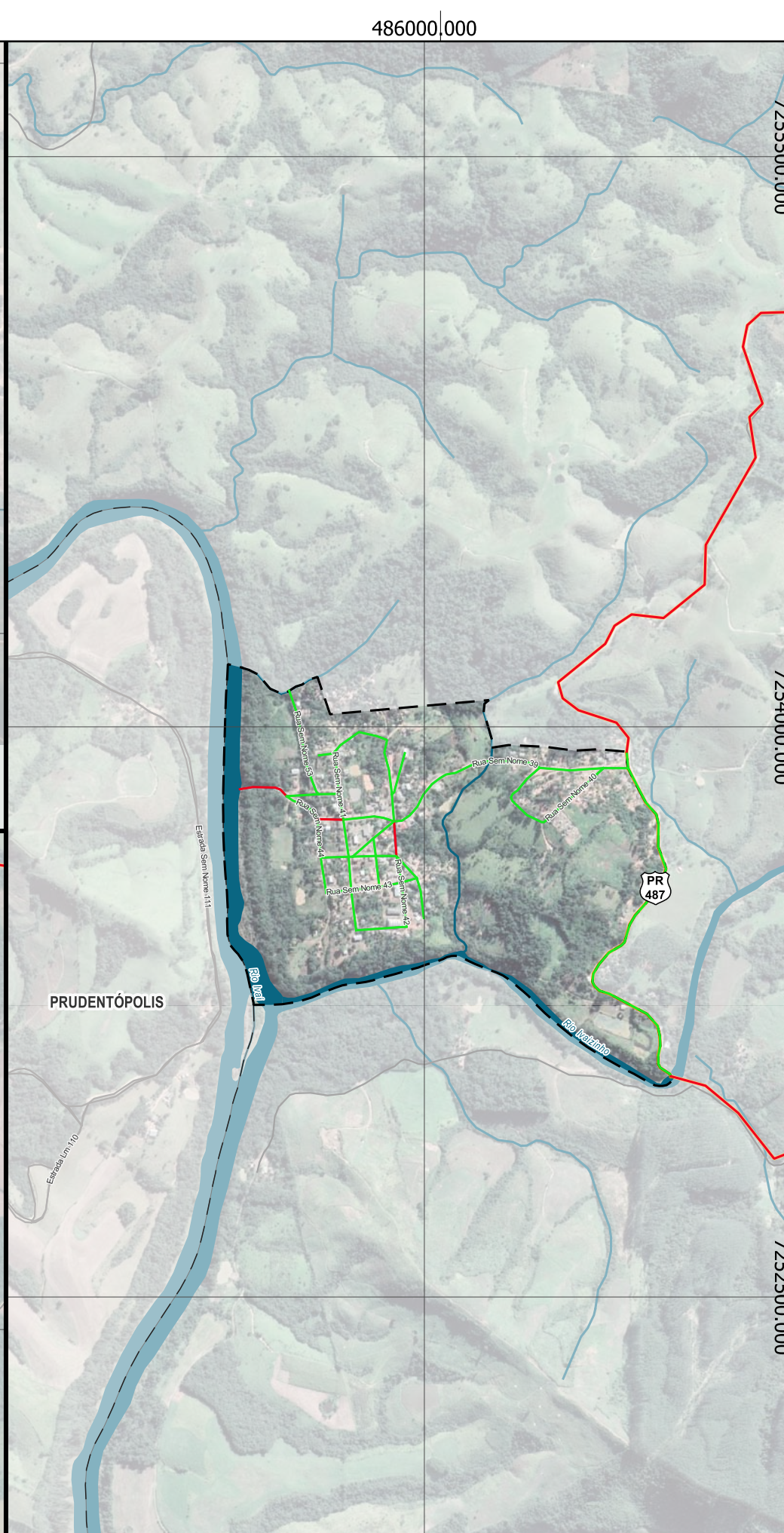




**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

## REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS DISTRITOS

### LEGENDA

- Rede de Abastecimento de Água
- Com Rede de Abastecimento de Água
- Sem Rede de Abastecimento de Água
- Sem Informação

### Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

### Fonte de Dados

Rede de Abastecimento de Água - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**



## 5.2 Sistema de Esgoto Sanitário

O sistema de esgotamento sanitário é de concessão da SANEPAR, estando a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) situada junto ao Rio Ubazinho, situada na área rural, próximo ao perímetro urbano da sede. Na área rural o esgotamento é feito por meio de fossas sépticas ou negras, sendo que muitos deles lançam as águas servidas em rios e córregos, contribuindo para a poluição desses corpos hídricos.

As fossas sépticas são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas.

Todavia, o tratamento não é completo como numa estação de tratamento de esgotos. O esgoto *in natura* deve ser lançado em um tanque ou em uma fossa para que com o menor fluxo da água, a parte sólida possa se depositar, liberando a parte líquida. Uma vez feito isso bactérias anaeróbias agem sobre a parte sólida do esgoto decompondo-o. Esta decomposição é importante pois torna o esgoto residual com menor quantidade de matéria orgânica, pois a fossa remove cerca de 40% da demanda biológica de oxigênio e o mesmo agora pode ser lançado de volta à natureza, com menor prejuízo à mesma.

Devido os resíduos gerados no tanque séptico, medidas de segurança devem ser realizadas antes da construção e instalação. Estes dispositivos não devem ser instalados próximo a poços artesianos, para evitar que vazamentos entrem em contato com a água de consumo humano, animal e vegetal. Tanques sépticos mal instalados ou mal construídos podem ocasionar eventualmente uma grave contaminação dos lençóis freáticos, introduzindo agentes infecciosos na água de consumo da região.

A Tabela 41 a seguir faz um comparativo da situação de esgotamento sanitário no período entre os anos de 2003 e 2021, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento (SNIS).

Tabela 41: Esgotamento sanitário em Cândido de Abreu (2003-2021)

ANO DE REFERÊNCIA	POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO		EXTENSÃO DA REDE DE ESGOTOS (KM)
		Nº DE HABITANTES	% DE HABITANTES	
2021	4.167	4.066	97,6%	28,35
2020	4.225	3.925	92,9%	29,85
2019	4.285	3.794	88,5%	26,74
2018	4.346	3.727	85,8%	26,74
2017	4.582	3.509	76,6%	26,61
2016	4.622	3.353	72,5%	29,37
2015	4.662	3.209	68,8%	29,37
2014	4.703	2.940	62,5%	28,7
2013	4.746	2.925	61,6%	28,7
2012	4.660	2.827	60,7%	28,7
2011	4.705	2.692	57,2%	28,7

ANO DE REFERÊNCIA	POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO		EXTENSÃO DA REDE DE ESGOTOS (KM)
		Nº DE HABITANTES	% DE HABITANTES	
2010	4.752	2.614	55,0%	28,7
2009	4.719	2.681	56,8%	28,7
2008	4.739	2.673	56,4%	28,7
2007	4.634	2.595	56,0%	27,62
2006	4.166	2.611	62,7%	27
2005	4.245	2.628	61,9%	27
2004	4.324	2.628	60,8%	26
2003	4.468	2.184	48,9%	9

Fonte: SNIS, 2023.

Conforme os dados da tabela, nota-se que o atendimento tem sido ampliado ao longo dos anos, atualmente a população urbana é quase totalmente abrangida pelo sistema de esgotamento sanitário. A extensão da rede praticamente triplicou ao longo das últimas décadas.

Quanto às categorias de uso do serviço, em quantidade de economias, há predominância do uso residencial, seguido pelo uso comercial, poder público, e utilidade pública, e nenhuma economia industrial, como disposto na Tabela 42.

Tabela 42: Distribuição dos usos da rede de esgotamento sanitário - 2021

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	1.329	1.234
Comerciais	174	158
Industriais	-	-
Utilidade pública	11	11
Poder público	44	43
<b>TOTAL</b>	<b>1.558</b>	<b>1.446</b>

Fonte: IPARDES, 2023a.

Em relação aos dados recenseados em 2010, 49,83% dos domicílios particulares permanentes urbanos possuíam ligação na rede de esgoto ou pluvial. Em relação às áreas rurais em 2010, a maior parte dos domicílios possuía fossas rudimentares, conforme descrito na TABELA 43. Nota-se que havia poucos domicílios com o descarte do esgoto em valas, rio, lago ou mar.

Tabela 43: Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário - 2010

EXISTÊNCIA DE BANHEIRO OU SANITÁRIO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	TOTAL	URBANA	RURAL
rede geral de esgoto ou pluvial	890	763	127
fossa séptica	128	3	125
vala	87	14	73

EXISTÊNCIA DE BANHEIRO OU SANITÁRIO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	TOTAL	URBANA	RURAL
rio, lago ou mar	11	6	5
fossa rudimentar	3.632	714	2.918
outro	132	19	113
Não tinham banheiro nem sanitário	166	12	154
<b>Total</b>	<b>5.046</b>	<b>1.531</b>	<b>3.515</b>

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Conforme o SNIS, no ano do PMSB elaborado em 2013, 47,29% do esgoto possui coleta e tratamento, 52,54% do esgoto municipal não possuía coleta ou tratamento e 0,17% possuíam soluções individuais de tratamento. Conforme o PMSB (2013), existe a meta de universalização do atendimento nas áreas urbanas através da expansão da rede existente e incrementos nas soluções individuais na área rural.

De acordo com os dados no Atlas de Esgotos (ANA, 2017), prevê-se que em 2035 o total de 5.381 habitantes devem ser atendidos através da ETE existente, tendo o investimento estimado de R\$ 5.706.026,54 para ampliação da coleta e melhorias na capacidade de atendimento da estação de tratamento.

O Mapa 33 e o Mapa 34 a seguir ilustram as áreas urbanas do município em que há rede de esgoto e a Tabela 44 descreve a extensão da rede existente. A sede possui a melhor cobertura, sendo que as vias urbanas em que há rede de esgoto representam 47% das vias urbanas em Cândido de Abreu. Na sede existem 9,3 km de vias urbanas em que não há rede de esgoto e 5,8 km de vias sem informação sobre a mesma. Nos distritos nota-se que não há registros de cobertura por redes de esgoto, sendo que em Rio do Tigre há 2,6 km de vias em que não há informação. A cobertura nas áreas urbanas fora da sede ainda é insuficiente.

Tabela 44: Extensão da rede de esgoto

REDE DE ESGOTO	SEDE (km)	RIO DO TIGRE (km)	TEREZA CRISTINA (km)	TRÊS BICOS (km)	TOTAL	
					Extensão (km)	%
<b>Com Rede de Esgoto</b>	27,9	-	-	-	27,9	47
<b>Sem Informação</b>	5,8	2,6	-	-	8,4	14,1
<b>Sem Rede de Esgoto</b>	9,3	6,9	4,5	2,4	23,1	38,9
<b>Total Geral</b>	<b>43,0</b>	<b>9,5</b>	<b>4,5</b>	<b>2,4</b>	<b>59,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Paranacidade, 2022. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.



465000.000

467500.000

# REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO NA SEDE URBANA

## LEGENDA

- Rede de Esgoto
  - Com Rede de Coleta de Esgoto
  - Sem Rede de Coleta de Esgoto
  - Sem Informação
- Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Rede de Esgoto - PARANACIDADE, s.d.  
 Estação de Tratamento de Esgoto - ANA, 2017.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

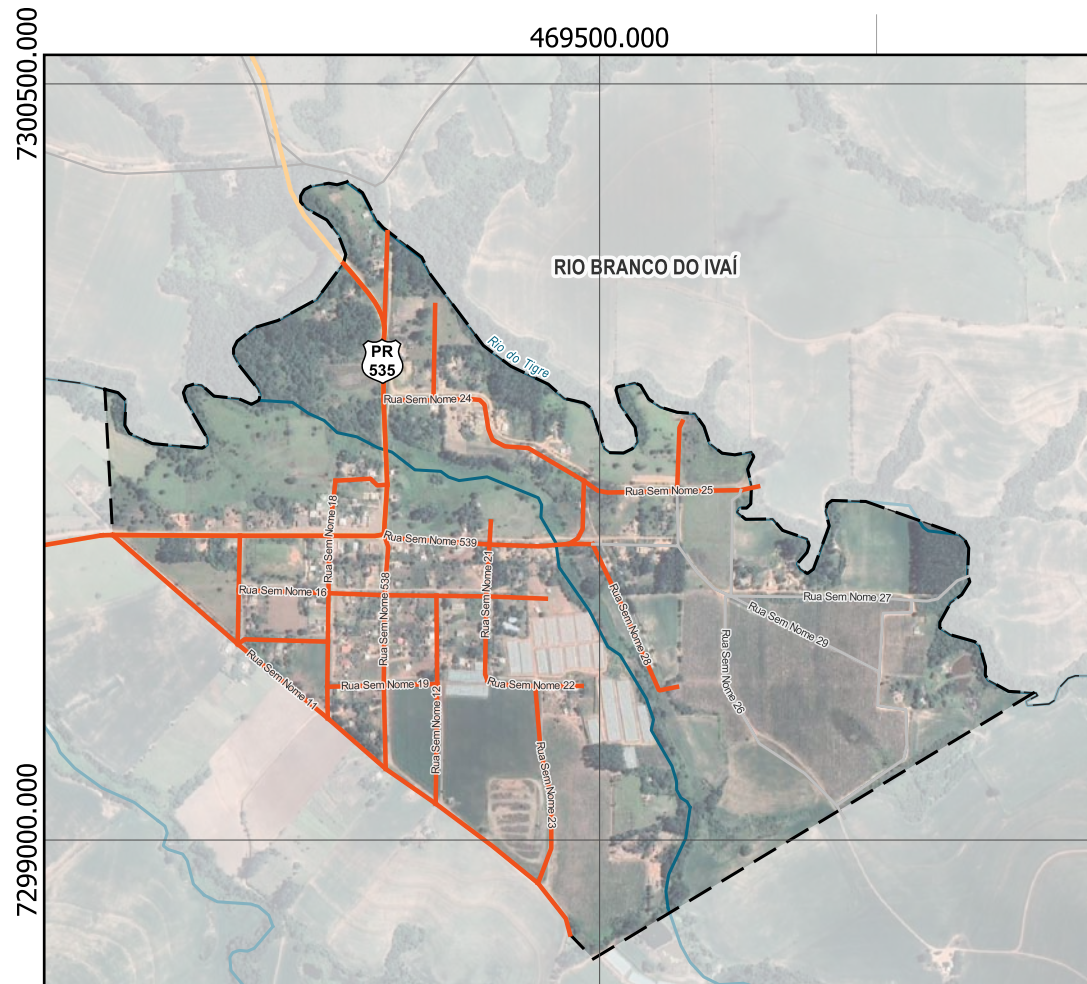


7282500.000

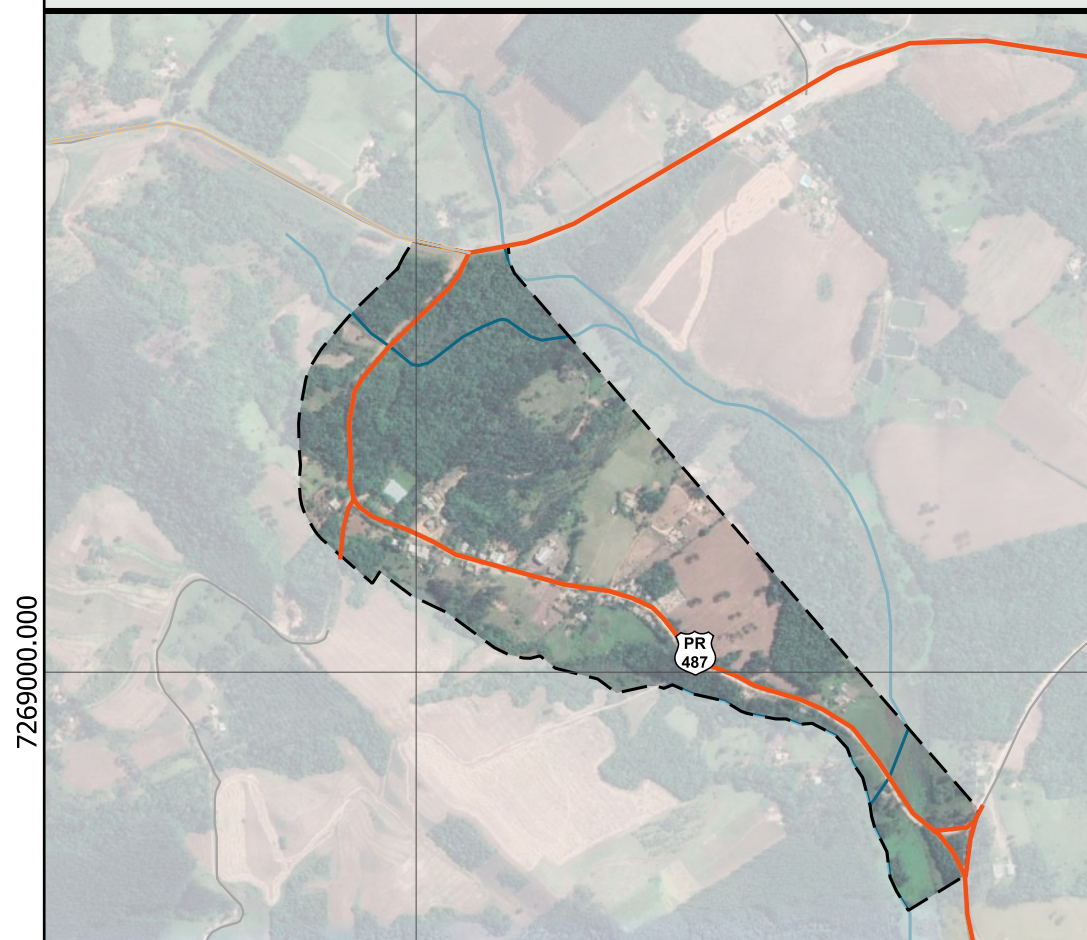
7280000.000

465000.000

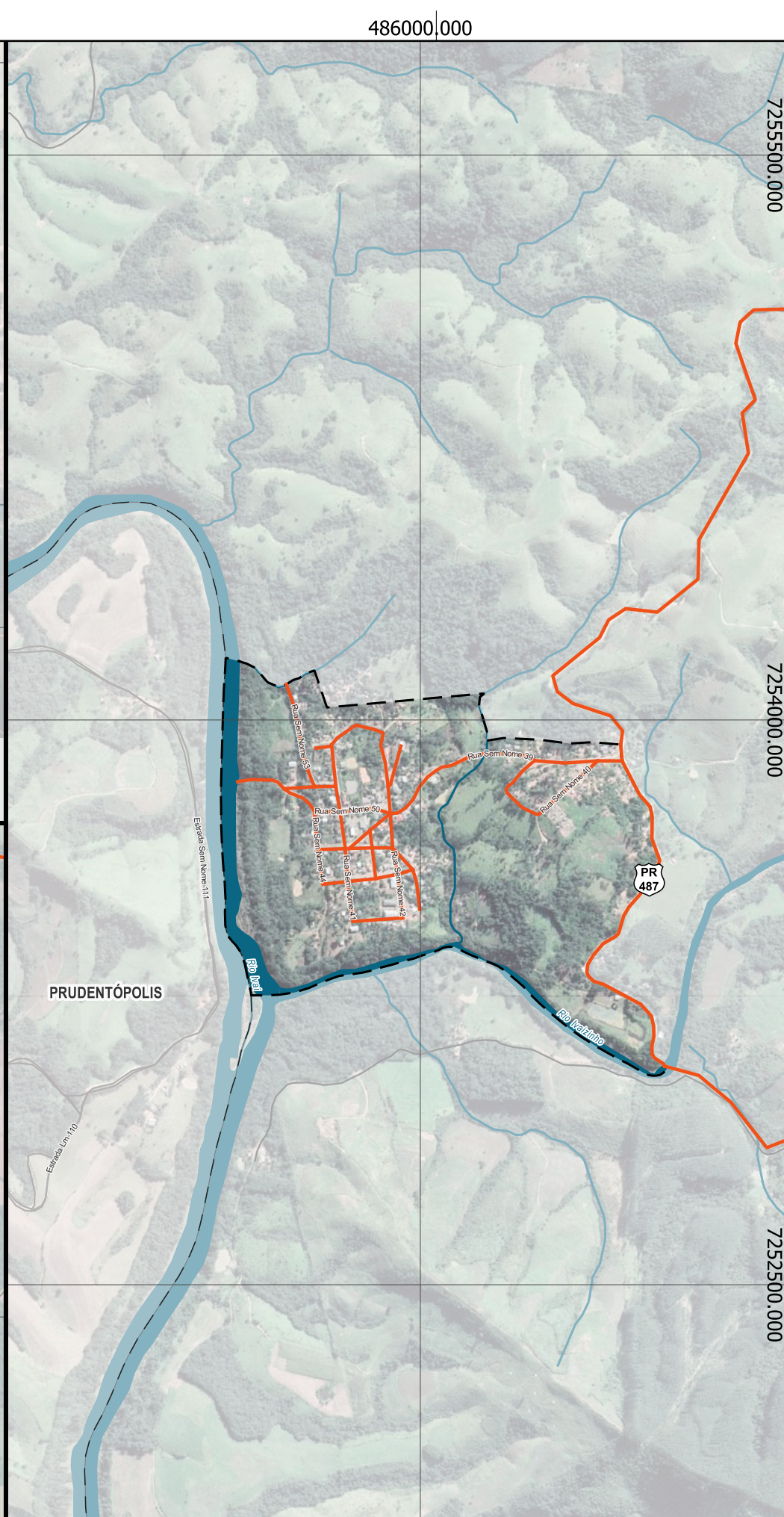
467500.000



**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

**REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO NOS DISTRITOS**

**LEGENDA**

- Rede de Esgoto
- Com Rede de Coleta de Esgoto
- Sem Rede de Coleta de Esgoto
- Sem Informação

**Convenções Cartográficas**

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

**Fonte de Dados**

Rede de Esgoto - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**



## 5.3 Sistema de Drenagem Urbana

A drenagem pluvial, que acompanha as vias pavimentadas ou em pavimentação, cobre os mesmos percentuais destas (CÂNDIDO DE ABREU, 2013a). No caso de vias implantadas e não revestidas há possibilidade de processos erosivos de certa monta, quando as vias são implantadas no sentido da maior declividade. Esse fato decorre da composição granular do solo local, que facilita o arraste; por outro lado, os horizontes de solo sendo reduzidos (rocha a pouca profundidade) dificulta o processo de infiltração e favorece o escoamento superficial.

Conforme o PMSB, em 2013 havia o total de 100 bocas de lobo na sede urbana do município, número que representou cobertura de 19% das vias existentes na sede. Atualmente, conforme os dados mais recentes do SNIS em 2021 havia 240 bocas de lobo na área urbana, desse modo, nota-se que o total mais que dobrou, indicando melhora na oferta desta infraestrutura (SNIS, 2023).

De acordo com o PDM elaborado em 2006 (CÂNDIDO DE ABREU, 2006), os focos de alagamentos estão no trecho do Rio Lajeado, situado entre as ruas Jorge Pogogelski e Lila Pachulski Adamowicz, e também às margens do Rio Ubazinho, na denominada Prainha. Além disso, as altas declividades de algumas das vias urbanas desprovidas de pavimentação, propicia o aparecimento de erosões, principalmente no Jardim Bela Vista, levando à necessidade de promover a implantação de sistemas de drenagem em conjunto com o calçamento das mesmas. Com a progressiva impermeabilização do solo decorrente da urbanização, a ocorrência desses eventos tende a se agravar, demandando a execução urgente de obras de prevenção e contenção.

Seguindo a premissa do PMSB (2013), em que todas as vias pavimentadas possuem sistema drenagem pluvial, considerou-se que as vias recobertas por pavimentação (asfáltica ou pedras irregulares) possuem cobertura pela referida infraestrutura (CÂNDIDO DE ABREU, 2013a).

O Mapa 35 e o Mapa 36 ilustram a localização das redes de drenagem, que estão localizadas somente na sede urbana do município, concentradas nas vias principais. Já nos distritos de Tereza Cristina, Três Bicos e Rio do Tigre verifica-se inexistência de redes de drenagem. A partir da malha viária do Paranacidade, verificou-se o total de 59,4 km de vias urbanas, sendo que aproximadamente 32,2% possuem rede de drenagem.

Tabela 45: Extensão da Rede de Drenagem

REDE DE DRENAGEM	SEDE	RIO DO TIGRE	TEREZA CRITINA	TRES BICOS	TOTAL	
					Extensão (km)	%
Sem Rede de Drenagem	23,9	9,5	4,5	2,4	40,3	67,8%
Com rede de Drenagem	19,1	-	-	-	19,1	32,2%
<b>Total Geral</b>	<b>43,0</b>	<b>9,5</b>	<b>4,5</b>	<b>2,4</b>	<b>59,4</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Paranacidade, 2022. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

465000.000

467500.000

# REDE DE DRENAGEM NA SEDE URBANA

## LEGENDA

- Drenagem
- Possui drenagem
  - Não possui drenagem

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Rede de Drenagem - PARANACIDADE, s.d.  
 Estação de Tratamento de Esgoto - ANA, 2017.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

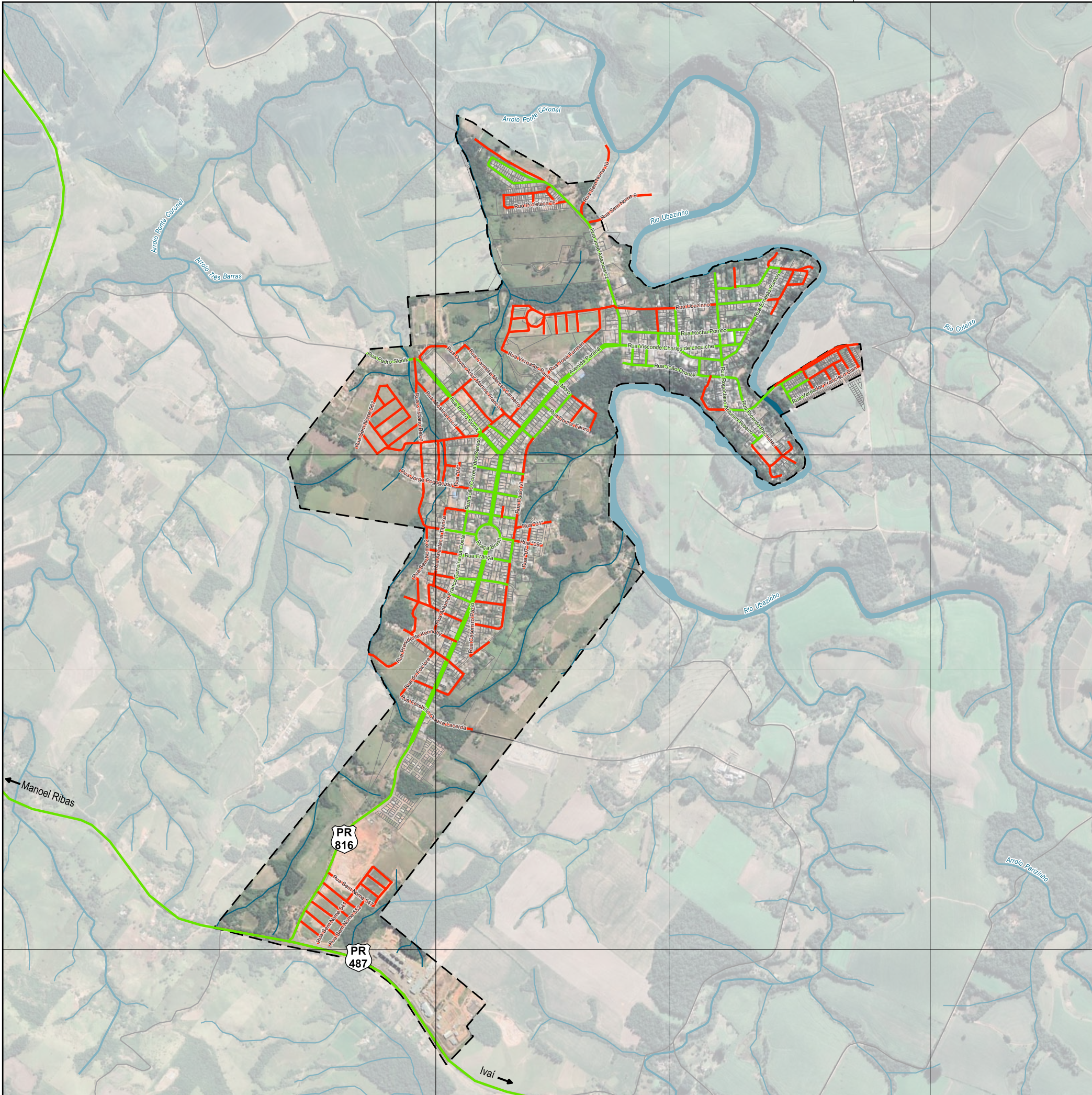


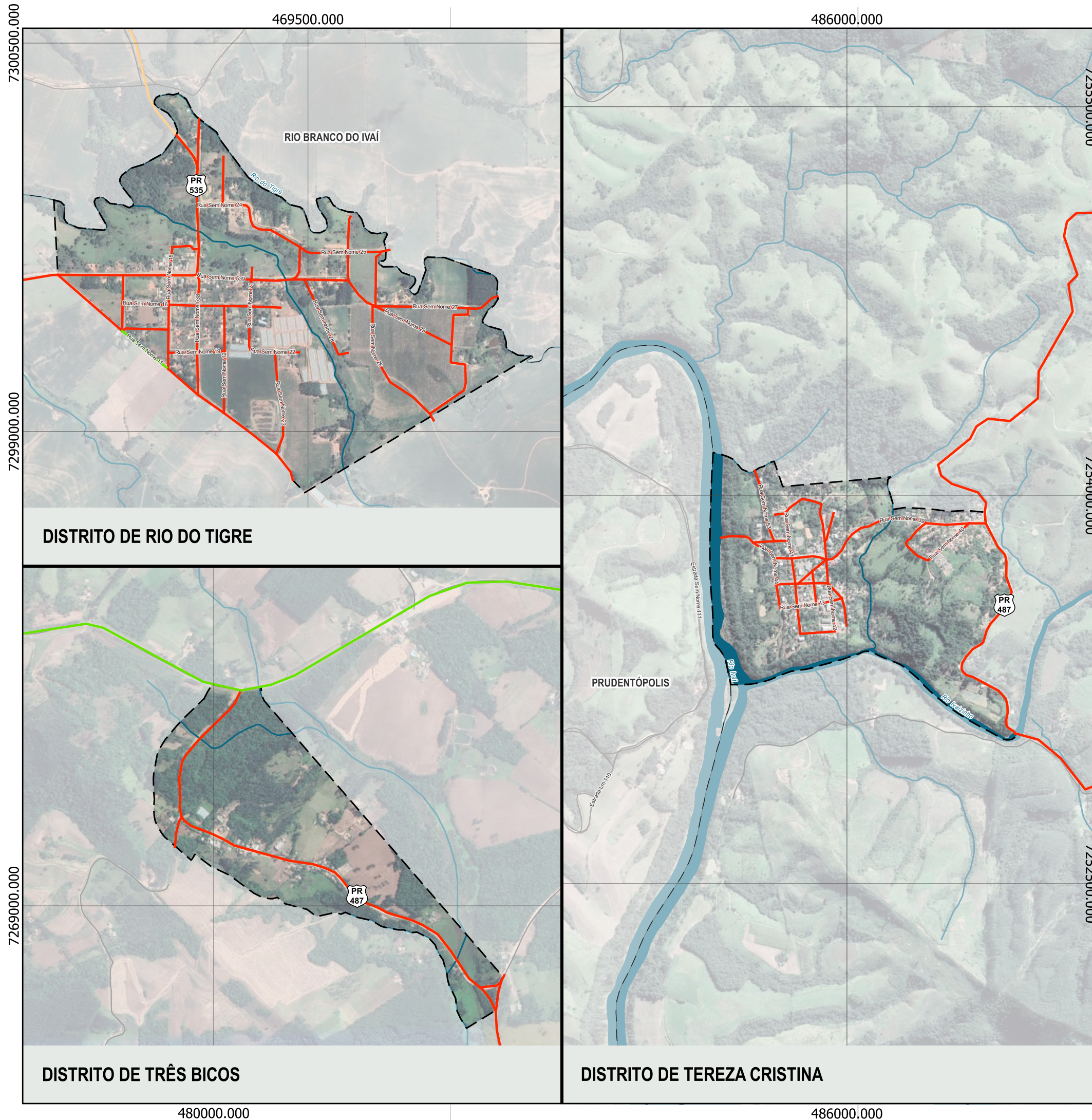
7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000





# REDE DE DRENAGEM NOS DISTRITOS

## LEGENDA

- Drenagem
  - Possui drenagem
  - Não possui drenagem

## Convenções Cartográficas

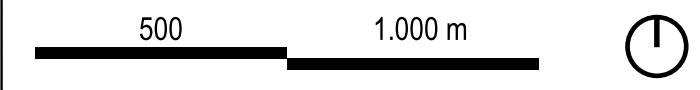
- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

## Fonte de Dados

Rede de Drenagem - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000  
**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**



DISTRITO DE RIO DO TIGRE

DISTRITO DE TRÊS BICOS

PRUDENTÓPOLIS

DISTRITO DE TEREZA CRISTINA



### 5.4 Sistema de Coleta e Manejo de Resíduos Sólidos

O município de Cândido de Abreu possui como principais marcos legais e regulatórios municipais para o saneamento básico o Plano Municipal de Saneamento Básico (CÂNDIDO DE ABREU, 2013a) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (CÂNDIDO DE ABREU, 2014b).

Atualmente, o serviço de limpeza urbana e coleta de resíduos é realizado pela Prefeitura Municipal, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Obras. Na sede da Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu, há uma oficina mecânica e um pátio para manobras e estacionamento de veículos (caminhões de coleta de resíduos, trator, retroescavadeira, carros de passeio, etc.) e uma área para os servidores (CÂNDIDO DE ABREU, 2013a).

De acordo com o PMSB (2013), todo o resíduo coletado pelo serviço de limpeza é levado para o aterro controlado, sendo que a coleta de materiais recicláveis foi implementada em 2019. Existe coleta diferenciada para os resíduos sólidos dos serviços de saúde, que são coletados pela empresa especializada ECCOS Ambiental.

A Tabela 46 a seguir faz um comparativo da situação do serviço de coleta de resíduos no período entre os anos de 2013 e 2021, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento (SNIS).

Tabela 46: Abrangência do serviço de coleta de resíduos de 2013 a 2021

ANO DE REFERÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (IBGE)	POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO (IBGE)	POPULAÇÃO TOTAL ATENDIDA	POPULAÇÃO MUNICIPAL ATENDIDA (%)	POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA (%)	QUANTIDADE TOTAL COLETADA POR TODOS OS AGENTES (TN)
2021	14.606	4.167	5.300	36,3%	100%	820
2020	14.809	4.225	6.950	46,9%	100%	810
2019	15.018	4.285	7.785	51,8%	100%	820
2018	15.233	4.346	-	-	100%	-
2017	16.059	4.582	-	-	100%	-
2016	16.198	4.622	6.660	41,1%	100%	561,2
2015	16.339	4.662	6.667	40,8%	100%	440,9
2014	16.484	4.703	6.600	40,0%	100%	704,7
2013	16.633	4.746	4.746	28,5%	100%	985,5
2012	16.332	4.660	6.660	40,8%	100%	440,9

Fonte: SNIS, 2023. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Conforme os dados apresentados na tabela, nota-se que 100% da população urbana é atendida pelo serviço de coleta de resíduos ao menos uma vez por semana (considerando sede e distritos). O número comparado à situação municipal mostra um cenário diferente, em que somente 36,3% da população municipal estimada pelo IBGE para o ano de 2021 no município foi abrangida, o que informa que apenas 11% da população rural do mesmo ano esteve contemplada por este serviço.

De acordo com dados do Censo 2010, a maior parte do resíduo não coletado foi queimado ou enterrado nas propriedades, sendo que em 2010 apenas 475 domicílios rurais possuíam coleta de resíduo domiciliar, ou seja, apenas 13,51% dos domicílios rurais. Desse modo, nota-se que o atendimento da coleta de resíduo fora das áreas urbanas tem sido insuficiente ao longo da última década e que, eventualmente, ainda possa haver recorrência no descarte incorreto dos resíduos sólidos fora das áreas urbanas.

Tabela 47: Destino dos resíduos -2010

DESTINO DO RESÍDUO	TOTAL	URBANA	RURAL
Coletado	1.843	1.368	475
Queimado (na propriedade)	2.857	160	2.697
Enterrado (na propriedade)	187	1	186
Jogado em terreno baldio ou logradouro	55	1	54
Jogado em rio, lago ou mar	-	-	-
Outro destino	104	1	103
<b>Total</b>	<b>5.046</b>	<b>1.531</b>	<b>3.515</b>

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

De acordo com a Prefeitura Municipal (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a), atualmente, além das áreas urbanas, há 14 localidades que possuem a coleta de resíduos. São elas: Pinhal, Rio Baile, Palmital L, Linha Ivaí, Xaxim, Faxinal, Faxinal de Catanduvas, Areião, Criciumal, Areãozinho, Lageado, Boa Vista, Capinzal, Faxinal Santo Antônio. A frequência da coleta nas áreas urbanas é três vezes por semana, de manhã e à tarde, e duas vezes da semana no período da tarde é feita a coleta de resíduos nas comunidades rurais (CÂNDIDO DE ABREU, 2014b).

Conforme com o PMGIRS (2014), os resíduos eram depositados em um lixão, sendo que na época de elaboração do referido plano, ainda se buscava obter licenciamento ambiental do aterro sanitário junto ao órgão ambiental regulador do Estado – Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Após várias décadas de uso indevido a atual gestão regularizou a situação e implantou o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), com o novo aterro sanitário (que foi inaugurado em 2017) com técnicas de engenharia que proporcionam melhor qualidade ambiental (CÂNDIDO DE ABREU, 2017 e 2018).

O aterro sanitário conta com dois “barracões com 450 m<sup>2</sup>, escritório com refeitório, banheiro e vestiários, equipamentos para o trabalho de separação dos resíduos, como prensa, esteira, balanças, além de uma pá carregadeira e um caminhão coletor” (Paraná Centro, 2017). Ressalta-se que devido a construção do novo aterro sanitário, os catadores de recicláveis possuem estrutura mais adequada para o trabalho de separação dos materiais recicláveis.

Em relação aos serviços de limpeza urbana, destaca-se que a varrição possui funcionários fixos trabalhando em horário normal (turno de 8 horas), de segunda a sexta-feira. Quanto às lixeiras públicas, o PMGIRS destacou que até o ano de 2014, foram insuficientes nas áreas urbanas do município. Já a capina e limpeza é realizada pontualmente, quando há demanda (CÂNDIDO DE ABREU, 2014b).

Até o ano de 2014 a coleta através de catadores de recicláveis apresentava fraqueza institucional, sendo que dentre as propostas do plano constava a criação de uma cooperativa de recicladores além da implantação e/ou fortalecimento de um programa de educação sobre limpeza urbana e reciclagem de materiais, além da implementação da coleta seletiva de materiais recicláveis (CÂNDIDO DE ABREU, 2014b). Atualmente o município dispõe de uma cooperativa de catadores e implementou em 2019 a coleta de materiais recicláveis (SNIS, 2023).

Figura 25: Barracão do aterro sanitário



Fonte: Paraná Centro, 2017.

## 5.5 Rede Elétrica e Iluminação Pública

O sistema de fornecimento de energia elétrica no Município é feito pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, cuja subestação se situa na própria sede urbana, junto à saída para a PR-487 (CÂNDIDO DE ABREU, 2006).

Quanto às categorias de uso do serviço, os dados publicados pelo IPARDES (2021) informam que, em quantidade de consumo, há predominância do uso rural, seguido pelo uso residencial, setor secundário (indústria) e setor comercial, como disposto na Tabela 48.

Tabela 48: Consumo e número de consumidores de energia elétrica – 2018

CATEGORIAS	CONSUMO (Mwh)	Nº DE CONSUMIDORES
<b>Residencial</b>	4.895	3.152
<b>Setor secundário (Indústria)</b>	3.293	38
<b>Setor comercial</b>	1.986	336
<b>Rural</b>	7.162	2.589
<b>Outras classes (1)</b>	1.691	144
<b>Consumo livre (uso do sistema) (2)</b>	981	1
<b>TOTAL</b>	20.008	6.260

(<sup>1</sup>) entende-se por consumidor as unidades consumidoras de energia elétrica (relógio).

(<sup>2</sup>) inclui as categorias: consumo próprio, iluminação pública, poder público e serviço público.

(<sup>3</sup>) refere-se ao consumo de energia elétrica da autoprodução da indústria. Inclui os consumidores atendidos por outro fornecedor de energia e os que possuem parcela de carga atendida pela COPEL Distribuição e a outra parcela por outro fornecedor.

Fonte: IPARDES, 2023a.



Conforme o Censo 2010, 96,75% dos domicílios particulares permanentes eram atendidos pelo serviço de energia elétrica no município. No ano de 2010 havia somente 20 domicílios urbanos onde não havia energia elétrica e 144 domicílios na área rural, como disposto na Tabela 49.

Tabela 49: Existência de Energia Elétrica - 2010

EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA	TOTAL	URBANA	RURAL
<b>Tinham</b>	4.882	1.511	3.371
<b>Não tinham</b>	164	20	144
<b>Total</b>	5.046	1.531	3.515

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

O município é atendido por uma subestação que fica ao sul do perímetro urbano da sede. Existem dois percursos de linhas de alta tensão que interceptam o município, todos passando pela área rural.

Apesar de haver alto percentual de atendimento, a infraestrutura de energia elétrica apresentou a necessidade de aumentar a capacidade da subestação, sendo que em 2006 foram frequentes os cortes de energia pelo excesso de demanda (CÂNDIDO DE ABREU, 2006).

Conforme a ANEEL (2023), o município é atendido pelos conjuntos de unidades consumidoras de Imbituva, Ivaiporã, Pitanga e Prudentópolis. Conjuntos de Unidades Consumidoras são agrupamentos de unidades consumidoras, aprovados pela ANEEL e pertencente a uma mesma área de concessão ou permissão. Cada Conjunto pode atender a unidades consumidoras localizadas em mais de um município (ANEEL, 2023).

Na TABELA 50 a seguir, está disposto o comparativo dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC) entre os anos de 2006 e 2022, para verificação da evolução no atendimento por energia elétrica. Os limites para os indicadores DEC e FEC referem-se aos limites anuais regulamentados por conjunto, com base no ano final do período de referência.

Tabela 50: Conjuntos de Unidades Consumidoras que Atendem ao Município

CONJUNTO	ANO	DEC Apurado	DEC Limite	FEC Apurado	FEC Limite
<b>Imbituva</b>	2022	15,08	17	9,74	11
<b>Ivaiporã</b>	2022	13,55	15	7,73	10
<b>Pitanga</b>	2022	25,53	20	13,72	12
<b>Prudentópolis</b>	2022	12,92	18	10,6	11
<b>Cândido De Abreu</b>	2006	48,41	30,00	33,95	31,00

Fonte: ANEEL, 2023. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

DEC (Duração Equivalente de Interrupção): Intervalo de Tempo que, em média, no período de apuração (no caso, no período de 1 ano), em cada unidade consumidora do conjunto considerado ocorreu descontinuidade da distribuição de energia elétrica.  
FEC (Frequência Equivalente de Interrupção): Número de Interrupções ocorridas, em média, no período de apuração, em cada unidade consumidora do conjunto considerado.

Verifica-se que em 2006 o município era atendido somente pelo conjunto de Cândido de abreu e atualmente integra o total de quatro conjuntos de unidades consumidoras. Além disso, é possível notar que tanto a duração das interrupções quanto a frequência no íterim de 2006 a 2022 se reduziram significativamente, sendo que atualmente,



dos quatro conjuntos de unidades consumidoras, somente o de Pitanga excede o limite esperado para os índices DEC e FEC. Desse modo, houve melhora na qualidade da energia distribuída nas últimas décadas, entretanto, as quedas e interrupções ainda ocorrem com índices acima do esperado.

No ano de 2010, 89,9% dos domicílios particulares permanentes urbanos recenseados possuíam iluminação pública. Atualmente, conforme dados da COPEL, 76,01% vapor de sódio 22,64 LED, 1,35 vapor de mercúrio (Copel, 2023).

O Mapa 37 e o Mapa 38 ilustram a distribuição da rede de iluminação pública e das tipologias de lâmpadas na sede e nos distritos. Na sede nota-se áreas da malha urbana nas porções oeste e noroeste onde não há informações sobre o tipo de iluminação, nas vias principais (Av. Paraná, Rua Pedro Slonik, Av. Visconde Charles de Laguiche, Rua Bispo Dom Antônio Mazarotto) a iluminação é feita por lâmpadas de LED e nas demais vias há lâmpadas de vapor de sódio. Em Três Bicos a tipologia predominante é a iluminação por lâmpadas de LED e em Tereza Cristina e Rio do Tigre a maior parte das lâmpadas é de vapor de sódio.

465000.000

467500.000

# ILUMINAÇÃO E SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA SEDE URBANA

## LEGENDA

- Iluminação Pública
- Lâmpada LED
  - Lâmpada de Vapor de Sódio
  - ◆ Subestação de Energia Elétrica

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Iluminação Pública - COPEL, 2023.  
 Subestação de Energia Elétrica - COPEL, 2023.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**



7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000

# ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS DISTRITOS

## LEGENDA

- Iluminação Pública**
- Lâmpada LED
  - Lâmpada de Vapor de Mercúrio
  - Lâmpada de Vapor de Sódio

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

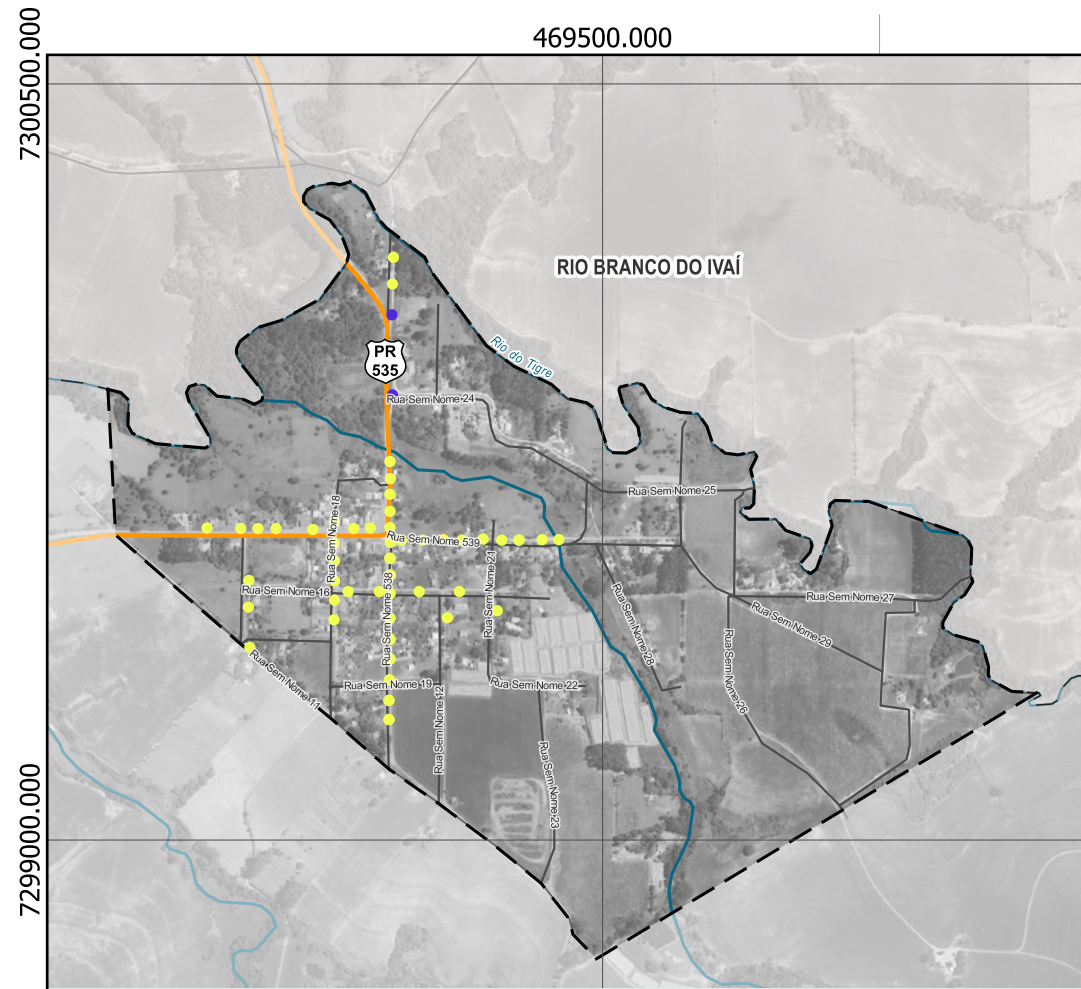
## Fonte de Dados

Iluminação Pública - COPEL, 2023.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

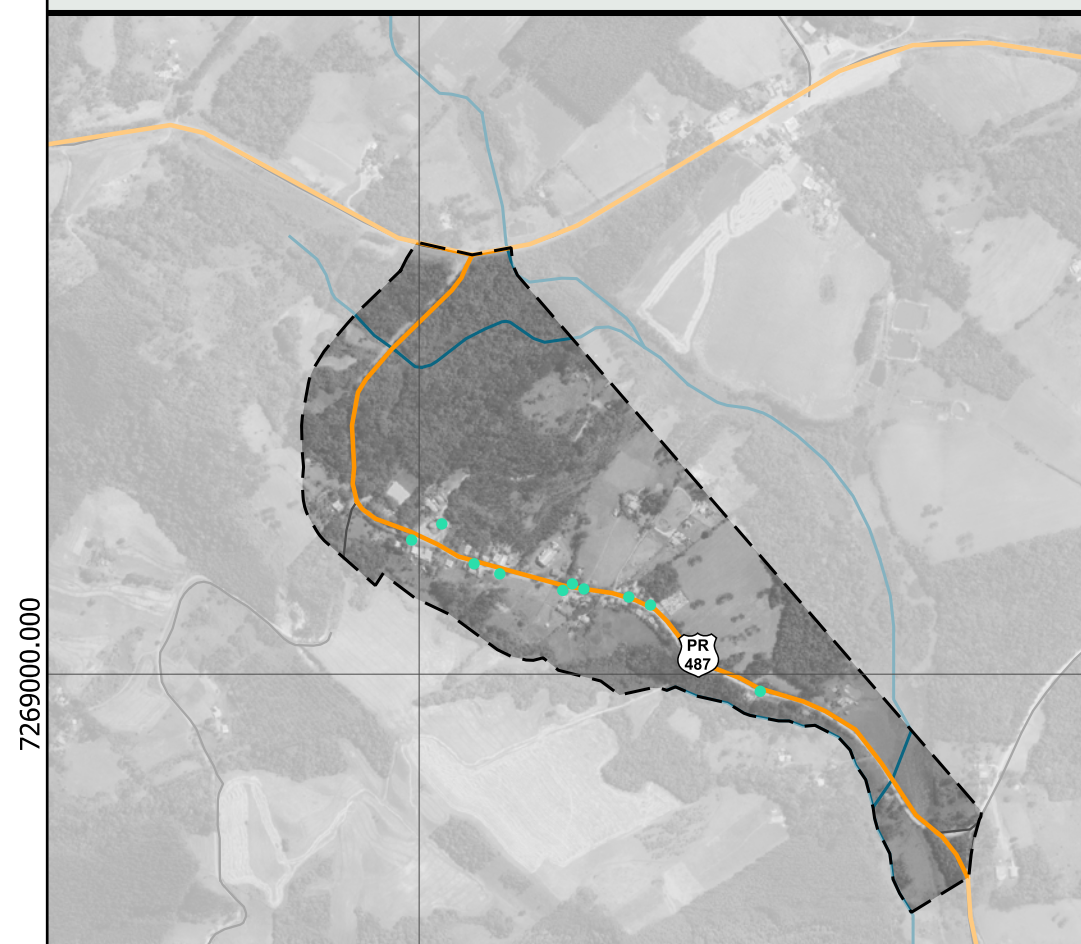
**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

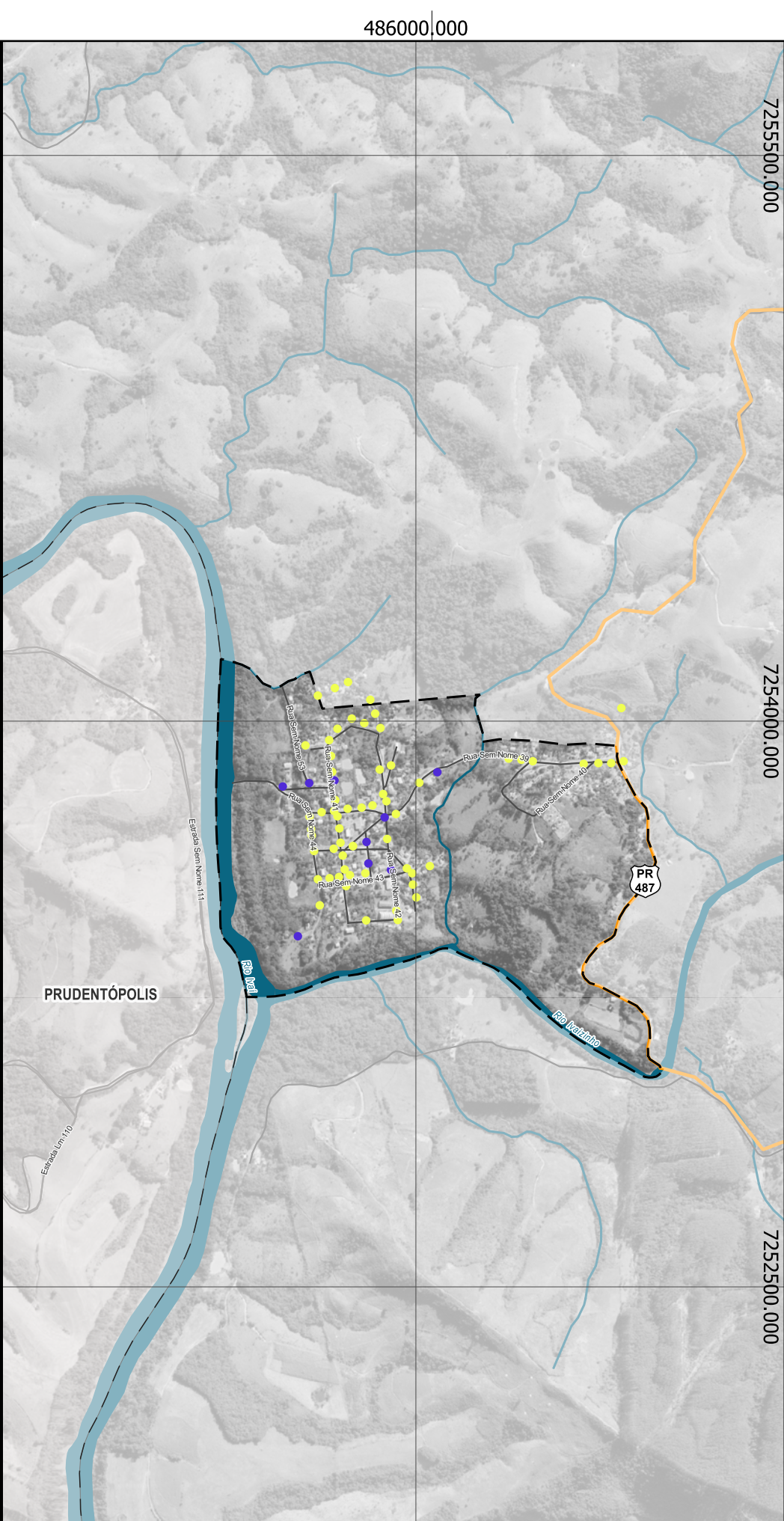
**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**



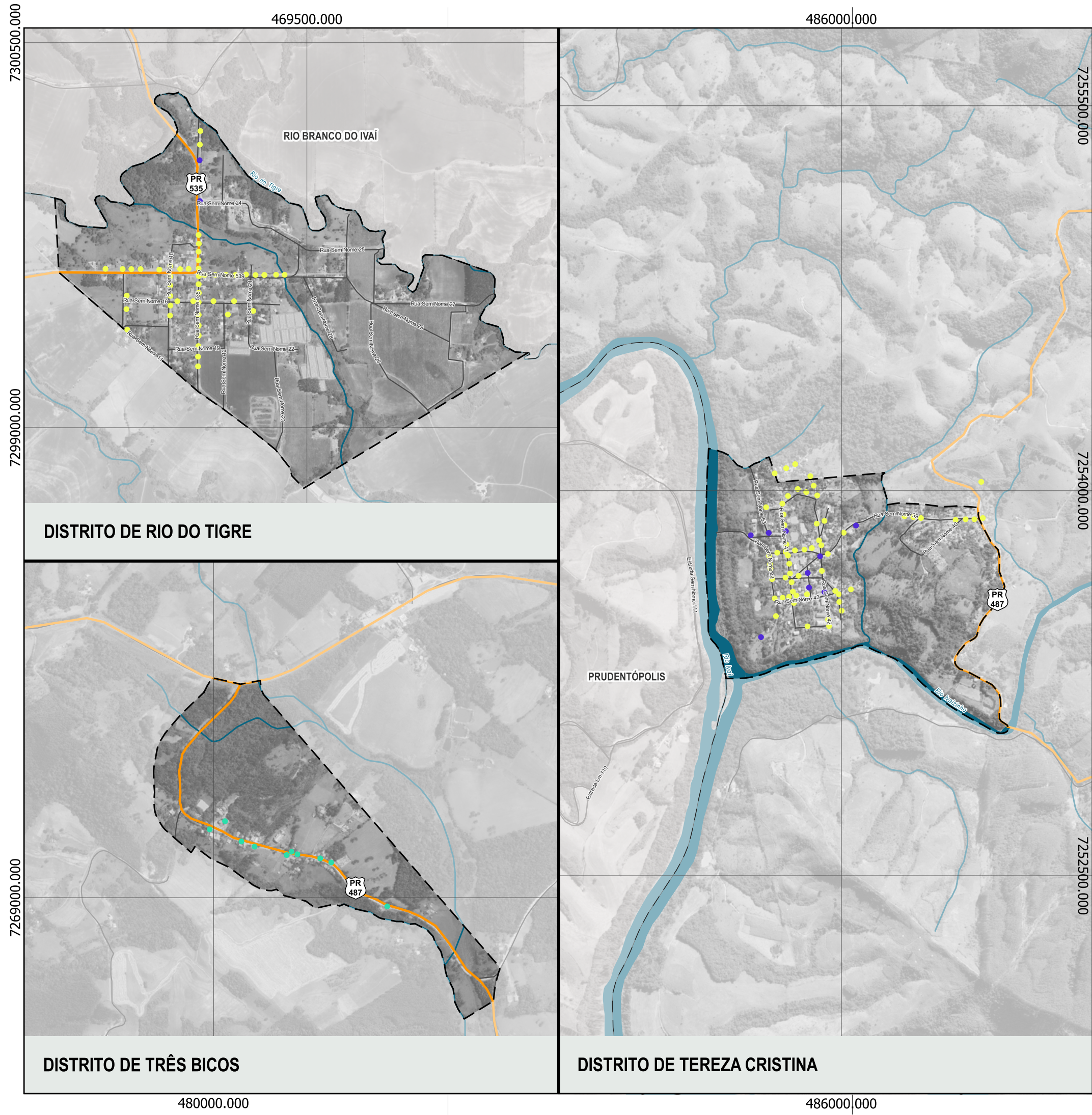
**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**



## 5.6 Pavimentação das Vias

As principais vias da sede urbana de Cândia de Abreu são pavimentadas, sendo a maioria delas com asfalto e outras com pedra irregular. Dentre as ruas asfaltadas, constam o principal eixo viário da cidade, formado pelas avenidas Cândia de Abreu e Paraná, que recebeu obras de recapeamento recentes. Também são asfaltadas as ruas Visconde Charles de Laguiche, Bispo Dom Antônio Mazarotto, José Adamowicz e Pedro Slonik (CÂNDIDO DE ABREU, 2006).

Conforme os dados sobre pavimentação, do Paranacidade (2022), a maioria das vias externas ao eixo das avenidas Cândia de Abreu e Paraná ainda não possuem pavimentação asfáltica. A pavimentação com pedra irregular tem sido a alternativa escolhida para o calçamento das vias secundárias da cidade, em regime de empreitada por empresas particulares, já que a Administração Municipal não possui pedreira própria.

O Mapa 39 e o Mapa 40 ilustram a distribuição da pavimentação nas vias urbanas do município e na Tabela 51 consta a extensão das tipologias de pavimentação na sede e distritos. Na sede existem 19,1km de vias pavimentadas, representando 44,41% das vias urbanas deste distrito. Em Três Bicos somente o trecho urbano da PR-239 é pavimentado, sendo suas demais vias em leito natural. Em Tereza Cristina e Rio do Tigre não existem vias pavimentadas.

Tabela 51: Extensão da pavimentação urbana

TIPO DE PAVIMENTAÇÃO	SEDE	RIO DO TIGRE	TEREZA CRITINA	TRES BICOS	TOTAL	
					Extensão (km)	%
<b>Asfalto</b>	13,0	-	-	0,1	13,1	22,1
<b>Leito Natural</b>	23,9	9,5	4,5	2,3	40,2	67,7
<b>Pedra Irregular</b>	6,1	-	-	-	6,1	10,3
<b>Total Geral</b>	<b>43,0</b>	<b>9,5</b>	<b>4,5</b>	<b>2,4</b>	<b>59,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Paranacidade, 2022. Elaborado por ECOTÉCNICA, 2023.

Sendo assim, existem aproximadamente 40,2 km de vias urbanas que ainda não são pavimentadas. Entretanto, comparativamente com os dados do entorno dos domicílios recenseados, no ano de 2010 cerca de 90,5% dos domicílios urbanos possuíam pavimentação (sendo estes o total de 1.385). Desse modo, nota-se que as vias pavimentadas se encontram onde existem domicílios ocupados, demonstrando que os investimentos nessa infraestrutura são aplicados prioritariamente onde há concentração de habitantes, ao menos na sede urbana do município. Entretanto, nota-se que as áreas urbanas cresceram desde o Censo 2010, além da adição do perímetro urbano de Rio do Tigre pós Censo.

Conforme dados da Prefeitura Municipal (2023), existem definições de áreas prioritárias para execução de pavimentação de vias em que há projetos em andamento. Os projetos já licitados que aguardam para ser iniciados são a pavimentação Ubazinho e pavimentação Lajeado. Além destes, o projeto para pavimentação Linha Ivaí já se encontra em fase de análise e a pavimentação do Monte Verde se encontra em fase de projeto (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

As rodovias municipais, conforme o PDM 2006, a PR-487 (trechos entre Três Bicos e Tereza Cristina com 22,2 km de extensão e o trecho entre Tereza Cristina e o município de Ivaí com extensão de 23,44 km) e a PR-535



em direção ao distrito de Rio do Tigre (com 20,11 km) não possuíam pavimentação, sendo que esta condição ainda se mantém atualmente (PARANACIDADE, 2022). Sendo de extrema importância a implementação de um programa de pavimentação gradativo das mesmas para melhorar o deslocamento da população do campo até a cidade, facilitar a escoação da produção e melhorar o serviço de transporte escolar.

465000.000

467500.000

# PAVIMENTAÇÃO NA SEDE URBANA

## LEGENDA

### Pavimentação

- Anti-pó
- Asfalto
- Leito Natural
- Pedra Irregular

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Pavimentação - PARANACIDADE, s.d.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

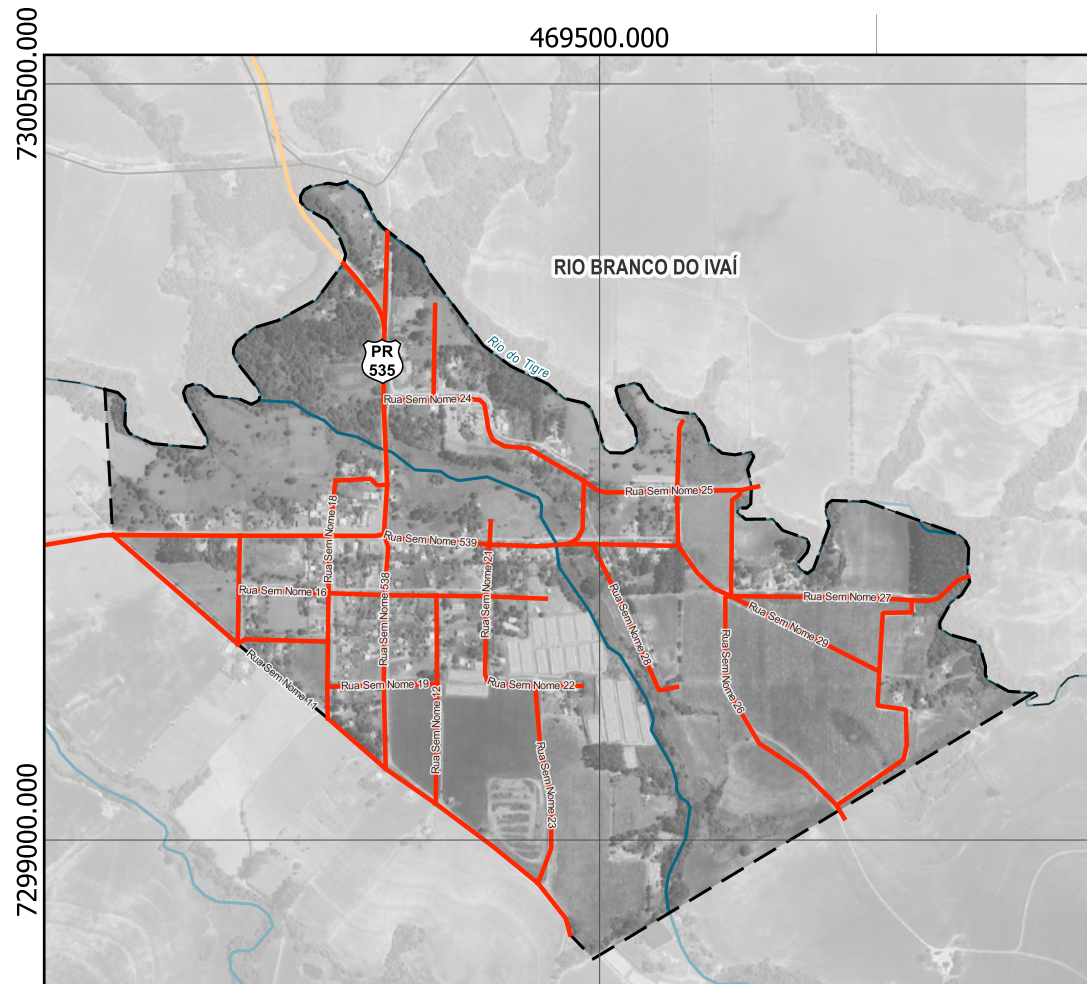


7282500.000

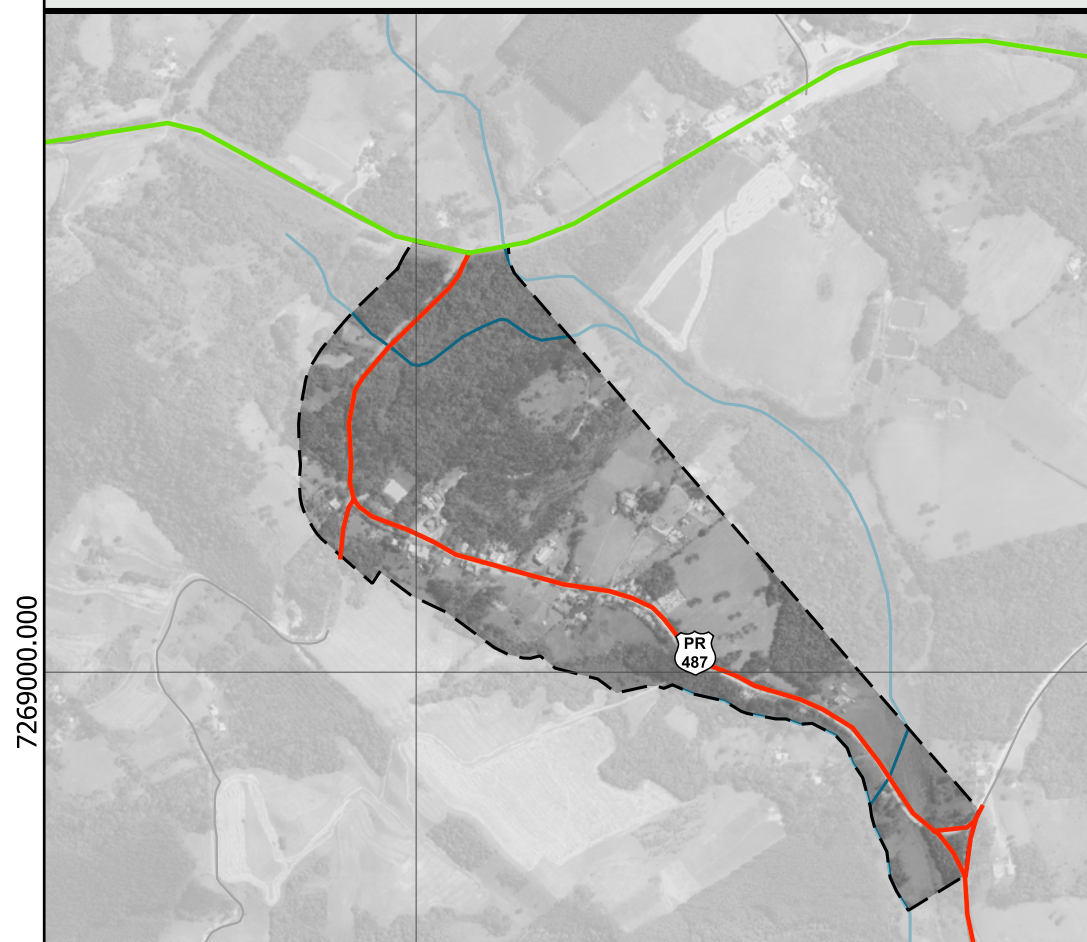
7280000.000

465000.000

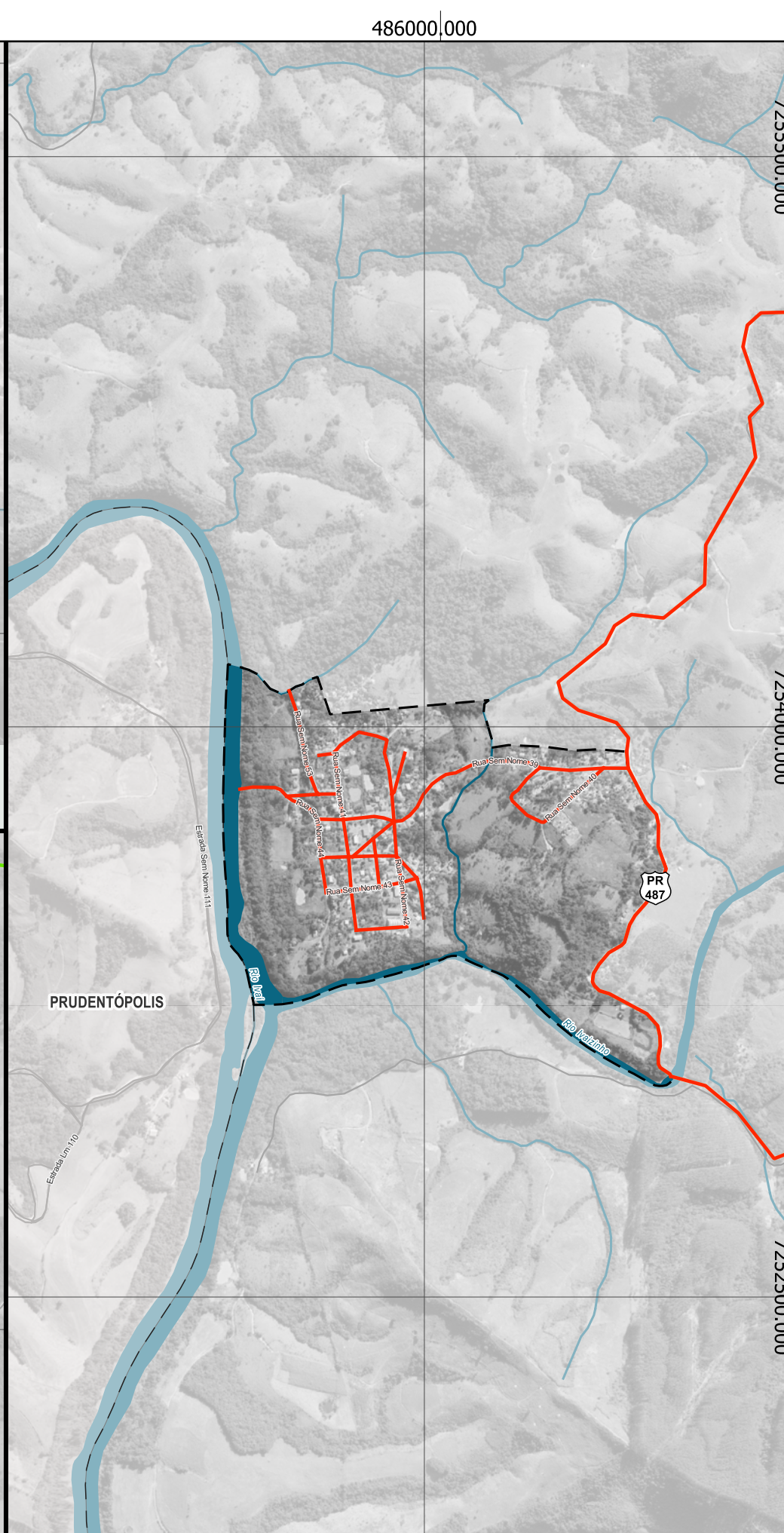
467500.000



**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

**PAVIMENTAÇÃO NOS DISTRITOS**

**LEGENDA**

- Pavimentação
- Asfalto
- Leito Natural

**Convenções Cartográficas**

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

**Fonte de Dados**

Pavimentação - PARANACIDADE, s.d.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W Referencial Planimétrico SIRGAS 2000  
**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**





## 5.7 Arborização Urbana

Conforme o IAT (2023), a arborização urbana engloba toda a cobertura vegetal situada dentro do perímetro urbano. Conceitualmente é dividida em áreas verdes e arborização de ruas (vias públicas). Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviáteis; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; faixas de ligação entre áreas verdes (IAT, 2023).

Existem vários benefícios que as áreas verdes podem trazer ao usufruto urbano, como controle da poluição do ar e acústica, aumento do conforto ambiental, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, interceptação das águas da chuva no subsolo reduzindo o escoamento superficial, abrigo à fauna, equilíbrio do índice de umidade no ar, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída (IAT, 2023). Conforme o IAT (2020), o município ainda não dispõe de Plano Municipal de Arborização Urbana.






De acordo com dados do Censo 2010, 93,1% dos domicílios particulares permanentes recenseados possuíam arborização. Isto considerando a existência de árvore ao longo da calçada / logradouro ou em canteiros centrais na face de quadra ou na face confrontante dos domicílios pesquisados (IBGE, 2010).

Na Figura 30 a seguir estão ilustrados recortes da Av. Paraná, situada na sede, onde podem ser observados os diferentes padrões de arborização para vias com e sem canteiro central. Nos trechos onde não há canteiro central encontram-se principalmente árvores de médio porte, na faixa de serviço das calçadas. Nos trechos de vias onde há canteiro central, tanto este espaço quanto as calçadas são aproveitados para a arborização urbana.

Verifica-se que nesta avenida (na qual estão situados diversos serviços e equipamentos relevantes para a comunidade local), existem calçadas em praticamente todos os trechos, sendo poucos os recortes em que estas se encontram danificadas ou inexiste.

Cabe salientar que há necessidade na elaboração de plano setorial específico para a arborização urbana, fortalecendo a acessibilidade nas demais vias urbanas, pois conforme apresentado nos dados do Censo 2010, as infraestruturas como calçadas, rampas para cadeiras e meio fio apresentaram a maior precariedade dentre as variáveis que compõem a pesquisa do entorno urbano dos domicílios.

Figura 26: Tipologias de Arborização Urbana em Cândia de Abreu

Arborização	Arborização Via Principal – Com Canteiro Central
	
Arborização em Praças	
	
Parque Urbano – Parque da Bica	
	

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023; Google Street View, 2023.

No ano de 2006 o município dispunha de duas praças e um parque urbano, e apesar de possuir boa arborização, não havia diversidade nas opções de lazer nas áreas verdes urbanas (CÂNDIDO DE ABREU, 2006). Atualmente, além do Parque Municipal da Bica (situado na sede), conforme dados coletados no *Open Street Maps*, PDM 2006, Inventário Turístico Municipal e *Google Maps*, foram identificadas 6 praças urbanas, sendo 5 na sede e uma em Tereza Cristina.

## 5.8 Comunicação e Cidadania

Em relação aos estabelecimentos com caráter cívico, destaca-se que a Prefeitura Municipal está localizada no distrito sede, na Av. Paraná, ao lado do Fórum Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores (Figura 27). Próximo, na R. José Adamovicz, estão os Correios e o Cartório Eleitoral.

Cândido de Abreu é atendido por uma agência de correios própria e duas agências de correios comunitárias. Além disso, dispõe de uma agência de rádio e 6 emissoras de televisão digital (IPARDES, 2023a).

Figura 27: Vista da Câmara Municipal de Vereadores e sede da Prefeitura Municipal



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

Em relação aos serviços de telecomunicações, destaca-se que há no município 5 torres de telefonia, que atendem as operadoras TIM, Vivo e Claro. Em 2022 havia o total de 285 acessos à telefonia fixa e 10.584 acessos à telefonia móvel, conforme disposto na Tabela 52.

Tabela 52: Número de acessos aos serviços de telecomunicações - 2022

SERVIÇO	Nº DE ACESSOS
Banda Larga Fixa	1.661
Telefonia Fixa	285
Telefonia Móvel	10.584
TV por Assinatura	529

Fonte: IPARDES, 2023a.

A localização dos estabelecimentos de caráter cívico e comunicação, assim como a localização das torres de telefonia estão ilustrados no mapa a seguir. Os estabelecimentos de serviços e cidadania estão situados na sede, configurando local centralizador para facilitar o acesso dos munícipes da sede e demais distritos e localidades.

As torres de telefonia possuem localização diversa, sendo duas localizadas na sede, uma em Tereza Cristina, uma próxima ao distrito de Três Bicos e uma na localidade de Areião. Não há torres de telefonia no limite municipal

próximo ao distrito de Rio do Tigre, sendo que as torres menos distantes se encontram no município vizinho, Rio Branco do Ivaí.

Figura 28: Vista de torre de comunicação na sede urbana



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

465000.000

467500.000


# LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

## LEGENDA

 Serviços

Torres de Telecomunicações

 Vivo

 TIM e Claro

10 Correios

11 Fórum


12 Prefeitura Municipal


13 Câmara Municipal


15 Cartório Eleitoral

## Convenções Cartográficas

 Malha Viária

 Rodovias

 Hidrografia

 Limite Municipal

 Lotes Cadastrais

 Massas D'água

 Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Serviços Públicos - ECOTÉCNICA, 2023.

Torres de Telecomunicação - ECOTÉCNICA, 2023.

Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d

Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.

Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.

Hidrografia - IAT, 2020.

Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
- Meridiano Central 51°W  
Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000

**Escala Gráfica:**

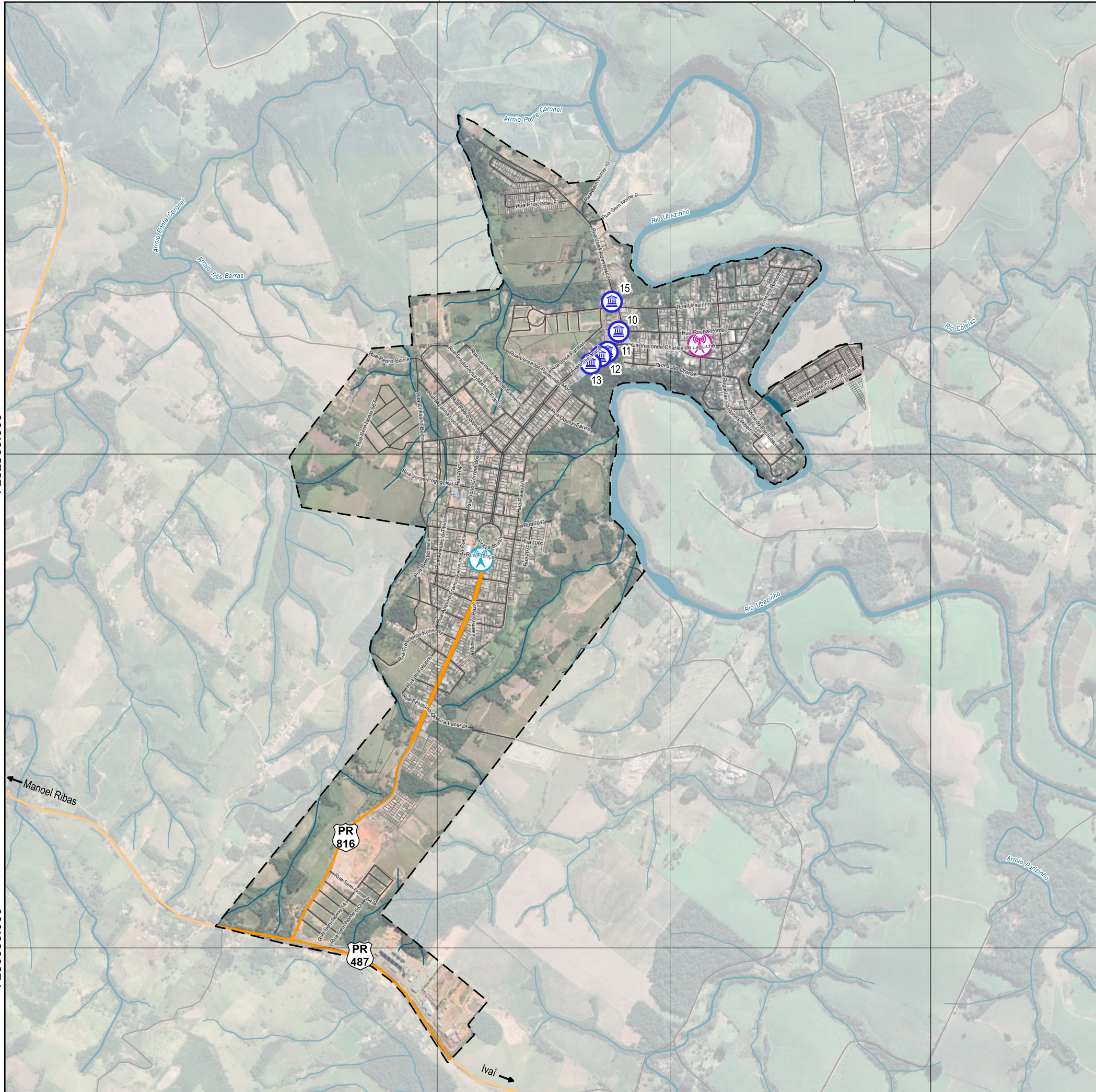


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000





### 5.9 Serviço Funerário

O Município conta com vários cemitérios em seu território, junto às respectivas comunidades, sendo a Administração Municipal responsável por auxiliar na manutenção e conservação desses equipamentos. Na sede existem dois cemitérios, sendo o mais antigo situado junto à Rua José Adamowicz, e encontra-se desativado, por ter atingido sua capacidade limite. O mais recente, localizado à Av. Pedro Slonik, tendo área de aproximadamente 10.000 m<sup>2</sup>, embora sua localização seja próxima a nascentes (CÂNDIDO DE ABREU, 2006). Atualmente, além dos cemitérios nas comunidades rurais e na sede, existem os cemitérios urbanos situados em Tereza Cristina e Três Bicos, conforme ilustrado no Mapa 42.

465000.000

467500.000

# LOCALIZAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

## LEGENDA

⊕ Cemitério

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- ⬜ Limite Municipal
- ⬜ Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- ⬜ Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Equipamentos de Assistência Social - ECOTÉCNICA, 2023  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

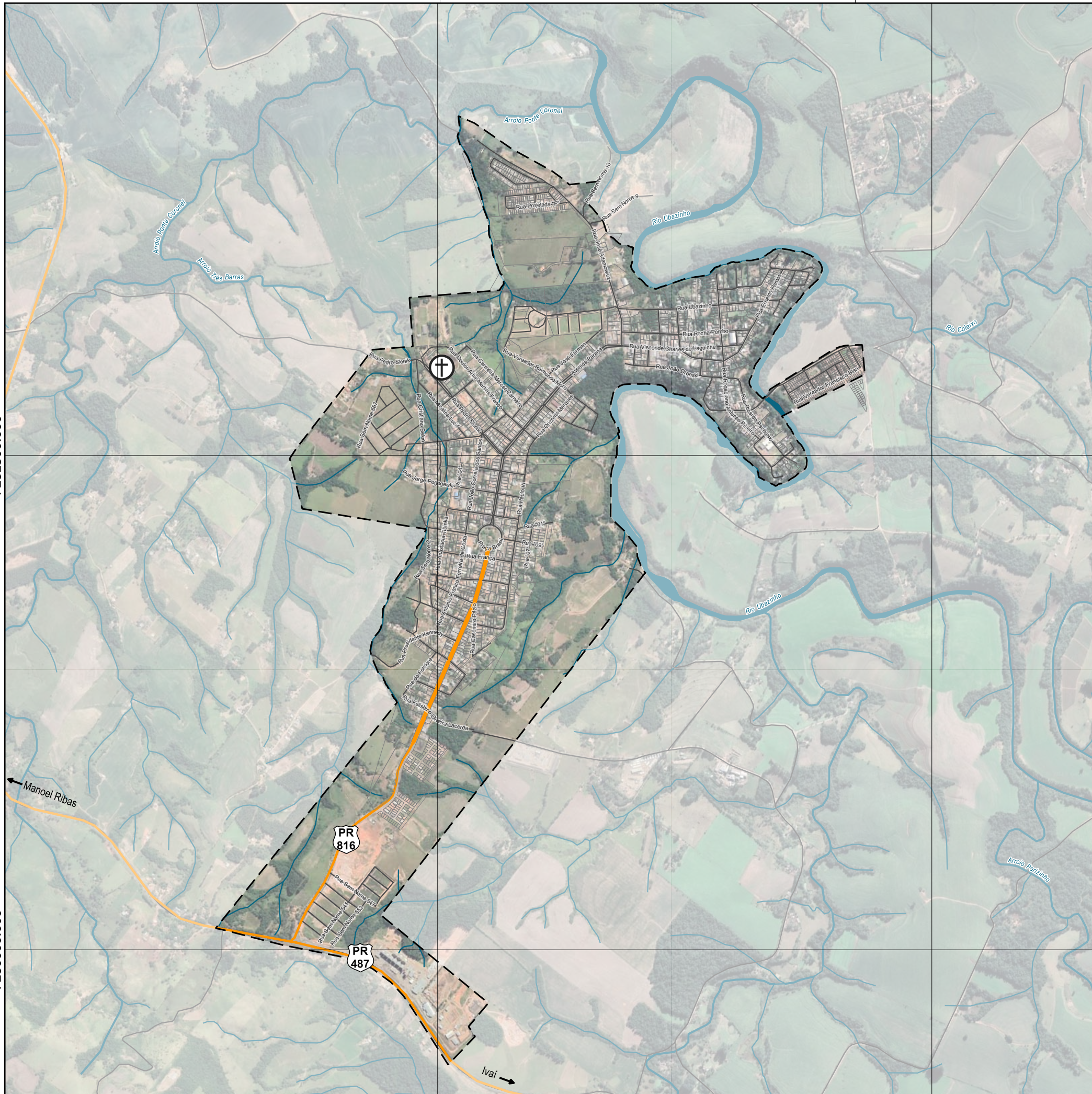


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000



## 6 CAPACIDADE E ABRANGÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A Constituição Brasileira vigente (BRASIL, 1988) define a educação, a saúde, o lazer e a segurança dentre os direitos sociais dos cidadãos, sendo responsabilidade comum da federação, estados e municípios. Neste sentido, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), determina como diretriz geral da política urbana “a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais”.

O Plano Diretor Municipal é o principal instrumento da política urbana e, para tanto, deve orientar a implantação e manutenção dos equipamentos públicos comunitários destinados à educação, saúde, segurança, assistência social, cultura, esporte, lazer e turismo. Tendo esse objetivo, o presente item visa o levantamento e análise dos dados municipais, ou que atuem sobre esta esfera, nos temas mencionados.

### 6.1 Educação

A organização do sistema de ensino público possui caráter colaborativo entre os entes federados de diferentes níveis, segundo previsão constitucional. É de responsabilidade da União a definição da política nacional de educação, aliada à assistência técnica e financeira dos Estados e Municípios, assim como, a organização do sistema federal de ensino. Cabe aos Estados, prioritariamente, o ensino fundamental nos anos finais e o ensino médio, e aos Municípios o ensino infantil e fundamental nos anos iniciais.

No âmbito federal, as bases da educação nacional estão descritas na Lei Federal nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que afirma o dever do Estado com a educação escolar pública através da garantia da “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos”, com vaga na escola pública mais próxima da residência da criança ou adolescente. Ressalta-se ainda o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei Federal nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que prevê dentre suas diretrizes a “universalização do atendimento escolar” e a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

#### 6.1.1 Equipamentos de Educação

Conforme o Catálogo de Escolas do INEP (INEP, 2023), o município conta com 24 estabelecimentos públicos de ensino ativos no município, sendo 19 da dependência administrativa municipal e 5 da dependência administrativa estadual, conforme disposto na Tabela 53.



Tabela 53: Relação dos estabelecimentos de ensino existentes no município

NOME DA ESCOLA	MODALIDADE DE ENSINO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE INSTALAÇÃO
<b>CMEI - Castelo da Alegria</b>	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Urbana – bairro: Bela Vista – Av. Pedro Slonik, S/N	07/11/2002
<b>CMEI - Maria Francisca Ribeiro "Dona Chica"</b>	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Urbana – bairro: Campão, Rua Bruno Slonik, S/N	11/03/2020
<b>E.M. Cecília Sawczuk</b>	Ensino Fundamental Educação Especial (D.I.)	Urbana – bairro: Centro, Av. José Adamowicz, 220	22/08/1991
<b>E.M. do Campo Areião I</b>	Educação Infantil Ensino Fundamental	Campo – localidade: Areião	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Capinzal II</b>	Ensino Fundamental	Campo - localidade: Capinzal	08/02/1983
<b>E.M. do Campo Dr. David Federmann</b>	Educação Infantil Ensino Fundamental Educação Especial (D.I.)	Campo – localidade: Faxinal de Catanduvas	28/03/1985
<b>E.M. do Campo Faxinal Santo Antonio</b>	Ensino Fundamental	Campo - localidade: Faxinal Santo Antonio	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Imbuia</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Imbuia	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Jacaré</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Jacaré Vila Rural Jacaré	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Linha Criciumal Tereza Cristina</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Linha Criciumal	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Marumbi</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Marumbi	08/02/1983
<b>E.M. do Campo Miguel Worubi</b>	Educação Infantil Ensino Fundamental Educação Especial (D.I.)	Urbana – distrito: Tereza Cristina	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Paulo Jarenczuk</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Pinhal	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Resistência Camponesa</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Serraria São Luiz - Lageado Assentamento 19 de Junho	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Rio do Tigre</b>	Educação Infantil Ensino Fundamental	Campo – distrito: Rio do Tigre	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Saltinho</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Saltinho	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Ubazinho II</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Ubazinho II	08/04/1983
<b>E.M. do Campo Vale da Conquista</b>	Ensino Fundamental	Campo – localidade: Rio do Leão Assentamento Vale da Conquista	10/07/2006
<b>E.M. Vereador Elio Marques de Oliveira Vieira</b>	Ensino Fundamental EJA Fase I Educação Especial (D.I.)	Urbana - Rua Ernesto Ramos, s/n Bairro: Centro	13/03/1991
<b>E.E. Ary B Carneiro</b>	Ensino Fundamental	Urbana - Rua Joao Correia Dos Santos, 206 Bairro: Bela Vista	-
	Ensino Médio		
	Ensino Profissionalizante		
	Educação Especial		
<b>E.E. Dr. Candido de Abreu</b>	Ensino Médio	Urbana – Av. Paraná, 215 Bairro: Centro	-
	Ensino Profissionalizante		
	EJA		
	Educação Especial		
<b>E.E. Agrônomo Hintz</b>	Anos Finais do Ensino Fundamental	Rural - Rod Prc 487 Km 350 Bairro: Faxinal de Catanduvas	-
	Ensino Médio		
	Educação Especial		
<b>E.E. Tereza Cristina</b>	Ensino Fundamental	Urbano - Distrito Tereza Cristina Sn, 0 Escola. Distrito Tereza Cristina	-
	Ensino Médio		
	Educação Especial		

NOME DA ESCOLA	MODALIDADE DE ENSINO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE INSTALAÇÃO
<b>E.E. Sergio Krigrivaja Lucas</b>	Pré-Escola	Rural - Ter Ind Fax Rd Prt 487 Km 13 Terra Indígena Faxinal	-
	Ensino Fundamental		
	Ensino Médio		
	Educação Especial		

Fonte: Cândia de Abreu, 2023; INEP, 2023. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Além das instituições de educação básica, o município é contemplado no programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). O programa visa ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, buscando ainda reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância (MEC, 2023). Existem polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos acessam tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física (MEC, 2023). O Polo UAB em Cândia de Abreu se encontra na sede e é vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), possuindo oferta do curso de Licenciatura em Letras-Português/Espanhol (NUTEAD, 2023).

Figura 29: Vistas de estabelecimentos de ensino em Cândia de Abreu



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

Conforme o PDM 2006, o município possuía o total de 59 escolas municipais e 3 escolas estaduais, sendo que uma das principais deficiências apontadas era a necessidade na nuclearização do ensino, ou seja, a mesma modalidade de ensino sendo oportunizada em locais de fácil acesso (isto para otimização das linhas de transporte escolar). Além disso, destacava-se a precariedade na infraestrutura física das escolas. A proposta para nuclearização envolveria a concentração dos alunos em 5 polos no interior – Tereza Cristina, Rio do Tigre, Jacaré, Marumbi e Areião (CÂNDIDO DE ABREU, 2006). Atualmente há oferta de ensino nos 5 polos propostos, e ensino infantil em 4 dos polos, excetuando-se Jacaré.

O Mapa 43 apresenta a distribuição dos equipamentos públicos comunitários de educação na sede urbana do município, enquanto o Mapa 44 ilustra os equipamentos de educação nos distritos. Os raios de abrangência apresentados por tipo de equipamento foram definidos por Gouvêa (2008). Assim, adotam-se os seguintes raios de



abrangência para atendimento: para educação infantil 300m; para ensino fundamental 1.500m; e para ensino médio 3.000m.

465000.000

467500.000

# LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO NA SEDE URBANA

## LEGENDA

- Equipamentos de Educação
- CMEI
  - Escola Municipal
  - Colégio Estadual
  - Raio de abrangência (300m)
  - Raio de abrangência (1500m)
  - Raio de abrangência (3000m)

- 1 CMEI Castelo da Alegria
- 2 Escola Municipal Cecília Sawczuk
- 3 Colégio Estadual Cândido de Abreu
- 5 Colégio Estadual Ary B Carneiro
- 23 Escola Municipal Vereador Elio Marques Vieira
- 24 CMEI Maria Francisca Ribeiro Dona Chica

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Equipamentos de Educação - ECOTÉCNICA, 2023  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

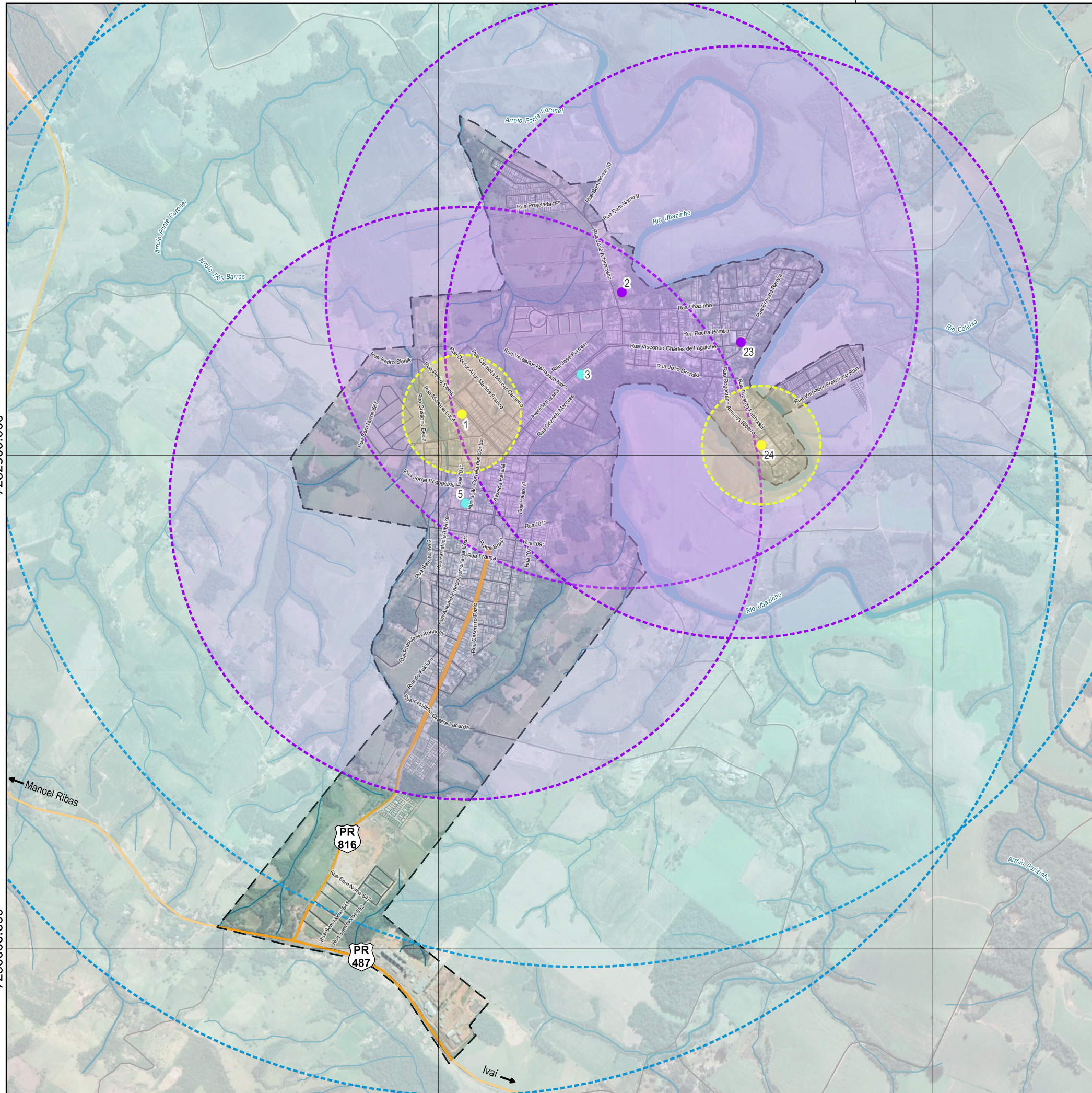


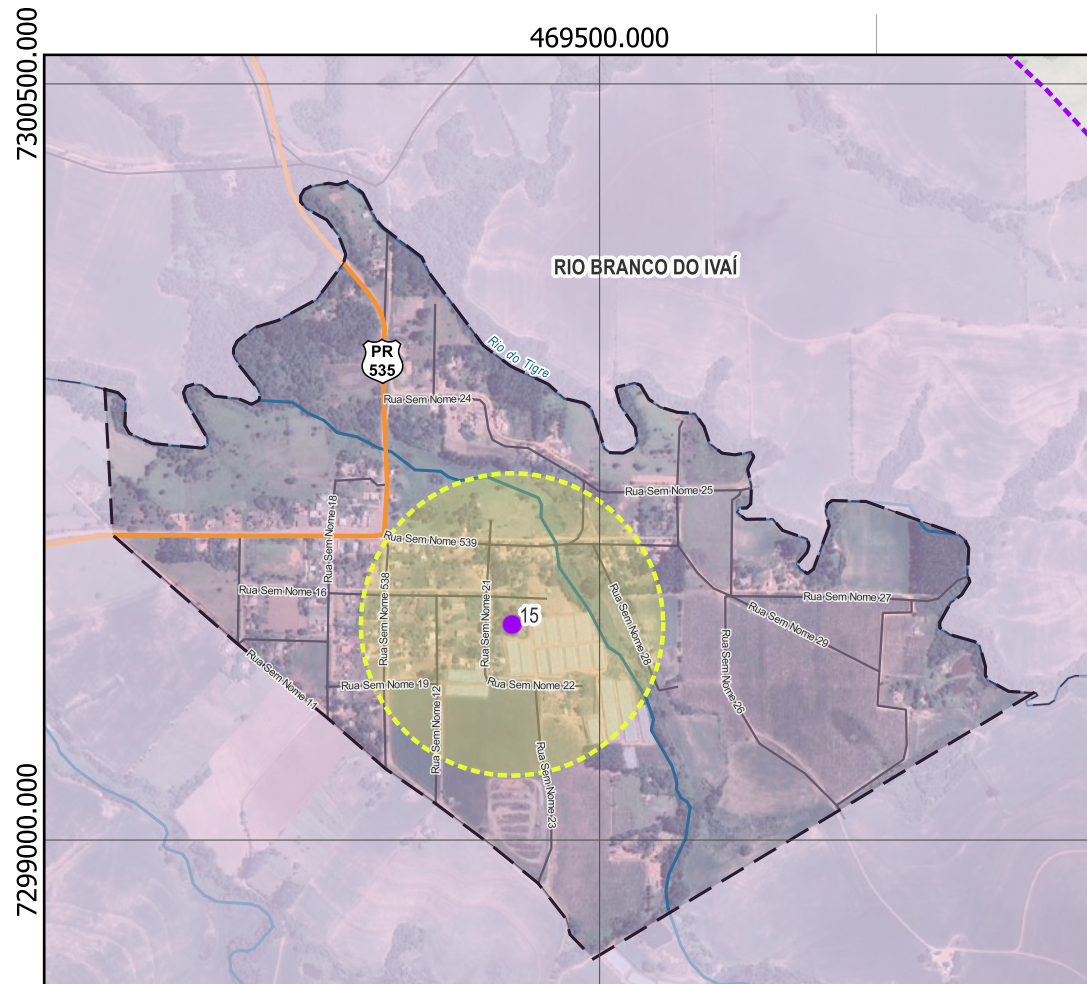
7282500.000

7280000.000

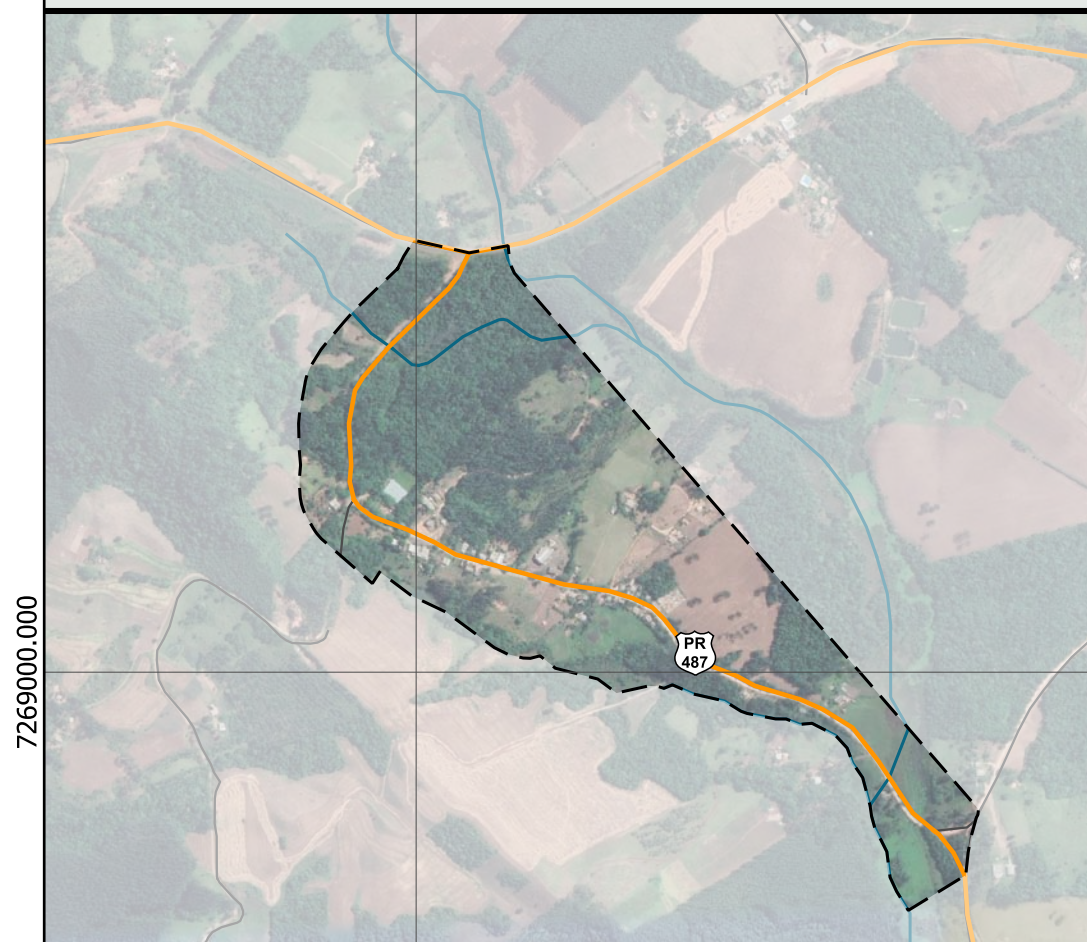
465000.000

467500.000

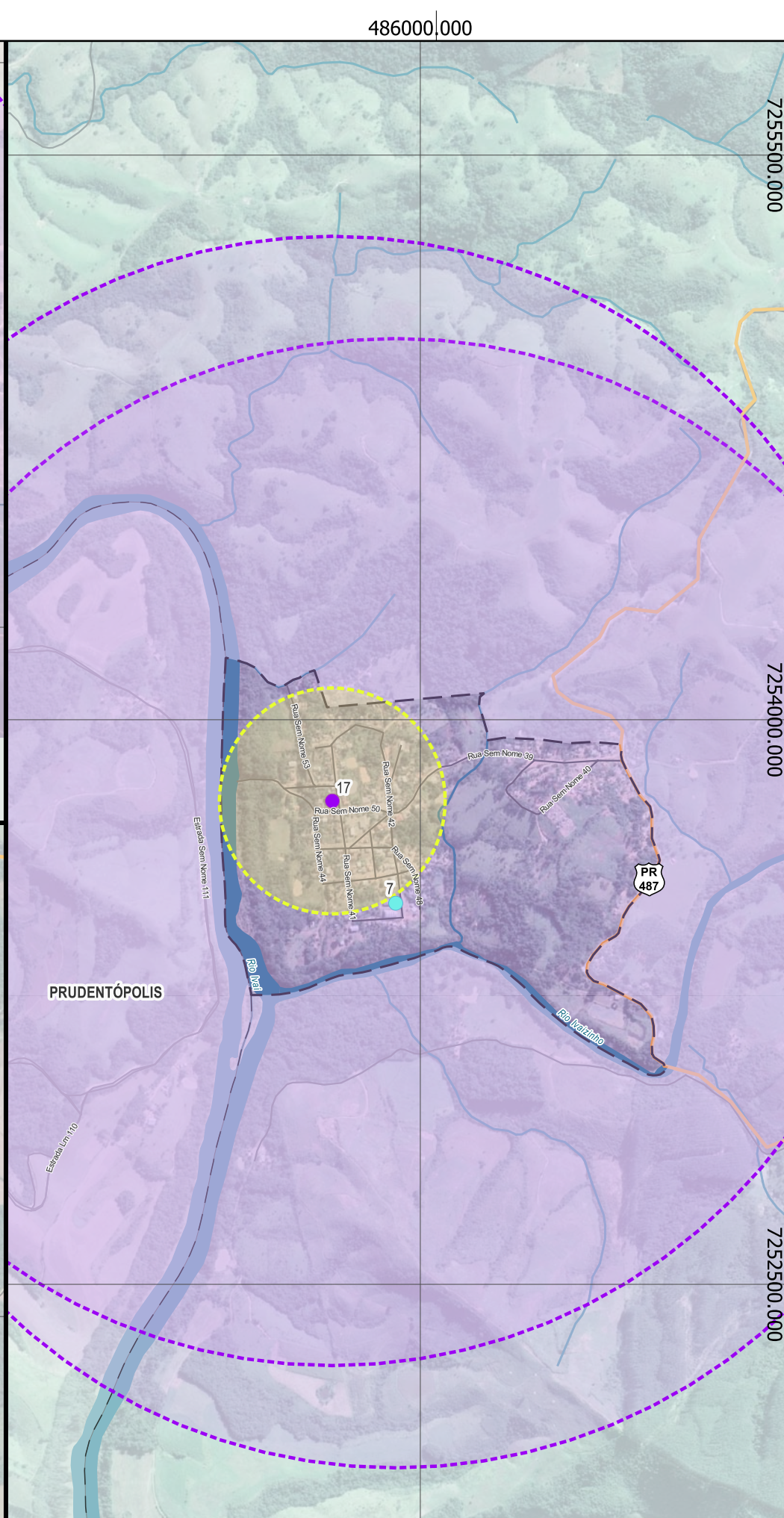




**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

## LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DE EDUCAÇÃO NOS DISTRITOS

### LEGENDA

- Equipamentos de Educação
- Escola Municipal
  - Colégio Estadual
  - Raio de abrangência (300m)
  - Raio de abrangência (1500m)
  - Raio de abrangência (3000m)

- 7 Colégio Estadual Tereza Cristina
- 15 Escola Municipal do Campo Rio do Tigre
- 17 Escola Municipal do Campo Miguel Worubi

### Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

### Fonte de Dados

Equipamentos de Educação - ECOTÉCNICA, 2023  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000  
 Data: Julho/2023

Escala: 1 : 15.000  
 Escala Gráfica:



Na sede, considerando os raios de abrangência dos equipamentos de educação de ensino fundamental e médio, o atendimento é praticamente total (excetuando-se pela porção a sudoeste do perímetro urbano). As escolas com oferta do ensino infantil na sede são os dois únicos CMEIs do município, localizados nos bairros Campão e Bela Vista. Levando em conta a extensão territorial da sede e em virtude dos raios de abrangência de 300m adotados para a presente análise, constata-se insuficiência na capacidade de atendimento e distribuição dos equipamentos da educação infantil nesta área urbana.

No distrito de Tereza Cristina, conforme a análise por raios de abrangência, e até mesmo do contingente populacional, verifica-se bom atendimento e boa distribuição dos equipamentos de ensino fundamental e médio. Neste distrito há duas escolas, sendo uma delas de dependência administrativa municipal e a outra vinculada ao estado. Consta a existência de um estabelecimento com oferta de ensino infantil na mesma estrutura do ensino fundamental

Ressalta-se que no distrito de Três Bicos não há oferta de equipamentos de educação. Além disso, os raios de abrangência dos equipamentos de educação externos ao perímetro urbano deste distrito também não se projetam sobre nenhuma porção do mesmo. As escolas das modalidades de ensino infantil e fundamental mais próximas de Três Bicos se encontram nas localidades de Areião e Faxinal de Catanduva. Quanto aos estabelecimentos de ensino médio mais próximos deste distrito estão localizados em Faxinal de Catanduva.

No distrito de Rio do Tigre existe apenas uma escola municipal que oferta ensino infantil e ensino fundamental, sendo que segundo a análise por raios de abrangência, há boa capacidade de atendimento e distribuição quanto ao ensino fundamental.

Conforme apontado nas Leituras Comunitária e Técnica, o município apresenta insuficiência na distribuição dos equipamentos de educação. E apesar de haver dois estabelecimentos públicos com oferta de ensino técnico profissionalizante, ainda é necessária ampliação no atendimento do ensino profissionalizante.

Quanto ao transporte escolar, o município dispõe de 45 linhas do transporte escolar com 37 veículos da frota municipal e mais 37 linhas com 22 veículos terceirizados (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a). Conforme o PDM 2006, o município dispunha de apenas 19 veículos para o transporte de alunos, indicando melhorias no período entre os diagnósticos dos planos diretores.

Na Tabela 54 consta o número de matrículas nos estabelecimentos de ensino municipais entre os anos de 2014 e 2023.

Tabela 54: Histórico do número de matrículas por modalidade de ensino e por escola dos últimos 10 anos

NOME DA ESCOLA	MODALIDADE DE ENSINO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CMEI Castelo da Alegria	EI	194	218	265	273	250	286	187	213	208	200
CMEI Maria Francisca Ribeiro "Dona Chica"	EI	-	-	-	-	-	-	109	177	224	200
E.M. Cecília Sawczuk	EF**	380	496	466	471	416	322	335	379	411	315
	EI*	100	88	56	109	118	131	89	43	23	-
	D.I.	11	14	09	09	13	19	14	21	21	20
	D.V.	03	01	03	01	03	02	02	03	03	03
	D.A.	03	02	02	01	-	-	-	-	-	-
S. Recursos		14	09	08	10	11	20	20	20	20	20

NOME DA ESCOLA	MODALIDADE DE ENSINO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
E.M. do Campo Areião I	EF**	34	42	37	46	33	25	13	28	35	32
	EI*	-	-	-	-	-	-	-	-	15	17
E.M. do Campo Capinzal II	EF**	34	24	24	18	25	21	20	24	26	17
E.M. do Campo Dr. David Federmann	EF**	135	135	141	148	147	130	107	139	166	103
	EI*	10	17	27	34	48	32	36	24	31	10
	D.I.	04	03	02	02	01	02	01	02	03	02
	S. Recursos	-	-	05	04	06	07	05	08	08	03
E.M. do Campo Faxinal Santo Antonio	EF**	33	33	30	21	26	16	11	24	26	23
E.M. do Campo Imbuia	EF**	13	07	13	12	09	08	07	07	07	07
E.M. do Campo Jacaré	EF**	33	26	24	17	19	14	11	16	09	09
E.M. do Campo Linha Criciumal Tereza Cristina	EF**	24	19	16	16	08	08	05	05	06	05
E.M. do Campo Marumbi	EF**	35	38	34	32	37	27	21	20	24	23
E.M. do Campo Miguel Worubi	EF**	85	83	81	81	79	69	63	58	58	65
	EI*	-	-	-	-	-	24	17	26	30	25
	D.I.	-	-	-	-	-	-	04	05	06	04
	S. Recursos	-	-	-	-	-	04	05	03	06	03
E.M. do Campo Paulo Jarenczuk	EF**	12	09	09	07	07	06	05	07	11	08
E.M. do Campo Resistência Composesa	EF**	22	20	21	18	24	22	17	24	24	22
E.M. do Campo Rio do Tigre	EF**	37	32	30	21	26	20	30	37	29	28
	EI*	-	-	-	-	-	15	11	05	14	09
E.M. do Campo Saltinho	EF**	26	23	21	39	36	21	23	22	20	10
E.M. do Campo Ubazinho II	EF**	25	15	13	13	11	10	10	13	16	11
E.M. do Campo Vale da Conquista	EF**	18	16	17	14	15	15	11	15	14	17
E.M. Vereador Elio Marques de Oliveira Vieira	EF**	321	275	295	253	239	236	253	254	289	254
	EJA	20	32	31	18	13	12	11	08	10	04
	D.I.	-	-	-	-	-	-	04	05	04	03
	S. Recursos	08	14	12	09	16	17	16	22	23	17

Fonte: Cândido de Abreu, 2023.

EI – Ensino Infantil; EI\* - Ensino Infantil 4 a 5 anos; EF – Ensino Fundamental; EF\*\* - Ensino Fundamental 1º ao 5º ano; DI – Deficiência Intelectual; DV – Deficiência Visual; DA – Deficiência Auditiva; EJA – Ensino de Jovens e Adultos; S. Recursos – Sem Recursos.

Nota-se que o total de alunos nos CMEIs manteve aumento constante, sendo que de 2020 a 2021 houve o aumento mais expressivo, acrescentando aproximadamente 32% de crianças, já o Ensino Infantil de 4 a 5 anos teve os mais expressivos aumentos entre 2017 e 2019 e desde 2020 tem apresentado quedas.

O Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano apresentou quedas no número de matrículas no período analisado, sendo que a maior queda ocorreu entre 2022 e 2023, com o decréscimo de 19% no total de matrículas. O número de alunos matriculados no EJA também apresentou quedas no período analisado.

Em relação aos alunos com deficiência, nota-se queda no número de deficientes auditivos, constância no número de alunos com deficiência visual e aumento significativo no total de alunos com deficiência intelectual. Já o total de alunos sem recursos apresentou aumento constante, se tornando o dobro de 2014 a 2023, sendo que os acréscimos mais expressivos ocorreram no período de 2020 a 2023, coincidindo com a pandemia de COVID-19.

### 6.1.2 Condições das Estruturas dos Equipamentos Públicos

De acordo com Checklist respondido pelo Prefeitura Municipal sobre as condições e necessidades dos 19 equipamentos de dependência administrativa municipal, verifica-se que, de forma geral, a estrutura física se encontra em bom estado. Desse modo, houve melhora comparada à situação retratada no PDM 2006, em que muitos equipamentos de educação tinham estrutura física precária e insuficiente para receber os alunos incluindo até mesmo falta de banheiros separados por gênero (PDM 2006, p. 107).

Apesar das melhorias, conforme o panorama municipal apresentado pelo Censo Escolar (INEP, 2022), ainda há algumas carências apresentadas nas escolas municipais de Cândido de Abreu que estão elencadas na Tabela 55.

Tabela 55: Necessidades físicas e de equipamentos nas escolas em Cândido de Abreu

NOME DA ESCOLA	ESTRUTURA FÍSICA	Nº DE FUNCIONÁRIOS	CARÊNCIAS
CMEI - Castelo da Alegria	Bom estado	30	Acessibilidade; sem Sala de Leitura; sem sala dos professores
CMEI - Maria Francisca Ribeiro "Dona Chica"	Bom estado	43	-
E.M. Cecília Sawczuk	Bom estado	43	Sem Laboratório de ciências
E.M. do Campo Areião I	Bom estado	5	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor
E.M. do Campo Capinzal II	Bom estado	1	Acessibilidade; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Biblioteca*; sem Internet; sem Aparelho DVD; sem Impressora; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor; sem TV
E.M. do Campo Dr. David Federmann	Bom estado	25	Sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Aparelho DVD; sem Copiadora
E.M. do Campo Faxinal Santo Antonio	Bom estado	2	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Aparelho DVD; sem Impressora; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor; sem TV; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial
E.M. do Campo Imbuia	Bom estado	1	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Aparelho DVD; sem Impressora; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor; sem TV
E.M. do Campo Jacaré	Bom estado	3	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Internet; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor



NOME DA ESCOLA	ESTRUTURA FÍSICA	Nº DE FUNCIONÁRIOS	CARÊNCIAS
E.M. do Campo Linha Criciumal Tereza Cristina	Bom estado	1	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Internet; sem Aparelho DVD; sem Impressora; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor; sem TV
E.M. do Campo Marumbi	Bom estado	3	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Internet; sem Parabólica sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor
E.M. do Campo Miguel Worubi	Bom estado	9	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor
E.M. do Campo Paulo Jarenczuk	Bom estado	2	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Internet; sem Aparelho DVD; sem Impressora; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor; sem TV
E.M. do Campo Resistência Camponesa	Bom estado	1	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Internet; sem Aparelho DVD; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor; sem TV
E.M. do Campo Rio do Tigre	Bom estado	3	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Atendimento Especial; sem Internet; sem Aparelho DVD; sem Impressora; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor
E.M. do Campo Saltinho	Bom estado	1	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Internet; sem Aparelho DVD; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto
E.M. do Campo Ubazinho II	Bom estado	1	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial
E.M. do Campo Vale da Conquista	Bom estado	1	Acessibilidade; sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Professores; sem Sala de Atendimento Especial; sem Internet; sem Aparelho DVD; sem Impressora; sem Parabólica; sem Copiadora; sem Retroprojeto / Projetor
E.M. Vereador Elio Marques de Oliveira Vieira	Bom estado	27	sem Biblioteca*; sem Laboratório de Informática; sem Laboratório de Ciências; sem Sala de Leitura; sem Quadra de Esportes; sem Sala de Atendimento Especial; sem Aparelho DVD; sem Parabólica; sem Copiadora

Fonte: INEP, 2022; CÂNDIDO DE ABREU, 2023a. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Os itens básicos de funcionamento elencados pelo INEP como prioritários são acessibilidade, saneamento e acesso à internet com banda larga. Apenas cerca de 29% das escolas de Cândia de Abreu são acessíveis, 46% possuem acesso à água tratada da rede pública, 25% possuem ligação na rede pública de esgoto e 33% possuem banda larga. Além disso, destaca-se que apenas 2 das escolas municipais ativas no município possuem quadras de

esportes (havendo mais 3 quadras esportivas nos estabelecimentos estaduais de ensino) e cerca de 25% das escolas municipais possuem bibliotecas.

### 6.1.3 Indicadores e Metas

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem como objetivo “mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência dos estudantes, obtida no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e o indicador de taxa de aprovação, que tem influência na eficiência do fluxo escolar e é obtido por meio do Censo Escolar” (INEP, 2017). O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

Em 2021, Cândia de Abreu atingiu IDEB 6,4 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo a meta 6,1, e IDEB 5,5 para os anos finais do Ensino Fundamental, sendo a meta 5, ficando, portanto, acima do esperado para seu desenvolvimento educacional. A composição do índice revela que para os anos iniciais do Ensino Fundamental a nota SAEB foi de 6,72 e a aprovação de 95,8%; já para os anos finais do Ensino Fundamental a nota SAEB foi de 5,61 e a aprovação de 98,6% (INEP, 2023).

Tabela 56: IDEB – anos 2005 a 2017

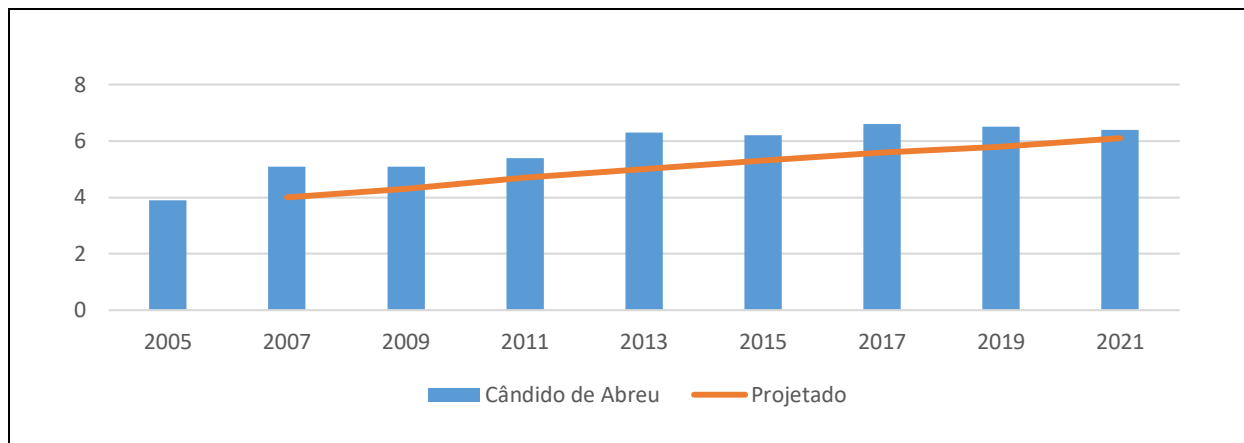
ANO	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS		
	CÂNDIDO DE ABREU	PROJETADO	VARIAÇÃO %	CÂNDIDO DE ABREU	PROJETADO	VARIAÇÃO %
2005	3,9	-	-	3	-	-
2007	5,1	4	30,77%	3,7	3	23,33%
2009	5,1	4,3	0,00%	4,1	3,1	10,81%
2011	5,4	4,7	5,88%	4,1	3,4	0,00%
2013	6,3	5	16,67%	4,4	3,8	7,32%
2015	6,2	5,3	-1,59%	4,6	4,2	4,55%
2017	6,6	5,6	6,45%	4,9	4,4	6,52%
2019	6,5	5,8	-1,52%	5,4	4,7	10,20%
2021	6,4	6,1	-1,54%	5,5	5	1,85%

<sup>1</sup>A avaliação do Ensino Médio passou por mudanças, sendo avaliada na mesma metodologia a partir de 2017.

Fonte: INEP, 2022. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

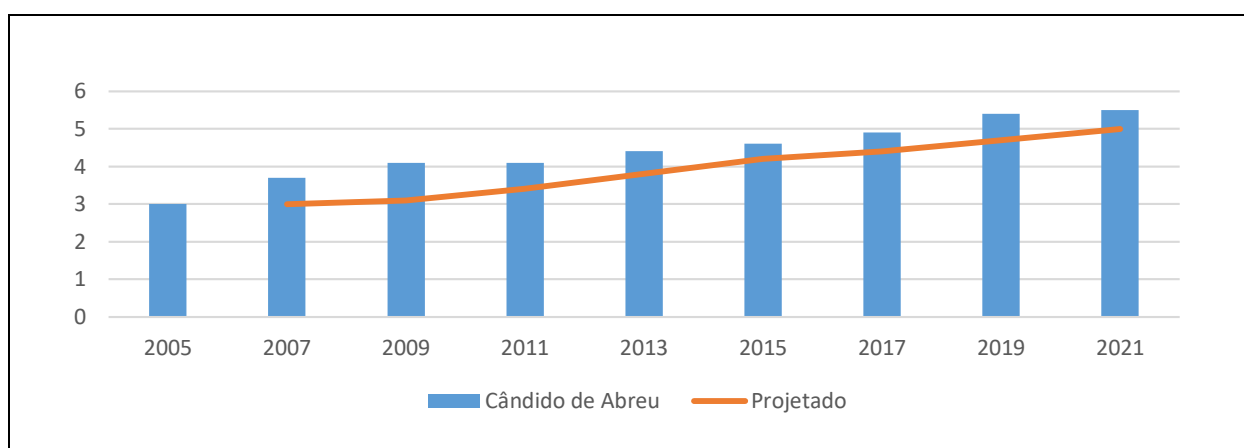
De acordo com os dados disponibilizados, apresenta-se na Figura 30 e na Figura 31, a evolução histórica do IDEB para o município. Verifica-se um cenário semelhante para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. A meta projetada foi atingida em todos os anos no período de 2007 e 2021. A partir de 2013 os anos iniciais se mantiveram acima da meta estipulada, porém, apresentaram decréscimos nos índices nos últimos anos, enquanto os anos finais tiveram aumento constante. Nota-se que no ano de 2021, coincidente com a pandemia de COVID-19, houve queda no desenvolvimento dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, sendo que nos anos finais foi o ano com menor desenvolvimento desde 2013, revelando necessidade de atenção.

Figura 30: Evolução do IDEB municipal para os anos iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP, 2022.

Figura 31: Evolução do IDEB municipal para os anos finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP, 2022.

Com relação às taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, apresentam-se a seguir os dados comparativos da evolução dos índices entre os anos de 2010 e 2021. No período analisado nota-se que houve quedas no ensino fundamental e médio na taxa de reprovação, já os índices de abandono no ensino fundamental apresentaram redução e no ensino médio aumento, já a aprovação aumentou tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, como apresentado na Tabela 57.

Tabela 57: Evolução das Taxas de Reprovação, Abandono e Aprovação em Cândia de Abreu

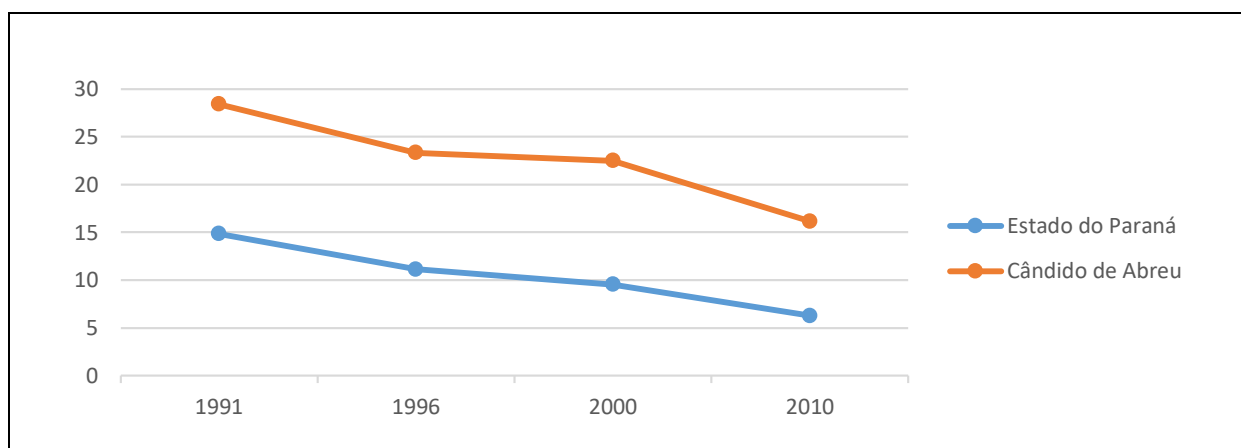
MODALIDADE DE ENSINO	REPROVAÇÃO			ABANDONO			APROVAÇÃO		
	2010	2021	VARIAÇÃO	2010	2021	VARIAÇÃO	2010	2021	VARIAÇÃO
Fundamental - anos iniciais	10,3%	4,1%	-60,2%	0,4%	0%	-100,0%	89,3%	95,9%	7,4%
Fundamental - anos finais	8,6%	1,4%	-83,7%	4%	0%	-100,0%	87,4%	98,6%	12,8%
Ensino médio	8,3%	1,5v	-81,9%	0,1%	0,4%	4000,0%	91,5%	98,1%	7,2%

Fonte: INEP, 2022.

Outro índice importante para a análise da educação no município é a taxa de analfabetismo, avaliada através do Censo, entendida como o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. De acordo com o IBGE (2010), consideram-se analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome.

Conforme a Figura 32, entre os anos de 1991 e 2010, as taxas de analfabetismo reduziram progressivamente para Cândia de Abreu e para o Paraná. Na última taxa registrada, a partir do Censo de 2010, Cândia de Abreu registrou 16,15% de analfabetismo enquanto o Paraná registrou 6,28%. Apesar da tendência de queda, é notável que o total de analfabetos com mais de 15 anos em 2010 esteve expressivamente mais alto do que a taxa apresentada pelo estado.

Figura 32: Taxa de analfabetismo



Fonte: IBGE, 2010; IPARDES, 2023a. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

## 6.2 Saúde

De acordo com a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), os equipamentos de saúde dividem-se, principalmente, em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). As UBS são a principal porta de entrada do SUS, onde se oferecem os atendimentos essenciais e primários para a população em geral, além de promover a prevenção de doenças. As USF possuem papel semelhante às UBS, mas com atuação direta na prevenção e acompanhamento dos moradores inseridos na sua área de atendimento.

A equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) é composta por, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). O número de ACS deve cobrir 100% da população cadastrada, sendo que um agente atende, no máximo, 750 pessoas (BRASIL, 2011a). As ESF estão capacitadas a resolver cerca de 85% dos problemas de saúde da comunidade. Portanto, é necessário dispor de recursos estruturais e equipamentos compatíveis que possibilitem a ação dos profissionais de saúde em relação a esse compromisso (BRASIL, 2008).

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA) são as responsáveis por realizar os atendimentos de urgência e emergência de média complexidade, reduzindo o tempo de espera por atendimento. Nessas unidades avalia-se o risco dos pacientes que chegam até elas, encaminhando-os, caso necessário, para os hospitais de referência.

### 6.2.1 Equipamentos de Saúde e Abrangência de Atendimento

Cândido de Abreu possui 14 Unidades Básicas de Saúde, com 6 equipes que trabalham com a estratégia de Saúde da Família englobando assistência médica, odontológica e de enfermagem (CÂNDIDO DE ABREU, 2022a). Conforme o Plano Municipal de Saúde (2022), atualmente, com todas as equipes de ESF com Saúde Bucal modalidade I e 2 equipes ESF implantadas, destaca-se que há cobertura de 100% das famílias cadastradas. Desse modo, constata-se boa capacidade de atendimento do sistema de saúde municipal (CÂNDIDO DE ABREU, 2022a).

O município também conta com o atendimento do Hospital Municipal São Francisco de Assis e o Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Copacabana, ambos prestam atendimento e atuam como pronto socorro e maternidade. O Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Copacabana é privado, mas também é conveniado ao SUS. Para o atendimento voltado à saúde mental o município dispõe de um CAPS, localizado na sede, conforme Tabela 58.

Tabela 58: Estabelecimentos de Saúde em Cândido de Abreu

ESTABELECIMENTO	NOME	ENDEREÇO
<b>CAPS</b>	Centro de Saúde Mental	Rua Rogaciano Antunes Ribeiro, 20
<b>Farmácia Municipal</b>	Farmácia Básica Municipal de Cândido de Abreu	Rua Pedro Slonik, 84
<b>Hospital Público</b>	Hospital Municipal São Francisco de Assis	Rua Pedro Slonick, 250
<b>Hospital Privado</b>	Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Copacabana	Rua Rocha Pombo, 198
<b>UBS</b>	UBS Arreião	Bairro Areião, Sn
<b>UBS</b>	UBS Central Cândido de Abreu	Rua Pedro Slonik, Sn
<b>UBS</b>	UBS de Imbuia	Bairro Imbuia, Sn
<b>UBS</b>	UBS Faxinal Santo Antonio	Bairro Faxinal Santo Antonio, Sn
<b>UBS</b>	UBS Linha Ivaí	Bairro Linha Ivaí, Sn
<b>UBS</b>	UBS Marumbi	Bairro Marumbi, Sn
<b>UBS</b>	UBS Rio do Tigre	Rua Principal, Sn
<b>UBS</b>	UBS Saltinho	Bairro Saltinho, Sn
<b>UBS</b>	UBS Serra Paulista	Bairro Serra Paulista, Sn
<b>UBS</b>	UBS Tereza Cristina	Distrito De Tereza Cristina, Sn
<b>UBS</b>	UBS Três Bicos	Bairro Tres Bicos, Sn
<b>UBS</b>	UBS Cândido De Abreu	Rua Pedro Slonik, 250
<b>UBS</b>	UBS Campão	Rua Bruno Slonik, Sn
<b>UBS</b>	UBS Faxinal	Terra Indígena Faxinal, 0

Fonte: CNES, 2023. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.



Em relação à capacidade de distribuição dos equipamentos de saúde, levando em conta o raio de abrangência de 1000 metros (que possibilita acesso a pé), nota-se que a sede está parcialmente coberta (apresentando áreas não cobertas nas porções norte e sudoeste do perímetro urbano) e os demais distritos possuem cobertura total dos seus perímetros urbanos (Mapa 45).






465000.000

467500.000

# LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NA SEDE URBANA








## LEGENDA

Equipamentos de Saúde

-  CAPS
-  FARMÁCIA MUNICIPAL
-  HOSPITAL
-  UBS
-  Raio de abrangência (1000m)

- 2 Farmácia Básica Municipal de Cândido de Abreu
- 3 Hospital Municipal do Cândido de Abreu
- 4 Centro de Saúde Mental
- 5 Posto de Saúde Central de Cândido de Abreu
- 15 Unidade Básica de Saúde Campão
- 17 Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Copacabana

## Convenções Cartográficas

-  Malha Viária
-  Rodovias
-  Hidrografia
-  Limite Municipal
-  Lotes Cadastrais
-  Massas D'água
-  Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Equipamentos de Saúde - ECOTÉCNICA, 2023  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

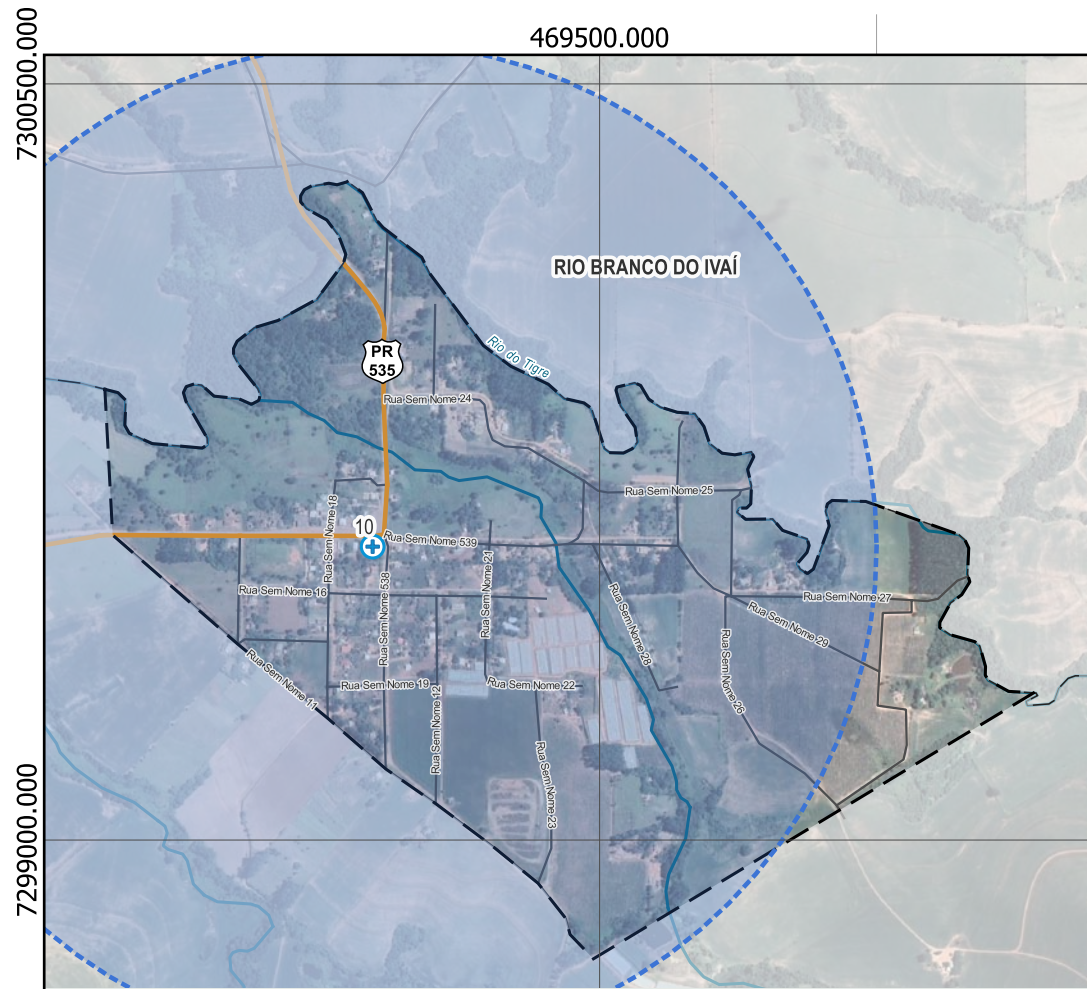


7282500.000

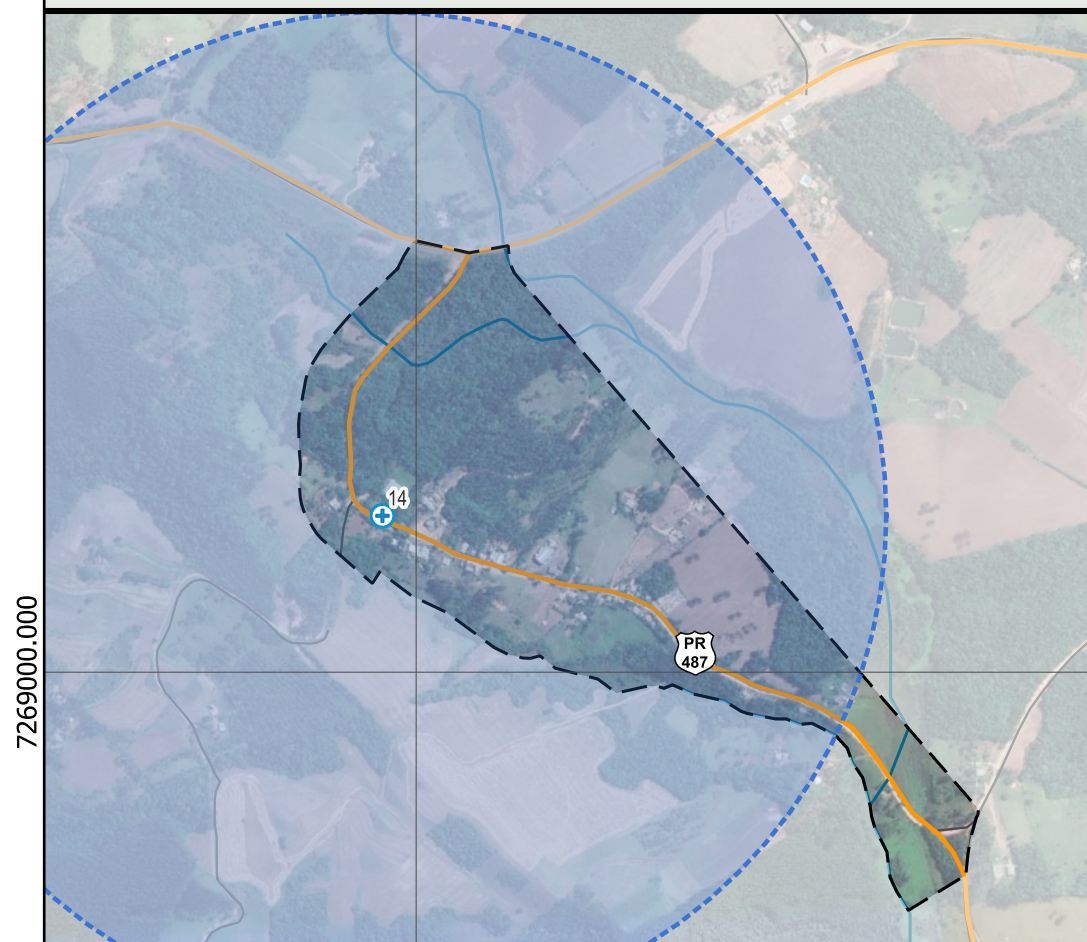
7280000.000

465000.000

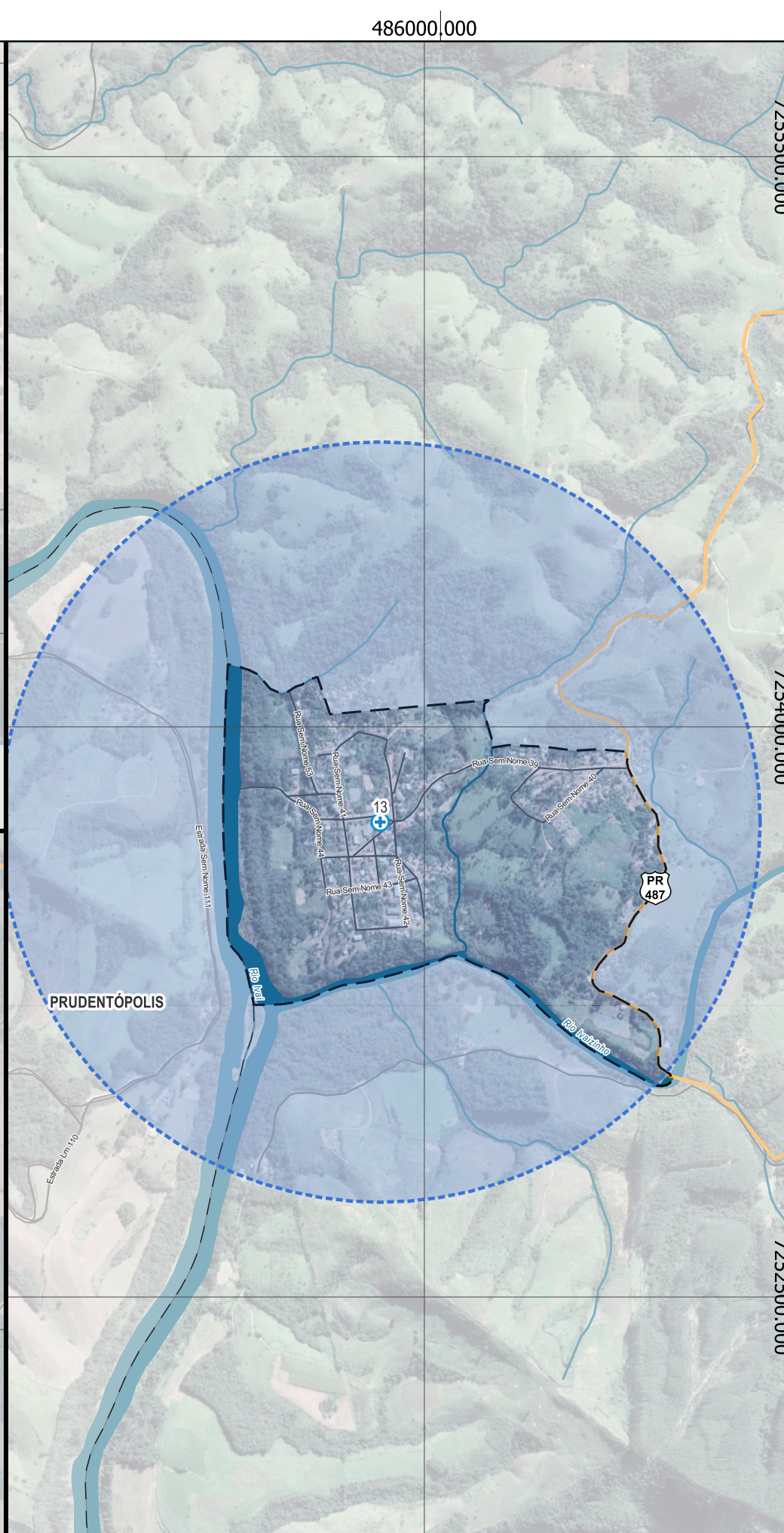
467500.000



**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

## LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DE SAÚDE NOS DISTRITOS

### LEGENDA

- Equipamentos de Saúde
- CAPS
  - FARMÁCIA MUNICIPAL
  - HOSPITAL
  - UBS
  - Raio de abrangência (1000m)

- 10 Posto de Saúde Rio do Tigre
- 13 Posto de Saúde Tereza Cristina
- 14 Posto de Saúde Três Bicos

### Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

### Fonte de Dados

Equipamentos de Saúde - ECOTÉCNICA, 2023  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**



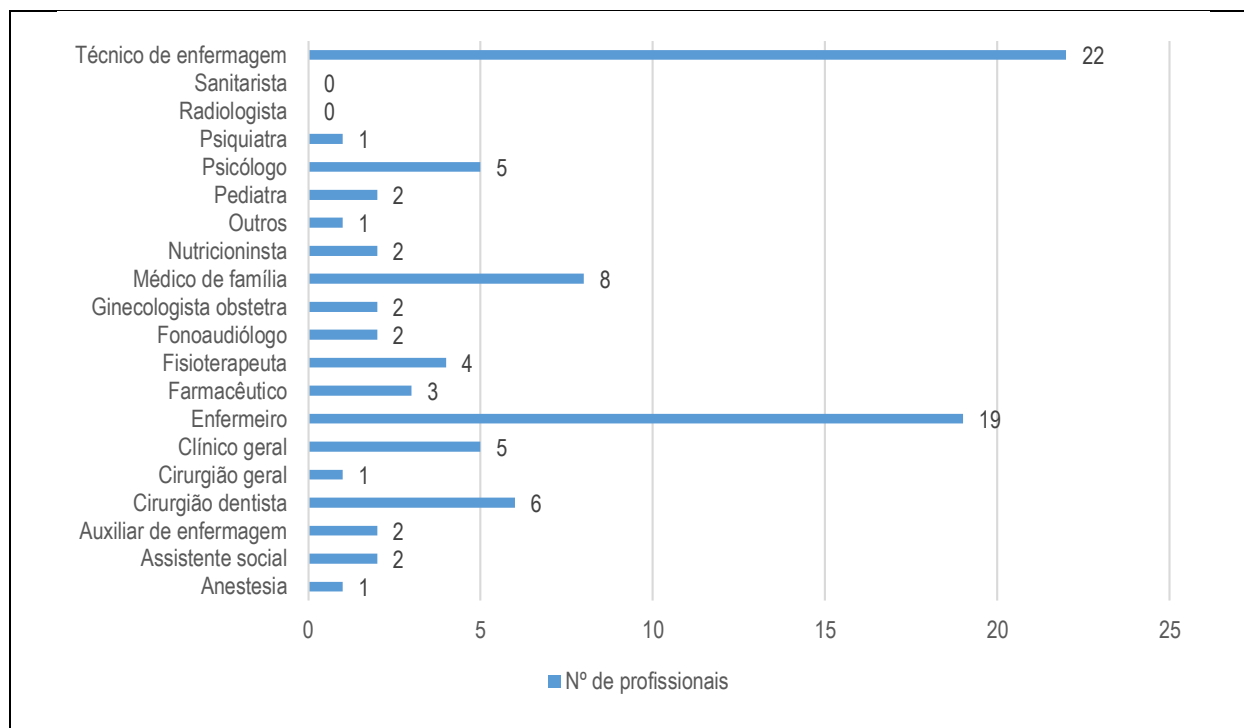


## 6.2.2 Recursos Humanos, Frota de Veículos e Programas

A Secretaria Municipal de Saúde disponibiliza veículos para transportar pacientes para Ivaiporã, Arapongas, Apucarana, Campo Mourão, Maringá, Londrina, Campo Largo, Curitiba, Ponta Grossa, Jandaia do Sul, entre outras. Na impossibilidade de transportar os pacientes com veículos próprios, a Prefeitura Municipal fornece passagens de ônibus mediante apresentação de encaminhamento previamente agendado. Atualmente o Município conta com 38 veículos para transporte dos pacientes e deslocamentos das equipes da Estratégia Saúde da Família e outros (CÂNDIDO DE ABREU, 2022a). Conforme o PDM 2006, uma das principais demandas da saúde foi o aumento da frota de veículos, desse modo, observa-se melhoria neste aspecto, já que em 2006 havia somente 8 veículos (CÂNDIDO DE ABREU, 2006).

Em relação ao total de profissionais da saúde, conforme o MPPR (2023), o Município dispõe de 88 profissionais, contudo, ainda não há nenhum sanitarista e nenhum radiologista. Atualmente há 40 agentes comunitários da saúde. Na Figura 33 a seguir está ilustrado o quadro de recursos humanos da saúde municipal, em que se pode constatar que o maior contingente de profissionais é o de enfermagem (sendo 19 enfermeiros e 22 técnicos de enfermagem).

Figura 33: Recursos humanos da área da saúde



Fonte: MPPR, 2023. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Existem 14 programas desenvolvidos na ESF que abordam temas voltados à proteção social da população e com aspectos específicos da saúde, conforme descrito a seguir (CÂNDIDO DE ABREU, 2022a): Agentes Comunitários de Saúde, Bolsa Família, Controle do Tabagismo, DST-Aids, Hipertensão, Programa Saúde nas Escolas

(PSE), Prevenção e Detecção Precoce do Câncer Bucal, Educação em Saúde, Saúde Bucal, Saúde da Mulher, Saúde do Adulto e Idoso, Saúde Mental, Suplementação Nutricional (Saúde de Ferro), e Rede Materno Infantil.

### 6.3 Assistência Social

Nos últimos dez anos a Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social contribuiu expressivamente no processo de construção da base para fortalecimento e avanço para implementar e aprimorar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município.

O aprimoramento continuado da gestão do SUAS nos entes federativos tem sido realizado com o apoio financeiro, possibilitando aos entes a compra de veículos, estruturação, o aprimoramento dos sistemas de informação e de monitoramento, e aquisição de tecnologias inovadoras para o aprimoramento constante da gestão, primando pela qualidade da oferta de serviços e benefícios socioassistenciais. A ampliação da Proteção Social à população de Cândido de Abreu possibilitou obter bons resultados nas ações de prevenção de riscos sociais e pessoais, e no atendimento às pessoas que já se encontram em estado de vulnerabilidade (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

Algumas ações concretas que contribuíram no avanço da política de assistência social, como: implementação do CREAS, reforma do Centro Social da Criança e Juventude, melhoria da estrutura física para execução do SCFV e do Órgão Gestor, atendimento nas localidades rurais através da Equipe volante do CRAS, via recursos da esfera estadual e federal foram adquiridos veículos (04 gols, 01 pálio, 01 *air cross*, 02 vans adaptadas, uma com escritório móvel e outra para pessoas com deficiência), além da aquisição de 06 unidades de parque infantil (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

Atualmente o município possui 3.006 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo que destas, 48% estão em situação de extrema pobreza, 14% em situação de pobreza, 25% são baixa renda e 13% possuem renda acima de 1;2 salários-mínimos. A taxa de atualização do cadastro é satisfatória, estando em torno de 82%, quando a média nacional é de 81,2% (CADÚNICO, 2023).

Figura 34: Pessoas cadastradas no CadÚnico



Fonte: CadÚnico, 2023.

### 6.3.1 Equipamentos

O município dispõe de um CREAS e um CRAS, além de equipamentos de apoio como a Casa de Apoio, Casa Lar e o Conselho Tutelar e uma APAE. As atividades realizadas com cada equipamento estão descritas na Tabela 59.

Tabela 59: Equipamentos de Assistência Social em Cândia de Abreu.

<b>NOME:</b> CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS
<b>LOCALIZAÇÃO:</b> RUA ROGACIANO ANTUNES RIBEIRO, S/N - CENTRO
<b>INSTALAÇÃO:</b> 16/12/2016
<b>NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:</b> 03
<b>ATIVIDADES:</b> Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.
<b>NOME:</b> CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS
<b>LOCALIZAÇÃO:</b> RUA VEREADOR RENAUD MARQUES DE OLIVEIRA, SN - CONJUNTO HABITACIONAL COSTA AZUL
<b>INSTALAÇÃO:</b> 2007
<b>NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:</b> 10
<b>ATIVIDADES:</b> Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa; execução de Programas e Projetos Sociais; atendimento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; atividades envolvendo grupos de famílias da comunidade; Cadastro, recadastro, atualização cadastral do Cadastro Único para recebimento do Bolsa Família e benefícios socioassistenciais; Concessão de benefícios eventuais, como cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade, com o intuito de superar vulnerabilidades temporárias; Encaminhamento para o Oficinas e Cursos; Encaminhamento para a rede socioassistencial e demais órgãos públicos, conforme o caso; Agendamento de INSS - Benefício de Prestação Continuada - BPC.
<b>NOME:</b> CASA DE APOIO
<b>LOCALIZAÇÃO:</b> AVENIDA PEDRO SLONIK, S/N
<b>ATIVIDADES:</b> Atendimento para pernoite de munícipes que residem longe da sede e que fazem tratamento de saúde em outros municípios ou necessitam se deslocar ao INSS de cidades distantes.
<b>NOME:</b> UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CÂNDIDO DE ABREU - CASA LAR
<b>LOCALIZAÇÃO:</b> AVENIDA PEDRO SLONIK, 250 - BELA VISTA
<b>INSTALAÇÃO:</b> 15/05/2002
<b>NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:</b> 05
<b>ATIVIDADES:</b> Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, com capacidade máxima para 10 crianças e adolescentes por unidade, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar
<b>NOME:</b> CONSELHO TUTELAR
<b>LOCALIZAÇÃO:</b> Av. Visc. Charles de Laguiche, s/n

**INSTALAÇÃO:** 20/12/2005

**NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:** 05

**ATIVIDADES:**

O Conselho Tutelar é um órgão colegiado, autônomo, pertencente à administração pública municipal e sem função jurisdicional. É regido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Enquanto órgão colegiado, é caracterizado pela pluralidade de membros eletivo pela sociedade civil. São criados por lei para garantir que, nos municípios, a política de atendimento à população infanto-juvenil seja cumprida.

**NOME:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

**LOCALIZAÇÃO:** R. ORIZONTAL MARQUÊS - CÂNDIDO DE ABREU, PR, 84470-000

**ATIVIDADES:**

Ações Integradas de Reabilitação  
Capacitação para o Trabalho  
Educação Especial

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2023a.

Em relação à sua localização espacial, ressalta-se que todos os equipamentos de assistência social estão na sede urbana, centralizando o acesso de forma a facilitar a chegada da população de outros distritos e da área rural. A localização dos equipamentos de assistência social está ilustrada no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

É necessário um CRAS para cada 20.000 habitantes e até 5.000 famílias cadastradas (BRASIL, 2011b). Levando em conta este critério, em razão do porte de Cândia de Abreu, a capacidade de atendimento do CRAS se encontra suficiente, já que a população municipal não ultrapassa 20.000 habitantes e o número de famílias no CadÚnico é de 3.000 (CADÚNICO, 2023). O CREAS, como integrante do SUAS, constitui-se em polo de referência, coordenação e articulação da proteção social especial de média complexidade. Desse modo, a localização acessível do CREAS (na sede) se encontra adequada quanto à distribuição territorial.






465000.000

467500.000

# LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SEDE URBANA








## LEGENDA

Equipamentos de Assistência Social

-  APAE
-  CRAS
-  CREAS
-  SMAS
-  Casa Lar

- 1 Centro de Referência de Assistência Social
- 2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- 3 APAE
- 4 Secretaria Municipal de Assistência Social
- 5 Casa Lar

## Convenções Cartográficas

-  Malha Viária
-  Rodovias
-  Hidrografia
-  Limite Municipal
-  Lotes Cadastrais
-  Massas D'água
-  Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Equipamentos de Assistência Social - ECOTÉCNICA, 2023  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**



7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000

### 6.3.2 Conselhos e Programas

A gestão da assistência social no município de Cândido de Abreu é realizada através da Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social. As políticas assistenciais do município possuem fortalecimento institucional por meio da Lei municipal nº 646/2010, que cria o Conselho Municipal de Assistência Social, a Conferência de Assistência Social e também o Fundo Municipal de Assistência Social.

Atualmente existem 21 programas e benefícios no município, contemplando a população de todo o território do município, conforme listados a seguir (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a). Destina-se àqueles que deles necessitarem, respeitando os critérios para acesso determinados por lei que normatiza cada programa e benefício, formas de acesso (procura espontânea, encaminhamento da rede socioassistencial, encaminhamento das demais políticas públicas e por busca ativa).

#### **Programas e Benefícios disponíveis (Federal, Estadual e Municipal):**

- Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- Carteira do Idoso
- Carteira passe-livre para Pessoa com Deficiência
- Baixa renda da luz
- Baixa Renda da Água
- Social
- ID Jovem
- Isenção em Concurso Público
- Fomento Auxílio Inclusão Produtiva Rural e Urbana;
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI)
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de Acolhimento Institucional
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
- Programa de habitação Federal e Estadual
- Programa Criança Feliz
- Programa Nossa Gente Paraná
- Programa Bolsa Família
- Programa Leite da Criança

### 6.4 Cultura, Esporte e Lazer

A cultura, o esporte e o lazer são direitos de todo cidadão, de acordo com a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), sendo dever do Estado fomentar, valorizar e dar condições de acesso a estas atividades. Nesse sentido, o município de Cândido de Abreu dispõe de alguns equipamentos públicos e privados. Na presente análise são elencados tanto os equipamentos, quanto os eventos que constituem e integram os temas cultura, esporte e lazer.

#### 6.4.1 Cultura e Lazer

##### 6.4.1.1 Equipamentos

Conforme o PDM 2006, o município dispunha de poucas opções de equipamentos culturais e de lazer. Atualmente os equipamentos culturais estão mais concentrados na sede, contando com praças, casa de cultura e alguns monumentos tais como o Morro do Cristo (mirante situado na área rural, próximo à sede) e o monumento à Dr. Faivre (na área urbana de Tereza Cristina). Além disso, há os centros comunitários nos distritos, assim como igrejas locais (tanto na sede quanto nos distritos). Destaca-se que na sede há a Igreja Matriz, onde além dos cultos, ocorrem festividades e eventos. Na Tabela 60 constam os equipamentos de cultura levantados nas áreas urbanas. A análise dos equipamentos presentes na área rural possui detalhamento no **item 6.6**.

Tabela 60: Equipamentos Urbanos de Cultura e Lazer em Cândido de Abreu

EQUIPAMENTO	DISTRITO
Praça Complexo Esportivo Tadeu Pázio	Sede
Praça Brasil	
José Malucelli França	
Praça Júlio Grein Taques	
Praça Munhoz da Rocha	
Praça da Igreja Santa Tereza D'Avila	
Casa da Cultura	
Centro Comunitário Tereza Cristina	Tereza Cristina
Centro Comunitário Três Bicos	Três Bicos
Centro Comunitário Rio do Tigre	Rio do Tigre

Fonte: Cândido de Abreu, 2023. RETUR, 2006. Google Maps, 2023. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Figura 35: Vistas de equipamentos de cultura e lazer na sede urbana



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

Segundo informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal, destaca-se que existe projeto de revitalização da praça Júlio Grein Taques (que integra o complexo esportivo do Ginásio Clemente Adamowicz), em que está prevista futura instalação de coreto, bancos e manutenção de espaço para instalações temporárias que venham a atender as necessidades culturais e comerciais da população (CÂNDIDO DE ABREU, 2021a).

Além dos equipamentos urbanos voltados ao lazer, o município dispõe de atrativos naturais, como diversas serras e cachoeiras na área rural, que não estão mapeadas, sem denominação oficial e nem maiores informações. Desse modo, há grande potencial não explorado do lazer através do Ecoturismo e Turismo Paisagístico. Entretanto, a falta de planejamento de rotas turísticas torna as belezas naturais do município, por muitas vezes inacessíveis aos visitantes (RETUR, 2006). Conforme o Inventário Turístico de 2006, destaca-se que muitos visitantes dessas áreas são os próprios moradores locais, sendo que não há rotas comercializadas integrando os pontos turísticos.

Em relação à análise de atendimento dos equipamentos culturais, adotou-se os raios de abrangência de 2.500m para os equipamentos culturais e 600m para as praças (GOIÂNIA, 2007). As praças, devido ao vínculo com a caminhabilidade, possuem caráter de atendimento local, sendo que somente a sede e Tereza Cristina possuem praças e se encontram quase totalmente cobertos pelos raios de abrangência de 600m. Os distritos de Três Bicos e Rio do Tigre não possuem praças. A sede ainda é coberta com o raio de abrangência da Casa da Cultura, de 2.500m, já os distritos se encontram abrangidos através dos raios de 2.500m dos centros comunitários conforme o Mapa 48 e Mapa 49.



465000.000

467500.000

# LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER NA SEDE URBANA

## LEGENDA

- Equipamentos de Cultura e Lazer
- Casa da Cultura
  - Parque Urbano
  - Praça
  - Raio de abrangência (600m)
  - Raio de abrangência (2500m)

- 1 Praça Complexo Esportivo Tadeu Pazio
- 2 Praça Brasil
- 3 Pracinha Bela Vista
- 4 Praça do Ginásio
- 6 Casa da Cultura
- 12 Parque da Bica
- 13 Praça

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Equipamentos de Cultura e Lazer - ECOTÉCNICA, 2023  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

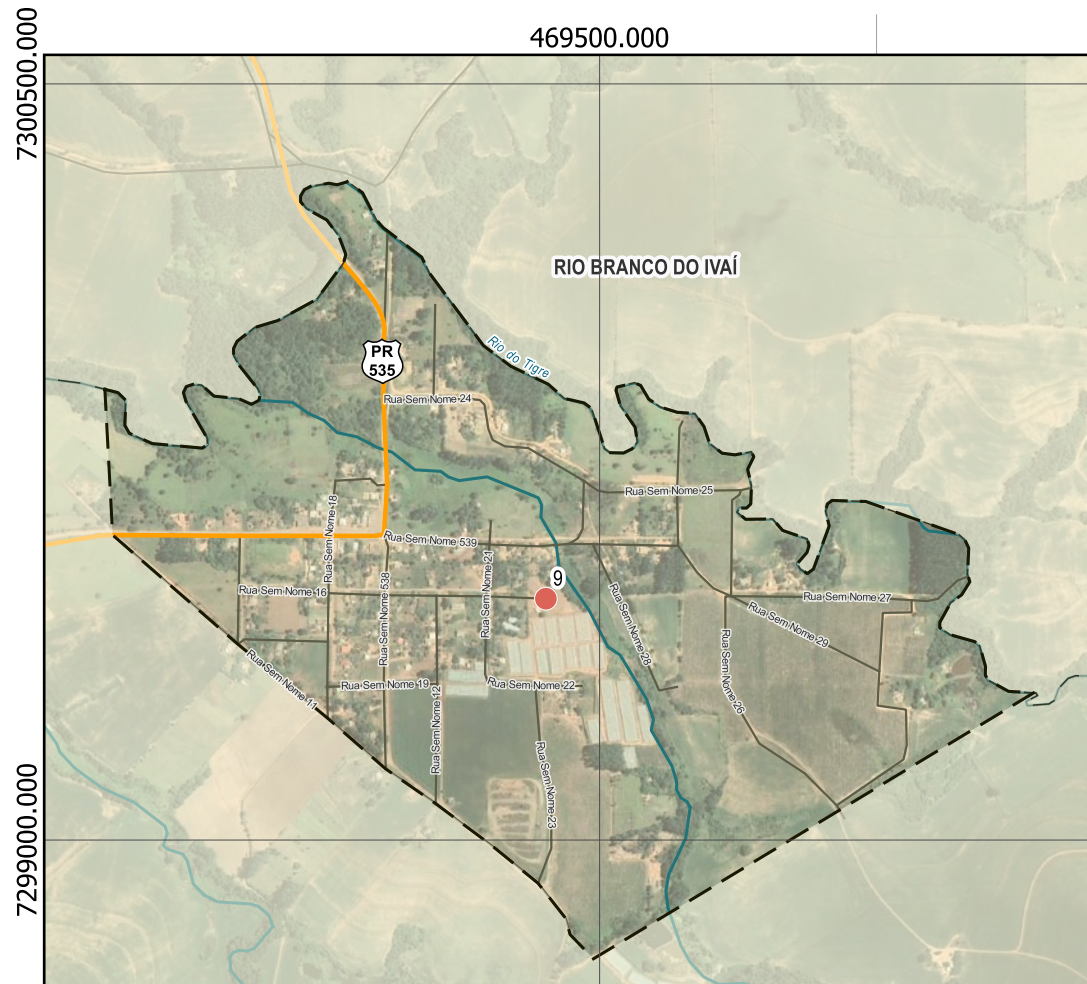


7282500.000

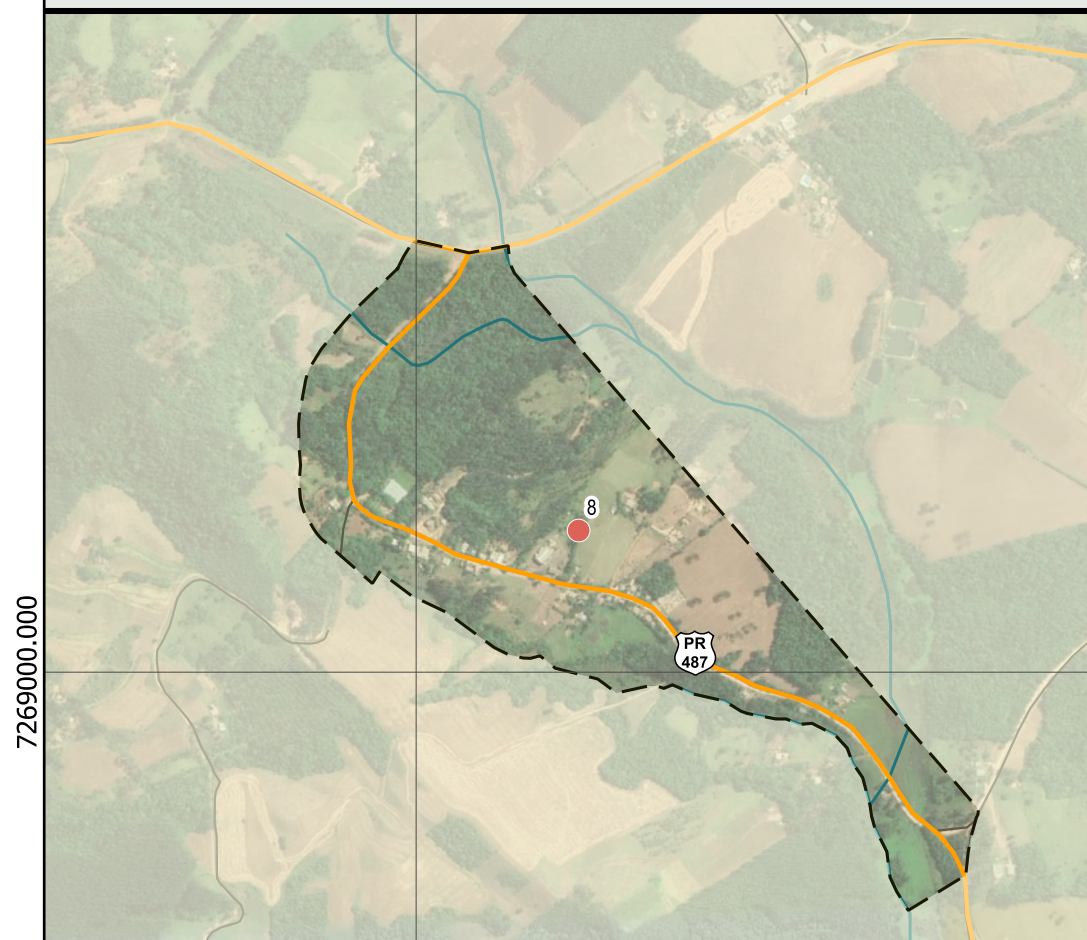
7280000.000

465000.000

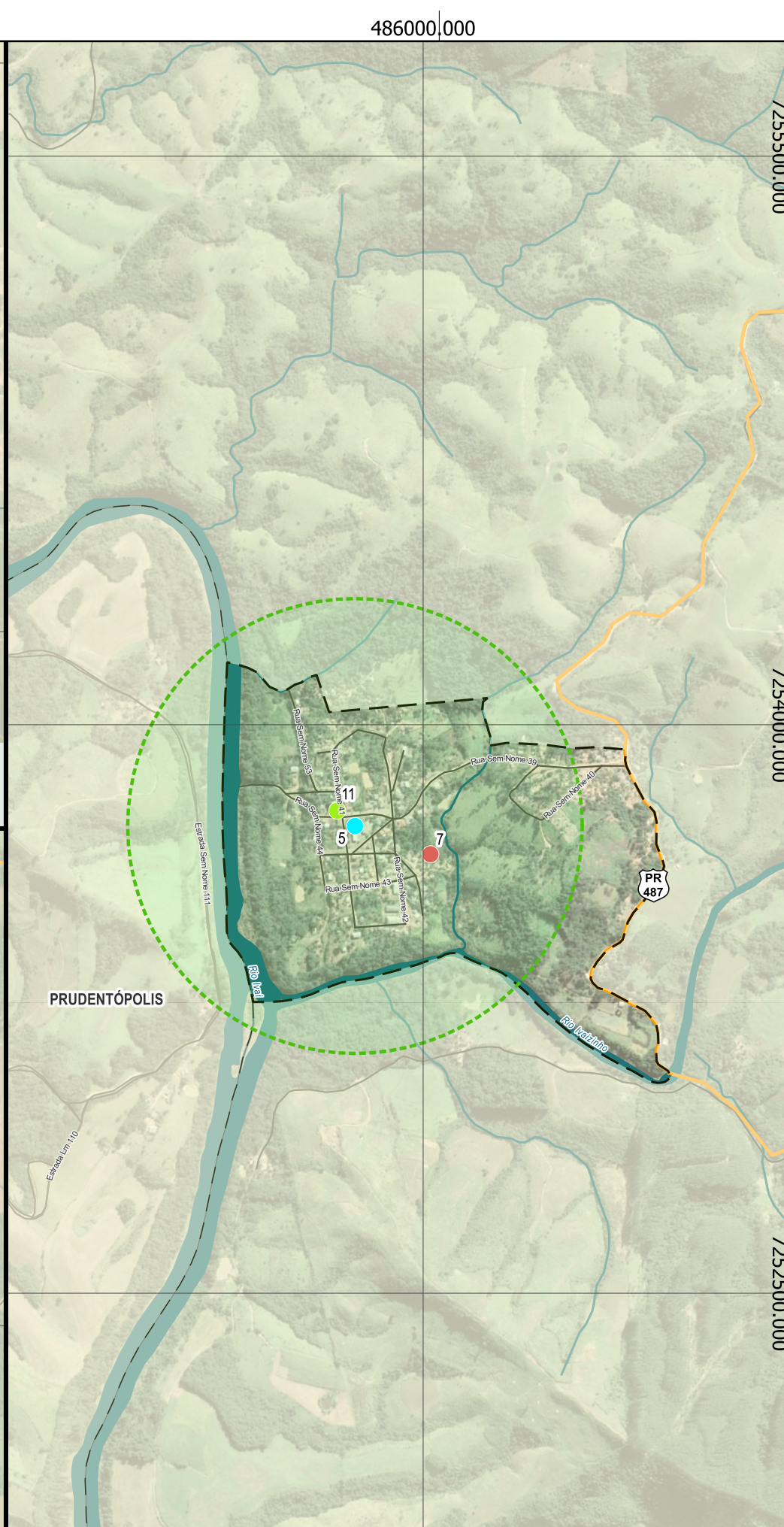
467500.000



**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

# LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DE CULTURA E LAZER NOS DISTRITOS

## LEGENDA

- Equipamentos de Cultura e Lazer
- Praça
  - Centro Comunitário
  - Memorial
  - Raio de abrangência (600m)
  - Raio de abrangência (2500m)

- 5 Praça da Igreja Santa Tereza Davila
- 7 Centro Comunitário
- 8 Centro Comunitário
- 9 Centro Comunitário
- 11 Memorial

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

## Fonte de Dados

Equipamentos de Cultura e Lazer - ECOTÉCNICA, 2023.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

Sistema de Projeção: Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000  
 Data: Julho/2023

Escala: 1 : 15.000  
 Escala Gráfica:



### 6.4.1.2 Festividades

De acordo com o inventário turístico do município (RETUR, 2006), Cândia de Abreu conta com diversas festividades ao longo do ano, conforme descrito na Tabela 64 a seguir. Destaca-se que, embora o calendário tenha eventualmente sofrido alterações, pode-se notar a importância comunitária das igrejas no município. Além disso, é notável a relevância cívica da Praça Brasil, onde ocorre o tradicional Festival do Peabiru e a presença do CTG na realização dos eventos.

Tabela 61: Calendário Cultural do Município

NOME / PROMOTOR	PERÍODO	LOCAL	DESCRIÇÃO
<b>Festival do Peabiru/ Prefeitura Municipal</b>	Jun.	Praça Brasil	1º Dia: Caminhada do Peabiru 2º Dia: Desfile das Escolas e entidades – Show Peabiru 3º Dia: Torneio de Vôlei de areia – Corrida do Peabiru – Baile 4º Dia: Torneio de Laço (CTG – Colorado) – Almoço e Show
<b>Aniversário do Município / Prefeitura Municipal</b>	Dez.	CTG - Lenço Colorado	1º Dia: Concurso de Causos e Violas – Roda de Chimarrão – Luau da Serra 2º Dia: Desfile das Escolas e Entidades – Show com Asa Delta e Parapente 3º Torneio de Vôlei – Torneio de Laço – Almoço – Show
<b>Festa do Pinhão</b>	Jul.	CTG - Lenço Colorado	Servido pinhão e quentão Baile (sábado) Prova de Tiro de Laço (domingo)
<b>Grande Festa Típica Ucraniana em Louvor a Natividade de Nossa Senhora</b>	Set.	Linha Pinhal	Recepção, Missa, Almoço com churrasco e comidas típicas ucranianas, Leilão de Prendas e Bingo em dinheiro, Matibaile após o bingo e pescaria e jogos.
<b>Jantar do Porco no Roleté / Cons. Com. Ubazinho I</b>	Dez.	Comunidade Ubazinho I	Início com missa a partir das 20hs, após jantar, bingo e matibaile.
<b>Tropeada entre os Piquetes de laço / CTG Leço Dourado</b>	Ago.	CTG - Lenço Colorado	Evento com a realização de chimarrão no Piquete Rincão Gaúcho (Ceslau Regente, chegada no Piquete Herança Crioula (Clemente Rota) e sesteada (Pedro Coelho).
<b>Roda do Chimarrão / Rádio Vale do Sol</b>	Todo domingo	Centro Comunitário da Igreja Bela Vista	Música ao vivo e roda de chimarrão com a participação dos municípios.
<b>Rodeio Crioulo / CTG – Lenço Colorado</b>	Abr.	CTG – Lenço Colorado	Festa com duração de 03 dias, com barracas gastronômicas, parque de diversões e shows. Reúne aproximadamente 300 cavaleiros
<b>Festa do Peão</b>	Jul.	CTG – Lenço Colorado	Festa com duração de 02 dias, com barracas gastronômicas, parque de diversões e shows. Reúne aproximadamente 300 cavaleiros
<b>Festa em Louvor ao Senhor Bom Jesus – Padroeiro do Município / Paróquia</b>	Ago.	Salão Paroquial da Igreja Matriz	Festa com duração de uma semana, tendo todas as noites barracas, baile, missa e pirogada (prato típico ucraniano). No domingo é servido almoço.
<b>Festa de Santa Rita de Cássia / Cons. Com. Sta. Rita de Cássia</b>	Dez.	Comunidade do Palmital III	Missa, almoço com churrasco, leilão, bingo e matinê dançante.
<b>Grandiosa Festa Divino Espírito Santo / Dir. Cap. Divino Esp. Sto.</b>	Dez.	Comunidade Rio Tigre	Missa, almoço com churrasco, leilão, matinê e bingo.

NOME / PROMOTOR	PERÍODO	LOCAL	DESCRIÇÃO
Tropeada (Cavalgada) / CTG – Lenço Colorado	Abr.	CTG – Lenço Colorado	Cavalgada com aproximadamente 120 participantes.

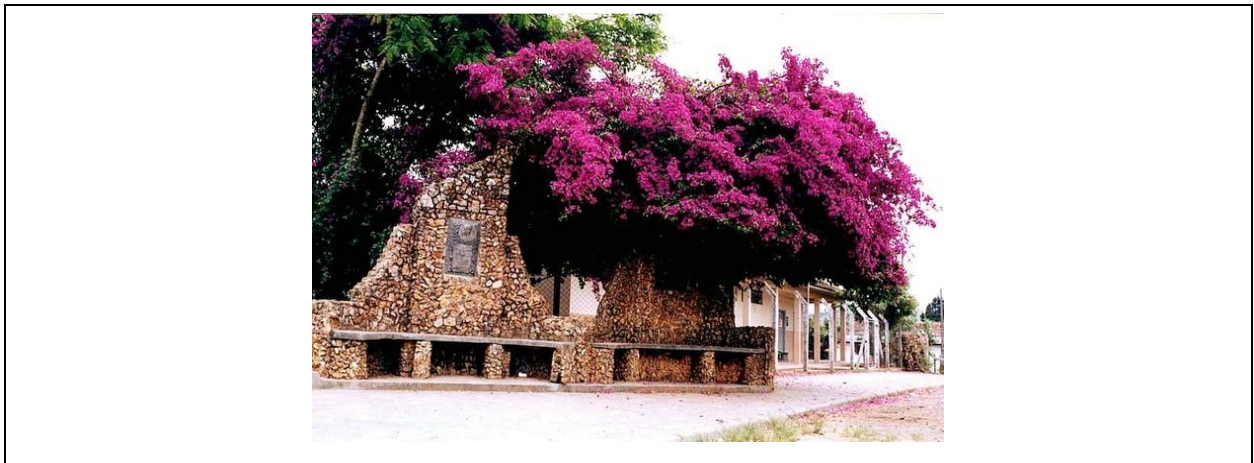
Fonte: RETUR, 2006. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

### 6.4.1.3 Patrimônio Histórico-Cultural

Fruto da colonização estrangeira em terras paranaenses, com a fundação de núcleos coloniais, na primeira metade do século, Cândido de Abreu iniciou-se através do médico francês, João Maurício Faivre. Os primeiros registros descrevem a fundação da “Colônia Tereza” que mais tarde daria origem aos municípios de Cândido de Abreu e Reserva. Após o fracasso da Colônia Tereza, imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e alguns brasileiros, se instalaram na mesma região e fundaram a Colônia Cândido de Abreu que progrediu graças à atuação de seus moradores (IBGE, 2023b).

Em prestígio à gênese da fundação do município, criou-se o Monumento em Homenagem ao Dr. Faivre, importante para o resgate da história da localidade e possui um imenso valor histórico e está situado no distrito de Tereza Cristina.

Figura 36: Monumento em Homenagem ao Dr. Faivre



Fonte: RETUR, 2006.

Cândido de Abreu integra a trilha milenar dos Caminhos do Peabiru, que unia o Atlântico ao Pacífico, passando por Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Bolívia e Peru. O Caminho de Peabiru foi a mais importante via transcontinental da América do Sul pré-colombiana, servindo como estrada indígena com tronco e ramais, formando uma rede com cerca de 3 mil km de extensão. Entrando no Paraná, percorria Cândido de Abreu, Doutor Ulisses, Cerro Azul, Castro, Tibagi, Reserva, Pitanga, Palmital, Guaraniaçu, Corbélia, Nova Aurora, Tupãssi, Assis Chateaubriand, Palotina e Guaíra (RETUR, 2006).

Além da herança cultural dos povos europeus, Cândido de Abreu carrega o legado dos povos indígenas. O território conta com a presença do povo indígena da etnia Kaingang, sendo que as terras indígenas estão na terra indígena de Faxinal, a 12 km da sede (RETUR, 2006). De acordo com a RETUR, a Terra Indígena de Faxinal possui 2.049 hectares e em 2006 havia 490 habitantes e os produtos de artesanato produzidos nas terras indígenas como

chapéus, cestas e balaios são comercializados por todo o Paraná. São permitidas visitas, desde que de acordo com lideranças locais, fortalecendo as práticas de turismo cultural no município (RETUR, 2006).

O legado indígena em Cândido de Abreu também pode ser observado no Sítio do Quinhão, na localidade de Faxinal de São Pedro, 20 km da sede (RETUR, 2006). A propriedade foi visitada por especialista em arqueologia da UniBrasil, na qual constataram que o local faz parte dos Caminhos do Peabiru (posterior a avaliação da equipe técnica). Já que possui diversas pedras marcadas, peças, toca de abrigo dos índios (Incas), local que afiavam ferramentas, fabricavam painéis e materiais, entre outros (RETUR, 2006). De acordo com os profissionais da RETUR, o local pode ser considerado o maior sítio arqueológico do Paraná. Entretanto, a propriedade não recebeu maiores informações dos estudos realizados, e aguarda instruções para que possa preservar de maneira adequada o acervo que possui. A propriedade conta também com uma reserva de aproximadamente 2.000 pés de araucária (RETUR, 2006).

Em relação ao tombamento de bens, não há registros na esfera estadual e não há nenhum bem cadastrado no e Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (IPHAN). A gestão municipal do patrimônio histórico, cultural, natural e social é feita por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo.

## 6.4.2 Esporte

### 6.4.2.1 Equipamentos

A rede de equipamentos de esportes no município de Cândido de Abreu apresentou ampliação comparado à condição apresentada no PDM 2006, que enfatizava a precariedade e insuficiência neste sentido. Além das quadras esportivas existentes nas escolas (5 no município, sendo 4 nas áreas urbanas e uma na área rural), o município dispõe de campinhos de futebol (7 nas áreas urbanas e 9 nas áreas rurais), um ginásio municipal e um complexo esportivo. Os equipamentos de esporte localizados nas áreas urbanas estão descritos na Tabela 65 a seguir. A análise dos equipamentos presentes na área rural possui detalhamento no **item 6.6**.

Tabela 62: Equipamentos Urbanos esportivos em Cândido de Abreu

TIPO	NOME	DISTRITO
Quadra de Esportes	Escola Municipal Cecília Sawczuk	Sede
	Escola Estadual Cândido de Abreu	
	Escola Estadual Ary B Carneiro	
Ginásio Municipal	Ginásio de Esportes Municipal Clemente Adamowicz	
Complexo Esportivo	Complexo Esportivo Tadeu Pázio	
Campinho de Futebol	-	
Quadra de Esportes	Escola Estadual Tereza Cristina	Tereza Cristina
Campinho de Futebol	Campão	
Campinho de Futebol	-	Três Bicos
Campinho de Futebol	-	Rio do Tigre
Estádio de Futebol de Campo	Estádio de Futebol de Campo	Areião

Fonte: Cândido de Abreu, 2023. RETUR, 2006. Google Maps, 2023. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Figura 37: Vista de equipamentos esportivos na sede de Cândido de Abreu



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

O município integra o projeto Meu Campinho, que se constitui em espaços com conjunto de equipamentos públicos para a prática esportiva nas comunidades dos municípios paranaenses (PARANACIDADE, 2023). O objetivo do projeto, que é implantado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná, visa a promoção de melhoria na qualidade de vida das famílias.

Um dos elementos fortalecedores da prática e das competições desportivas no município, com potencial influência regional para a prática de competições, é a presença de um estádio. O Estádio Municipal de Cândido de Abreu se encontrava em más condições, e posteriormente foi desativado (CÂNDIDO DE ABREU, 2020). Destaca-se que está em andamento a construção de um novo Estádio de Futebol de Campo na localidade de Areião, sendo realizadas, complementarmente, a pavimentação das vias do entorno com pedras poliédricas (CÂNDIDO DE ABREU, 2020 e 2021a).

Com relação à análise de abrangência dos equipamentos, adotou-se o raio de 1.000m voltado ao acesso caminhável dos campinhos de futebol e 2.000m para as quadras esportivas, ginásio e complexo esportivo, como disposto nos mapas **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e Mapa 51 (GOIÂNIA, 2007).

Nota-se que a sede está parcialmente contemplada pelos raios de abrangência dos campinhos, sendo que as porções a sudoeste do perímetro urbano não se encontram abrangidos por estes equipamentos. A situação é diferente quando comparada aos raios de abrangência das quadras, ginásio e complexo esportivo (2.000m), em que a sede se encontra totalmente abrangida. Os distritos de Três Bicos e Rio do Tigre possuem um campinho de futebol cada, sendo que seus perímetros urbanos são abrangidos pelos respectivos raios de atendimento. No distrito de Tereza Cristina existe a quadra de esportes da Escola Estadual de Tereza Cristina, cujo raio de abrangência cobre todo o perímetro urbano do distrito.

Observa-se que a sede possui conjunto mais diversificado do que o restante do município, podendo atender localmente a população do distrito e, eventualmente, ser acessado pelos moradores dos outros distritos através do transporte público. Entretanto, nota-se que devido à distância, especialmente de Tereza Cristina e Rio do Tigre em



relação à sede, apesar de já possuírem cobertura pelos equipamentos existentes, há necessidade na diversificação de seus equipamentos desportivos.

465000.000

467500.000

# LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ESPORTE NA SEDE URBANA

## LEGENDA

- Equipamentos de Esporte
- Campinho de Futebol
  - Complexo Esportivo
  - Ginásio Municipal
  - Quadra de Esportes
  - Raio de abrangência (1000m)
  - Raio de abrangência (2000m)

- 1 Escola Municipal Cecília Sawczuk
- 2 Colégio Estadual Cândido de Abreu
- 3 Colégio Estadual Ary B Carneiro
- 6 Ginásio de Esportes Municipal Clemente Adamowicz
- 7 CMEI Maria Francisca Ribeiro Dona Chica
- 8 Campinho de Futebol
- 9 Meu Campinho
- 12 Campinho de Futebol
- 13 Campinho de Futebol

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Equipamentos de Esporte - ECOTÉCNICA, 2023  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**



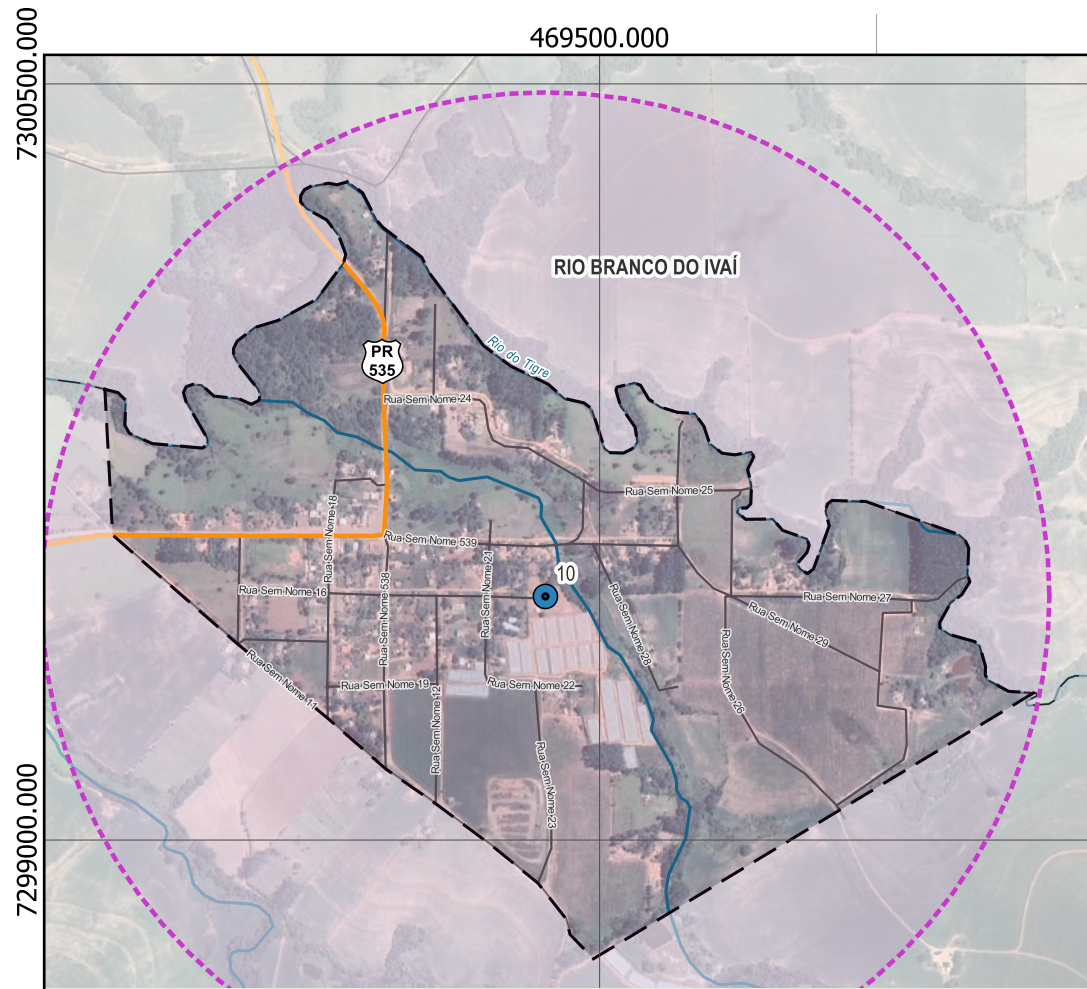
7282500.000

7280000.000

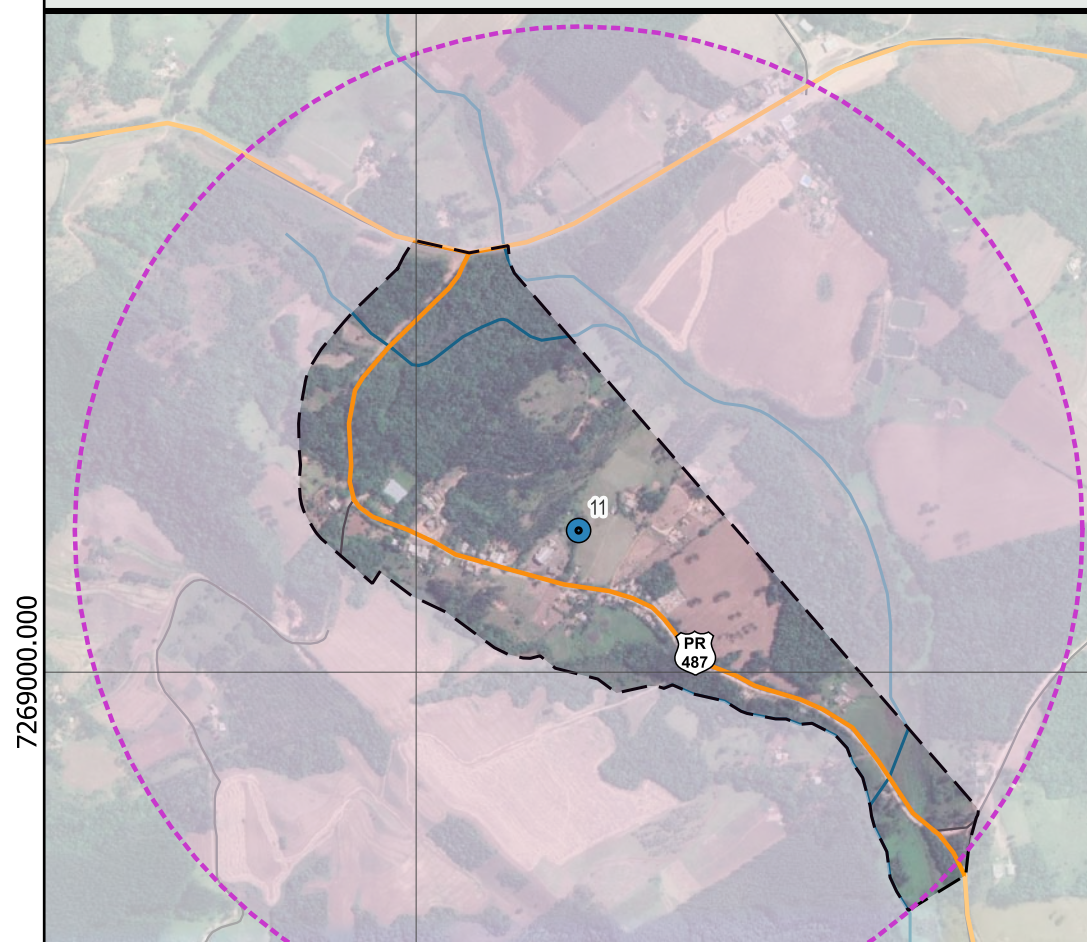
465000.000

467500.000

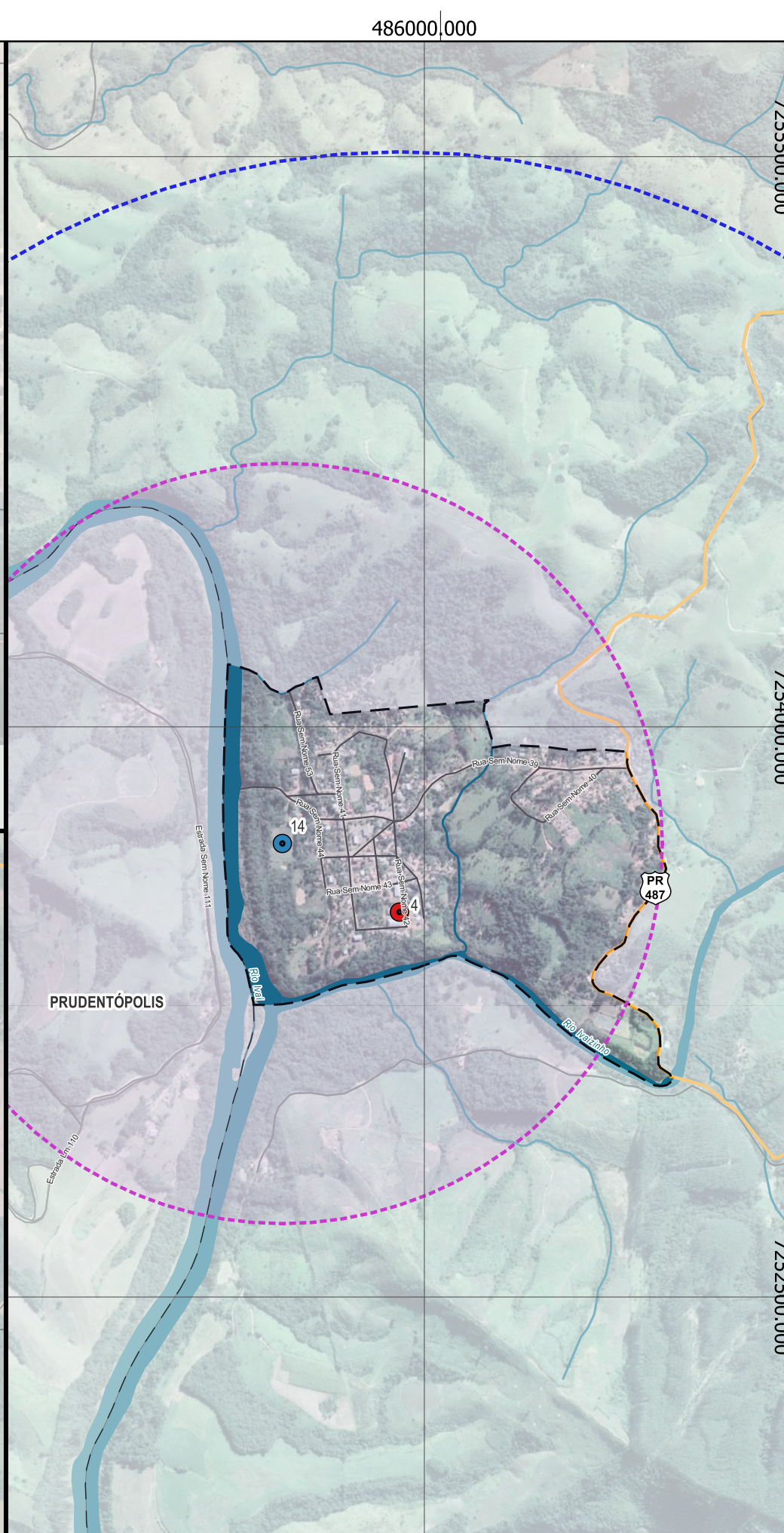




**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

## LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DE ESPORTE E LAZER NOS DISTRITOS

### LEGENDA

- Equipamentos de Esporte
- Campinho de Futebol
- Quadra de Esportes
- Raio de abrangência (1000m)
- Raio de abrangência (2000m)

- 4 Colégio Estadual Tereza Cristina
- 10 Campinho de Futebol
- 11 Campinho de Futebol
- 14 Campinho de Futebol

### Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro urbano

### Fonte de Dados

Equipamentos de Esporte - ECOTÉCNICA, 2023  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 15.000  
**Escala Gráfica:**



### 6.4.2.2 Eventos Esportivos

O fortalecimento institucional das práticas desportivas no município ocorre por meio do calendário de eventos. Os eventos desportivos descritos a seguir na Tabela 66 constam no Inventário Turístico de Cândido de Abreu (RETUR, 2006), cabendo salientar que, eventualmente, o mesmo possa ter se modificado ao longo dos anos. Entretanto, a partir do mesmo é possível notar que o município possui como prática institucionalizada a realização de atividades periódicas, que incluem competições nos níveis municipal e regional. O município também possui time da cidade, o Cândido de Abreu Esporte Clube (time amador).

Tabela 63: Calendário de Eventos Esportivos do Município

NOME / PROMOTOR	PERÍODO	DESCRIÇÃO
Jogos Escolares / Escola Estadual Ary Borba Carneiro	Agosto	Jogos Escolares entre as escolas Escola Municipal Dr. David Federmann, Escola Estadual Tereza Cristina e Escola Estadual Ary Borba Carneiro.
Jogos Escolares / Colégio Estadual Cândido de Abreu	Setembro	Jogos Escolares envolvendo os próprios alunos.
Corrida Caminho de Peabiru (12 km)	março	Competição de nível regional, possuindo categorias masculina, feminina e infantil.
Campeonato Municipal de Futebol de Campo	junho a novembro	Competição de nível municipal realizada no Estádio Municipal
Campeonato de Futsal	Fevereiro à junho	Categorias: aberta – adulto, pré-mirim, mirim, infantil e infante juvenil Local: Ginásio de Esporte Clemente Adamovicz
Projeto 2º Tempo	outubro	Nível: Municipal (projeto em conjunto com o governo federal) Descrição: futsal, vôlei, xadrez. Competições Externas a Nível Regional e Estadual
Semana de Jogos do Aniversário da Cidade	novembro	Local: Ginásio de Esportes Clemente Adamovicz e Estádio Municipal Descrição: futsal, vôlei, futebol, corrida, truco.

Fonte: RETUR, 2006. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

## 6.5 Segurança Pública

Os serviços de segurança pública são exercidos pela Polícia Militar, através de uma Delegacia 26º Batalhão de Polícia Militar (localizada na sede) e complementarmente, o município conta com os Postos de Polícia Rodoviária de Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Apucarana (RETUR, 2006).

Com relação ao Corpo de Bombeiros, o município de Cândido de Abreu não possui quartel próprio, estando subordinado a Ivaiporã. A distância entre Cândido de Abreu e o Corpo de Bombeiros de Ivaiporã (91,1km) é um complicador em caso de acidentes e incêndios, podendo ser estudada a implantação de um quartel de bombeiro comunitário (CÂNDIDO DE ABREU, 2006).

O Estado do Paraná possui 23 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), sendo que Cândido de Abreu pertence a 22ª área, cuja cidade principal é Telêmaco Borba. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP, 2023), no ano de 2022 a AISP de Telêmaco Borba apresentou alguns dos mais baixos índices nas estatísticas criminais comparada as demais áreas.

Na Tabela 64 está disposta a posição da AISP de Telêmaco Borba segundo modalidade de crime comparada às outras 22 AISPs (sendo que quanto mais elevada a posição no ranking, mais alto o índice na respectiva

modalidade de crimes). Nota-se que os números mais elevados se encontram na “Quantidade de Registros de Ambientes Públicos em que Ocorreram Crimes de Roubos” (ocupando a 10ª posição). Na maior parte das outras modalidades a AISP de Telêmaco Borba esteve entre a 19ª e 21ª posições, indicando mais baixo número de ocorrências comparado às outras 22 áreas.

Tabela 64: Posição da AISP de Telêmaco Borba no *Ranking* Comparativo de Estatísticas Criminais das AISPs – 2022

MODALIDADE	POSIÇÃO
Quantidade de Registros de Ambientes Públicos em que Ocorreram Crimes de Roubos	10ª
Armas de Fogo Apreendidas Segundo as AISPs	11ª
Roubos de Veículos Segundo as AISPs	12ª
Quantidade de Registros de Ambiente Comércio em que Ocorreram Crimes de Roubos	13ª
Roubos Consumados	14ª
Quantidade de Registros de Ambiente Residência em que Ocorreram Crimes de Roubos	16ª
Crimes Contra a Dignidade Sexual	19ª
Crimes Contra a Administração Pública	19ª
Recuperações de Veículos*	19ª
Quantidade de Registros de Ambiente Comércio em que Ocorreram Crimes de Furtos	19ª
Crimes Contra o Patrimônio	20ª
Demais Crimes Consumados	20ª
Furtos Consumados	20ª
Furtos de Veículos	20ª
Crimes de Lesão Corporal	20ª
Ocorrências Envolvendo Tráfico de Drogas	20ª
Ocorrências Envolvendo Uso/Consumo de Drogas	20ª
Quantidade de Registros de Ambientes Públicos em que Ocorreram Crimes de Furtos	20ª
Quantidade de Registros de Ambiente Residência em que Ocorreram Crimes de Furtos, Segundo as AISPs	20ª
Crimes Contra a Pessoa	21ª
Crimes de Ameaça	21ª

Fonte: SESP-PR, 2023. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.

Com relação aos crimes no município de Cândido de Abreu, a modalidade com maior número de ocorrências foi Crimes de Estupro (que quadruplicaram nos últimos 4 anos), seguida de Crimes de Estelionato, Armas de Fogo Apreendidas e Roubos de Veículos, sendo que estas duas últimas modalidades seguem a tendência regional das AISPs. Já os Crimes de Roubo tiveram queda no número de ocorrências, conforme pode-se observar na Tabela 65.

Tabela 65: Evolução das Modalidades de Crimes em Cândido de Abreu – 2018-2022

MODALIDADE DE CRIME	2018	2019	2020	2021	2022	VARIAÇÃO PERCENTUAL 2018-2022
Armas de Fogo Apreendidas	10	10	6	7	26	160,0%
Crimes de Ameaça	83	109	68	89	88	6,0%
Crimes de Estelionato	19	24	24	39	58	205,3%
Crimes de Estupro	5	18	10	9	21	320,0%
Crimes de Furto	99	85	72	89	85	-14,1%



MODALIDADE DE CRIME	2018	2019	2020	2021	2022	VARIAÇÃO PERCENTUAL 2018-2022
Crimes de Lesão Corporal	60	68	34	46	64	6,7%
Crimes de Roubo	16	10	5	7	1	-93,8%
Furtos de Veículos	8	11	3	5	4	-50,0%
Ocorrências Envolvendo Tráfico de Drogas	6	4	5	4	4	-33,3%
Ocorrências Envolvendo Uso/Consumo de Drogas	5	6	6	9	4	-20,0%
Perturbação do Sossego/Tranquilidade	11	23	29	21	9	-18,2%
Roubos de Veículos	1	2	2	3	2	100,0%

Fonte: SESP-PR, 2023; IPARDES, 2023a. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.



Conforme a análise por raios de abrangência ilustrada no Mapa 52 (em que se adotou o critério de raio de atendimento de 3.000m), nota-se que a sede e parte da área rural próxima são atendidas pela delegacia de polícia (único equipamento de segurança pública instalado no município). Os dados do SESP- PR para os últimos anos e a insuficiência demonstrada quanto ao raio de abrangência se confirmam através da Leitura Comunitária, em que a população salienta o tema segurança pública como uma deficiência.

465000.000








467500.000

# LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA SEDE URBANA

## LEGENDA

-  Delegacia de Polícia (26º Batalhão da Polícia Militar)
-  Raio de abrangência (3000m)

## Convenções Cartográficas

-  Malha Viária
-  Rodovias
-  Hidrografia
-  Limite Municipal
-  Lotes Cadastrais
-  Massas D'água
-  Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Equipamentos de Segurança Pública - ECOTÉCNICA, 2023  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

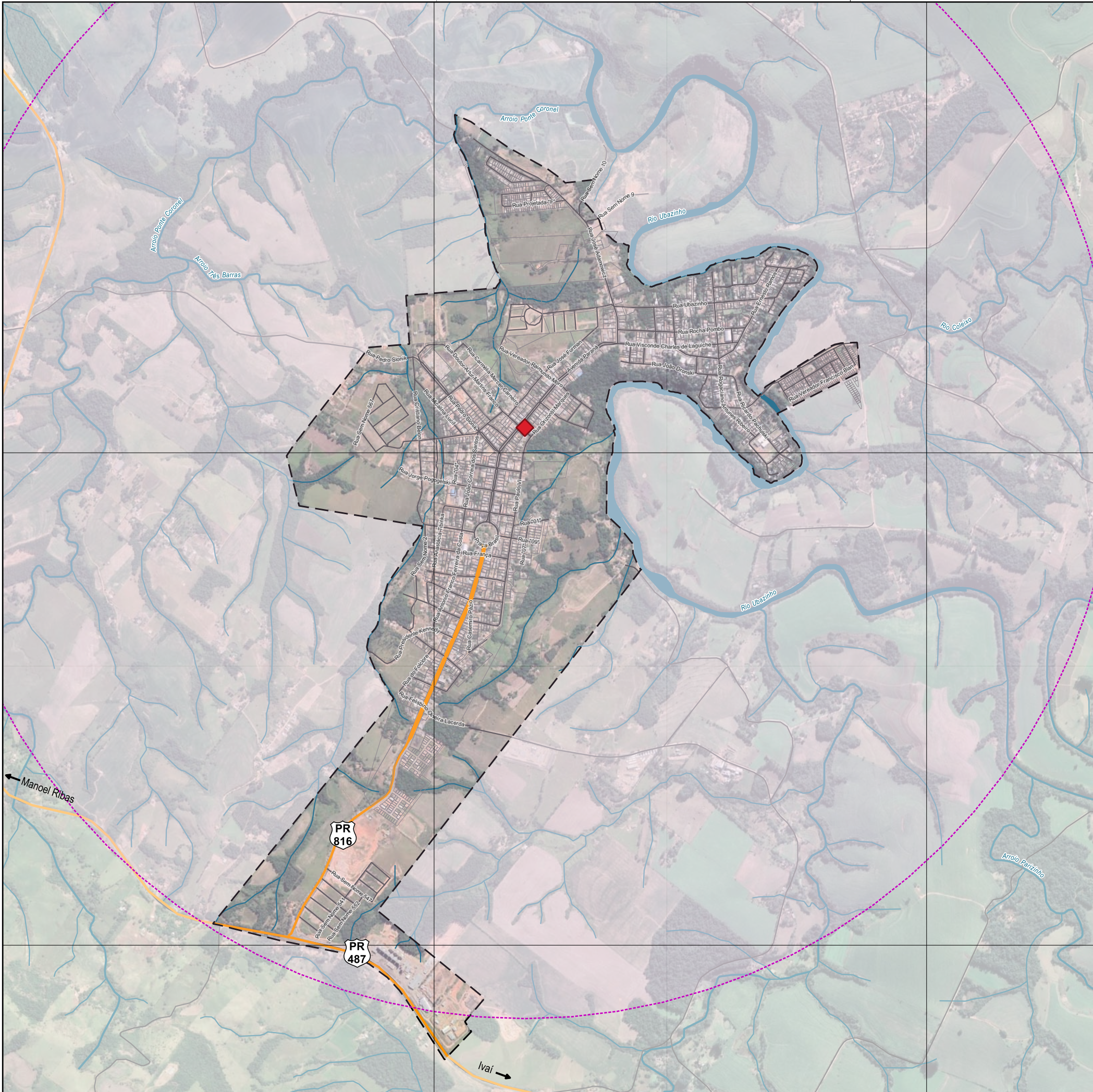


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000



### 6.6 Equipamentos Sociais nas Localidades Rurais

Realizou-se a análise do acesso aos equipamentos sociais também nas 39 localidades rurais existentes, como disposto na Tabela 66, com base nos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a). Destaca-se que todas as localidades possuem acesso à linha de ônibus, então existe possibilidade de deslocamento populacional quando não há oferta de algum serviço ou equipamento.

Tabela 66: Acesso aos Equipamentos Sociais nas Localidades Rurais

NOME	DISTA. DA SEDE (km)	POP. ESTIMADA (2023)	UBS	ESCOLA	CENTRO COM.	IGREJA	ESPORTE
Barra da Vergonha	68	101					
Saltinho	67	248					
Bico Preto	65	101					
Imbuia	64	181					
Tereza Cristina	60	507					
Criciumal	48	219					
Areãozinho	36	217					
Areião	33	254					
Ilha das Flores	32	100					
Vale da Conquista	30	118					
Rio do Tigre	27	380					
Serra Paulista	27	198					
Serra da Mesa	27	122					
Funil	26	136					
Jacaré	26	130					
Linha São Pedro	25	90					
Marumbi	24	218					
Três Bicos	23	533					
Rio do Leão	23	60					
Gleba G	22	100					
Boa Vista	21	161					
Linha Ivaí	20	291					
Faxinal Santo Antonio	20	98					
Bairro dos Romanek	20	53					
Barra Grande	18	311					
Capinzal	18	105					
Palmital LII	16	256					
Marumbi	15	401					
Xaxim	15	296					
Faxinal de Catanduvas	12	276					
Palmital LI	12	127					
Sabugueiro	11	173					
Faxinal	10	280					
Pinhal	8	389					
Assentamento 19 de Junho	8	217					
Ubazinho	7	130					
Palmital L	5	386					
Lageado	5	240					
Rio Baile	2	390					

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2023a. Elaboração ECOTÉCNICA, 2023.



Em relação à disponibilidade das UBS, destaca-se que o município trabalha com divisões por regiões de atendimento (PMS, 2022). Desse modo, apesar de maior parte das localidades não possuir uma UBS associada, a população das respectivas localidades é atendida pela UBS da região a que pertence. Salienta-se que este sistema pode, eventualmente, representar alguma dificuldade de acessibilidade por conta dos deslocamentos da população na área rural. Note-se que o percentual de cobertura das ESF implantadas foi de 100% de atendimento das famílias cadastradas, isto inclui população urbana e rural. Desse modo, mesmo com a possível dificuldade de mobilidade, o sistema de atendimento em saúde demonstra eficiência.

Em relação às escolas, a distribuição fora da área urbana é um pouco mais significativa. O acesso em localidades em que não há escolas é feito através do transporte escolar (que conforme apresentado anteriormente, já apresenta melhoras comparado à situação apresentada no PDM 2006). Em relação aos equipamentos de cultura, esporte e lazer, destaca-se que todas as localidades possuem centros comunitários, assim como igrejas. Entretanto, das 39 localidades, apenas 12 possuem equipamentos esportivos, salientando a demanda municipal tanto pela diversificação destes equipamentos quanto melhor distribuição fora da sede.

## 7 CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito universal ao acesso à moradia no Brasil e a emenda Constitucional nº 26/2000 reforçou essa determinação, incluindo a moradia como um direito social ao lado de outros, como educação e saúde. O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) regulamentou a política urbana e apresentou instrumentos para promover uma moradia adequada, controlar a especulação imobiliária e melhorar a distribuição dos benefícios e ônus da urbanização, tais como o IPTU progressivo, usucapião coletivo, a concessão de direito real de uso e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), entre outros. Outro instrumento que garante o direito à moradia e estabelece diretrizes e estratégias para a política habitacional é o Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Implementado em 2009 pela Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades, o Plano formula estratégias para abordar a questão habitacional no Brasil até 2023.

Além dos mecanismos e instrumentos previstos na legislação federal, uma das ferramentas de política habitacional a nível municipal é o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Esse plano setorial tem como objetivo quantificar e propor estratégias para enfrentar o déficit habitacional no município, além de estruturar a política habitacional em consonância com o plano de desenvolvimento do município. Em 2019 a administração municipal de Cândia de Abreu informou à COHAPAR que o PLHIS do município estava em processo de elaboração (COHAPAR, 2019).<sup>7</sup>

Independentemente da abordagem do acesso a uma moradia adequada, esse direito não se resume apenas ao acesso a uma casa ou propriedade. O direito à moradia é garantido por meio da localização, do ambiente circundante, das condições de acesso, saneamento e da maneira como a moradia influencia a vida cotidiana. Portanto, é necessário avaliar as condições gerais de moradia, infraestrutura, acesso à terra, acesso à cidade, equipamentos públicos, entre outros. Quando o direito à moradia é garantido, outros direitos, como saúde, educação, saneamento básico, trabalho e lazer, também devem ser assegurados.

Em conformidade com a legislação federal, este capítulo tem como objetivo avaliar as condições gerais de moradia e a regularização fundiária no município de Cândia de Abreu, fornecendo uma base para etapas futuras que definirão medidas específicas para garantir o direito à terra urbana, moradia, infraestrutura, serviços públicos e saneamento ambiental no Município.

### 7.1 Características das Moradias

Em relação à tipologia das moradias, Cândia de Abreu possui, em geral, um tecido urbano horizontalizado, com predominância de residências unifamiliares de um pavimento que se mesclam com comércios de diversos setores. Além disso, existem também algumas edificações de dois pavimentos (sobrados), com a presença de um térreo comercial e o primeiro pavimento utilizado para fins habitacionais (Figura 38). De acordo com o IBGE (2022), o município possui 6.911 domicílios particulares permanentes (26% a mais do que o apurado no Censo de 2010), sendo

<sup>7</sup> Não se teve acesso a este plano.



os não ocupados 1.323 domicílios (11,23% do total de domicílios) (IBGE, 2022a). Ainda, o Censo (2010) informava que a grande maioria das residências do município eram construídas em madeira, juntamente com a presença das construções em alvenaria com revestimento. A Tabela 67, dispõe dos materiais construtivos mais utilizados nos domicílios em Cândia de Abreu.

Tabela 67: Material Construtivo dos Domicílios em Cândia de Abreu - 2010

INDICADOR	QUANTIDADE ABSOLUTA DE DOMICÍLIOS	QUANTIDADE RELATIVA DE DOMICÍLIOS
Alvenaria com revestimento	1925	38,11%
Alvenaria sem revestimento	369	7,3%
Madeira aparelhada	2620	51,87%
Taipa não revestida	6	0,12%
Madeira aproveitada	78	1,54%
Outro material	53	1,05%
<b>TOTAL</b>	<b>5.051</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE, 2010

Figura 38: Tipologias habitacionais em Cândia de Abreu



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

Também é possível obter uma amostra representativa dessas informações com base nos registros da COHAPAR acerca do cadastro das famílias interessadas por moradia, categorizados na Tabela 11. Ao analisar os

dados, observa-se que em 2019 havia 521 cadastros, com a maioria das famílias que viviam em domicílios alugados, seguidos por residências cedidas. Além disso, estão disponíveis dados sobre a porcentagem da renda familiar que é consumida pelo aluguel dessas pessoas cadastradas, revelando que a maioria das famílias gastava mais de 30% de sua renda com aluguel naquele mesmo ano.

Tabela 68: Cadastros por tipo de moradia na COHAPAR - 2019

CADASTROS	CEDIDAS	AGREGADAS	ALUGADAS	ALUGUEL ATÉ 10%	ALUGUEL DE 10% A 20%	ALUGUEL DE 10% A 20%	ALUGUEL MAIOR QUE 30%
521	162	45	197	9	58	64	66

Fonte: PARANÁ, 2020.

## 7.2 Assentamentos precários e ocupações irregulares

Neste tópico, serão abordadas questões relacionadas à regularização fundiária de assentamentos precários e ocupações irregulares, bem como será discutido como Cândido de Abreu tem utilizado os instrumentos urbanísticos para promover a garantia da moradia digna.

Com base nas informações fornecidas pelo Município à COHAPAR em 2019, foi identificada a existência de loteamentos irregulares na área urbana (Quadro 10) onde alguns lotes já foram comercializados, mas não foram construídas edificações devido à intervenção do Ministério Público. No entanto, a administração municipal assegura que está em andamento o processo de regularização fundiária desses lotes (COHAPAR, 2019).

Na região de Sapolândia, na porção oeste da sede urbana, está localizado o loteamento irregular denominado Loteamento Jardim Oliveira. Esse loteamento está presente há 16 anos e possui um total de 80 unidades, sendo 66 lotes vazios e 14 lotes com edificações. Outro loteamento irregular identificado pela administração municipal é o Loteamento Manga Larga, localizado na porção nordeste da sede urbana. Dos 16 lotes desse loteamento, uma parte está situada em uma área de preservação (COHAPAR, 2019). Na porção sudoeste da sede urbana, também existem dois loteamentos irregulares contíguos, denominados Jardim Flamboiã e Jardim Folclore. O Mapa 53 espacializa a localização das ocupações irregulares mencionados anteriormente, as informações da localização dos demais loteamentos irregulares não foram repassados à consultoria.

Quadro 10: Loteamentos irregulares e favelas no município de Cândia de Abreu

TIPO	NOME	TEMPO DE EXISTÊNCIA	TOTAL DE UNIDADES
Loteamento irregular / clandestino	Jardim Oliveiras - Sapolândia	16 anos	80
	Manga Larga	-	16
	Jardim Flamboiã	9 anos	46
	Jardim Folclore – Bela Vista	8 anos	650
	Distrito Urbano de Tereza Cristina	-	360
	Loteamento Wenceslau Sawczuk	-	200
	Núcleo Colonial Urbano	-	200
	Loteamento Desplanches	-	35
Loteamento Tarcisio	-	25	
Favela <sup>8</sup>	Prainha	Não há conhecimento	50

Fonte: PARANÁ, 2023; CÂNDIDO DE ABREU, 2023a.

Nota: (-): Sem dados.

Além disso, na porção leste da sede urbana, onde o rio Ubazinho atua como limite, ocorrem ocupações nas áreas de várzea ao longo do curso d'água, conhecidas como Prainha e Balsa Velha (Figura 39). De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) (2014), a área da Prainha (área listada como favela) passou por um programa de realocação que envolveu 40 famílias, sendo transferidas para a localidade de Jardim Costa Azul (empreendimento habitacional construído pela municipalidade destinado à população de baixa renda), resultando na quase total desocupação da área onde havia 50 domicílios (CÂNDIDO DE ABREU, 2013a).

Figura 39: Ocupações irregulares – Prainha e Balsa Velha



(A) Favela - Prainha; (B) Loteamento irregular Balsa Velha

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

<sup>8</sup> De acordo com a metodologia utilizada pela COHAPAR, a definição de favelas se dá como um conjunto de no mínimo 10 domicílios (casas, barracos etc.) em que a edificação antecede a definição dos lotes, ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Em sua maioria são carentes de serviços públicos essenciais e apresentam sistema viário exíguo e com traçado irregular, lotes indefinidos ou irregulares, configurados pelo desordenamento de edificações autoconstruídas (COHAPAR, 2020).

465000.000

467500.000

# OCUPAÇÕES IRREGULARES NO MUNICÍPIO

## LEGENDA

- Ocupação irregular
  - Loteamento irregular
  - Favela

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Perímetro Urbano - Sede
- Lotes cadastrais
- Hidrografia

## Fonte de Dados

Ocupações irregulares - COHAPAR, 2023.  
 Limite de Manancial - ETC, 2023.  
 Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**

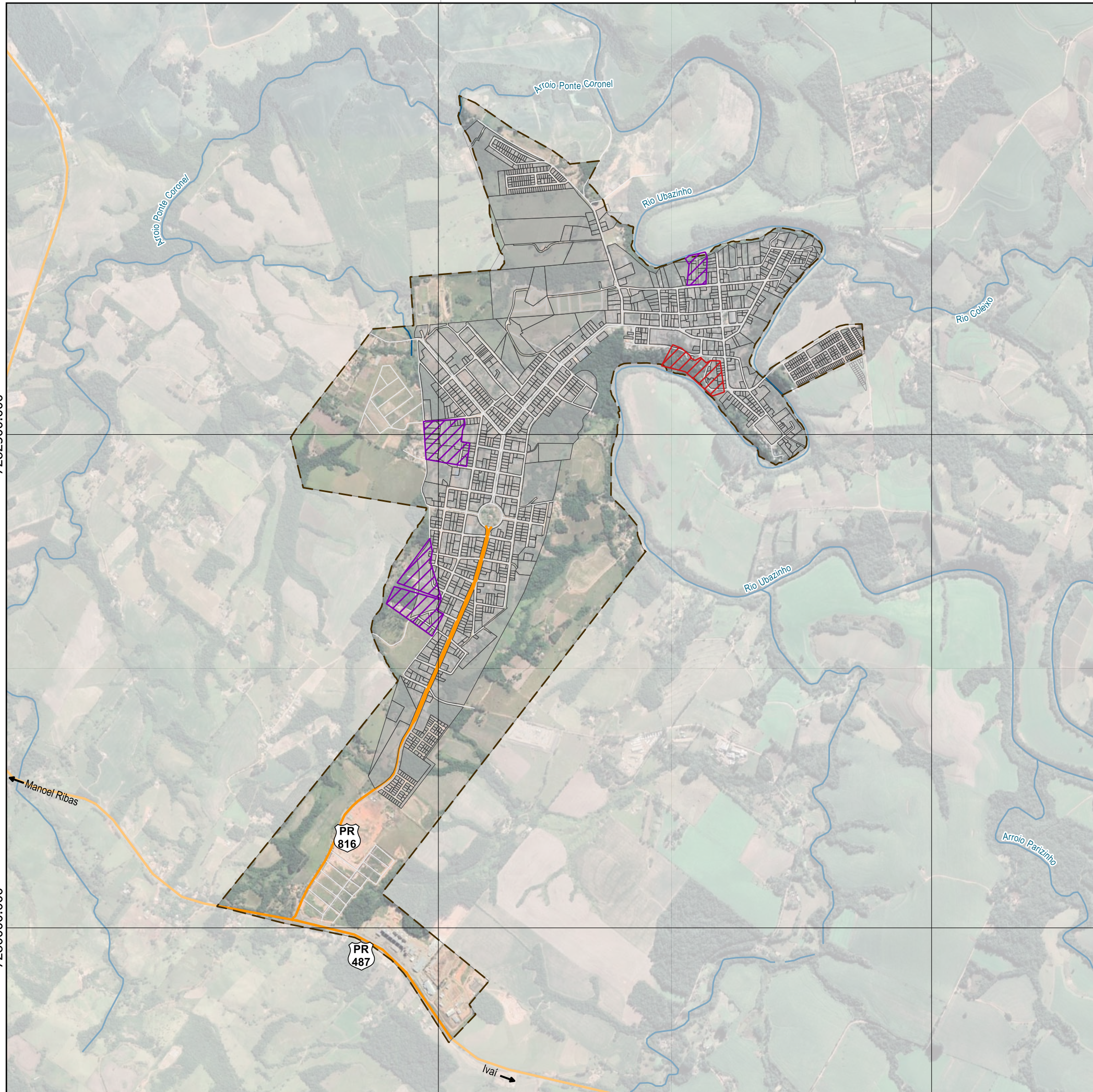


7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000



Embora essas moradias sejam construídas em áreas que estão em desconformidade com a legislação, seja de forma jurídica ou urbanística, é de extrema relevância abordar o padrão de construção e conservação dos loteamentos irregulares, especialmente no que diz respeito à qualidade de vida e segurança dos moradores. Em relação ao padrão das construções dos loteamentos irregulares em Cândia de Abreu, estes costumam apresentar uma diversidade de padrões das edificações, desde residências precárias feitas a partir de materiais como lonas, plásticos e arames ou madeira, até residências de alvenaria com até 1 pavimento.

O estado de conservação dos domicílios também é uma questão relevante. Devido à falta de regulamentação e controle, é comum que essas áreas apresentem problemas de manutenção das estruturas, como a conservação da própria estrutura da residência, acúmulo de lixo e entulhos no lote ou a falta de cômodos disponíveis para todos os residentes (tal como banheiros ou quartos).

A Tabela 69 a seguir apresenta os padrões médios de construção e o estado de conservação dos domicílios situados em loteamentos irregulares em Cândia de Abreu, em 2020, e na sequência, a Tabela 70 apresenta dados referentes à favela Prainha.

Tabela 69: Loteamentos irregulares conforme padrão e estado de conservação dos domicílios - 2020

	PADRÃO MÉDIO DE CONSTRUÇÃO DOS DOMICÍLIOS					ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS DOMICÍLIOS		
	Madeira	Alvenaria (um pavimento)	Alvenaria (2 ou mais pavimentos-lajes)	Materiais reaproveitados de construção	Lonas, plásticos, arames	Inabitável	Precário	Bom estado
<b>Não</b>	-	-	2	2	2	2	1	-
<b>Até 30% da ocupação</b>	2	1	-	-	1	1	1	-
<b>De 30 a 60% da ocupação</b>	-	-	-	-	-	-	1	1
<b>Mais de 60% da ocupação</b>	1	2	-	-	-	-	-	1

Fonte: COHAPAR, 2020.

Tabela 70: Favelas conforme padrão e estado de conservação dos domicílios

	PADRÃO MÉDIO DE CONSTRUÇÃO DOS DOMICÍLIOS					ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS DOMICÍLIOS		
	Madeira	Alvenaria (um pavimento)	Alvenaria (2 ou mais pavimentos-lajes)	Materiais reaproveitados de construção	Lonas, plásticos, arames	Inabitável	Precário	Bom estado
<b>Não</b>	-	1	1	-	-	-	-	1
<b>Até 30% da ocupação</b>	1	-	-	-	1	1	-	-

	PADRÃO MÉDIO DE CONSTRUÇÃO DOS DOMICÍLIOS					ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS DOMICÍLIOS		
	Madeira	Alvenaria (um pavimento)	Alvenaria (2 ou mais pavimentos-lajes)	Materiais reaproveitados de construção	Lonas, plásticos, arames	Inabitável	Precário	Bom estado
De 30 a 60% da ocupação	-	-	-	1	-	-	1	-
Mais de 60% da ocupação	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: COHAPAR, 2020.

A partir dos dados fornecidos pela COHAPAR (2023), foi constatado que Cândia de Abreu passou por sete processos de regularização fundiária desde 2008 (Quadro 11). Destes, três foram realizados por meio do programa Mutirão (14 atendimentos), dois pela Escrituração Direta (dois atendimentos), um através do programa Vilas Rurais (45 atendimentos) e um processo de realocação de 19 famílias. Ao somar o número de atendimentos, obtém-se um total de 80 famílias atendidas pelas ações de regularização fundiária.

Quadro 11: Programas de regularização fundiária em Cândia de Abreu

PROGRAMA	Nº DE ATENDIMENTOS	ANO DE INÍCIO	SITUAÇÃO	FASE
Vilas Rurais	45	2008	Concluído	100%
Mutirão	4	2012	Concluído	100%
Mutirão	4	2012	Concluído	100%
Mutirão	6	2012	Concluído	100%
Cândia de Abreu - Realocação	19	2013	Concluído	100%
Escrituração Direta	1	2021	Concluído	100%
Escrituração Direta	1	2022	Concluído	100%

Fonte: COHAPAR, 2023a.

### 7.2.1 ZEIS e Demais Instrumentos

Uma das premissas fundamentais do Estatuto da Cidade é a noção de que a posse da propriedade não deve ser absoluta, mas sim exercida de acordo com suas finalidades sociais e econômicas. Essa importante lei é composta por um total de 58 artigos, distribuídos em cinco capítulos. No entanto, o Capítulo II merece destaque especial neste contexto, pois trata dos instrumentos relacionados à política urbana.



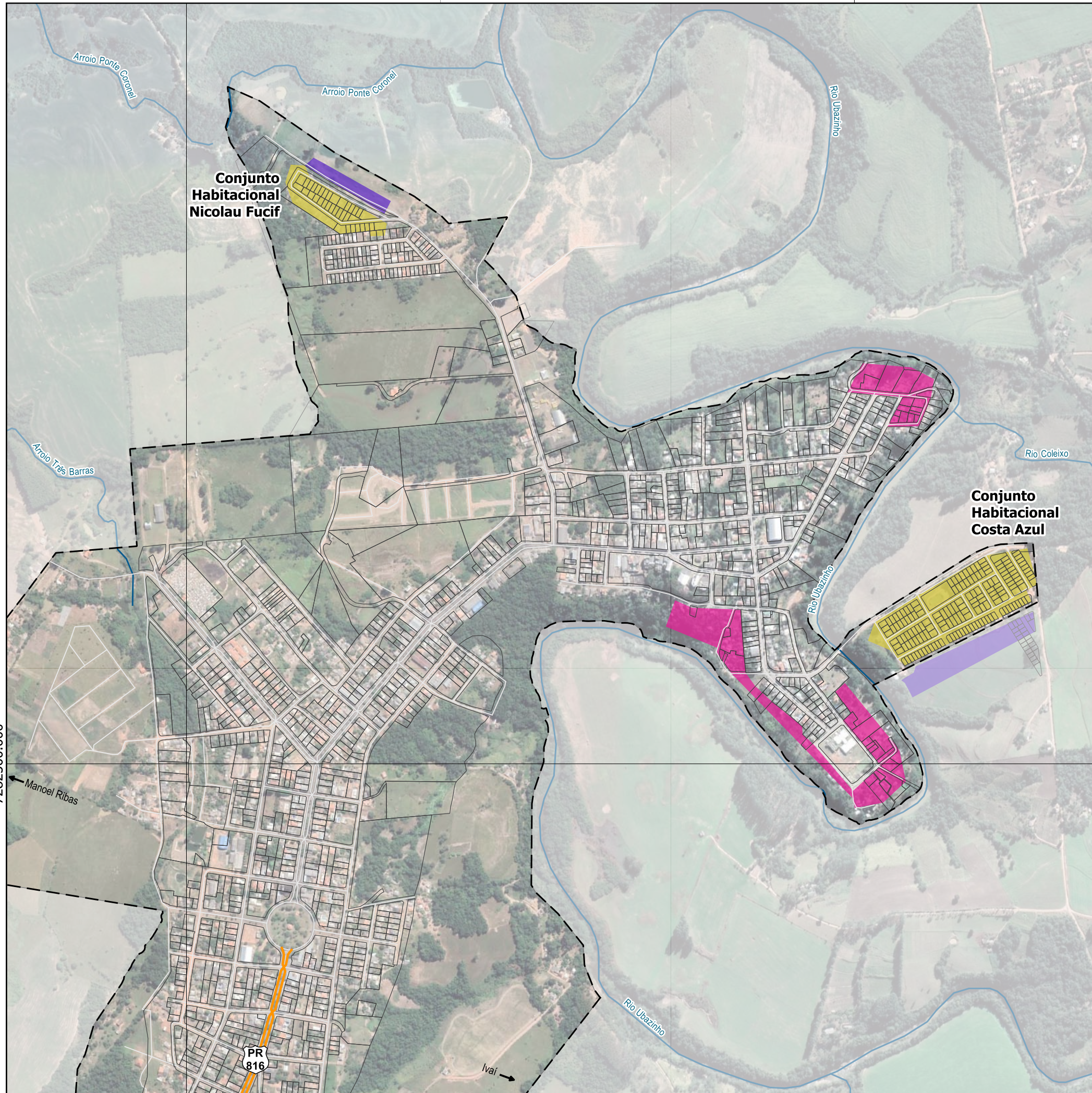
Dos instrumentos urbanísticos presentes no município de Cândido de Abreu, destaca-se a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) em áreas ocupadas. A ZEIS pode ser definida pela Lei Federal nº 11.977/2009 como a parcela do território de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por Lei Municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo (BRASIL, 2009).

Conforme a Lei do Zoneamento em vigência (CÂNDIDO DE ABREU, 2012a), as ZEIS são caracterizadas como zonas

“em que predomina o uso residencial, com padrão de ocupação unifamiliar, bifamiliar ou multifamiliar de média densidade, constituída por projetos de desfavelamento, assentamento ou reassentamento de populações carentes e conjuntos habitacionais populares implantados pelo Município ou por agências governamentais de habitação popular” (CÂNDIDO DE ABREU, 2012a).

Duas áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foram demarcadas em Cândido de Abreu para acomodar conjuntos habitacionais: a ZEIS do Conjunto Habitacional Costa Azul e outra na região norte, conhecida como Conjunto Habitacional Nicolau Lucif. Além disso, o município tem projetos futuros de ZEIS de produção em dois locais, planejando lotes de 125m<sup>2</sup> (COHAPAR, 2020). Essas áreas são contíguas às ZEIS das áreas ocupadas por conjuntos habitacionais, criando uma continuidade do próprio conjunto. As ZEIS já implementadas, conforme estabelecido pela Lei Municipal 727/2012, juntamente com as áreas de ZEIS planejadas, estão representadas no Mapa 54 a seguir, fornecendo uma visão espacial mais detalhada desses espaços destinados ao desenvolvimento habitacional e à promoção de moradia digna para a população de Cândido de Abreu.

465000.000



### ZEIS NA SEDE URBANA

#### LEGENDA

Zoneamento (Lei Municipal Nº 727/2012)

■ ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

ZEIS (COHAPAR, 2019)

■ ZEIS de produção

■ ZEIS ocupadas - Conjuntos Habitacionais

#### Convenções Cartográficas

Perímetro Urbano - Sede

Lotes cadastrais

Malha Viária

Rodovias

Hidrografia

#### Fonte de Dados

Zoneamento - CÂNDIDO DE ABREU, 2012.

ZEIS - COHAPAR, 2019.

Lotes Cadastrais - PARANACIDADE, s.d

Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.

Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.

Hidrografia - IAT, 2020.

Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
- Meridiano Central 51°W  
Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000

**Escala Gráfica:**



7282500.000

Manoel Ribas

465000.000

Ivai





## 7.3 Necessidades Habitacionais

No Brasil, as políticas habitacionais têm cada vez mais focado no retorno de investimentos e no desenvolvimento econômico, em sintonia com a economia global. Logo, as camadas mais pobres da população não têm outra opção senão ocupar áreas com infraestrutura precária. De acordo com Santos (2000), o espaço é socialmente influenciado pelas relações entre o Estado, a economia e os diversos interesses, resultando na distribuição social dos espaços econômicos e das classes sociais. Nesse contexto, é importante analisar os dados sobre a demanda habitacional no município, a fim de fornecer um panorama do cenário atual.

No quesito institucional e de gestão habitacional de Cândia de Abreu, os órgãos responsáveis pelo setor são: a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Obras. Ainda, o município afirma que o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) está em processo de elaboração (COHAPAR, 2019).

Em relação ao número de famílias que estão cadastradas para habitação de interesse social, é possível observar que a faixa de renda predominante, tanto na área urbana quanto rural, é de 1 salário mínimo. Essa faixa representa aproximadamente 82,7% da demanda habitacional, conforme demonstrado na Tabela 71. Esses dados ressaltam a necessidade de políticas habitacionais que atendam especialmente essa faixa de renda, visando garantir acesso adequado à moradia para a população de baixa renda residente em Cândia de Abreu.

Tabela 71: Famílias interessadas em habitação por faixa de renda - 2019

LOCAL	ATÉ 1 S.M.	1 A 2 S.M.	2 A 3 S.M.	3 OU MAIS S.M.	NÚMERO TOTAL DE CADASTROS
ÁREA URBANA	319	330	96	56	801
ÁREA RURAL	127	85	19	9	240
<b>TOTAL</b>	<b>446</b>	<b>415</b>	<b>115</b>	<b>65</b>	<b>1.041</b>

Fonte: PARANÁ, 2020.

Além disso, é importante ressaltar que Cândia de Abreu possui assentamentos rurais, os quais possuem uma demanda total de 150 unidades habitacionais e um assentamento indígena, com uma demanda total de 40 unidades (COHAPAR, 2019), destacando a necessidade de políticas e ações específicas voltadas para atender essa demanda de moradia no meio rural.

## 7.4 Produção Habitacional e Programas em Andamento

Entre os anos de 2013 a 2018, a administração pública realizou a entrega de moradias próprias para 59 famílias pelas modalidades de Oferta Pública e licitação, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e SUB 50 (Minha Casa Minha Vida). Conforme o Plano Municipal de Saneamento Básico (2014), houve a construção de um conjunto habitacional chamado Costa Azul pela COHAPAR, possuindo 40 lotes, abrangendo uma área aproximada de 6,6 hectares. O município também adquiriu terras adjacentes a esse conjunto, onde está construindo moradias com recursos próprios destinadas à população de baixa renda (CÂNDIDO DE

ABREU, 2013b). A fim de atender a demanda habitacional rural, foram construídas 68 unidades através da linha de financiamento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) na modalidade autoconstrução e 22 unidades pelo Programa Morar Bem Paraná. O Quadro 12 a seguir apresenta os dados fornecidos pela COHAPAR sobre os empreendimentos habitacionais construídos no município nos últimos 10 anos.

Quadro 12: Construção de moradias de acordo com linha de financiamento e modalidade executadas no município

PROGRAMA DE GOVERNO	EMPREENHIMENTO	Nº UNIDADES HABITACIONAIS	LINHA DE FINANCIAMENTO	MODALIDADE	ANO	SITUAÇÃO
URBANO	Cândido de Abreu	40	SUB 50	Oferta Pública II	2018	Concluído
	Cândido de Abreu	19	FNHIS	Licitação	2013	
RURAL	Moradias Rurais Cândido de Abreu I	19	PNHR	Autoconstrução	2013	
	Moradias Rurais Cândido de Abreu II	19			2016	
	Moradias Rurais Cândido de Abreu III	30			2018	
	Moradias Rurais Cândido de Abreu IV	12		-		
	Moradias Rurais Cândido de Abreu V	10		-		

Fonte: COHAPAR, 2023b, 2023c.

Nota: (-) Sem informações.

## 8 CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA

A mobilidade é um componente essencial para o desenvolvimento e organização territorial, abrangendo os sistemas de circulação rodoviários, ferroviários, aquaviários, deslocamentos pedonais, entre outros. Neste tópico, será realizado um breve diagnóstico buscando compreender as diversas dinâmicas e estruturas existentes relacionadas à circulação, transporte e mobilidade em Cândido de Abreu.

Com o intuito de compreender melhor a situação, foram coletados e analisados dados abrangendo os diferentes modais de transporte presentes no Município, bem como a identificação da hierarquização do sistema viário. O funcionamento interno desses sistemas, também foi considerado, de modo a identificar pontos de conflito existentes, além de analisar a tipologia das vias do Município.

Essa análise é de extrema importância para subsidiar a tomada de decisões estratégicas relacionadas ao planejamento urbano e à melhoria da infraestrutura de circulação e transporte. Através da compreensão das dinâmicas de mobilidade, podem ser identificados gargalos e oportunidades para aprimorar a eficiência e a acessibilidade dos meios de transporte utilizados pela população.

### 8.1 Sistema Viário Municipal

O sistema viário municipal de Cândido de Abreu é caracterizado por rodovias estaduais e estradas rurais municipais, desconsiderando, para fins desta análise, o sistema viário urbano, que é tratado em tópico específico a na sequência.

O município de Cândido de Abreu é atravessado por três importantes rodovias: a PR - 487, PR - 535 e a PR - 239. A PR - 487 entra no município pela divisa com Ivaí e corta Cândido de Abreu em direção noroeste até acessar o município de Manoel Ribas. Essa rodovia é essencial, fornecendo acesso aos distritos de Tereza Cristina, Três Bicos e à sede urbana. Já a PR-535 entra no limite municipal pelo distrito de Rio Branco do Ivaí, ao norte. Essa estrada estadual conecta o distrito de Rio do Tigre até o encontro da PR-487. De maneira semelhante, a PR-239 entra em Cândido de Abreu pela parte leste, pelo município de Reserva, e termina ao encontrar a PR-487 nas proximidades do distrito de Três Bicos.

As estradas rurais têm uma importância significativa, sendo meios essenciais de ligação entre as comunidades rurais e a sede urbana. O município possui aproximadamente 353 km de estradas rurais e 105 km de rodovias estaduais, de acordo com os dados obtidos por meio do geoprocessamento, a partir de arquivos *shapefile*. De acordo com a administração municipal, grande parte das estradas rurais possuem pavimentação primária e alguns trechos contam com pavimentação poliédrica.

Para promover a manutenção das vias rurais, a Lei municipal nº 1.391, de 08 de julho de 2022, estabelece a implementação do Sistema de Recuperação e Conservação das Estradas Rurais Municipais, com a responsabilidade compartilhada entre as Secretarias de Viação e Serviços Urbanos, Obras e Desenvolvimento e Meio Ambiente. Esse sistema possui como objetivos:

I - Manter permanentemente transitável o Sistema Viário de Estradas Rurais do Município dando-lhe condições de trânsito seguro e de circulação de pessoas, veículos, escoamento de produção local, abastecimento e transporte escolar;

II - Contribuir com a conservação dos solos e a redução da poluição e do assoreamento dos cursos d'água no interior do Município;

III - Estabelecer obrigações do Poder Executivo Municipal e dos proprietários rurais e demais usuários para a consecução das finalidades desta Lei (CÂNDIDO DE ABREU, 2022b).

Segundo informações da administração municipal de Cândia de Abreu, os trabalhos de pavimentação nas estradas rurais da localidade de Ubazinho e Lajeado estão em processo de licitação. Já a pavimentação da região de Monte Verde encontra-se em fase de projeto, e o projeto para a Linha Ivaí está em análise (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

Quanto à hierarquização do sistema viário municipal, essa atribuição foi estabelecida pela Lei Municipal nº 1.391, de 08 de julho de 2022 (CÂNDIDO DE ABREU, 2022b). Essa legislação determina as faixas de domínio e faixas não edificáveis, além de classificar as vias em ordem de importância, considerando os seguintes critérios:

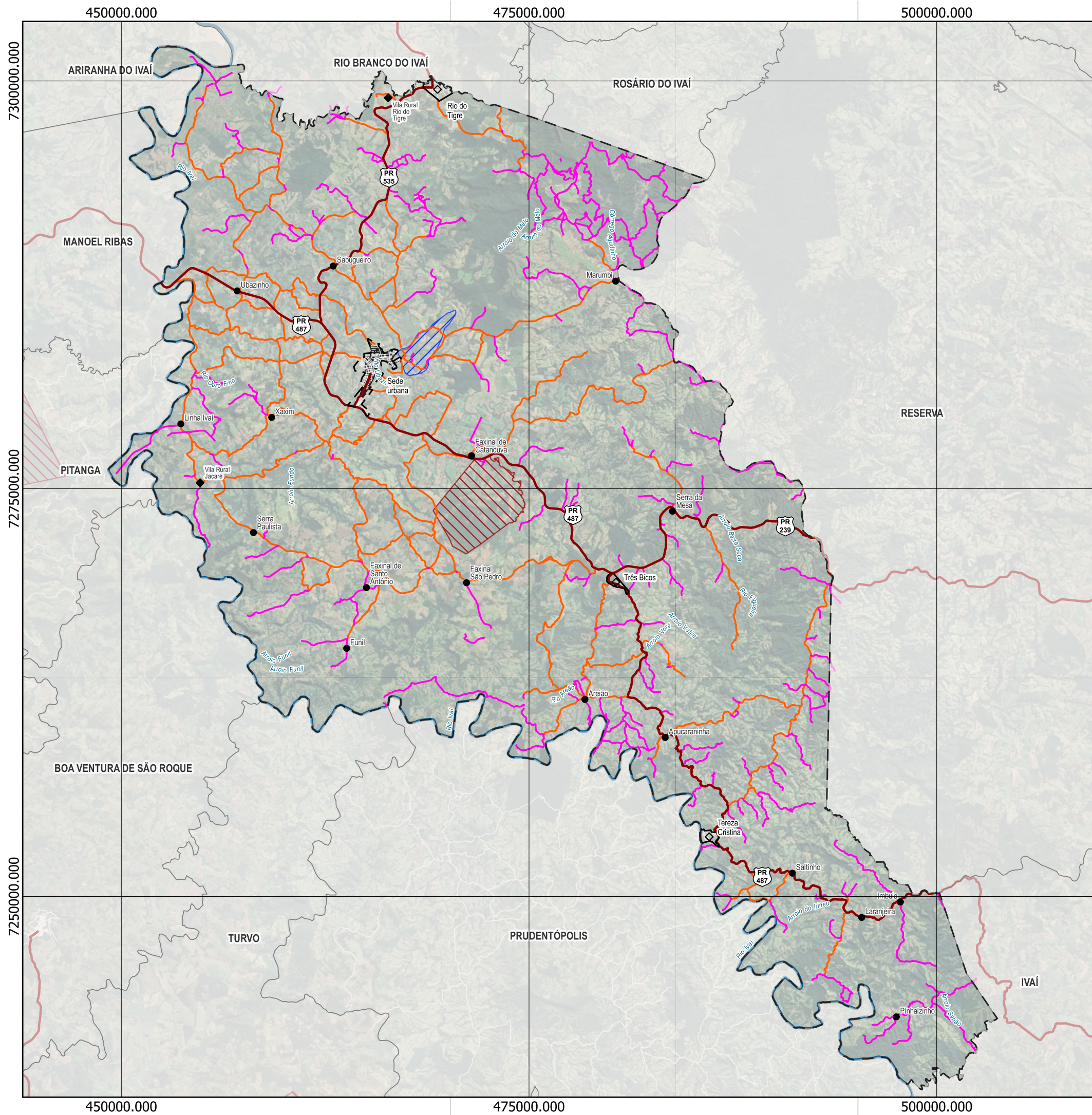
**I – Rodovias Regionais** – são rodovias pavimentadas sob jurisdição estadual;

**II – Estradas Principais ou de ligação** – são estradas não pavimentadas sob jurisdição estadual ou municipal, destinadas a interligar as áreas rurais do município, entre si e com a Sede, responsáveis pelo escoamento de produção agrícola, abastecimento das áreas rurais e suporte do transporte escolar; faixa de domínio de 6,50 metros de largura para cada lado, a partir do eixo, e mais faixa não edificável de 2,00 metros de largura para cada lado.

**III – Estradas Vicinais ou caminhos** – são estradas não pavimentadas sob jurisdição municipal, destinadas a dar acesso a locais de produção e moradia rural, interligando-os com as Estradas Principais e Rodovias; faixa de domínio de 4,00 metros de largura para cada lado, a partir do eixo, e mais faixa não edificável de 2,00 metros de largura para cada lado.

**V – Acessos particulares** – são os trechos de estradas e servidões de passagem não pavimentadas, localizadas no interior das propriedades particulares, cuja responsabilidade de manutenção e conservação cabe ao proprietário, e que possuem acesso às Rodovias, Estradas Principais e Vicinais.

O Mapa 55 a seguir ilustra a extensão das rodovias estaduais no Município, além das estradas e os acessos à Cândia de Abreu. Cabe mencionar que a classificação das vias municipais foi realizada de acordo com as descrições dispostas na Lei Municipal nº 1.391/2022 (CÂNDIDO DE ABREU, 2022b).



# SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

## LEGENDA

- Rodovias Regionais
- Estradas Principais ou de ligação
- Estradas Vicinais ou caminhos

## Convenções Cartográficas

- ◇ Distritos
- Localidades Rurais
- ◆ Vila Rural
- Hidrografia
- Massas D'água
- ▨ Área de proteção de manancial
- ▭ Limite Municipal
- ▭ Municípios vizinhos
- ▭ Perímetro urbano - Sede
- ▭ Perímetro urbano - Distritos
- ▭ Território indígena - Faxinal

## Fonte de Dados

Classificação das vias municipais - CÂNDIDO DE ABREU, 2022.  
 Limite de Manancial - ECOTÉCNICA, 2023.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Território Indígena - FUNAI, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 250.000

**Escala Gráfica:**



### 8.2 Sistema Viário Urbano

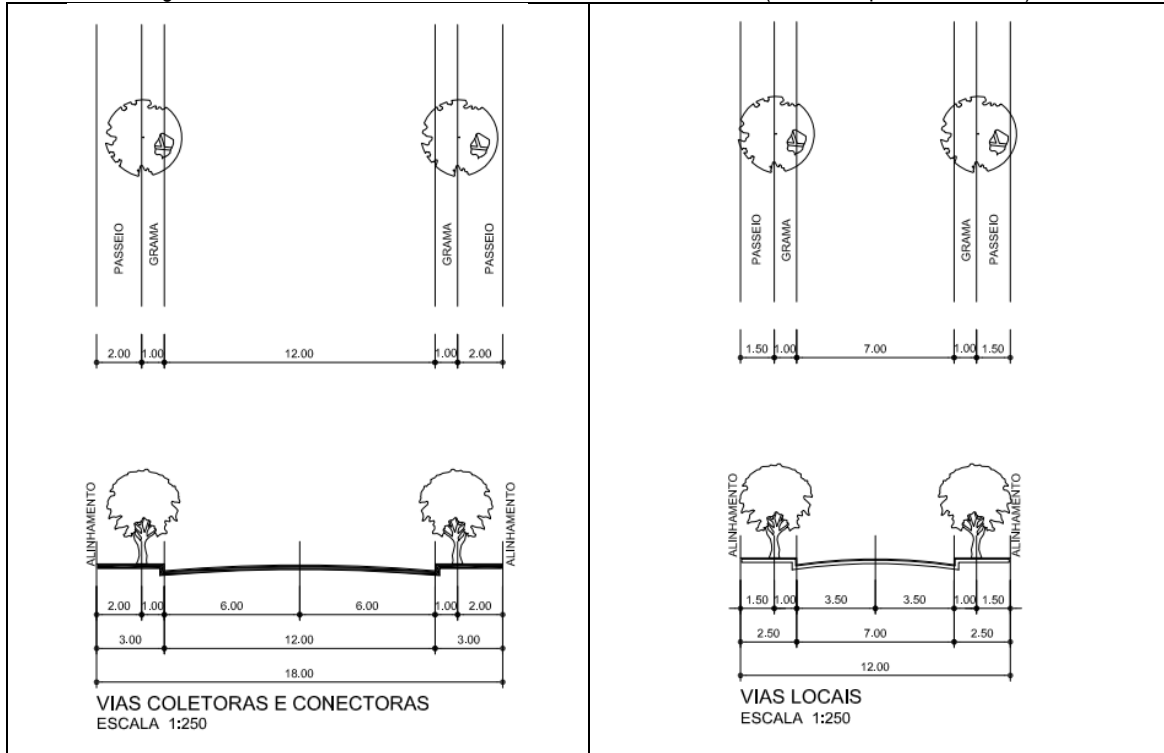
O sistema viário urbano corresponde às vias de circulação inseridas nos perímetros urbanos do município, constituído por ruas, avenidas, alamedas, travessas e outros tipos de denominações.

A Lei Municipal n° 728, de 28 de junho de 2012, estabelece as diretrizes de arruamento para a implantação do sistema viário básico em Cândido de Abreu (CÂNDIDO DE ABREU, 2012d). Conforme essa legislação, as vias de circulação do município são classificadas de acordo com a seguinte hierarquia, em ordem decrescente de importância, que também define a preferência de passagem nos cruzamentos:

- a) **Nível I** - Rodovias federais e estaduais, acessos e contornos rodoviários;
- b) **Nível II** - Vias arteriais;
- c) **Nível III** - Vias conectoras;
- d) **Nível IV** - Vias coletoras;
- e) **Nível V** - Vias locais;
- g) **Nível VI** - Estradas vicinais;
- h) **Nível VII** - Ciclovias.

Quanto ao dimensionamento geométrico mínimo para as vias públicas, a legislação determina as seguintes larguras mínimas: **Vias conectoras e coletoras**: 18,00m (dezoito metros); **Vias locais**: 12,00m (doze metros) (Figura 40) (CÂNDIDO DE ABREU, 2012d). Inicialmente, as **Vias Arteriais** foram projetadas com 54 metros de largura, conforme estabelecido na Lei municipal n° 728/2012. Contudo, a Lei municipal n° 761/2013 trouxe modificações nos dimensionamentos e infraestrutura das vias arteriais, reduzindo a largura para 35 metros (trinta e cinco metros) (CÂNDIDO DE ABREU, 2013).

Figura 40: Gabarito das vias conectoras, coletoras e vias locais (Lei Municipal Nº 728/2012)



Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2012d

Essa classificação hierárquica, conforme o Artigo 5º da Lei supracitada, corresponde à seguinte classificação quanto ao volume de tráfego, subsidiando a elaboração de projetos de pavimentação:

- Classe 1** - Tráfego pesado: rodovias federais e estaduais; contornos rodoviários; vias arteriais.
- Classe 2** - Tráfego médio: vias conectoras e vias coletoras.
- Classe 3** - Tráfego leve: vias locais e estradas vicinais.

A estruturação das vias proporciona uma orientação para o planejamento do Município, promovendo o desenvolvimento de projetos de pavimentação e infraestrutura viária adequados às necessidades de Cândia de Abreu.

### 8.2.1 Sede

A Lei municipal que estrutura o sistema viário, supracitada no item anterior, contém em seu Anexo XXI a caracterização da hierarquia viária da sede urbana, representada no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** O Quadro 13 apresenta a classificação das vias de acordo com seus nomes, larguras e a presença ou ausência de canteiro central e a Figura 41 ilustra as tipologias de vias presentes na sede urbana. As informações foram obtidas por meio da medição realizada pela consultoria, utilizando imagens de satélite (Google Earth Satélite). A análise aponta que uma grande porção das vias do município não está em conformidade com as medidas estabelecidas pela legislação vigente. Esse cenário levanta a necessidade de uma revisão e avaliação da necessidade de adequação das vias urbanas para garantir o cumprimento das normas estabelecidas e a segurança viária para os habitantes.

Quadro 13: Classificação das vias da sede urbana e suas características geométricas

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CAIXA DE VIA (M)	CANTEIRO CENTRAL (M)
Via Arterial	Av. Cândido de Abreu, Av. Paraná, R. Visconde Charles de Laguiche, R. Bispo Dom Antônio Mazaroto	18,00	3,00
Via Coletora	R. José Adamowicz, R. Rogaciano Antunes Ribeiro, R. Pedro Slonik, Rua "09", R. Neri Schreiner, R. Ula Pachulski Damowicz, Av. Abdaladerbli	12,00 (R. Pedro Slonik 18,00)	- (R. Pedro Slonik 2,50)
Via Conectora	R. Antônio Franco Ferreira da Costa, R. João Correia dos Santos, R. Cristiano Belon, Rua Paulo VI, R. Vereador Raimundo Moro, Rua Sem Nome 2, R. Felisbino Oliveira Lacerda, R. Ubazinho, R. Ernesto Ramos, R. José Furman, R. Miguel Wasselek, R. Polônia, R. Ernesto Rombach	10,00	-
Via Local	Demais vias	7,00	-

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

Figura 41: Tipologias de vias na sede urbana



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.



465000.000

467500.000

# HIERARQUIA VIÁRIA DA SEDE URBANA DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

PDM 2012

- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Conectora
- - - Via Coletora (Diretriz)
- - - Via Conectora (Diretriz)
- - - - - Via Local (Diretriz)

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Rodovias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Lotes Cadastrais
- Massas D'água
- Perímetro Urbano

## Fonte de Dados

Hirarquia Viária - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - Modificado CÂNDIDO DE ABREU, 2012.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S  
 - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 20.000  
**Escala Gráfica:**



7282500.000

7280000.000

465000.000

467500.000



### 8.2.2 Distritos

A hierarquia viária dos distritos é retratada no Mapa 43, evidenciando três categorias de vias definidas nos distritos de Tereza Cristina e Rio do Tigre: via arterial, via coletora e via paisagística. No distrito de Rio do Tigre, a Via Arterial é representada pela própria PR-535 e possui caixa de via de 20 metros. Em Tereza Cristina, a via arterial apresenta caixa de via com média de 12 metros, e em um trecho específico, há um canteiro central com 2,00 metros de largura. No entanto, o distrito de Três Bicos é composto apenas por uma via arterial, e suas ramificações consistem principalmente em acessos particulares.

Além disso, é importante mencionar as diretrizes viárias, que são representadas por ruas projetadas que formam quadras, identificadas pelas linhas tracejadas no mapa a seguir.

469500.000

486000.000

# HIERARQUIA VIÁRIA DOS DISTRITOS DE CÂNDIDO DE ABREU

## LEGENDA

Hierarquia viária

- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Paisagística

## Convenções Cartográficas

- Malha Viária
- Hidrografia
- Rodovias
- Limite Municipal
- Massas D'água
- Municípios vizinhos
- Perímetro Urbano - Distritos

## Fonte de Dados

Hierarquia viária - CÂNDIDO DE ABREU, 2006.  
 Perímetros urbanos Distritos - PARANACIDADE, 2020.  
 Malha Viária - PARANACIDADE, 2020. COPEL, 2020.  
 Perímetro Urbano - PARANACIDADE, 2020.  
 Hidrografia - IAT, 2020.  
 Limite Municipal - Modificado IBGE, 2020.  
 Imagem de Satélite - GOOGLE EARTH, 2021.

**Sistema de Projeção:** Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) - Fuso 22S - Meridiano Central 51°W  
 Referencial Planimétrico SIRGAS 2000

**Data:** Julho/2023

**Escala:** 1 : 15.000

**Escala Gráfica:**



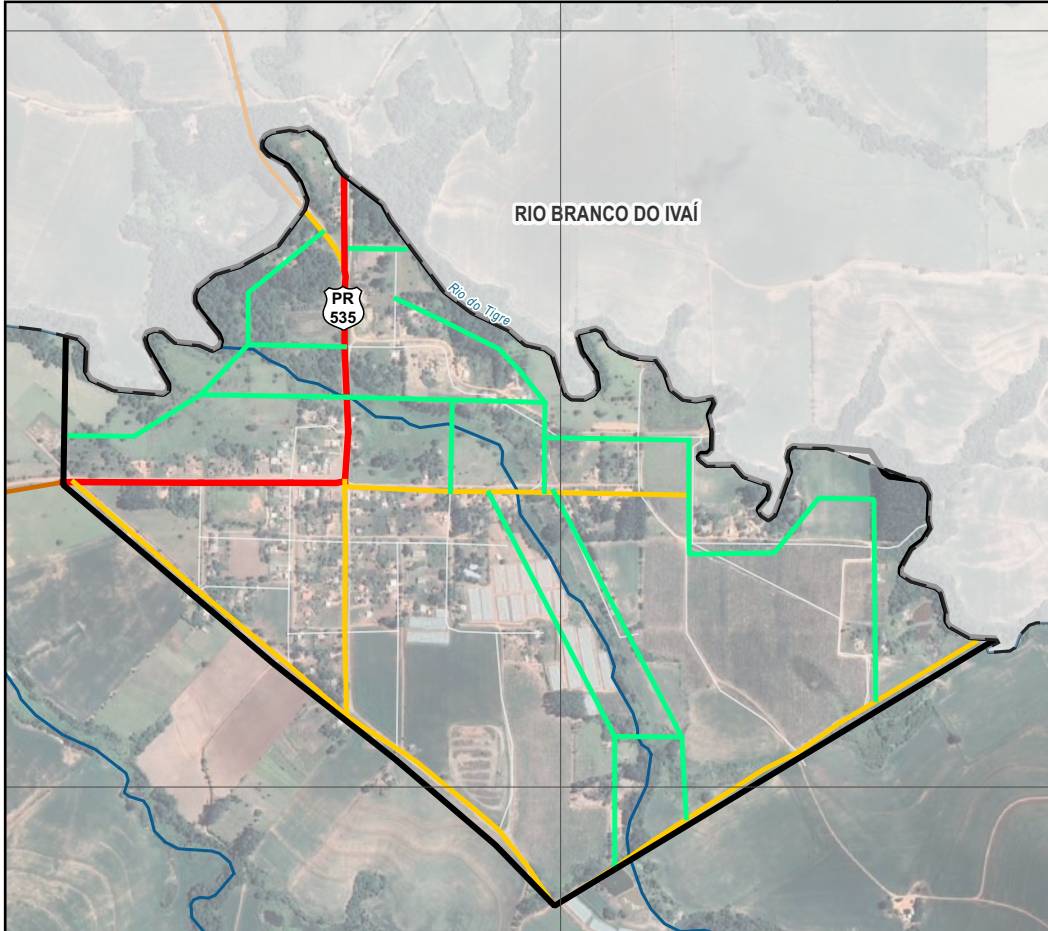
7299000.000

7269000.000

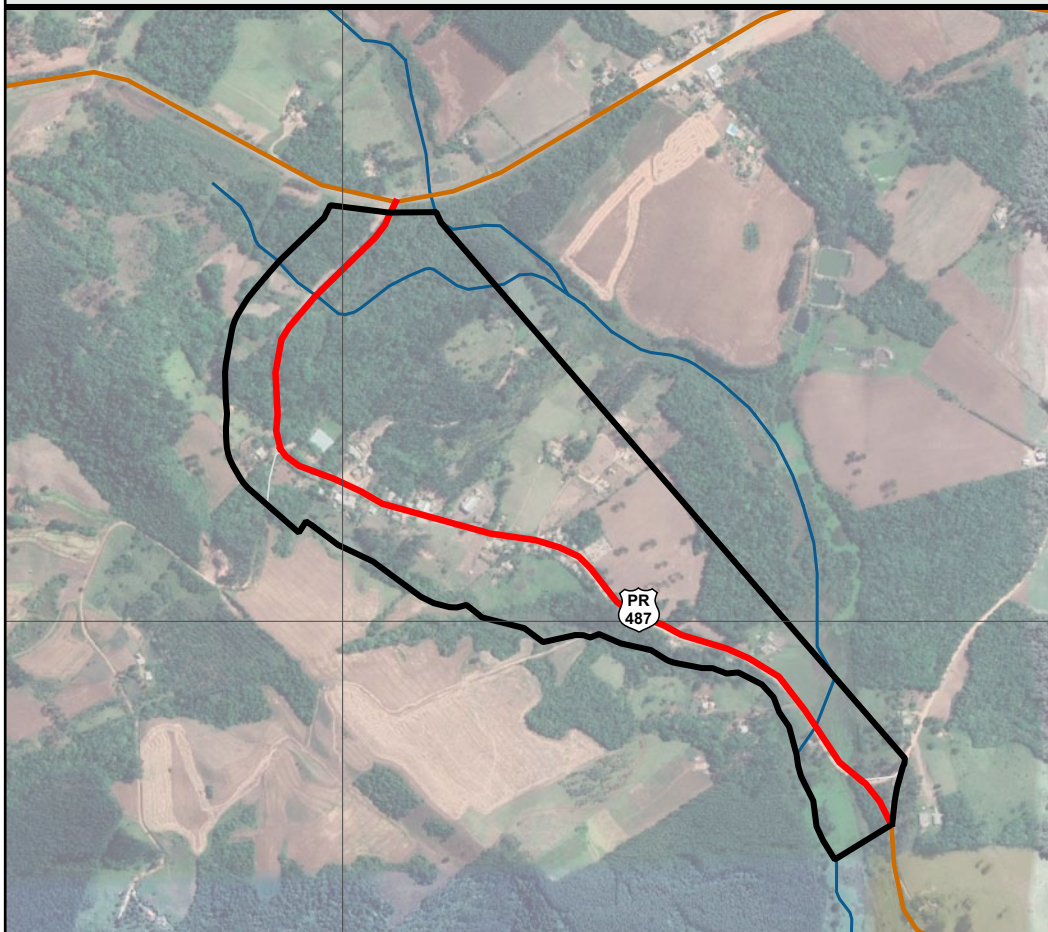
7255500.000

7254000.000

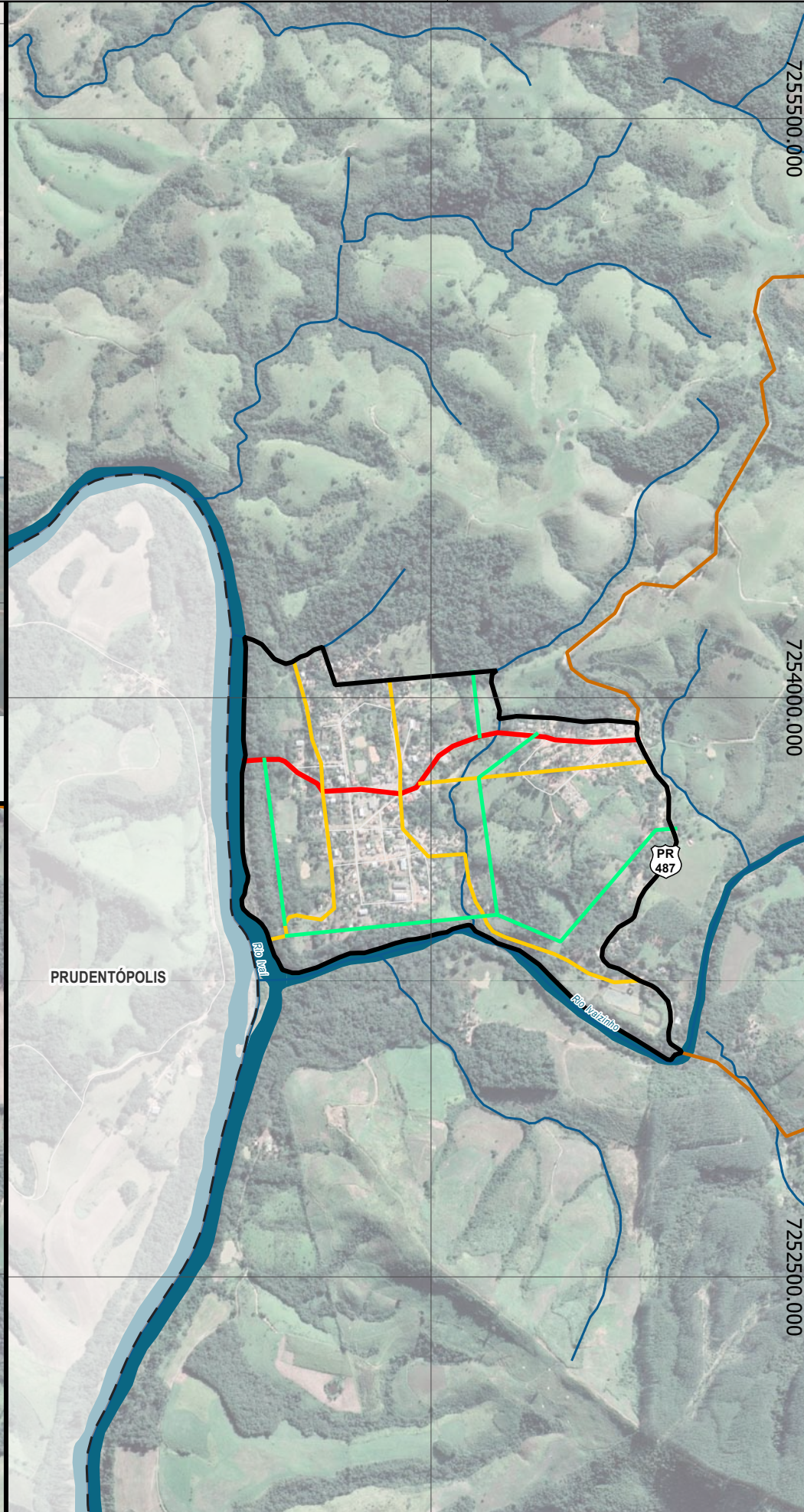
7252500.000



**DISTRITO DE RIO DO TIGRE**



**DISTRITO DE TRÊS BICOS**



**DISTRITO DE TEREZA CRISTINA**

480000.000

486000.000



## 8.3 Sistema de Transporte Coletivo

De acordo com as informações repassadas pela administração municipal, o município possui um sistema de transporte coletivo, com um transporte municipal circular que atende todos os bairros. No entanto, a frota de ônibus enfrenta uma situação precária, pois não é suficiente para atender plenamente a demanda da população.

Para o transporte rural, existem linhas que interligam diferentes comunidades, com horários e fluxo de operação. O distrito de Tereza Cristina, e as localidades de Alta da Serra até a Sede são atendidas por um sistema de transporte terceirizado (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

Além disso, o município conta com um sistema de transporte intermunicipal/interestadual, operando na rodoviária localizada na Avenida Paraná. Uma das linhas existentes liga Cândia de Abreu a Reserva e Ponta Grossa.

No que diz respeito ao transporte escolar, o município disponibiliza 45 linhas de transporte escolar, contando com 37 veículos da frota municipal e outros 37 veículos terceirizados para atender às necessidades dos estudantes. (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a).

Embora o município ofereça alguns serviços de transporte, é importante destacar que a situação precária da frota de ônibus (CÂNDIDO DE ABREU, 2023a) evidencia a necessidade de investimentos e melhorias no sistema de transporte para atender adequadamente à demanda dos habitantes.

## 8.4 Transporte Motorizado

Com base nos dados do IBGE referentes ao ano de 2022, Cândia de Abreu apresenta uma frota total de veículos composta por 9.020 unidades. A maior parcela dessa frota é constituída por automóveis, totalizando 4.359 registros, seguido por motocicletas (2.387), caminhonetes (1.154) e caminhões (413) (IBGE, 2022b), conforme ilustrado na Tabela 72.

Ao comparar os dados ano a ano desde 2005, nota-se um considerável aumento no número de automóveis registrados. Em 2012, havia 2.376 automóveis, enquanto em 2022 esse número aumentou para 4.359, representando um crescimento percentual de aproximadamente 82,7% na frota de automóveis.

É importante destacar que, mesmo com poucas variações na população total do Município ao longo desse período, a quantidade de automóveis por habitante apresentou um crescimento expressivo. Esse aumento na frota de automóveis pode impactar significativamente o trânsito e a mobilidade urbana do município, o que reforça a necessidade de políticas e medidas para gerenciar o crescimento do número de veículos e garantir uma mobilidade sustentável e eficiente para a população.

Tabela 72: Distribuição da frota de veículos no Município em 2012 e 2022

	2012	2022
<b>AUTOMOVEL</b>	2.376	4.359
<b>CAMINHAO</b>	218	413
<b>CAMINHAO TRATOR</b>	24	40
<b>CAMINHONETE</b>	523	1.154

	2012	2022
<b>CAMIONETA</b>	81	159
<b>CICLOMOTOR</b>	1	2
<b>MICRO-ONIBUS</b>	10	20
<b>MOTOCICLETA</b>	1.624	2.387
<b>MOTONETA</b>	124	228
<b>ONIBUS</b>	46	77
<b>OUTROS</b>	-	1
<b>REBOQUE</b>	41	93
<b>SEMI-REBOQUE</b>	35	49
<b>SIDE-CAR</b>	1	1
<b>TRATOR RODAS</b>	0	1
<b>TRICICLO</b>	1	2
<b>UTILITARIO</b>	3	34
<b>TOTAL</b>	<b>5.138</b>	<b>9.020</b>

Fonte: IBGE, 2012, 2022.

### 8.5 Mobilidade não motorizada

A mobilidade ativa, que compreende o deslocamento individual não motorizado, como caminhar e andar de bicicleta, tem ganhado cada vez mais relevância nos últimos anos, tornando-se um aspecto crucial no contexto da mobilidade urbana. Essa forma de deslocamento é especialmente valorizada por sua contribuição na redução da emissão de gases de efeito estufa e no aprimoramento da saúde e bem-estar dos seus usuários. Em Cândia de Abreu, devido à área reduzida da sede urbana e dos distritos, é provável que os deslocamentos a pé e o uso de bicicletas sejam meios de transporte importantes para a população local. No entanto, o município ainda carece de infraestruturas adequadas para atender a esses modais, em vista de que não foram encontradas informações acerca da existência de ciclovias ou ciclofaixas na sede urbana do Município.

Sobretudo, a qualidade e o padrão de conservação das calçadas têm um impacto direto na circulação de pedestres e, especialmente, afetam a mobilidade das pessoas com necessidades especiais, como idosos, pessoas com carrinhos de bebê e pessoas com deficiência visual ou motora. Essas pessoas dependem de infraestruturas adequadas nas calçadas para poderem se deslocar com segurança e autonomia.

Em relação às calçadas na sede urbana do município, é possível observar diferentes tipologias (Figura 42), porém, apenas algumas delas apresentam acessibilidade. No entanto, mesmo as calçadas que foram identificadas como acessíveis podem não estar totalmente em conformidade com as normas vigentes, exigindo readequação, conforme ilustra a Figura 43. É fundamental tomar medidas para garantir que as calçadas sejam projetadas e construídas de acordo com as normas de acessibilidade, assegurando que todas as pessoas possam se locomover com segurança e autonomia.

Figura 42: Tipologia das calçadas da sede urbana



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

Figura 43: Acessibilidade na sede urbana



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

## 8.6 Deslocamento de Cargas e Serviços

O transporte de cargas e serviços desempenha um papel fundamental nas atividades industriais e de serviços, sendo o caminhão o veículo mais amplamente utilizado para esse fim. No caso de indústrias e serviços de grande



porte, o fluxo intenso de caminhões pode causar inconvenientes, levando à necessidade de estabelecer regras específicas para disciplinar o tráfego desses veículos pesados.

As atividades econômicas que dependem mais intensamente do uso de caminhões geralmente buscam localizar-se próximas a rodovias, visando otimizar o escoamento eficiente de bens e serviços em maior escala. Essa proximidade com rodovias facilita o transporte de mercadorias, reduzindo custos logísticos e possibilitando maior alcance no mercado. A localização estratégica em relação à malha viária é, portanto, uma consideração importante para muitas empresas que dependem do deslocamento de cargas por meio de caminhões.

Na sede urbana de Cândido de Abreu, a concentração industrial mais significativa está localizada nas proximidades da rodovia. A Zona Industrial foi demarcada ao sul da sede urbana, o que facilita o escoamento das cargas sem a necessidade de adentrar à área mais densamente urbanizada da sede. Essa estratégia locacional permite que as indústrias tenham acesso direto à rodovia, agilizando o transporte de mercadorias e minimizando possíveis impactos no tráfego urbano da cidade.

## 9 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

### 9.1 Estrutura Administrativa

O município de Cândia de Abreu tem sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei municipal nº 281, de 06 de março de 1997 (CÂNDIDO DE ABREU, 1997), não havendo registro de alterações subsequentes desta lei.

De acordo com a supracitada lei, a estrutura administrativa do município é constituída dos seguintes órgãos: **Câmara Municipal**; **Órgãos Colegiados de Aconselhamento**: Conselhos Municipais e Comissões Especiais a eles vinculadas; **Órgãos de Assessoramento Direto**: Gabinete do Prefeito; Assessoria Jurídica; Assessoria de compras e Licitações; **Órgãos Auxiliares**: Departamento de Administração; Departamento de Finanças; **Órgãos de Administração Específica**: Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente; Departamento de Educação Cultura e Esportes; Departamento de Saúde; Departamento de Assistência Social; Departamento de Obras e Desenvolvimento; Departamento de Viação e Serviços Urbanos (CÂNDIDO DE ABREU, 1997).

A seguir são listadas as competências dos órgãos citados:

**Gabinete do Prefeito**: é um órgão de assessoramento responsável por coordenar a representação política e social do Prefeito. Ele auxilia o Chefe do Executivo nas relações com os cidadãos, entidades de classe, associações comunitárias e órgãos da administração municipal. Além disso, é encarregado de coordenar as ações de outros órgãos da administração, prestar assistência pessoal ao Prefeito e cuidar das relações públicas do Governo Municipal.

**Assessoria Jurídica**: é responsável por representar o Município em processos judiciais, seja como autor, réu, oponente ou assistente. Ela também recebe citações, emite pareceres sobre questões jurídicas, minutas de contratos e processos de licitação. Além disso, a Assessoria Jurídica elabora minutas de atos normativos, realiza cobrança da dívida ativa, promove desapropriações e presta assessoramento jurídico ao Prefeito e aos demais órgãos da Prefeitura.

**Assessoria de Compras e Licitações**: é responsável por assessorar o Prefeito Municipal e executar os procedimentos de compras e licitações do Executivo Municipal, garantindo o cumprimento das normas legais relacionadas às licitações públicas.

**Departamento de Administração**: possui diversas atribuições, incluindo atividades de pessoal, aquisição e distribuição de materiais, controle de bens móveis e imóveis, arquivamento de documentos da Prefeitura, administração do edifício sede da Prefeitura, entre outras tarefas. O departamento é composto por várias divisões, como Serviços Gerais, Recursos Humanos, Material e Patrimônio, e Centro de Processamento de Dados. Além disso, o Serviço de Alistamento Militar e outros serviços para atendimento à população também são subordinados ao Departamento de Administração.

**Departamento de Finanças**: responsável pelo lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos e rendas municipais, gestão dos valores do Município, controle contábil, elaboração orçamentária e assessoria técnica para planejamento e controle dos órgãos da Prefeitura.

**Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente**: oferece assistência técnica a agricultores e pecuaristas, promove programas educativos e de extensão rural, atua na regulamentação e fiscalização do abastecimento da população, além da preservação do meio ambiente e recursos naturais.



**Departamento de Educação, Cultura e Esportes:** executa atividades relacionadas à educação, cultura e esportes, como programas educacionais, alimentação escolar, promoção da cultura, proteção do patrimônio histórico, apoio ao esporte escolar e comunitário, entre outras ações.

**Departamento de Saúde:** é responsável por fornecer assistência médico-odontológica à população do município, fiscalizar questões de higiene pública, coordenar campanhas e programas de saúde, promover atendimento à população carente e integrar o sistema único de saúde.

**Departamento de Promoção Social:** é responsável pelas atividades relacionadas à assistência social em geral, maternidade, infância, velhice e assistência comunitária, além de coordenar a política de atendimento a menores e adolescentes carentes.

**Departamento de Obras e Desenvolvimento:** é responsável por fiscalizar o cumprimento das posturas municipais, construção e conservação de prédios públicos, serviços permitidos pelo município, projetos e obras públicas, e também incentivar o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços do município.

**Departamento de Viação e Serviços Urbanos:** é responsável pela construção, conservação e restauração de estradas públicas, guarda e conservação de veículos e máquinas da prefeitura, manutenção de parques, praças, jardins públicos, cemitérios e serviços de iluminação pública.

Vale mencionar que, os Órgãos Colegiados de Aconselhamento funcionarão conforme legislação específica e regulamentos próprios (CÂNDIDO DE ABREU, 1997).

Por mais que não haja nenhuma lei que altere a Lei nº 281/1997, o Município possui algumas leis que implementam alterações no que se referem às secretarias (nomeados departamentos na Lei de 1997). Estas alterações são listadas a seguir no Quadro 14.

Quadro 14: Legislação subsequente à estrutura administrativa de 1997

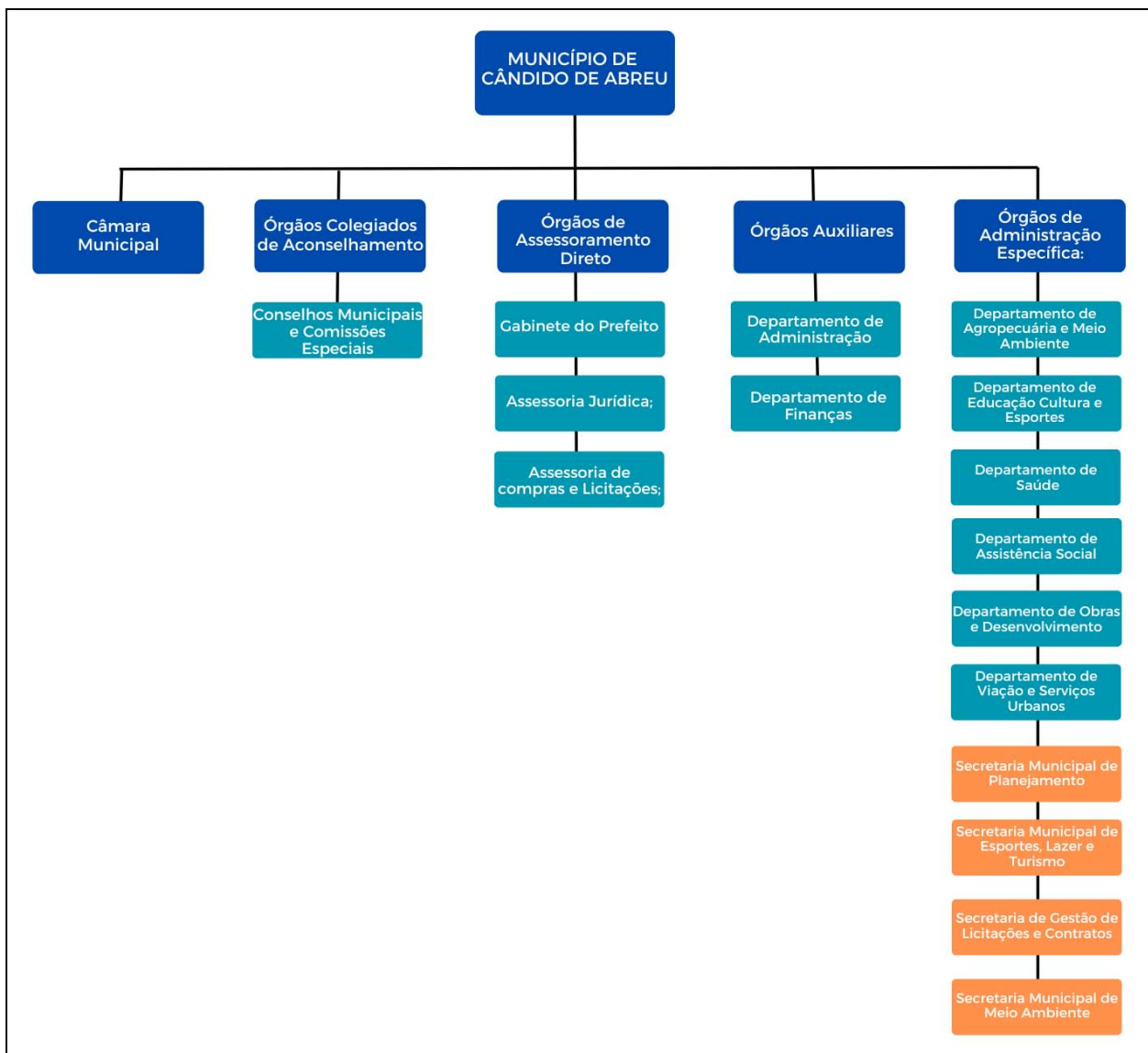
LEI	SECRETARIA	ALTERAÇÃO
Lei 658/2010	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	Dispõe sobre a criação da Secretaria municipal de Indústria e Comércio
Lei 660/2010	Secretaria Municipal de Planejamento	Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Planejamento
Lei 659/2010	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo	Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, e dá outras providências
Lei 827/2013	Secretaria Gestão de Licitações e Contratos extingue Secretaria de Indústria e Comércio	Cria Secretaria Gestão de Licitações e Contratos extingue Secretaria de Indústria e Comércio
Lei 875/2014	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Cria Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Lei 1.380/2022	Secretaria Municipal de Esportes e Turismo	Dispõe sobre a criação de Funções Gratificadas de Coordenador de Atividades Esportivas, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo.
Lei 1.395/2022	Secretaria de Viação e Serviços Urbanos; Secretaria de obras e Desenvolvimento; Secretaria do Meio Ambiente	Institui o regime de convocação das Frentes Especiais de Trabalho (FET), no âmbito das Secretarias de Viação e Serviços Urbanos; Obras e Desenvolvimento; e Meio Ambiente, com objetivo de atender demandas de trabalho em dias não úteis.
Lei 1.407/2022	Secretaria Municipal de Administração	Dispõe sobre a criação de Funções Gratificadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração

LEI	SECRETARIA	ALTERAÇÃO
Projeto de Lei 127/2023	Secretaria de Obras e Desenvolvimento	Cria na estrutura administrativa da Secretaria de Obras e Desenvolvimento a Gerência de Manutenção e Infraestrutura e dá outras providências
Lei 1.432/2023	Secretaria Municipal de Esportes e Turismo	Cria na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo a Gerência de Apoio ao Turismo e Gerencia de Apoio ao Esporte e dá outras providências.
Lei 1.433/2023	Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento	Cria na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento a Gerência de Manutenção e Infraestrutura e dá outras providências.
Lei 1.485/2023	Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento	Adição da unidade administrativa a) Gerência de Manutenção e Infraestrutura.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE CÂNDIDO DE ABREU, 2023a.

De forma a ilustrar a estrutura administrativa do Município, bem como suas alterações individuais posteriores, a Figura 44 apresenta o organograma com estas informações.

Figura 44: Organograma do Quadro Funcional do Município



Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

Ao longo dos anos, a Lei municipal nº 281/1997 sofreu várias alterações significativas. Primeiramente, houve uma mudança na nomenclatura, substituindo "Departamento" por "Secretaria". Além disso, foram acrescentadas novas Secretarias Municipais, incluindo as de Planejamento; Esportes, Lazer e Turismo; Gestão de Licitações e Contratos; e Meio Ambiente. No entanto, após a inclusão da Secretaria de Indústria e Comércio (Lei nº 658/2010), ocorreu a exclusão da mesma, conforme estabelecido pela Lei municipal nº 827/2013 (CANDIDO DE ABREU, 2013).

### 9.1.1 Conselhos Municipais

O objetivo dos conselhos abertos à participação da sociedade é criar espaços democráticos para envolver os cidadãos na gestão do município. Esses conselhos desempenham um papel importante ao permitir que os órgãos públicos recebam contribuições, ideias, críticas e sugestões da população, o que pode resultar em melhorias nos serviços públicos e no atendimento eficiente das demandas sociais. Constituídos por representantes do poder executivo e da sociedade civil, os conselhos municipais são fundamentais no processo de criação de políticas públicas no Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal. Cada município possui diversos conselhos focados em áreas específicas, com diferentes atribuições e denominações. O quadro a seguir lista as legislações relacionadas à criação dos conselhos no município de Cândia de Abreu, bem como o escopo de atuação de cada um deles.

Quadro 15: Conselhos municipais em Cândia de Abreu

NOME	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
Lei 339/2000	Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE	O Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) é um dos conselhos responsáveis por fiscalizar e deliberar políticas públicas nos municípios brasileiros. Ele é parte da gestão democrática da educação e é composto por representantes da sociedade civil, trabalhadores da Educação, pais e outros. O CAE tem a função de analisar ações relacionadas à Alimentação Escolar, desde a produção dos alimentos até a prestação de contas dos gastos. Além disso, emite um parecer anual sobre o uso dos recursos, que influencia a continuidade ou interrupção dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar no município.
Lei 385/2001	Conselho Municipal de Educação	A Lei cria o Conselho Municipal de Educação vinculado ao Departamento municipal de Educação, Cultura e Esportes, com a finalidade de estabelecer as políticas de educação do município, possuindo caráter permanente, consultivo e deliberativo. O Conselho tem diversas atribuições, incluindo a elaboração e modificação de seu regimento interno, discussão e acompanhamento das políticas educacionais do município, participação na elaboração e avaliação do Plano municipal de Educação, acompanhamento da qualidade do ensino, análise dos recursos destinados à educação, manifestação sobre questões educacionais propostas pelo poder Executivo Municipal e outros órgãos, parecer sobre autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino, opinião sobre a criação e expansão de cursos, acolhimento de denúncias de irregularidades na educação, entre outras.



NOME	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
Lei 492/2005	Conselho Municipal de Turismo	A Lei cria a Assessoria Municipal de Turismo, vinculada ao Gabinete do Prefeito, e estabelece o Conselho Municipal de Turismo com o propósito de orientar, promover e desenvolver o turismo no município. O funcionamento do Conselho será regulamentado pelo Poder Executivo Municipal, levando em consideração as orientações do próprio Conselho e de órgãos governamentais estaduais e federais ligados ao setor.
Lei 565/2007	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	A Lei cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no município de Cândido de Abreu - PR. O Conselho tem como competências: acompanhar e controlar a distribuição, transferência e uso dos recursos do Fundo; supervisionar o Censo Escolar e a proposta orçamentária anual do Executivo Municipal para garantir o tratamento adequado dos dados estatísticos e financeiros; examinar os registros contábeis e demonstrativos mensais dos recursos repassados ou retidos pelo Fundo; emitir parecer sobre as prestações de contas mensais do Fundo, disponibilizadas pelo Executivo Municipal; e cumprir outras atribuições estabelecidas por legislação específica.
Lei 611/2008	Conselho Municipal da Mulher de Cândido de Abreu - PR	A Lei cria o Conselho Municipal da Mulher de Cândido de Abreu com o propósito de garantir a participação plena das mulheres no desenvolvimento social, econômico, político, cultural e civil da comunidade. O conselho tem como objetivos cooperar com órgãos governamentais e não-governamentais para ampliar a participação política das mulheres em diversas áreas, defender a manutenção e expansão de programas contra a exploração sexual e a violência, incentivar programas que priorizem a questão de gênero, apoiar a participação da mulher em entidades comunitárias, defender os direitos das mulheres e promover estudos e políticas para eliminar a discriminação de gênero.
Lei 612/2008	Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do Município de Cândido de Abreu - PR	A Lei trata da criação do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário de Cândido de Abreu - PR. O Telecentro é um espaço público com computadores conectados à internet para promover a inclusão digital e social das comunidades atendidas. O Conselho Gestor tem a função de acompanhar e sugerir melhorias no funcionamento e uso do Telecentro, estabelecendo regras, incentivando a cidadania e facilitando o desenvolvimento social e econômico da comunidade através do acesso aberto e livre às atividades oferecidas no espaço.
Lei 613/2008	Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS	A Lei estabelece o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (FNHIS) como um órgão deliberativo composto por representantes de entidades públicas e privadas, segmentos sociais relacionados à habitação e movimentos populares. O Conselho tem a responsabilidade de estabelecer diretrizes, fixar critérios para priorização de ações e alocação de recursos do FNHIS, aprovar orçamentos e planos anuais e plurianuais, deliberar sobre as contas do FNHIS, dirimir dúvidas sobre normas regulamentares e aprovar seu regimento interno. Além disso, o Conselho deve promover ampla publicidade das normas e critérios de acesso aos programas, realizar audiências públicas para debater critérios de alocação de recursos e avaliar programas habitacionais existentes, permitindo o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.
Lei 633/2010	Conselho Municipal de Saúde	Reformula o Conselho Municipal de Saúde <sup>9</sup>
Lei 1227/2018	Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa	A Lei cria o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Cândido de Abreu, com caráter permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações destinadas à pessoa idosa. O Conselho tem diversas atribuições, como zelar pelos direitos da pessoa idosa, propor a

<sup>9</sup> Não foi localizada a lei de instauração do Conselho Municipal de Saúde, constando somente a Lei 633/2010, a qual reformula o Conselho Municipal de Saúde, indicando a existência do mesmo.

NOME	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
		criação da Política Municipal da Pessoa Idosa, fiscalizar e avaliar as políticas municipais voltadas para esse público, acompanhar a utilização dos recursos do fundo especial da Pessoa Idosa, elaborar seu regimento interno e participar da elaboração das peças orçamentárias municipais. Além disso, o Conselho deve divulgar os direitos das pessoas idosas, promover eventos e pesquisas, convocar conferências de direitos e realizar outras ações para proteger os direitos dessa população.

Fonte: Câmara Municipal de Cândia de Abreu, 2023

## 9.2 Recursos humanos

Em relação aos recursos humanos de Cândia de Abreu, é fundamental ressaltar a relevância da Lei municipal nº 1.390, de 29 de junho de 2022, que estrutura o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal (CANDIDO DE ABREU, 2022). Essa legislação estabelece diretrizes para o enquadramento dos servidores e define a tabela de vencimentos, proporcionando uma base sólida para a gestão de pessoal no município. Adicionalmente, a legislação contém detalhadas descrições dos cargos, os requisitos necessários para provimento, informações sobre o processo de recrutamento, perspectivas de desenvolvimento funcional e atribuições específicas para cada função.

Dentro desse contexto, é importante observar o atual quadro de funcionários, detalhado no Quadro 16. No entanto, uma lacuna significativa é a ausência de um profissional arquiteto e urbanista na equipe, para tratar das questões afetas ao planejamento territorial do município. Essa carência pode comprometer o planejamento urbano e ordenamento territorial da cidade, uma vez que este profissional é essencial para garantir o desenvolvimento ordenado, sustentável e eficiente do ambiente urbano.

Quadro 16: Quadro de funcionários atual

Agente de Saúde	Médico Veterinário
Auxiliar de Saúde	Motorista
Assistente Social	Nutricionista
Auxiliar de Contabilidade	Odontólogo (Rio Do Tigre)
Auxiliar de Farmácia	Odontólogo (Tereza Cristina)
Auxiliar de Laboratório	Odontólogo II
Aux. de Administração	Odontólogo I
Aux. Serv. Gerais	Operador Maq. Pesadas
Auxiliar de Cons. Odontólogo.	Pedreiro
Auxiliar de Hig. Dental	Pintor
Auxiliar de Tributação	Procurador Jurídico



Bioquímico Farmacêutico 2	Psicólogo
Borracheiro	Servente de Obras e Serviços
Carpinteiro	Soldador
Contador C	Tecn. em Vig. Sanitária
Controle Interno	Técnico Administrativo
Educador Infantil	Agente Técnico em Administração
Educador Social	Técnico Agropecuária
Encanador Artífice de Obras	Técnico Eletricista
Enfermeiro	Técnico em Agrimensura
Enfermeiro PFS	Técnico em Desenho de Const. Civil
Engenheiro Agrônomo	Técnico em Enfermagem
Engenheiro Ambiental	Técnico em Epidemiologia
Engenheiro Civil	Técnico em Farmácia
Engenheiro Civil	Técnico em Hig. Dental
Fiscal de Obras e Const. Civil	Técnico em Informática P/ Manut. Comput.
Fiscal Rodoviário	Técnico em Informática
Fiscal De Tributos	Técnico em Meio Ambiente
Fisioterapeuta F	Técnico em Patologia Clínica
Fonoaudiólogo	Técnico em Radiologia
Gari	Técnico em Rec. Humanos
Mecânico Veículo Pesado	Técnico em Serviço Público
Médico Cirurgião	Técnico em Tributação
Médico Hospitalar I	Técnico Florestal
Médico Programa Saúde	Telefonista
Médico Pediatra	Vigia

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2022c.

Em relação ao quadro de funcionários, a administração municipal afirma possuir um total de 645 funcionários na administração direta, enquanto na administração indireta não há registro de funcionários. Os dados dispostos na Tabela 73 apontam que a administração não possui funcionários aposentados e ainda não implementou um sistema

de previdência social. É importante destacar que a maioria dos funcionários ativos possui o ensino fundamental completo, representando aproximadamente 42,5% do total de 548 funcionários, predominância que reflete o perfil educacional da equipe atual. Além disso, há vagas disponíveis tanto para cargos efetivos na prefeitura quanto para cargos comissionados. Estas vagas em aberto podem indicar a possibilidade de contratações adicionais no futuro ou a necessidade de melhor planejamento para preenchimento das vagas existentes.

Dado contexto, é fundamental que a administração municipal acompanhe de perto a gestão de recursos humanos, buscando a eficiência na alocação de pessoal, o preenchimento adequado das vagas e a implementação de políticas que valorizem a qualificação dos funcionários.

Tabela 73: Total de funcionários na administração pública

COMPOSIÇÃO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
<b>Composição do Quadro Pessoal da Administração Direta</b>	
Total de funcionários ativos da administração direta	645
<b>Composição do Quadro Pessoal da Administração Indireta</b>	
Total de funcionários ativos da administração indireta	0
<b>Funcionários Inativos</b>	
Instituto ou Fundo Municipal de Previdência para os funcionários da prefeitura?	0
Total de aposentados	0
Total de pensionistas	-
<b>Nível de Escolaridade dos Funcionários Ativos da Administração Direta</b>	
Ensino Fundamental	233
Ensino Médio	102
Ensino Superior	213
Total de funcionários	548
<b>Vagas para Cargos Efetivos na Prefeitura</b>	
Número de vagas existentes	768
Número de vagas ocupadas	548
Número de vagas necessárias	-
<b>Vagas para Cargos Comissionados na Prefeitura</b>	
Número de vagas existentes	32
Número de vagas ocupadas	26
Número de vagas necessárias	-

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2023a.

## 10 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

### 10.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

Com o intuito de tornar a legislação federal compreensível para os leitores de diferentes áreas de conhecimento ou até mesmo para a população em geral, organizou-se este tópico seguindo a estrutura hierárquica das leis. A seguir, serão abordados os principais documentos legais relacionados ao Plano Diretor, começando com a Constituição Federal e prosseguindo com as leis federais mais relevantes que regulamentam o parcelamento, uso e ocupação do solo nos municípios.

#### 10.1.1 Constituição Federal

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a base normativa do Estado Democrático de Direito brasileiro. Ela estabelece o formato do Estado e os três principais eixos de direitos: civis, políticos e sociais. Além disso, a Constituição inclui disposições relacionadas ao planejamento urbano e as competências a ele relacionadas. No que diz respeito à Política Urbana, a Constituição atribui ao município a responsabilidade exclusiva pela ordenação das funções sociais da cidade e seu pleno desenvolvimento, visando o bem-estar de seus habitantes. Para cumprir esse objetivo, a Constituição estabelece o Plano Diretor como o principal instrumento de condução do desenvolvimento municipal, tornando-o obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes.

É importante ressaltar que o sistema normativo brasileiro possui uma peculiaridade, que é a elevação dos municípios como entes federados, ao lado da União, estados-membros e Distrito Federal. Isso significa que cada ente federado tem suas competências definidas, sendo que todos são responsáveis, por exemplo, pelas políticas relacionadas à habitação e saneamento básico. No entanto, os municípios têm ampla competência para legislar sobre interesses locais e são os principais prestadores de serviços.

Dessa forma, a competência preeminente do município em relação aos demais entes federados é a promoção do seu adequado ordenamento territorial. Isso é realizado por meio do Plano Diretor, que considera as peculiaridades locais, realiza um diagnóstico integrado e estabelece diretrizes para a implementação de políticas públicas relacionadas ao uso e ocupação do solo, parcelamento e controle de uso.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha apontado para a importância do planejamento, somente em 2001 o Estatuto da Cidade foi promulgado, regulamentando o assunto e proporcionando uma lei geral sobre planejamento urbano no âmbito federal.

#### 10.1.2 Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo diretrizes para que os municípios organizem seu espaço territorial com foco nas funções sociais da cidade. O objetivo é promover o desenvolvimento, distribuição espacial da população e



atividades econômicas, evitando o crescimento desordenado e as pressões ambientais. O Plano Diretor é o instrumento principal desse planejamento, abrangendo todo o município, embora com ênfase na área urbana. A existência do Plano Diretor exige sua incorporação nos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, como o Plano Plurianual. O Estatuto da Cidade prevê a revisão do Plano Diretor a cada 10 anos, com ampla participação da sociedade e acesso à informação. Além dos municípios com mais de 20 mil habitantes, outros também devem elaborar seus planos diretores, como os que fazem parte de regiões metropolitanas, áreas de interesse turístico e áreas impactadas por grandes empreendimentos. O plano diretor deve conter um diagnóstico do município, delimitação de espaços urbanos, direitos de preferência do poder público na aquisição de imóveis urbanos, instrumentos para alteração do uso do solo, operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construir. Também deve ter um sistema de acompanhamento e controle da implementação, orientando as prioridades de governo e prevendo medidas em áreas suscetíveis a desastres naturais. A alteração do perímetro urbano deve considerar habitação de interesse social, preservação ambiental e do patrimônio cultural, e mecanismos de recuperação da valorização imobiliária.

### 10.1.3 Parcelamento do Solo

A Lei nº 6.766 /1979 regulamentou o parcelamento do solo urbano no Brasil. Essa lei estabeleceu requisitos para os empreendimentos privados relacionados ao uso do solo, como restrições em áreas alagadiças, declividades acentuadas e áreas de restrição ambiental. Um aspecto importante dessa lei foi o reconhecimento da autonomia dos municípios para regulamentar as normas urbanísticas de acordo com suas peculiaridades locais. Em 1999, a lei foi alterada, ampliando as possibilidades de regulamentação local, como dimensionamento de lotes, índices urbanísticos, zoneamento e procedimentos de parcelamento. Posteriormente, foram feitas outras alterações na lei para regulamentar condomínios urbanos residenciais, direito de permanência em áreas não edificáveis próximas a rodovias e critérios para o parcelamento do solo no Programa Casa Verde e Amarela. Essa lei é referência para a elaboração de leis municipais relacionadas ao parcelamento do solo.

## 10.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

A Constituição Estadual do Paraná, aprovada em 5 de outubro de 1989, inclui disposições sobre a Política Urbana nos artigos 150 a 153. O Artigo 141, Inciso I, recebeu regulamentação por meio da Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, a qual estabelece normas para a implementação do sistema de diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual. Essa regulamentação constitui a base legal do estado do Paraná em relação ao Plano Diretor, cujos principais aspectos serão abordados a seguir.

### 10.2.1 Constituição do Estado do Paraná

De acordo com a Constituição Estadual do Paraná, além das normas obrigatórias, também são estabelecidas diretrizes e normas práticas que orientam o estado e os municípios a desenvolverem seu planejamento dentro de

suas competências, levando em consideração a autonomia relativa de cada ente federado. A lei estadual mencionada anteriormente define as diretrizes e bases do planejamento no estado do Paraná, incluindo a possibilidade de criação de associações entre municípios para elaboração de um plano intermunicipal. Esses planos regionais e municipais devem estar alinhados ao planejamento nacional e abordar o desenvolvimento social e econômico, desenvolvimento urbano e rural, ordenamento territorial e descentralização do governo.

No contexto da Política Urbana, a Constituição Estadual segue as orientações da Constituição Federal, atribuindo ao Plano Diretor um papel fundamental na política de desenvolvimento econômico, social e urbano. O Plano Diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal e abordar temas como desenvolvimento urbano, políticas setoriais, critérios de parcelamento e uso do solo, proteção ambiental e ordenamento territorial. Além disso, a Constituição Estadual destaca a importância do saneamento, estabelecendo que as diretrizes para essa área devem ser incluídas no plano diretor municipal. As associações representativas dos municípios têm um papel importante no planejamento municipal, e o adequado ordenamento territorial deve ser observado por meio do controle do uso, ocupação e parcelamento do solo urbano. O Estado também orienta seu planejamento agrícola por meio de um sistema integrado, incluindo o desenvolvimento de políticas agrícolas, agrárias e de regularização fundiária.

No que diz respeito ao planejamento, o Estado é responsável por fornecer os documentos e mapeamentos geológico-geotécnicos necessários para o uso adequado do solo e subsolo nas áreas urbana e rural, em nível regional e municipal. Nas disposições transitórias da Constituição Estadual, é prevista a criação de mecanismos de compensação financeira em caso de diminuição de receitas devido ao planejamento estadual, bem como a restauração de caminhos históricos e de colonização por meio de planejamento integrado com os municípios e microrregiões envolvidas.

### 10.2.2 Diretrizes do Planejamento Estadual

A Lei Estadual nº 15.229, de 26 de julho de 2006, regulamentou as normas para a execução do sistema de diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, em conformidade com o Art. 141 da Constituição Estadual do Paraná. Essa lei estabelece que o planejamento e desenvolvimento devem ser pautados na sustentabilidade ambiental, levando em consideração as bacias hidrográficas, a Agenda 21 e o Zoneamento Ecológico-Econômico do estado. Foram definidos três eixos políticos específicos para o desenvolvimento urbano e regional: desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano e desenvolvimento institucional. No que diz respeito aos planos diretores municipais, a lei estabelece requisitos a serem observados durante sua elaboração, implementação e controle. Isso inclui a fundamentação do plano, diretrizes e proposições, legislação básica, plano de ação e investimentos, sistema de acompanhamento e controle, e a institucionalização de um grupo técnico permanente ligado à prefeitura municipal.

Em 2019, a lei passou por alterações relacionadas ao processo de revisão dos planos diretores municipais. Foi estabelecido que, aos municípios elegíveis, para receberem empréstimos para projetos e obras de infraestrutura, devem ter um Plano Diretor Municipal vigente e atualizado. Caso o plano tenha mais de 10 anos, o município deve contratar serviços de consultoria para sua revisão e aprovação pela Câmara de Vereadores em até três anos. Também

foi estipulado que municípios sem plano diretor vigente podem contratar serviços de consultoria para elaborar o plano. A lei também destaca a importância dos conselhos municipais para garantir o processo contínuo de planejamento e gestão das medidas previstas nos Planos Diretores. Esses dispositivos estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 1.483, de 26 de setembro de 2007, que enfatiza a participação nos conselhos das cidades.

Estas são algumas das principais leis estaduais relacionadas ao planejamento e, em particular, às elaborações e revisões dos planos diretores municipais (Quadro 17).

Quadro 17: Legislação Estadual relacionada ao planejamento urbano

NORMA LEGAL	DATA	SÚMULA
<b>Lei Complementar 49</b>	05/01/1990	Cria a "Região Administrativa Central do Estado do Paraná", integrada pelos municípios que especifica e com Sede na Cidade de Ivaiporã.
<b>Lei Complementar 119</b>	31/05/2007	Institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social – SEHIS e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS.
<b>Lei Complementar 153</b>	10/01/2013	Dispõe que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela Administração Pública Estadual.
<b>Lei 15.616</b>	04/09/2007	Dispõe que os loteamentos licenciados pelo Poder Público devem ser projetados conforme especifica e adota outras providências.
<b>Lei 15.630</b>	27/09/2007	Autoriza a utilização de construções sustentáveis em edificações públicas, através da utilização da água da chuva, da energia solar, de materiais recicláveis e da manutenção da máxima permeabilidade possível do solo.
<b>Lei 15.698</b>	27/11/2007	Autoriza o Estado do Paraná a participar dos Consórcios Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos que especifica.
<b>Lei 17.655 e alterações</b>	07/08/2013	Institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.
<b>Lei 19.848</b>	03/05/2019	Dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.
<b>Decreto 1483</b>	26/09/2007	Regulamenta a Lei nº 15.229, de 2006, e dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná – PDE, o Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES Paraná, os Conselhos Regionais das Cidades, os Planos Diretores Municipais, e adota outras providências.
<b>Resolução SEDEST 50/2022</b>	24/08/2022	Estabelece requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos referentes ao licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários urbanos no território paranaense.

Fonte: Casa Civil do Estado do Paraná. Sistema Estadual de Legislação

### 10.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Para que o plano diretor municipal seja válido e tenha embasamento jurídico, é essencial considerar as leis municipais pertinentes. Dentre as legislações municipais relevantes, é importante observar as disposições contidas nos seguintes instrumentos jurídicos:

Quadro 18: Legislação Municipal

NORMA LEGAL	DATA	SÚMULA
<b>PLANO DIRETOR</b>		
LEI 725	28/06/2012	Institui o Plano Diretor Municipal de Cândido de Abreu, estabelece diretrizes para o planejamento do município e dá outras providências
LEI 726	28/06/2012	Dispõe sobre os perímetros das zonas urbanas do município de Cândido de Abreu e dá outras providências
LEI 727	28/06/2012	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no município de Cândido de Abreu e dá outras providências
LEI 728	28/06/2012	Dispõe sobre o sistema viário do município de Cândido de Abreu e dá outras providências
LEI 729	28/06/2012	Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no município de Cândido de Abreu e dá outras providências.
LEI 730	28/06/2012	Dispõe sobre as edificações no município de Cândido de Abreu e dá outras providências.
LEI 731	28/06/2012	Dispõe sobre as posturas no município de Cândido de Abreu e dá outras providências.
LEI 839	31/01/2014	Altera o Plano Diretor do município como específica, e dá outras providências.
LEI 890	24/07/2014	Estabelece que certas quadras dos loteamentos Núcleo Colonial de Cândido de Abreu e Jardim Bela Vista passam a integrar a Zona Residencial 2
<b>LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>		
LEI 281	06/03/1997	Dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura de Cândido de Abreu e dá outras providências
LE 1.394	22/08/2022	Dispõe sobre Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores de provimento efetivo, cargo em comissão e da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cândido de Abreu-PR, e dá outras providências.
DECRETO 112	24/03/2023	Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Cândido de Abreu, assim como distribui competências em observância ao princípio de segregação de funções, com fundamento no art. 84, VI, a, da Constituição Federal e art. 85, Parágrafo Único, IV, da Lei Orgânica Municipal.
<b>LEIS ORÇAMENTÁRIAS</b>		
LEI 1.449	14/06/2023	Estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2024.

NORMA LEGAL	DATA	SÚMULA
LEI 1.382	02/06/2022	Estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2023.
<b>PROJETOS DE LEI</b>		
Projeto de Lei 28	06/05/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar, instalação de lâmpadas eficientes, torneiras com controle de tempo e aproveitamento de águas de chuva na construção de prédios públicos, bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.

Fonte: CÂNDIDO DE ABREU, 2023a.

Considerando a autonomia dos municípios como entidades políticas independentes, é crucial examinar as disposições sobre a política urbana e legislação relacionada ao plano diretor presentes na Lei Orgânica. Isso proporciona uma compreensão inicial de como o município regula o uso e a ocupação de seu território.

Portanto, a seguir, é disposta uma análise preliminar da política urbana municipal, seguida por uma breve contextualização da legislação associada ao Plano Diretor local. É importante ressaltar que qualquer alteração nestas leis exige um processo participativo democrático.

Atualmente, o município é regido pelo Plano Diretor Municipal, instituído pela Lei nº 725, de 28 de junho de 2012, durante o mandato do prefeito João Peda Soares, e é composto por 77 artigos, separados por 9 capítulos.

Em seu “**Capítulo I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**”, em que compreende os artigos 1º ao 3º, é denotado os fundamentos necessários para o respeito do princípio da legalidade na administração pública, assim como denota a função da Lei nº 725/2012, sendo este o “instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento do Município de Cândido de Abreu”. No mesmo capítulo, no artigo 3º, é acrescido à legislação, a Lei do Perímetro Urbano, Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, a Lei do Sistema Viário, a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, a Lei de Edificações e a Lei de Posturas.

O “**Capítulo II – DOS PRINCÍPIOS**”, em que compreende os artigos 4º ao 8º, é dividido em 4 seções: Seção I – DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE (Artigo 4º), Seção II – DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (Artigo 5º e 6º), Seção III – DA GESTÃO DEMOCRÁTICA (Artigo 7º), e Seção IV – DA SUSTENTABILIDADE (Artigo 8º). No que tange a Seção I, é determinado que “A função social da cidade compreende o pleno exercício por todos do direito à cidade, entendido como direito à terra, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento básico, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade e demais direitos assegurados pela legislação vigente”. Cabe ressaltar, conforme parágrafo 2º do artigo 4º, que “O não cumprimento do disposto no artigo anterior, por ação ou omissão, configura descumprimento da função social da cidade, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº. 10.257/2001 – Estatuto da Cidade”.

O “**Capítulo III – DOS OBJETIVOS GERAIS**”, que compreende o artigo 9º, é isolado e focado nos objetivos gerais do Plano Diretor, estes descritos em incisos que compreendem: fazer cumprir a função social da cidade e das propriedades urbana e rural; promover a inclusão social; assegurar a gestão democrática; promover a preservação e recuperação do meio ambiente, buscando a integração e a sustentabilidade; garantir o direito de todos a serviços

públicos de qualidade; e disciplinar sobre o uso e ocupação do solo, garantindo qualidade paisagística, urbanística e a preservação dos bens socioambientais.

O **“Capítulo IV - DAS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO”**, em que compreende os artigos 10 a 14, é dividido em 5 seções: SEÇÃO I – DIRETRIZES GERAIS (Artigo 10); Seção II – DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Artigo 11); Seção III – DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (Artigo 12); e Seção IV – DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL (Artigo 13). Descrito na “Seção I – DIRETRIZES GERAIS”, há descrição pormenor quanto as diretrizes a guiar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, remetendo a garantia de direitos previstos no artigo 2º do Estatuto da Cidade, Lei federal nº 10.257 de 2001. É importante salientar que a Seção I é luzeiro às demais Seções, pois ao que se observa nos artigos restantes do capítulo nada mais são do que os instrumentos utilizados para garantir as diretrizes gerais do capítulo.

O **“Capítulo V – DO ORDENAMENTO TERRITORIAL”**, em que está inserido o artigo 15, transcreve o presente na “Seção I – DAS DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL”, em que é delineada as diretrizes a serem seguidas conforme capítulos II e III da presente legislação.

O **“Capítulo VI – DO MACROZONEAMENTO”**, que compreende os artigos 16 a 18, pormenoriza regras de ordenamento territorial, assim como estratégias para zoneamento de uso e ocupação do solo urbano e rural. Este argumento é consubstanciado nos artigos subsequentes, o qual diferencia as macrozonas rural (artigo 17) e macrozonas urbanas (artigo 18). Cabe salientar que a delimitações das mesmas foram mapeadas e acrescidas nos anexos subsequentes.

O **“Capítulo VII – DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA”**, o qual compreendem os artigos 19 ao 65, é separado em “Seção I – DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA” (Artigos 20 ao 24), “Seção II – DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO” (Artigo 25 a Artigo 27), “Seção III – DA DESAPROPRIAÇÃO COM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA” (Artigos 28 ao 30), “Seção IV – DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO” (Artigo 31 a Artigo 39), “Seção VI – DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR” (Artigo 40 a Artigo 45), “Seção VII – DA TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO” (Artigo 46 a Artigo 51), “Seção VIII – DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS” (Artigos 52 a 54), “Seção IX – DO DIREITO DE SUPERFÍCIE” (Artigo 55 ao 60), e “Seção X – DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA” (Artigos 61 a 66).

O artigo 19 do Capítulo VII remete aos instrumentos a serem utilizados para a aplicação da presente Lei. Cabe salientar que há menção, no parágrafo segundo do presente artigo, sobre a hierarquia das legislações federais, estaduais e municipais, assim como do Estatuto da Cidade, e a obediência do Plano Diretor em face das respectivas leis. Ademais, a “Seção I – DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA” visa garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Conforme dita o Artigo 22, o Poder Público Municipal exigirá do proprietário de imóvel urbano não edificado, baseado nos artigos 5º e 6º do Estatuto da Cidade, que seja promovido o devido aproveitamento do terreno, sob pena de parcelamento, edificação ou utilização compulsória. Acresce, ainda, que é possibilitado pelo artigo 46 do Estatuto da Cidade a faculdade do proprietário de imóvel quanto a possibilidade de propor para o Poder Público o Consórcio de seu terreno urbano que infrinja o artigo 22. A “Seção II – DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO” complementa a seção anterior, de forma que o Poder Público deverá exigir, no caso de descumprimento do Artigo 24, que o proprietário promova o aproveitamento de seu terreno, sob

pena de instituir o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo, assim previsto no Estatuto da Cidade.

O “Capítulo VIII” não está delineado corretamente. Por analogia aos capítulos antecedentes e sucessores, pode-se presumir que o descrito na página 17 como “VIII – DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL” remeta ao capítulo faltante, sendo interpretado desta forma. O capítulo agrega os artigos 66 a 69, que institui o Sistema de Planejamento Municipal de Cândia de Abreu, finde coordenar, acompanhar e controlar as ações da Administração Municipal na sua área de competência, fundamentada no artigo 42, inciso III da Lei nº 10.257/01. Cabe ressaltar que o Sistema de Planejamento Municipal é integrado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, e por uma Unidade Técnica de Planejamento, este que suas funções são exercidas pelo Departamento de Obras e Desenvolvimento, conforme prevê o artigo 72 do Plano Diretor.

O “**Capítulo IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**”, em que acresce os artigos 70 a 77, finaliza a presente lei com disposições pertinentes à esta, de forma a reforçar a legalidade do presente ato, garantindo sua revisão a cada 10 anos, e o início da vigência, dentre outros aspectos.

A Lei Municipal nº 726, de 28 de junho de 2012, rege sobre os perímetros das Zonas Urbanas do Município de Cândia de Abreu. Conforme parágrafo único do artigo 1º, a Zona Urbana do Município compreende a Cidade de Cândia de Abreu, a sede do Distrito de Tereza Cristina, a sede do Distrito de Três Bicos, o núcleo urbano de Rio do Tigre, e as áreas de urbanização específica correspondentes às Vilas Rurais Jacaré, Lajeado e Rio do Tigre. Por último, a Zona Rural compreende o restante do território municipal (CANDIDO DE ABREU, 2012).

A Lei Municipal nº 727, de 28 de junho de 2012, dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município, com intuito de disciplinar a localização de atividades no Município, regulamentar a implantação das edificações nos lotes e a relação destas com o seu entorno, estabelecer padrões adequados de densidade na ocupação do território, e ordenar o espaço construído, para assegurar a qualidade morfológica da paisagem urbana. É importante salientar que houve alteração nesta legislação, instituída pela Lei nº 839 de 31 de janeiro de 2014, de forma a acrescentar tabela descritiva referente a ZR2 (Anexo I – TABELA DE USOS DO SOLO), assim com o acréscimo de uma observação referente ao “Anexo XVI – TABELA DE PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO” (CÂNDIDO DE ABREU, 2014d). Ainda, houve outra alteração através da Lei nº 890, de 24 de julho de 2014, a qual estabelece que certas quadras dos loteamentos Núcleo Colonial de Cândia de Abreu e Jardim Bela Vista passam a integrar a Zona Residencial 2 (CÂNDIDO DE ABREU, 2014c).

A Lei Municipal nº 728, de 28 de junho de 2012, dispõe sobre o sistema viário do município, de forma a complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento territorial do Município, fixar condições necessárias para que as vias de circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão ao volume de tráfego (CANDIDO DE ABREU, 2012).

Ademais, a Lei Municipal nº 729 de 28 de junho de 2012 regula sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no município, visando orientar o projeto e a execução de serviços ou obras de parcelamento urbano no município, prevenir assentamentos urbano, evitar comercialização de lotes inadequados, e assegurar a observância de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade no processo de parcelamento do solo. (CANDIDO DE ABREU, 2012).



O Código de Obras do município, conforme previsão na Lei Municipal nº 730, de 28 de junho de 2012, está regido na legislação referente as edificações no município. O presente código estabelece regras a projetos, execução, reforma, manutenção e utilização das obras e edificações do município. Conforme dita o artigo 2º, toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuada por particulares ou entidades públicas é regulada por esta lei.

E, por fim, a Lei Municipal nº 731, de 28 de junho de 2012, remete a Lei de Posturas do município de Cândido de Abreu, estes atinentes à Higiene Pública (Capítulo II, Artigo 3º a Artigo 30), Funcionamento do Comércio, da Indústria e dos Serviços (Capítulo III, Artigo 31 a Artigo 36), Segurança Pública e da Ordem (Capítulo IV, Artigo 37 a 70) e, por último, disposições finais as quais acrescentam informações necessárias para o devido uso desta mesma legislação.



### 11 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A avaliação sistêmica dos fatores apresentados no diagnóstico tem por objetivo agregar e relacionar questões fundamentais inerentes ao Plano Diretor Municipal de Cândia de Abreu, bem como priorizar os fatos que são relevantes para posterior definição de eixos de desenvolvimento, diretrizes, proposições e ações específicas.

As questões avaliadas seguiram a categorização adotada para elaboração deste diagnóstico, no entanto, não significa uma leitura estanque dos elementos citados, uma vez que as interações existentes entre estes moldam as dinâmicas e os interesses presentes no município.

As informações apresentadas nos itens anteriores são inter-relacionadas a partir da análise integrada consubstanciando o diagnóstico acerca dos aspectos referentes ao município, a partir da leitura técnica, utilizando-se a metodologia de determinação das principais condicionantes, deficiências e potencialidades (CDPs), abordagem que oferece uma estrutura objetiva para identificação dos principais problemas, qualidades e condicionantes do município, consistindo em três categorias básicas:

- Condicionantes – caracterizadas por elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados;
- Deficiências – configuradas por circunstâncias ou elementos que, de alguma forma, são deletérios à qualidade de vida da população e ao desenvolvimento municipal, devendo, portanto, ser adotadas ações para sua prevenção, correção ou minimização;
- Potencialidades – definidas como situações desejáveis, sujeitas à manutenção e valorização das suas características, de forma a propiciar o melhor aproveitamento de suas qualidades.

O quadro a seguir apresenta as condicionantes, deficiências e potencialidades elencadas para o território de Cândia de Abreu.

Quadro 19: Condicionantes, Deficiências e Potencialidades de Cândido de Abreu

ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL</b>	Relações intermunicipais	▪	▪	▪ Integrante da Associação dos Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO
	Localização e acessos	▪ <a href="#">Localização geográfica</a>	▪ <a href="#">Isolamento geográfico - distância para o escoamento da produção</a>	▪
<b>ASPECTOS AMBIENTAIS</b>	Geologia	▪		▪ Formações Botucatu e Serra Geral possuem potencial para mineração de arenitos e basaltos (matérias primas utilizadas na construção civil)
	Geomorfologia (declividade)	▪ <a href="#">Relevo</a>	▪ Presença de planaltos e morros (infern na restrição de ocupação antrópica)	▪ Presença de planaltos e morros (exploração do potencial turístico natural)
	Solos	▪	▪ Solo frágil para edificações ▪ Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos - suscetíveis à erosão devido à baixa capacidade de infiltração de água.	▪ Latossolos Vermelhos Distróficos são solos profundos e argilosos, ideais para práticas agrícolas
	Recursos Hídricos	▪	▪ <a href="#">Poluição águas e rios por conta dos agrotóxicos</a> ▪ <a href="#">Nascentes não preservadas</a> ▪ <a href="#">Assoreamento nas margens dos rios</a>	▪ <a href="#">Riqueza hidrológica – captação para abastecimento público</a>
	Cobertura vegetal	▪	▪ <a href="#">Ocupação em APP</a> ▪ <a href="#">Poluição ambiental, desmatamento</a> ▪ <a href="#">Falta de técnicos ambientais</a> ▪ <a href="#">Falta de programas de conscientização ambiental</a> ▪ Resistência dos pequenos produtores rurais em cumprir totalmente a legislação ambiental ▪ 56,70% das áreas de APP encontram-se potencialmente degradadas ou desprotegidas ▪ Ausência de Unidades de Conservação (UCs)	▪ <a href="#">Áreas de reflorestamento</a> ▪ Existência de áreas com florestas de Araucárias
<b>CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS</b>	Dinâmica demográfica	▪ Município de pequeno porte (até 20 mil habitantes) ▪ População predominante urbana ▪ Taxa de natalidade vem diminuindo (tendência de estreitamento da base da pirâmide etária)	▪ População está diminuindo (-8,5% no último Censo IBGE 2022), sede e distritos	▪ População predominantemente jovem ▪ IDHM classificado como médio (2010)

ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	Atividades econômicas por setor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Setor primário predominante no PIB per capita do Município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Setor secundário é incipiente no PIB do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do PIB per capita nos últimos anos (2010 – 2020)</li> <li>Crescimento do VAB no setor da agropecuária e serviços (2010 -2020)</li> <li>Diversificação na estrutura produtiva do setor primário</li> <li>Crescimento do setor terciário</li> <li><a href="#">Comércio local e cultural</a></li> </ul>
	Emprego e renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>Setores primário e terciário são os que mais empregam no município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oscilação do salário-mínimo médio, com declínio entre 2019 e 2020</li> <li><a href="#">Geração de renda</a></li> </ul>	
<b>USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL</b>	Distribuição e densidade populacional			<ul style="list-style-type: none"> <li><a href="#">Incentivo a novos habitantes</a></li> </ul>
	Localidades Rurais, distritos e vilas rurais		<ul style="list-style-type: none"> <li><a href="#">Habitação e saneamento para a Terra Indígena Faxinal</a></li> <li>Vilas Rurais e distritos seguem a legislação de uso e ocupação do solo - zoneamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Terra Indígena Faxinal</li> <li><a href="#">Extensão territorial</a></li> <li><a href="#">Comunidades rurais com potencialidades urbanas</a></li> </ul>
	Uso do Solo	<ul style="list-style-type: none"> <li><a href="#">Agricultura</a></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uso predominante do território municipal é como pastagem/campo (41,42%)</li> <li><a href="#">Assoreamento nas margens dos rios</a></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><a href="#">Agricultura familiar (distribuição e processamento)</a></li> <li><a href="#">Diversificação na agricultura familiar</a></li> <li><a href="#">Pontos de vendas de produtos rurais</a></li> <li>Presença de diversas cooperativas e programas de incentivo à agricultura</li> <li><a href="#">Sítios arqueológicos</a></li> </ul>
	Cadastro ambiental rural			
	Macrozoneamento municipal			<ul style="list-style-type: none"> <li>Macrozonas destinadas principalmente à preservação do meio ambiente: Macrozona de Controle Ambiental; Macrozona de Preservação Ambiental; Macrozona de Preservação Ambiental Urbana</li> </ul>
<b>USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO</b>	Zoneamento urbano		<ul style="list-style-type: none"> <li><a href="#">Moradias em áreas de risco</a></li> <li><a href="#">Normas de ocupação e uso do solo muito restritivas</a></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sede urbana, Distritos e Vilas Rurais possuem zoneamento regulamentado</li> </ul>
	Perímetros urbanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Município possui 7 perímetros urbanos (Sede urbana, Distritos de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de vários perímetros urbanos no município</li> </ul>	

ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
		Tereza Cristina, Três Bicos e Rio do Tigre (núcleo urbano) e Vilas Rurais Lajeado, Rio do Tigre e Jacaré)		
	Uso e Ocupação do solo urbano	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Polo industrial</li> <li>▪ Carência de implementação da outorga onerosa</li> <li>▪ 815 lotes ou glebas que ainda não possuem construções cadastradas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de ocupação</li> <li>▪ Urbanização</li> </ul>
	Parcelamentos e ocupações irregulares	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regularização de edificações e loteamentos</li> <li>▪ 57,1% dos loteamentos na sede urbana estão em situação irregular</li> <li>▪ Existência de ocupações irregulares</li> </ul>	▪
	Possibilidades e restrições para a expansão urbana	▪	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presença de áreas aptas para expansão urbana</li> </ul>
<b>POTENCIAL TURÍSTICO</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Integrante da Região Turística- 09 – Entre Matas, Morros e Rios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dificil acesso aos atrativos turísticos naturais</li> <li>▪ Revitalização do monumento</li> <li>▪ Falta de infraestrutura turística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Grande potencial para o Ecoturismo, Turismo Paisagístico, Turismo Rural, Turismo de Saúde, Turismo Religioso e Turismo de Pesca/Fluvial;</li> <li>▪ Potencial para o turismo cultural (terra indígena e sítio arqueológico)</li> <li>▪ Patrimônios históricos</li> <li>▪ Área para lazer (lagos, pistas de caminhada, esporte, recursos naturais)</li> <li>▪ Água sulfurosa (Turismo de Saúde)</li> <li>▪ Influencia imigração europeia</li> <li>▪ Turismo na natureza</li> </ul>
<b>CAPACIDADE E ABRANGÊNCIA DA INFRAESTRUTURA PÚBLICA</b>	Abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sistema de abastecimento de água efetuado por concessionária</li> <li>▪ Abastecimento realizado por manancial superficial e subterrâneo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Manancial de abastecimento da sede pelo Rio Coleixo – não atende a demanda em época de estiagem</li> <li>▪ Nem toda a sede urbana é atendida pela rede de abastecimento de água</li> <li>▪ Abastecimento de água nas comunidades Saltinho e Imbuia</li> <li>▪ Abastecimento e Tratamento de água (rural e urbana)</li> <li>▪ Poços artesianos (ausência de estudos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ estudo para captar água no próprio Rio Ubazinho à montante da sede urbana sendo realizada pela SANEPAR</li> <li>▪ Projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água no Rio Coleixo</li> <li>▪ População total atendida por rede de abastecimento de água teve um aumento de 41,21% em 18 anos</li> <li>▪ Diversidade de Fontes de água doces</li> </ul>

ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	Coleta e tratamento de esgoto sanitário	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>47,29% do esgoto possui coleta e tratamento (PMSB, 2013)</li> <li>Fossas sépticas</li> <li>Saneamento deficitário (Falta Esgoto e Relevo Dificulta)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de ETE nas proximidades da sede urbana</li> <li>97,6% da população urbana atendida com esgotamento sanitário (SNIS, 2023)</li> <li>Projeto de ampliação da coleta e melhorias na capacidade de atendimento da ETE existente</li> </ul>
	Drenagem urbana	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema de drenagem existente apenas na sede urbana</li> <li>Apenas 32,2% das vias urbanas da sede possuem rede de drenagem</li> <li>Drenagem (área urbana)</li> <li>Drenagem nas estradas rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de rede de drenagem urbana nas vias pavimentadas da sede</li> <li>Melhoria no sistema de drenagem urbana com o aumento de bocas de lobo instaladas no período de 2013 a 2021</li> </ul>
	Resíduos sólidos	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apenas 36,3% da população é atendida por coleta de resíduos sólidos (2021)</li> <li>14 localidades rurais possuem coleta de resíduos sólidos</li> <li>Coleta de lixo</li> <li>Lotes sujos</li> <li>Ausência de local apropriado para descarte de resíduos</li> <li>Revisão de taxas (limpeza urbana)</li> <li>Centralização coleta seletiva</li> <li>Coleta de lixo semanal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de PGIRS e PMSB</li> <li>Existência de aterro sanitário (inaugurado em 2017)</li> <li>Coleta de materiais recicláveis implementada em 2019</li> <li>Resíduos sólidos dos serviços de saúde é realizado por empresa terceirizada</li> <li>100% da população urbana é atendida pela coleta de resíduos sólidos (2021)</li> <li>Catadores de materiais recicláveis possuem estrutura adequado de trabalho (junto ao aterro)</li> <li>Existência de cooperativa de catadores de materiais recicláveis</li> <li>Coleta seletiva</li> </ul>
	Rede elétrica e iluminação pública	▪ Existência de duas linhas de alta tensão que interceptam o município (área rural)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mesmo com as melhorias, quedas e interrupções ainda ocorrem com índices acima do esperado</li> <li>22,64% da iluminação pública é feita por lâmpadas do tipo LED</li> <li>Rede elétrica (instável)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Houve melhora na qualidade da energia distribuída nas últimas décadas.</li> </ul>
	Pavimentação	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maioria das vias externas ao eixo das avenidas Cândido de Abreu e Paraná ainda não possuem pavimentação asfáltica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Principais vias da sede urbana são pavimentadas, sendo a maioria delas com asfalto</li> </ul>



ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	Arborização	▪	▪ Trechos da PR – 487 e PR-535 não possuem pavimentação ▪ Arborização urbana danificando calçadas	▪ Existência de definições de áreas prioritárias para execução de pavimentação de vias em que há projetos em andamento ▪ Existência de arborização urbana ▪ <a href="#">Arborização urbana</a>
	Comunicação e Cidadania	▪	▪ <a href="#">Pontos de Internet</a> ▪ <a href="#">Instabilidade na rede de comunicação (telefonia e internet)</a>	▪ Existência de duas torres de comunicação na sede urbana
	Serviço funerário	▪	▪ <a href="#">Capela Mortuária</a> ▪ <a href="#">Cemitério lotado</a>	▪ Existência de cemitério na sede urbana e distritos de Tereza Cristina e Três Bicos
	Educação	▪ Lei Federal nº 9.394/1996 ▪ Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 ▪ Lei Federal nº 13.005/2014	▪ Existência de CMEIs apenas na sede urbana ▪ Distrito de Três Bicos não há oferta de equipamentos de educação ▪ Apresenta insuficiência na distribuição dos equipamentos de educação ▪ Carência no atendimento do ensino profissionalizante ▪ há algumas carências apresentadas nas escolas municipais (INEP, 2022) ▪ Aumento da taxa de abandono no ensino médio (2010-2021) ▪ <a href="#">Falta de professores</a> ▪ <a href="#">Educação ensino médio</a> ▪ <a href="#">Educação Profissionalizante</a> ▪ <a href="#">Distribuição das escolas</a>	▪ Município conta com 24 estabelecimentos públicos de ensino ativos no município ▪ Município é contemplado no programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) ▪ Sede urbana é atendida pelos raios de abrangência dos equipamentos de ensino, com exceção do CMEI. ▪ Melhoria na frota de transporte escolar nos últimos anos ▪ Estrutura física dos equipamentos se encontra em bom estado, de um modo geral ▪ Atingiu as metas do IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental e anos finais do Ensino Fundamental (2021) ▪ <a href="#">Cursos técnicos e profissionalizantes</a> ▪ <a href="#">Educação básica</a>
<b>CAPACIDADE E ABRANGÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	Saúde	▪	▪ <a href="#">Controle zoonoses e vetores</a> ▪ <a href="#">Reformas posto de saúde</a> ▪ <a href="#">Atendimento/Equipamentos e Transportes para a saúde</a> ▪ <a href="#">Acessibilidade ao posto de saúde</a> ▪ <a href="#">Segurança em postos de saúde</a> ▪ <a href="#">Agendamentos remotos</a> ▪ <a href="#">Farmácia Móvel</a> ▪ <a href="#">Técnico de Enfermagem, nutricionista</a> ▪ <a href="#">Veículo p/ atendimento à saúde 24h</a>	▪ Todas as equipes de ESF com Saúde Bucal modalidade I e duas equipes ESF implantadas ▪ Destaca-se que há cobertura de 100% das famílias cadastradas ▪ Hospital Municipal São Francisco de Assis e o Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Copacabana, ambos prestam atendimento e atuam como pronto socorro e maternidade ▪ Programas preventivos desenvolvidos no município

ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	Assistência Social		<ul style="list-style-type: none"> <li>Saúde: Equipe especializada (profissionais)</li> <li>UBS mal distribuída</li> <li>CRAS e CRES (Acesso/localização)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Saúde: Equipamentos</li> <li>atendimento nas localidades rurais através da Equipe volante do CRAS</li> <li>Existência de CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e Casa Lar</li> <li>21 programas e benefícios no município, contemplando a população de todo o território</li> </ul>
	Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>22ª AISP - Telêmaco Borba</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento no registro de crimes de estupro no município (2018 – 2022)</li> <li>Segurança Social</li> <li>Segurança pública</li> <li>Violência social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Delegacia 26º Batalhão de Polícia Militar (localizada na sede)</li> <li>Segurança</li> </ul>
	Cultura, Esporte, Lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença do povo indígena da etnia Kaingang</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos culturais concentrados na sede urbana</li> <li>Sede e distrito de Tereza Cristina possuem praças e se encontram quase totalmente cobertos pelos raios de abrangência de 600m</li> <li>Distritos de Três Bicos e Rio do Tigre não possuem praças</li> <li>Ausência de espaços esportivos</li> <li>Não há registros na esfera estadual e não há nenhum bem cadastrado no e Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (IPHAN)</li> <li>Áreas públicas de lazer</li> <li>Parques</li> <li>Necessidade de melhorias campos de futebol</li> <li>Tombamento patrimônio histórico e cultural (falta de instituto)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de centros comunitários nos distritos</li> <li>Projeto de revitalização da praça Júlio Grein Taques</li> <li>Atrativos naturais para prática de lazer e esportes</li> <li>Existência de Calendário Cultural</li> <li>Monumento em Homenagem ao Dr. Faivre no distrito de Tereza Cristina (patrimônio histórico-cultural)</li> <li>Integra a trilha milenar dos Caminhos do Peabiru</li> <li>Sítio arqueológico – Sítio do Quinhão</li> <li>Existência de equipamentos esportivos, tanto na sede urbana e distritos como em algumas localidades rurais</li> <li>Diversidade Cultural</li> <li>Festas comunitárias</li> <li>Cultura histórica</li> <li>Campeonatos esportivos</li> <li>Atendimento médico</li> <li>Praças</li> </ul>

ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>CONDIÇÕES GERAIS FUNDIÁRIAS E DE MORADIA</b>	Regularidade Fundiária	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assentamentos precários (Ilha das flores, terra e vida, 9 de julho e Vitória da Conquista) e outros loteamentos irregulares</li> <li>Loteamentos irregulares e clandestinos presentes na sede urbana: Jardim Oliveira – Sapolândia, Manga Larga, Jardim Flamboiã, Jardim Folclore, Loteamento Wenceslau Sawczuk, Núcleo Colonial Urbano, Loteamento Desplanches e Loteamento Tarcísio)</li> <li>Existência de uma favela na sede urbana (Favela Prainha)</li> <li>Carência de regularização fundiária no Município</li> <li>Programa habitação rural</li> </ul>	▪
	Necessidades habitacionais	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>1.041 cadastros de famílias interessadas em habitação de interesse social</li> </ul>	▪
	Produção habitacional e programas em andamento	▪	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS sendo elaborado</li> <li>Existência dos Conjuntos Habitacionais Costa Azul e Nicolau Fucif na sede urbana</li> <li>Produção de empreendimentos financiados por órgãos externos para suprir o déficit habitacional</li> </ul>
<b>CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE</b>	Sistema Viário Municipal	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estradas (Acessos)</li> <li>Rodovia precária (Estado)</li> <li>Poucas estradas e de difícil conservação (falta pavimentação)</li> <li>Rota alternativa para escoamento da produção agrícola</li> <li>Estradas da localidade Imbuia</li> <li>Melhoria das pontes e estradas</li> <li>Belezas Naturais (difícil acesso)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Município possui aprox..353 km de estradas rurais e 105 km de rodovias estaduais</li> </ul>
	Sistema Viário Urbanos	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de nomeação das ruas</li> <li>Largura das vias na Av. Principal (estacionamentos e veículos pesados)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema viário da sede urbana e distritos possuem hierarquização das vias (Lei Municipal 728/2012)</li> </ul>



ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	Sistema de Transportes Coletivos	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Só possui uma única avenida contínua</li> <li>Pontos cobertos para ônibus</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Hierarquia viária possui vias paisagísticas</li> <li>Existência de transporte coletivo municipal, inclusive com transporte rural que interliga diferentes comunidades</li> </ul>
	Transporte escolar	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Frota de ônibus em situação precária e não atende plenamente a demanda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de transporte escolar</li> </ul>
	Deslocamento individual	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de acessibilidade em ruas de pavimentação poliédrica e paver</li> <li>Rampa de acesso em locais públicos</li> <li>Acessibilidade das calçadas (Idosos e PCD / Tráfego de Pedestres), principalmente nos equipamentos urbanos e nas vias principais</li> <li>Padronização das calçadas</li> <li>Ausência de ciclovias</li> </ul>	▪
	Deslocamento de cargas e serviços	▪	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Zona Industrial localizada nas proximidades da Rodovia PR-487 – Facilidade de escoamento da produção</li> </ul>
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	Estrutura Administrativa Municipal	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação municipal da estrutura administrativa desarticulada (falta consolidação) e organograma atualizado</li> </ul>	▪
	Estrutura e funcionamento dos conselhos	▪	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de 9 Conselhos Municipais (Alimentação Escolar – CMAE; Educação; Turismo; Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; da Mulher; Telecentro Comunitário; Habitação de Interesse Social; Saúde e Direitos da Pessoa Idosa)</li> </ul>
	Recursos humanos	▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Município não possui profissional arquiteto e urbanista no quadro de servidores</li> </ul>	▪
LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA		▪	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamentação poluição visual</li> <li>Fiscalização e penalidades (código de obras e posturas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de legislação municipal urbanística (lei do PDM, lei de perímetros urbanos, zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário)</li> </ul>



ASPECTOS		CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
			<ul style="list-style-type: none"><li>Uso e ocupação das calçadas pelo comércio (código de posturas)</li></ul>	

## REFERÊNCIAS

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Painel de Desempenho das Distribuidoras de Energia Elétrica por Município:** Conjuntos de Unidades Consumidoras que Atendem o Município.. Disponível em: <[https://www2.aneel.gov.br/relatoriosrig/\(S\(fdqqlzcamozpupcmzor3cuil\)\)/relatorio.aspx?folder=sfe&report=PainelMunicipio](https://www2.aneel.gov.br/relatoriosrig/(S(fdqqlzcamozpupcmzor3cuil))/relatorio.aspx?folder=sfe&report=PainelMunicipio)>. Acesso em: jul. 2023.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Atlas de Esgotos:** Relatório de Esgotamento Sanitário Municipal. 2017. Disponível em: <[https://portal1.snirh.gov.br/arquivos/Atlas\\_Esgoto/Paran%C3%A1/Relatorio\\_Geral/C%C3%A2ndido\\_de\\_Abreu.pdf](https://portal1.snirh.gov.br/arquivos/Atlas_Esgoto/Paran%C3%A1/Relatorio_Geral/C%C3%A2ndido_de_Abreu.pdf)>. Acesso em: jul. 2023.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Atlas das Águas:** Relatório de Identificação de Obra - RIO. 2021. Disponível em: <[https://portal1.snirh.gov.br/arquivos/RIO\\_TDR\\_SNIHR/PR-NE-CPT-060.pdf](https://portal1.snirh.gov.br/arquivos/RIO_TDR_SNIHR/PR-NE-CPT-060.pdf)>. Acesso em: jul. 2023.

Atlas Brasil. **Atlas Brasil.** 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil>>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.766, 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1979. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6766.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm)>. Acesso em: jul. 2023

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Estatuto da Cidade. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: jul. 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde : saúde da família /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008.52 p. : il. color – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <[https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/manual\\_estrutura\\_fisica\\_ubs.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/manual_estrutura_fisica_ubs.pdf)>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011a.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: <[https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2011/prt2488\\_21\\_10\\_2011\\_comp.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011_comp.html)>. Acesso em: jul. 2023.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CENSO SUAS 2009 - CRAS.** Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b.

BRASIL. **Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: jul. 2023.



BRASIL. **Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: jul. 2014.

BRASIL. Portaria MTUR Nº38 de 11 de novembro de 2021. Consolida as normas que instituem e disciplinam o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur e dá outras providências. 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-38-de-11-de-novembro-de-2021>>. Acesso em: jul. 2023

BRASIL. **Lei Federal Nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021a**. DOU - Imprensa Nacional. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.285-de-29-de-dezembro-de-2021-370917982>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CADÚNICO. Cadastro Único. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município: Cândido de Abreu/PR**. (Base de dados do Cadastro Único atualizada em maio de 2023)

CÂNDIDO DE ABREU. **Lei nº 281, de 06 de março de 1997**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura de Cândido de Abreu e dá outras providências. Cândido de Abreu, 1997.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Plano Diretor Municipal**. Cândido de Abreu, PR. 2006.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 726, de 28 de junho de 2012**. Dispõe sobre os perímetros das zonas urbanas do município de cândido de abreu e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2012b.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 725, de 28 de junho de 2012**. Institui o Plano Diretor Municipal de Cândido de Abreu, estabelece diretrizes para o planejamento do município e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2012c.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 727, de 28 de junho de 2012**. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no município de Cândido de Abreu e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2012a.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 728, de 28 de junho de 2012**. Dispõe sobre o sistema viário do município de Cândido de Abreu e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2012d.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 729, de 28 de junho de 2012**. Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no município de Cândido de Abreu e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2012.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 730, de 28 de junho de 2012**. Dispõe sobre as edificações no município de Cândido de Abreu e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2012.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 731, de 28 de junho de 2012**. Dispõe sobre as posturas no município de Cândido de Abreu e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2012.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei Nº 761, de 17 de abril de 2013**. Define, em caráter específico, a infraestrutura e respectivos dimensionamentos de via pública arterial urbana da sede do Município e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2013. Disponível em: [http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11943/220515090325\\_761\\_2013\\_\\_define\\_em\\_carater\\_especifico\\_a\\_infraestrutura\\_e\\_respectivos\\_dimensionamentos\\_de\\_via\\_publica\\_arterial\\_urbana\\_da\\_sede\\_do\\_municipio\\_e\\_da\\_outras\\_providencias\\_pdf.pdf](http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11943/220515090325_761_2013__define_em_carater_especifico_a_infraestrutura_e_respectivos_dimensionamentos_de_via_publica_arterial_urbana_da_sede_do_municipio_e_da_outras_providencias_pdf.pdf). Acesso em: jul. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. 2013. 115p.



CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)**. Cândido de Abreu, PR, 2014b.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 890, de 24 de julho de 2014**. Altera a lei de uso e ocupação do solo, como especifica e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2014b. Disponível em: [http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11943/210515105838\\_890\\_\\_altera\\_lei\\_de\\_uso\\_e\\_ocupacao\\_do\\_solo\\_pdf.pdf](http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11943/210515105838_890__altera_lei_de_uso_e_ocupacao_do_solo_pdf.pdf). Acesso em: jul. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. **Lei nº 839, de 31 de janeiro de 2014**. Altera o Plano Diretor do município como especifica, e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2014a.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Lei nº 890, de 24 de julho de 2014**. Altera a lei de uso e ocupação do solo, como especifica e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2014d. Disponível em: [http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11943/210515105838\\_890\\_\\_altera\\_lei\\_de\\_uso\\_e\\_ocupacao\\_do\\_solo\\_pdf.pdf](http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11943/210515105838_890__altera_lei_de_uso_e_ocupacao_do_solo_pdf.pdf). Acesso em: jul. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Inauguração do aterro sanitário de Cândido de Abreu**. Cândido de Abreu, PR, 2017. Disponível em: <http://CÂNDIDOdeabreu.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1340929>. Acesso em: jul. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Nota de Esclarecimento**. Disponível em: <http://CÂNDIDOdeabreu.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1385862>. Acesso em: jul. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Estádio Municipal**. Direção de Cândido de Abreu. Cândido de Abreu, PR, 2020. Vídeo. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=669001974055215>. Acesso em: jul. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Praça Julio Grein Taques Receberá Obra De Revitalização**. Disponível em: <http://candidodeabreu.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1426381>. Acesso em: jul. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Ordem De Serviço Das Obras Da 2ª Fase do Estádio Municipal e Estrada Vicinal do Areião**. 2021b. Disponível em: <http://candidodeabreu.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1427591>. Acesso em: jul. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025**. Cândido de Abreu, PR, 2022a.

CÂNDIDO DE ABREU. **Lei nº 1382, de 02 de junho de 2022**. Estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2023. Cândido de Abreu, 2022.

CÂNDIDO DE ABREU. **Lei nº 1394, de 22 de agosto de 2022**. Dispõe sobre Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores de provimento efetivo, cargo em comissão e da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Cândido de Abreu-Pr, e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2022c.

CÂNDIDO DE ABREU. **Lei Municipal nº 1.391, de 08 de julho de 2022**. Dispõe sobre a instituição do Sistema de Hierarquização Viário das Estradas Rurais do Município de Cândido de Abreu com estabelecimento das respectivas faixas de domínio e faixas não edificáveis e dá outras providências. Cândido de Abreu, 2022b. Disponível em: [https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11943/130922102431\\_lei\\_1391\\_2022\\_\\_sistema\\_de\\_hierarquizacao\\_viario\\_das\\_estradas\\_rurais\\_do\\_municipio\\_de\\_candido\\_de\\_abreu\\_pdf.pdf](https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/11943/130922102431_lei_1391_2022__sistema_de_hierarquizacao_viario_das_estradas_rurais_do_municipio_de_candido_de_abreu_pdf.pdf). Acesso em: jul. 2023



CÂNDIDO DE ABREU, Prefeitura Municipal de. **Secretaria de Esportes e Turismo**. Cândido de Abreu, 2023. Disponível em: <http://candidodeabreu.pr.gov.br/index.php?sessao=0130d5948esv01&id=1738>. Acesso em: jun. 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. **Decreto nº 112, de 24 de março de 2023**. Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Cândido de Abreu, assim como distribui competências em observância ao princípio de segregação de funções, com fundamento no art. 84, VI, a, da Constituição Federal e art. 85, Parágrafo Único, IV, da Lei Orgânica Municipal. Cândido de Abreu, 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. **Lei nº 1449, de 14 de junho de 2023**. Estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2024. Cândido de Abreu, 2023.

CÂNDIDO DE ABREU. Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu. **Checklist da revisão do Plano Diretor Municipal de Cândido de Abreu**. Cândido de Abreu, PR. Março, 2023a.

CNES. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Consulta Estabelecimento**: Identificação. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>. Acesso em: jul. 2023.

COHAPAR. **Companhia de Habitação do Paraná. SISPEHIS – Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná. Cândido de Abreu**. Consulta online. Disponível em: PEHIS - Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (cohapar.pr.gov.br). Acesso em: jun. 2023.

COHAPAR. **Companhia de Habitação do Paraná. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná – PEHIS-PR. Revisão 2020**. Disponível em: [https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-12/pehis\\_pr\\_-\\_revisao\\_2020.pdf](https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/pehis_pr_-_revisao_2020.pdf). Acesso em: jun. 2023.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Regularização Fundiária**. Consulta online. 2023a Disponível em: <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/transparencia/regularizacao-fundiaria.php>. Acesso em: jul. 2023.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Obras executadas**. Consulta online. 2023b. Disponível em: <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/transparencia/obras.php>. Acesso em: jun. 2023.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Programa Morar Bem Paraná – Urbano e Rural**. 2023c. Sistema de Consulta. Disponível em: <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/transparencia/mbempr-urbano-e-rural.php>. Acesso em: jun 2023.

COPEL. Companhia Paranaense de Energia. **IP Prefeituras**. 2023. Disponível em: <https://www.copel.com/portaldis/apps/webappviewer/index.html?id=b8bbae81c0954d35b5954699384d5855>. Acesso em: jul. 2023.

CURCIO et al. **A estrutura em latossolos vermelhos de rochas eruptivas na Bacia Hidrográfica Paraná III - BHP III**. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/PronasolosPR/Pagina/ESTRUTURA-EM-LATOSSOLOS-VERMELHOS-DE-ROCHAS-ERUPTIVAS-NA-BACIA-HIDROGRAFICA>. Acesso em: jun. 2023b

CURCIO et al. **Argissolo Vermelho-Amarelo dos subplanaltos Campo Mourão e Umuarama - características e potencial de uso**. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/PronasolosPR/Pagina/ARGISSOLO-VERMELHO-AMARELO-DOS-SUBPLANALTOS-CAMPO-MOURAO-E-UMUARAMA>. Acesso em: jul. 2023a.

ECOBRAZIL. Instituto Ecobrasil – Ecoturismo – Ecodesenvolvimento. **Área de Proteção Permanente (APP)**. Site online. Disponível em: <http://www.ecobrasil.provisorio.ws/30-restrito/categoria-conceitos/1190-area-de-protecao-permanente-app>. Acesso em: jun. 2023.



EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Latossolos Vermelhos - Portal Embrapa**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/latossolos/latossolos-vermelhos>>. Acesso em: jun. 2023

GOIÂNIA. Plano Diretor Municipal de Goiânia. **Anexo VII - Índices urbanísticos dos equipamentos comunitários**. Diário Oficial do Município nº 4.147, de 26 de julho de 2007. Disponível em: <<https://www.goiania.go.gov.br/Download/seplam/Colet%C3%A2nea%20Urban%C3%ADstica/1.%20Plano%20Diretor/Anexos/AnexoVII.pdf>>. Acesso em: jul. 2023.

Google. **Google Maps - Google Street View**. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: jul. 2023.

Google. Google Earth Satellite. **Imagem de satélite - 2000**. Acesso em: jul. 2023.

Google. Google Earth Satellite. **Imagem de satélite - 2010**. Acesso em: jul. 2023.

Google. Google Earth Satellite. **Imagem de satélite - 2020**. Acesso em: jul. 2023.

Google. Google Earth Satellite. **Imagem de satélite - 2023**. Acesso em: jul. 2023.

Google. Google Earth Satellite. **Imagem de satélite - 1984**. Acesso em: jul. 2023.

Google. Google Earth Satellite. **Imagem de satélite - 1990**. Acesso em: jul. 2023.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Cidade Vida: Curso de Desenho Ambiental Urbano**. Editora Nobel, 2008, 1ª Edição.

IAT. Instituto Água e Terra. **Municípios paranaenses que apresentaram os Planos Municipais de Arborização Urbana até 31/12/2020**. Disponível em: <[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-04/municipios\\_plano\\_de\\_arborizacao\\_2020.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2021-04/municipios_plano_de_arborizacao_2020.pdf)>. Acesso em: jul. 2023.

IAT. Instituto Água e Terra. **Florestas Urbanas (Arborização Urbana)**. Disponível em: <<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Florestas-Urbanas-Arborizacao-Urbana>>. Acesso em: jul. 2023.

IBF. Instituto Brasileiro de Florestas. **Bioma Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica>>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades - Extração Vegetal e Silvicultura**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/candido-de-abreu/pesquisa/16/12705>. Acesso em: jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. IBGE, 2000. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial>>. Acesso em: jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/candido-de-abreu/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: jul. 2023.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 2ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-tecnico-da-vegetacao-brasileira.pdf>. Acesso em: jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/candido-de-abreu/pesquisa/24/76693>. Acesso em: jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: primeiros resultados**. Primeiros Resultados. 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Frota de veículos**. 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/22/28120?localidade1=410440&ano=2022>. Acesso em: jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. IBGE, 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/CÂNDIDO-de-abreu/panorama>. Acesso em: jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades - História e Fotos**. 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/candido-de-abreu/historico>. Acesso em: jul. 2023.

INEE, Milenna Wasilewski. **Mirante do Morro do Cristo**. Cândido de Abreu, Paraná. Imagem retirada de vídeo online. 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9L\\_M1UsLtU0](https://www.youtube.com/watch?v=9L_M1UsLtU0). Acesso em: jun. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Press Kit IDEB 2017**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/porta\\_ideb/press-kit/2017/press-kit\\_ideb2017.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/porta_ideb/press-kit/2017/press-kit_ideb2017.pdf). Acesso em: jul. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: jul. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **QEDU: Cândido de Abreu**. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4104402-CÂNDIDO-de-abreu>. Acesso em: jul. 2023.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais**: meso região norte central geográfica paranaense. Curitiba: Brde, 2004.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados do Estado (BDEweb)**. 2023a. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Base-de-Dados-do-Estado-BDEweb>. Acesso em: jul. 2023.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico: Município de Cândido de Abreu**. 2023b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84470;caderno>. Acesso em: jun. 2023.

ITCG. Instituto de Terras Cartografia e Geociências. **Clima – Estado do Paraná**. Mapa digital. Escala 1.2.000.0000. Disponível em: [https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-07/mapa\\_climas\\_a3.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/mapa_climas_a3.pdf). Acesso em: jun. 2023.

MAPIO. **Vista da Rampa de Asa Delta em Cândido de Abreu**. 2007. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-7814074/>. Acesso em: jun. 2023.

MEC. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva?id=12265>. Acesso em: jul. 2023.

MINEROPAR - Minerais do Paraná S/A. **Mapeamento geológico – geotécnico no município de Apucarana**. Projeto Serviço Geológico nos Municípios, 2004.





MINEROPAR - Minerais do Paraná S/A. **Atlas geomorfológico do Estado do Paraná**. Escala 1:250.000 - Modelos Reduzidos 1:500.000. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-04/atlas\\_geomorforlogico\\_parana\\_2006.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/atlas_geomorforlogico_parana_2006.pdf)>. Acesso em: jun. 2023.

MINEROPAR - Minerais do Paraná S/A. **As rochas ígneas do Paraná**. 2020. Disponível em: [https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-03/15.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/15.pdf). Acesso em: jun. 2023.

Paraná Turismo. Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. **Orientação para Gestão Municipal do Turismo: Guia Prático para Dirigentes Públicos Municipais de Turismo**. Curitiba, 2017. Disponível em: <[http://www.turismo.pr.gov.br/sites/turismo/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-06/apostilaversaofinal.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/sites/turismo/arquivos_restritos/files/documento/2020-06/apostilaversaofinal.pdf)>. Acesso em: fev. 2021.

MPPR. **Informações Municipais para Planejamento Institucional: Saúde**. Disponível em: <<https://apps.mppr.mp.br/geoview/plataformaAtuacao/indicadores/saude/4104402.html#Sa%C3%BAde>>. Acesso em: jul. 2023.

NUTEAD. Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e à Distância. **Polo UAB Cândido de Abreu**. Disponível em: <<https://ead.uepg.br/site/polo/119>>. Acesso em: jul. 2023.

OKA-FIORI et al. **Mapeamento geomorfológico preliminar do estado do Paraná**. VI Simpósio Nacional de Geomorfologia. 2006. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/6/10/442.pdf>. Acesso em: jun. 2023.

OSM. **Open Street Maps**. 2023.

PARANÁ CENTRO. **Cândido de Abreu entrega aterro sanitário**. 2017. Disponível em: <<https://jornal.paranacentro.com.br/noticia/22657/CÂNDIDO-de-abreu-entrega-aterro-sanitario>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Paraná**. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 1989. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. **Lei Complementar 49, de 05 de janeiro de 1990**. Cria a "Região Administrativa Central do Estado do Paraná", integrada pelos municípios que especifica e com Sede na Cidade de Ivaiporã. Palácio do Governo, Curitiba, 1990. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-49-1990-parana-cria-a-regiao-administrativa-central-do-estado-do-parana-integrada-pelos-municipios-que-especifica-e-com-sede-na-cidade-de-ivaipora>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 15.229, de 25 de Julho de 2006**. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual. Curitiba, 2006. Disponível em: <<https://www.paranacidade.org.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=65>>. Acesso em: jul. 2023

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 1.483, de 26 de setembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 15.229, de 2006, e dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná – PDE, o Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES PARANÁ, os Conselhos Regionais das Cidades, os Planos Diretores Municipais, e adota outras providências. Diário Oficial, Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=50316&indice=1&totalRegistro=1>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. **Lei Complementar 119, de 31 de maio de 2007**. Institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social – SEHIS e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS. Palácio do Governo, Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-119-2007-parana-institui-o-sistema-estadual-de-habitacao-de-interesse-social-sehis-e-cria-o-fundo-estadual-de-habitacao-e-regularizacao-fundiaria-de-interesse-social-fehris>>. Acesso em: jul. 2023.



PARANÁ. **Lei 15.616, de 04 de setembro de 2007.** Dispõe que os loteamentos licenciados pelo Poder Público devem ser projetados conforme específica e adota outras providências. Palácio do Governo, Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15616-2007-parana-dispoe-que-os-loteamentos-licenciados-pelo-poder-publico-devem-ser-projetados-conforme-especifica-e-adota-outras-providencias>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. **Lei 15.630, de 27 de setembro de 2007.** Autoriza a utilização de construções sustentáveis em edificações públicas, através da utilização da água da chuva, da energia solar, de materiais recicláveis e da manutenção da máxima permeabilidade possível do solo. Palácio do Governo, Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15630-2007-parana-autoriza-a-utilizacao-de-construcoes-sustentaveis-em-edificacoes-publicas-atraves-da-utilizacao-da-agua-da-chuva-da-energia-solar-de-materiais-reciclavéis-e-da-manutencao-da-maxima-permeabilidade-possivel-do-solo>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. **Lei 15.698, de 27 de novembro de 2007.** Autoriza o Estado do Paraná a participar dos Consórcios Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos que especifica. Palácio do Governo, Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15698-2007-parana-autoriza-o-estado-do-parana-a-participar-dos-consorcios-intermunicipais-de-gestao-de-residuos-solidos-que-especifica>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. **Lei 17.655, de 07 de agosto de 2013.** Institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM. Diário Oficial, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=99740&codItemAto=656798>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. **Lei Complementar 153, de 10 de janeiro de 2013.** Dispõe que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela Administração Pública Estadual. Diário Oficial, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=85006&codItemAto=589108#:~:text=Lei%20Complementar%20153%20%2D%2010%20de%20Janeiro%20de%202013&text=S%C3%BAmula%3A%20Disp%C3%B5e%20que%20o%20transporte,providos%20pela%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20Estadual.>>. Acesso em: jul. 2023.

**Portal da Transparência - Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná.** Disponível em: <<http://amocentro.com.br/portal/portal-externo.php?r=1>>. Acesso em: jun. 2023.

PARANÁ. **Lei 19.848, de 03 de maio de 2019.** Dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial, Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=219774&codItemAto=1370417#1370417>>. Acesso em: jul. 2023

PARANÁ. **Resolução Conjunta SEDEST/PARANÁ TURISMO Nº 001/2020.** Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=230843>>. Acesso em: fev. 2021.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Decreto Nº 10.499 de 14 de março de 2022. Regulamenta o ordenamento territorial das áreas de mananciais de abastecimento público situadas na Região Metropolitana de Curitiba. Paraná, 2022a. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=428668>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. **Resolução SEDEST 50, de 24 de agosto de 2022.** Estabelece requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos referentes ao licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários urbanos no território paranaense. Diário Oficial, Curitiba, 2022. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=271349>>. Acesso em: jul. 2023.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. **Agência Estadual de Notícias.** 2022b. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-integra-novo-mapa-do-Ministerio-do-Turismo-com-210-cidades-e-15-regioes-turisticas>>. Acesso em: jun. 2023.



PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. **Agência Estadual de Notícias**. 2022c. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Programa-Pedala-Parana-inaugura-em-2022-ciclorrota-Caminhos-do-Peabiru>. Acesso em: jun. 2023.

Paranacidade. **Base de Dados Paranainterativo**. Disponível em: <https://paranainterativo.pr.gov.br/interativo/services/BaseDadosParanaInterativo/MapServer/WFSServer>. Acesso em: jul. 2023.

Paranacidade. **Meu Campinho**. Disponível em: <https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/MapJournal/index.html?appid=3d46a11ee84f424888d1547fa3fc334a>. Acesso em: jul. 2023.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDH**. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH). Acesso em: jul. 2023.

RETUR. Rede de Turismo Regional. **Inventário Turístico do Município de Cândido de Abreu - PR**. 2006.

SANTOS, A. M. DOS. **Morro da Mesa, Cândido de Abreu**. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/tesourosdavovo/2654066265/in/photostream/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SANTOS, R. C. M.; PÁGLIA, A. **Mata Atlântica: características, biodiversidade e a história de um dos biomas de maior prioridade para conservação e preservação de seus ecossistemas**. Acervo da Iniciação Científica, 2010.

SEAB. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; DERAL. **Departamento de Economia Rural**. Versão preliminar do levantamento da produção rural paranaense por município. 2022. Disponível em: [https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2023-06/vbp\\_2022\\_relatorios\\_municipais\\_versao\\_preliminar.pdf](https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/vbp_2022_relatorios_municipais_versao_preliminar.pdf). Acesso em: jul. 2023.

SEBRAE-PR. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Regiões turísticas do Paraná**. 2023. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/regioes-turisticas-parana/>. Acesso em: jun. 2023.

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. **Bacias Hidrográficas do Paraná - Bacia do do rio Ivai e Paraná I**. 2020. Disponível em: [https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-07/ivai.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/ivai.pdf). Acesso em: jun. 2023.

SESP-PR. Secretaria da Segurança Pública do Paraná. **Relatório Estatístico Criminal: Janeiro a Dezembro de 2022. Curitiba, PR, 2023**. Disponível em: [https://www.seguranca.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2023-05/relatorio\\_estatistico\\_criminal\\_2022\\_2.pdf](https://www.seguranca.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-05/relatorio_estatistico_criminal_2022_2.pdf). Acesso em: jul. 2023.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Série Histórica**. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: jul. 2023.

SOS Mata Atlântica; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, período 2008-2010**. 2011. Disponível em: <http://www.sosmatatlantica.org.br/>. Acesso em: mar. 2021.

TELECO. Inteligência em Telecomunicações; ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Mapa de ERBs**. Disponível em: <https://www.telecocare.com.br/mapaerbs/>. Acesso em: jul. 2023.

VIAJE PARANÁ. **Entre Matas, Morros e Rios**. 2023. Disponível em: <https://www.viajeparana.com/Entre-Matas-Morros-e-Rios>. Acesso em: jun. 2023.



# CÂNDIDO DE ABREU

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL 2023

